



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA POLÍTICA – PPGSP**

**O PASSADO QUE SE FAZ PRESENTE:
análise das tradições materializadas em ações de salvaguarda de patrimônio
histórico e cultural de Quissamã-RJ (1989-2016)**

ROGÉRIO RIBEIRO FERNANDES

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
SETEMBRO – 2017**

**O PASSADO QUE SE FAZ PRESENTE:
análise das tradições materializadas em ações de salvaguarda de patrimônio
histórico e cultural de Quissamã-RJ (1989-2016)**

ROGÉRIO RIBEIRO FERNANDES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Wania Amélia Belchior Mesquita

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
SETEMBRO – 2017**

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

053/2017

F263 Fernandes, Rogério Ribeiro.

O passado que se faz presente : análise das tradições materializadas em ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural de Quissamã-RJ (1989-2016) / Rogério Ribeiro Fernandes – Campos dos Goytacazes, RJ, 2017.

322 f. : il.

Bibliografia: f. 315-322.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2017.

Orientadora: Wania Amélia Belchior Mesquita.

1. Patrimônio Histórico e Cultural – Quissamã (RJ). 2. Identidade Coletiva. 3. Ações de Salvaguarda. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD – 363.69

**O PASSADO QUE SE FAZ PRESENTE:
análise das tradições materializadas em ações de salvaguarda de patrimônio
histórico e cultural de Quissamã-RJ (1989-2016)**

ROGÉRIO RIBEIRO FERNANDES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia Política do Centro de Ciências do
Homem, da Universidade Estadual do Norte
Fluminense, como parte das exigências para
obtenção de título de Doutor em Sociologia
Política

Aprovada em : 27 / 09 / 2017

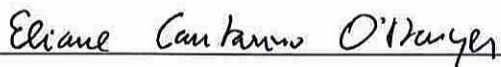
BANCA AVALIADORA



Prof. Dra. Wania Amélia Belchior Mesquita (Orientadora)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF



Prof. Dra. Denise Cunha Tavares Terra
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF



Prof. Dra. Eliane Cantarino O'Dwyer
Universidade Federal Fluminense – UFF



Prof. Dr. Nilo Lima de Azevedo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF



Prof. Dra. Yolanda Gaffré Ribeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Dedico este trabalho, *in memoriam*, a meu pai, Paulo e, em vida, a minha mãe, Joaléa, minha esposa, Lilia, e meus filhos, Bernardo e Guilherme, que acreditaram em meu potencial e tiveram a devida paciência para suportar minha ausência em determinados momentos bem como eventuais arroubos de ansiedade e mau humor que porventura eu tenha manifestado em razão da rotina de trabalhos nestes últimos quatro anos que empenhei em atividades de pesquisa e elaboração de textos.

AGRADECIMENTOS

A Denise Cunha e Wania Mesquita, minhas duas orientadoras na longa trajetória do Doutorado que, cada qual a seu devido tempo, foram fundamentais na consecução desta tese, colaborando naquilo que foi necessário, cobrando aquilo que era de direito e racionalizando meus arroubos de liberdade criativa.

Aos membros das bancas de projeto, qualificação e tese que foram, gradativamente, ajudando-me com suas críticas contundentes a amoldar o resultado final de minhas pesquisas e análises.

Aos meus amigos: André Luiz, por me inspirar sempre consciência e sensibilidade em relação às questões sociais; Daniel Vasconcelos, pela disponibilidade em me ajudar na formatação do texto da tese e pelo apoio nos momentos difíceis; Renato Barcellos e Ronaldo Moutinho, pelas provocações constantes que me fizeram refinar o entendimento crítico das coisas.

A dona Helianna Barcellos, que desde minha chegada a Quissamã, sempre me estimulou a gostar daquele recanto da Baixada Campista e querer compreendê-lo de acordo com suas especificidades, que são unicamente suas e de nenhum outro lugar.

Aos moradores da comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinha, com os quais me relatei em diversas ocasiões e que sempre estiveram sempre prontos a me atender e me ensinar que humildade e força são parceiros ideais para se traçar um caminho justo para a construção do conhecimento e para a própria vida.

Aos moradores da vila operária do Engenho Central de Quissamã que, mesmo esquecidos por muitos, foram solícitos em mostrar como a memória coletiva dos tempos da velha Usina podem ser ricas, variando de arroubos de nostalgia a relatos de pequenas tragédias pessoais.

A Machadinha e ao Engenho Central, dois lugares que irão sempre ficar inscritos na alma deste itaperunense que, durante muito tempo, se sentiu deslocado no ermo da Baixada Campista pela ausência de um mar de morros, mas que soube se reencontrar no desterro em suas idas pontuais a esse duo de lugares.

RESUMO

FERNANDES, R. R. O passado que se faz Presente: análise das tradições materializadas em ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural de Quissamã-RJ (1986-2016). Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2017.

Essa tese tem por objetivo analisar a política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural do município de Quissamã, entre 1989 e 2016, ressaltando como ações de salvaguarda desenvolvidas em duas neocomunidades locais – Machadinha e Vila Operária do Engenho Central – tem potencializado a manifestação de uma pluralidade de comportamentos dos mais diferentes agentes envolvidos nessas ações que, em síntese, se propõem a ser canais para uma propositura de identidade coletiva. Observa-se que existe uma concepção de história oficial local se consagrando, em Quissamã, a partir dessa política de salvaguarda; ela recombina elementos constitutivos da história tradicional do Brasil, com forte tendência para amenizar conflitos e enquadrar diferenças, isso dentro de um território fortemente marcado pela presença difusa da escravidão e num município cujo processo de emancipação política coincide com o próprio processo de redemocratização do Brasil, a partir do advento da CRFB/88. A pesquisa foi realizada com base na utilização de instrumentos de coleta de dados como a observação direta e entrevistas semiestruturadas, dentro de uma perspectiva sociológica, para conceber a análise de situações sociais decorrentes das ações de salvaguarda patrimonial, considerando como a diversidade de opiniões e comportamentos se manifesta em torno de questões identitárias. A análise também focalizou como ações pontuais de salvaguarda desenvolvidas são recepcionadas por pessoas dessas duas neocomunidades, com base em paradoxos e situações conflitivas que são inerentes à estrutura aparentemente duradoura das relações sociais.

Palavras-chave: patrimônio histórico e cultural; identidade coletiva; ações de salvaguarda; situações sociais; Quissamã.

ABSTRACT

FERNANDES, R. R. The past which is made Present: analysis of the traditions materialized in actions to safeguard historical and cultural patrimony of Quissamã-RJ (1986-2016). Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, 2017.

This thesis intends to analyze the public policy of safeguarding historical and cultural patrimony of the municipality of Quissamã between 1989 and 2016, highlighting how safeguard actions developed in two local neocommunities - Machadinha and Vila Operária do Engenho Central – have reinforced the manifestation of a plurality of behaviors of the most different agents involved in these actions which, in synthesis, are proposed to be channels for a proposal of collective identity. It is observed that there is a conception of local official history consecrated in Quissamã. Considering this policy of safeguard, it recombines constitutive elements of the traditional history of Brazil, with a strong tendency to ease conflicts and to frame differences. A territory strongly marked by the diffuse presence of slavery and in a municipality whose process of political emancipation coincides with the very process of redemocratization of Brazil, since the advent of CRFB / 88. The research was carried out based on the use of data collection instruments such as direct observation and semi-structured interviews, within a sociological perspective, to conceive the analysis of social situations resulting from patrimonial safeguard actions, considering how the diversity of opinions and behaviors are manifested around identity issues. The analysis also focused on how accurate safeguard actions developed are welcomed by people from these two neocommunities, based on paradoxes and conflicting situations that are inherent in the seemingly enduring structure of social relations.

Keywords: historical and cultural patrimony; collective identity; safeguard actions; social situations; Quissamanã.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------------------|--|
| AMAP | Associação Mato de Pipa |
| ARQUIMA | Associação de Remanescentes de Quilombo de |
| CRFB/88 | Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 |
| ECJCB | Espaço Cultural José Carlos de Barcellos |
| FMCTL | Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Lazer de Quissamã |
| IFFluminense | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense |
| INEPAC | Instituto Estadual do Patrimônio Cultural |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| NEA-BC | Núcleo de Estudos Ambientais da Bacia de Campos |
| ONG | Organização não Governamental |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| PMQ | Prefeitura Municipal de Quissamã |
| UENF | Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|------------|
| Figura 1 – Árvore Genealógica dos Viscondes de Araruama..... | 177 |
|---|------------|

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1. Procedimentos de Pesquisa e Análise..... | 25 |
| 2. Ações de Salvaguarda e Situações Sociais em Machadinho..... | 144 |
| 3. Ações de Salvaguarda e Situações Sociais na Vila Operária do Engenho Central..... | 222 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 296 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 314 |

INTRODUÇÃO

Um primeiro contato com a paisagem local do município de Quissamã, situado no Norte Fluminense ou mais especificamente na Baixada Campista, surpreende o observador cujo olhar é mais sensível para certas representações concretas da história ou então materializações de relações sociopolíticas tradicionais. A expressão relações sociopolíticas tradicionais é aqui empregada num sentido mais ampliado, ela se refere a relações interpessoais que envolvem do simples exercício do poder de mando numa perspectiva vertical – nesse caso, podem ser incluídas relações de trabalho compulsório ou relações familiares de matriz patriarcal – a outras formas de controle aparentemente mais sutis ou até mesmo afinadas de um modo controverso com a verticalidade que se espera do exercício da cidadania num Estado de direito, tais como a tutela que lideranças políticas podem exercer sobre cidadãos através do uso da máquina pública.

A impressão que fica, então, quando se constata a quantidade significativa de edificações antigas que se sobressaem no horizonte, é de que um passado longínquo – com edificações ainda preservadas, quase todas erguidas entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XX – se cristalizou naquelas paragens, isso em pleno século XXI, quando então se espera que o tempo não pare ou que pelo menos se mova com uma rapidez capaz de apagar marcas do passado. Essa impressão se reafirma quando o observador tem a oportunidade de assistir ou mesmo de participar de manifestações culturais que igualmente se comunicam com um tempo pretérito: esse é o caso do jongo ou do tambor – em Quissamã, existe uma polêmica em torno dessas denominações – dança de terreiro que atualmente se confunde com a comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinha mas que já foi disseminada pela maioria das comunidades rurais quissamaenses, nas quais a escravidão e a cultura afrodescendente marcou época; também é o caso do fado, dança de salão que mistura elementos culturais de origem portuguesa e africana; isso sem contar outras manifestações que se enquadram no perfil da imaterialidade ou da intangibilidade, tais como o boi malhadinho, a centenária Banda União Quissamaense, o artesanato em taboa que ainda é praticado em Barra do Furado e outras mais que ajudam a compor um cenário aparentemente congelado

no tempo – mas aparentemente mesmo porque o que se sobressai, diante de um exame mais acurado, é um recorte de passado ressignificado por agentes sociais do tempo presente.

Ao longo da estrada principal de acesso ao município de Quissamã, destacam-se algumas construções que remetem a um passado relativamente distante e cujo estado de conservação, aparentemente, não deixa nada a desejar a sítios históricos de renome no estado do Rio de Janeiro ou mesmo no Brasil, como o Museu Imperial de Petrópolis, o casario colonial de Paraty, as sedes de fazenda do Vale do Paraíba, o Outeiro da Glória e o Palácio do Catete, estes últimos localizados na capital. Dentre as construções que despontam no ermo da baixada, podem ser citadas a Estação de Conde de Araruama e a Fazenda São Manoel; ao largo da estrada, aparece o combalido, mas ainda majestoso, Engenho Central de Quissamã que, segundo relatos de história local, foi o primeiro engenho de cana constituído em regime de cooperativa no Brasil e na América do Sul.

Já dentro do perímetro urbano quissamaense, a primeira impressão se confirma: a paisagem local continua repleta de resquícios concretos de narrativas tradicionais, em sua maioria bem preservados. Nesse caso, salta aos olhos, inclusive como antiga logomarca da Prefeitura Municipal, o Museu Casa de Quissamã, datado de 1826 e cujo estilo arquitetônico bandeirista se comunica com outro sítio histórico do lugar, a Casa Mato de Pipa, construída entre 1777 e 1782; também merecem destaque o prédio que abriga hoje a Prefeitura e que originalmente foi concebido como colégio para os filhos da elite, o Centro Cultural Sobradinho, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro, a Chácara São João, a Chacrinha, a Vila Evelina e as casas das famílias Silva e Chagas; o horizonte amplo de baixada, sem anteparos naturais, ainda deixa à mostra a bela e modesta Capela do Carmo e até mesmo um antigo poço d'água, conhecido como Cacimba Grande.

Na área rural, também não faltam outras manifestações concretas da história quissamaense, que teve seu apogeu entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com a cultura canavieira. Ali se encontram as bem conservadas sedes das fazendas São Miguel e Santa Francisca. Mas, nesse ambiente campesino, onde plantações de cana dividem hoje espaço com coqueirais e com a pecuária bovina, o que chama atenção é o complexo arquitetônico da Fazenda Machadinho e também a sede da Fazenda Mandiquera. O primeiro

exemplo é composto pelas ruínas da casa-grande, por uma capela e por quatro alas de senzala que foram restauradas e que, atualmente, são habitadas por descendentes de escravos que compõem uma comunidade comprometida com a preservação não só do lugar em que vive, mas também de elementos culturais que remetem aos tempos da escravidão e à origem supostamente angolana da própria comunidade. O segundo exemplo se refere a um casarão que, mesmo em ruínas, parece não perder sua monumentalidade de origem, algo que pode ser percebido na grandiosidade de suas dimensões que, a propósito, se sobressaem no ermo da baixada e também em detalhes de sua decoração interna, como adornos de parede, trabalhos de marcenaria em portas e janelas, desenhos de teto e de piso, quase tudo produzido por artesãos vindos da Europa e que utilizaram materiais preferencialmente importados em suas obras. Na década de 1980, foi desenvolvido um trabalho de mapeamento do patrimônio histórico e cultural de Quissamã, que naquela ocasião ainda era distrito do município de Macaé. Esse trabalho reuniu uma equipe multidisciplinar e interinstitucional: teve a participação de profissionais de Arquitetura, História, Sociologia, Antropologia e Arqueologia vinculados a instituições como FUNARTE, INEPAC, Arquivo Nacional e SPHAN. Atuaram também representantes da comunidade quissamaense. A coordenação dos trabalhos coube a SPHAN/Fundação Pró Memória. O resultado concreto desse trabalho foi um inventário de patrimônio material, predominantemente de edificações erguidas entre a segunda metade do século XVIII e as décadas iniciais do século XX, o que não excluiu também um levantamento ainda acanhado do patrimônio imaterial de Quissamã, especialmente manifestações culturais como jongo, fado, boi malhadinho, artesanato. Parte desse mapeamento foi reunido pela equipe multidisciplinar numa publicação intitulada Quissamã, que chegou a ser editada em três ocasiões entre o final dos anos 80 e o início dos anos 90, quando então já se consolidara o processo de emancipação política do município de Quissamã. Em **O Passado que se faz Presente**, entende-se que esse trabalho coordenado pela SPHAN/Fundação Pró Memória, por conta de seu pioneirismo, é seminal para a política de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural do município de Quissamã porque serve como parâmetro tanto para a escolha dos bens a serem salvaguardados – particularmente edificações que remetem ao período de apogeu da história local de Quissamã ou manifestações culturais cuja origem também se

relaciona com esse mesmo recorte temporal – quanto para assinalar uma espécie de acento dicotômico – que contrapõe o patrimônio “da Elite” e o patrimônio “do Povo” – que acaba sendo evidente na narrativa de uma espécie de história oficial que vem se consolidando em Quissamã, amparada nessa mesma política de salvaguarda.

Para ser mais completa, a descrição do cenário próprio de Quissamã, que impressiona o tal observador sensível aos requintes do passado e, por conseguinte, das narrativas tradicionais, ainda teria de incluir outros elementos que se acham direta ou indiretamente associados aos sítios históricos já citados. O primeiro deles corresponde à contratação, por parte da Prefeitura Municipal, de pesquisadores e instituições de renome para a consecução de trabalhos de levantamento arquitetônico, historiográfico e de potencial turístico do município; esses trabalhos, ao que parece, legitimariam tanto a restauração dos prédios considerados históricos como a montagem de um circuito de visitação turística e educacional aos mesmos prédios. Nesse caso, surpreende o fato de haver uma certa concordância entre duas narrativas que, em geral, se confrontam: a memorialística local, cujas origens remontam a quase um século e que associa a história oficial do município a grandes personagens de uma mesma família, e a científica, que tende a questionar histórias desse tipo mas que ali, em Quissamã, manifestava um mutismo significativo ou pelo menos manteve-se silente até um certo período, pois nessa última década de 2010 tem vindo a público os resultados de trabalhos de extensão e pesquisa que colocam em dúvida algumas certezas que acompanharam o trabalho de salvaguarda do patrimônio histórico e cultural de Quissamã.

Os resultados obtidos através de ações recentes ou não de pesquisa e extensão colocam em dúvida algumas certezas que até então eram recorrentes na política de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural de Quissamã. A relação umbilical que supostamente haveria entre os escravos da Fazenda Machadinha e angolanos da província de Kissama vem sendo questionada por pesquisadores que tem se debruçado sobre o tema. Em conversa informal com o doutorando Ricardo de Melo, que está aprofundando sua análise acerca do jongo e da identidade quilombola em Machadinha, ele chamou atenção para o fato de que existem estudos já concluídos ou que vem sendo desenvolvidos atualmente acerca da formação étnica dessa mesma comunidade de remanescentes de quilombo e de outras

comunidades com as mesmas características na Baixada Campista; de acordo com Melo, vem se consolidando a hipótese de que muitos dos escravos que chegaram a essa região, principalmente na segunda metade do século XIX, vieram através do tráfico interprovincial e não necessariamente do tráfico atlântico. Isso ocorreu num contexto em que crescia o número de engenhos de cana de açúcar na Baixada Campista e simultaneamente entravam em decadência províncias nordestinas que concentraram grandes contingentes de escravos e que, naquele momento, eram obrigadas a repassar mão de obra cativa para províncias em ascensão – conforme constatou a obra referencial de FÁRIA (1998). Por outro lado, a suposta relação cordial que havia entre senhores e escravos residentes em Quissamã – que aliás é contraditória quando se leva em consideração que escravidão por definição é a negação de direitos básicos, a começar pela liberdade – essa também precisa ser mediatizada ou pela recusa de descendentes de escravos de uma nova geração em aceitar esse tipo de concepção que nega a violência intrínseca à escravidão – casos de Dalma dos Santos e Wagner Firmino, que atribuem essa ideia de uma escravidão edulcorada a uma história do ponto de vista senhorial – ou pela devida atenção que é preciso dar à mudança no tom dos depoimentos de guardiães da tradição de Machadinha como Seu Tide, que muito recentemente, depois de diversas entrevistas em que foi interpelado acerca de outros assuntos, vem trazendo à tona a lembrança do sofrimento nos tempos da escravidão, especialmente quando se refere às histórias contadas a ele por sua bisavó, que ainda carregava nas costas as cicatrizes do chicoteamento a que fora submetida por diversas vezes.

O segundo elemento do cenário trata de outras ações da administração municipal no sentido de promover educação patrimonial e incentivar o turismo histórico e ambiental na localidade. Desse espectro de ações, fazem parte desde a mobilização de setores da comunidade local até a montagem de equipes técnicas para gerenciamento e execução de projetos de restauração e ainda a realização de diversos cursos voltados para formação ou capacitação de profissionais nos setores de recepção de visitantes, gastronomia e hotelaria. No que se refere a esse trabalho de formação de quadros profissionais, duas experiências concretas se destacaram num passado recente: a instalação de um curso de Graduação em Gestão de Turismo com a chancela da Universidade Federal Fluminense (UFF) e uma parceria firmada com o Instituto Federal Fluminense (IFFluminense) que resultou na

construção de um *campus* na cidade, onde já foi ministrado, entre outros cursos técnicos, um voltado para a formação de Guias de Turismo e onde se encontram em funcionamento as dependências de um laboratório de Gastronomia e Hotelaria.

No que se refere especificamente aos trabalhos de conservação e restauro, a PMQ se alinhou com IPHAN e INEPAC no sentido de recuperar as seguintes edificações, cujo processo de construção varia entre os séculos XIX e XX: a sede da Fazenda Quissamã – atual Museu Casa de Quissamã – o conjunto de senzalas da Fazenda Machadinho, o Centro Cultural Sobradinho, o coreto da praça Brigadeiro José Caetano Barcellos Coutinho e a estação ferroviária de Conde de Araruama. Cursos de capacitação. Todas elas foram restauradas e adaptadas para se tornarem equipamentos culturais da municipalidade. Também foram encaminhados projetos similares para outras edificações, que ainda não foram realizados por diversas razões, como é o caso da sede da Fazenda Mandiquera, que ainda é propriedade privada e se encontra em estado precário de conservação. Em relação às ações voltadas para o patrimônio imaterial e também para o turismo cultural, destacou-se no início dos anos 2000, o projeto Raízes do Sabor, desenvolvido por iniciativa de Maria José de Queirós e Darlene Monteiro, com apoio da PMQ, na comunidade de Machadinho. O projeto consistiu no desenvolvimento de uma pesquisa de iguarias da época da escravidão através das memórias de moradores da comunidade, especialmente do senhor, Carlos do Patrocínio, filho do último cozinheiro do casarão de Machadinho, o senhor Amaro do Patrocínio, que trabalhava com o sobrinho Menésio do Patrocínio. Foram identificados pratos tradicionais como sopa de leite, mulato velho, capitão de feijão, bolinho de carne seca, ambrosia de leite azedo, bolinho e pastel de sassa; numa parceria com a PMQ, passou a funcionar um restaurante na Casa de Artes, especializado em servir as iguarias da culinária quilombola. Em 2003, o projeto Raízes do Sabor recebeu o Prêmio Cultura Nota 10; em 2010, a Casa de Artes foi contemplada com o prêmio de Cultura do estado do Rio de Janeiro no quesito gastronomia. Já em 2013, foi inaugurado o Laboratório de Gastronomia do *campus* Quissamã do IFFluminense, cuja estrutura física foi construída por ordem da PMQ e cedida para a instituição de ensino, como aliás já havia ocorrido com as demais instalações do *campus*. Três anos antes, em 2010, Quissamã havia recebido a visita do francês Jean Klinkert – conforme noticiado em <http://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/13720/prefeitura-e-iff-recebem->

[visita-de-frances](#) – representante da *Association Départementale du Tourisme du Haute-Rhin (DTHR)*, uma associação de turismo da Alsácia que se dispunha na ocasião para capacitar profissionais da PMQ e do IFFluminense que iriam desenvolver futuramente ações educativas nas áreas de turismo, gastronomia e hotelaria. Naquela ocasião, a então Reitora do IFFluminense, Cibele Daher, afirmava que a previsão era de que fosse implantado o curso técnico de Guia de Turismo em 2011 e o de Hotelaria e Gastronomia em 2013, nos moldes de cursos já existentes no *campus* Cabo Frio. Da parte da PMQ, principalmente durante a gestão do Prefeito Armando Carneiro, havia um claro interesse de transformar Quissamã num pólo gastronômico conjugado ao turismo histórico, cultural e ambiental; o foco era direcionado para atrativos conhecidos fora dos limites quissamaenses, como o Complexo de Machadinho e o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Esse entendimento de que existe um forte potencial para o turismo cultural e ambiental em Quissamã e de que a PMQ vem investindo no desenvolvimento desse potencial é reconhecido em: (CORDEIRO, 2008) (CASTRO, 2006) (NEVES; GANTOS, 2014). O curso técnico de Guia de Turismo do *campus* Quissamã do IFFluminense foi implementado em 2011, contando originalmente com uma turma de 18 alunos; em 2013, concluíram o referido curso apenas seis alunos. Depois da formatura dessa primeira turma, o curso não teve continuidade. A alta taxa de evasão escolar – que a propósito nunca foi estudada com profundidade – e o encerramento do período de contrato entre o IFFluminense e a PMQ – a Prefeitura se comprometia com a contratação de professores de áreas de conhecimento específicas e custeio de trabalhos de campo e insumos – foram os argumentos levantados pela Direção do *campus* para não abrir novas turmas. Os cursos técnicos de Gastronomia e Hotelaria não chegaram a ser implementados, conforme estava previsto. O *campus* efetivamente nunca contou com docente com formação específica em Turismo; um único docente de Gastronomia foi aprovado em concurso público e ainda hoje atua no *campus*, que se limita a ofertar cursos específicos – tais como Auxiliar de Garçom – de curta duração em razão de demandas apresentadas pela comunidade.

O terceiro elemento, não menos significativo que os anteriores, se refere a todo um trabalho de divulgação dessas ações governamentais, que tem sido feito através de publicações subvencionadas pela Prefeitura como *folders*, *press-kits*, mapas ilustrados, jornais, revistas e livros. Algumas dessas publicações chamam

atenção pelo cuidado técnico com que foram confeccionadas, tanto no tocante ao acabamento visual, quanto ao conteúdo trabalhado, quase sempre referente aos sítios históricos e ambientais da localidade. Dentre as publicações subvencionadas pela PMQ, destacam-se os seguintes livros e catálogos, todos publicados durante a gestão do Prefeito Armando Carneiro e relacionados a ações pontuais de salvaguarda, quase sempre inauguração de equipamentos culturais:

BRAGA, Janira; VELOSO, Mário. *João Francisco: o desbravador de João Francisco*. Rio de Janeiro; Gol, 2009.

FERNANDES, Raquel; CORDEIRO, Wellington. *Tidinho: o menino contador de histórias, uma outra versão da história de Quissamã*. Quissamã, Amitié Propaganda e Marketing, 2008.

MACEDO, Nylson; SILVA, Leonardo de Vasconcellos. *A Ferrovia Agrícola de Quissaman e suas conexões regionais*. Quissamã: Prefeitura Municipal de Quissamã, 2012.

SILVA, Leonardo de Vasconcellos; CORDEIRO, Wellington; FERNANDES, Raquel. *Centro Cultural Sobradinho: passado, presente e futuro*. Quissamã: Prefeitura Municipal de Quissamã, 2007.

SILVA, Leonardo de Vasconcellos. *Machadinha: origem, história e influência*. Quissamã: EDG Editora Gráfica, 2009.

_____. *Memória visual e afetiva de Quissamã*. Quissamã: Usina de Notícias Assessoria de Imprensa, 2006.

Uma das publicações citadas merece ser tratada com distinção nesse quadro descritivo: trata-se do livro ***Tidinho, o menino contador de histórias*** (2008), relato ficcional assinado por Raquel Fernandes e ilustrado por Wellington Carvalho, que se propõe a recontar a história de Quissamã para o público infanto-juvenil. O livro chama atenção exatamente por sua narrativa, que combina elementos ficcionais de fácil identificação para seu público leitor com relatos tradicionais da história local; talvez por conta desta sua peculiaridade, tal publicação chegou a ser utilizada como recurso paradidático nas escolas públicas da rede municipal de ensino de Quissamã. Muito provavelmente, o que se quis foi difundir tal história local para as novas gerações de quissamaenses e, simultaneamente, desenvolver um senso coletivo de preservação do que pode ser entendido como uma espécie de patrimônio oficial.

O quadro até então descrito se torna ainda mais surpreendente quando se tem a exata dimensão do que representa, atualmente, Quissamã. Ex-distrito de Macaé, esse município fluminense se emancipou em 1989. Desde então, vem percorrendo um caminho próprio de desenvolvimento às custas do investimento de *royalties* do petróleo e sob a liderança de membros de uma família considerada tradicional cuja árvore genealógica remete à aristocracia do Império do Brasil (1822-1889). A posição geográfica de Quissamã – cujo território fica meio escondido entre a Lagoa Feia, um litoral de mar bravio e a BR-101, principal via de acesso entre os dois grandes centros regionais, Macaé e Campos dos Goytacazes – parece ter sido responsável por uma situação de isolamento que se estendeu por décadas e que, em parte, favoreceu a preservação de seus sítios históricos e de algumas relações sociopolíticas tradicionais. Nos últimos anos, esse isolamento veio sendo mitigado à medida que pessoas de diferentes lugares, com formações culturais e profissionais diversas, foram atraídas para o município da Baixada Campista por oportunidades de trabalho e de melhoria de padrão de vida. O alto investimento de *royalties*, promovido pela administração municipal em setores como educação e turismo, foi o foco principal de atração. Dentro desse novo contexto, a Prefeitura construiu escolas, abriu concursos públicos para a contratação de profissionais de educação, firmou contratos de parceria com instituições públicas e privadas que se instalaram na cidade, passou a ofertar transporte gratuito a quissamaenses que quisessem buscar qualificação técnica e até educação superior em cidades próximas. Quissamã até se destacou internacionalmente por promover a inclusão digital de seus moradores através de um projeto de internet gratuita. Num passado recente, foi anunciado um grande investimento de capital público e privado na construção do complexo portuário de Barra do Furado, povoado que fica a apenas 38 quilômetros de Quissamã. Havia uma expectativa de geração de 50 mil postos de trabalho e tudo indicava que o impacto socioeconômico, na Baixada Campista, seria algo sem precedentes, pois o empreendimento tendia a trazer consigo os efeitos da globalização. Entretanto, o complexo de Barra do Furado acabou não seguindo os rumos planejados e quase nada do que se projetava em termos de desenvolvimento econômico local e regional se concretizou até o presente momento.

Diante de tudo isso, pode-se concluir que existe, no município de Quissamã, algo mais do que um simples projeto governamental de incentivo ao turismo histórico

e ambiental. Um olhar mais crítico faz pensar que se trata de uma política pública da Prefeitura Municipal – ou melhor, dos sujeitos sociais que a conduzem, de acordo com interesses próprios – no sentido de reafirmar uma história tradicional que, a propósito, vem se perpetuando há mais de um século não somente em Quissamã, mas em quase todo Norte e Noroeste Fluminense. Uma história aristocrática que enfatiza grandes personagens, que solidifica relações hierárquicas, mas que, por conta de fatores conjunturais, tem de transigir com a diversidade da composição social do município de Quissamã que se manifesta em modos diferentes de absorver ou não essa narrativa histórica com forte propensão para ser identitária; na prática cotidiana do desenvolvimento das ações de salvaguarda de patrimônio, observa-se o embate entre os mais diferentes agentes envolvidos no processo de construção de uma política pública de salvaguarda. Não seria exagero dizer que, em Quissamã, considerando que a história de um povo é elemento fundador de sua própria identidade, está se cristalizando uma noção de identidade coletiva que remete a um passado idealizado, para não dizer um passado ideologizado segundo os interesses de uma elite local que, a propósito, se sustenta no poder há quase dois séculos. Tudo o que se disse até então em relação a esse município fluminense, na verdade, gira em torno de uma grande história de família ou da história de uma grande família, de um clã cuja posição de liderança na sociedade local vem se perpetuando na longa duração através de relações sociopolíticas, desde meados do século XIX.

A marca de uma história de família é evidente na narrativa que desponta tanto na publicação – MARCHIORI, 1987 – que sintetizou os resultados daquele que se pode considerar como trabalho pioneiro de mapeamento do patrimônio histórico e cultural de Quissamã, quanto em publicações subsidiadas pela Prefeitura Municipal de Quissamã como os assinados por SILVA (2006 e 2009) e FERNANDES & CORDEIRO (2008). Nessas obras autorais que norteiam ou fazem parte da política de salvaguarda quissamaense, revela-se uma espécie de história oficial em que os protagonistas são invariavelmente pessoas de um mesmo tronco familiar, de sobrenome Carneiro da Silva, ou ainda pessoas que orbitam em torno dessa família. Tal história é recortada no tempo para se iniciar com um personagem cuja importância ultrapassa os limites de Quissamã e diz respeito a toda a Baixada Campista, resvalando mesmo na Corte Imperial do Rio de Janeiro: José Carneiro da Silva, o primeiro Visconde de Araruama. A partir dessa espécie de patriarca, que

exerceu liderança junto ao Partido Conservador no Norte Fluminense, toda a narrativa da história regional – que vai se tornando cada vez mais local ao se circunscrever dentro dos limites do atual município de Quissamã – vai sendo pontuada por descendentes diretos ou indiretos do Visconde: são filhos, netos, bisnetos, parentes mais distantes cujos nomes e sobrenomes assumem papéis de destaque nessa narrativa, por vezes extrapolando as fronteiras locais e chegando a Campos dos Goytacazes, Macaé e mais uma vez à sede da Corte no Rio de Janeiro. Do ponto de vista da salvaguarda de patrimônio material em Quissamã, os esforços de mapeamento, catalogação e restauro – ou mesmo de reforma – se concentraram em edificações mandadas construir ou habitadas por esses protagonistas de história local. CALVENTE (2001), em dissertação de Mestrado, observou como essas tais edificações – especialmente as sedes de fazenda e os solares urbanos – não apenas estavam vinculadas a uma mesma história de família, mas igualmente apresentavam elementos arquitetônicos que as distinguiam como materializações de uma mesma linhagem estética. CALVENTE chegou a traçar uma espécie de árvore genealógica dessas habitações, dispondo-as em ordem cronológica crescente e destacando suas semelhanças arquitetônicas, que iam se repetindo ou sendo reatualizadas nas variantes do tempo de aproximadamente um século e meio: de 1777 a 1782, quando foi erguida a Casa Mato de Pipa – reconhecida como “*Casa Mater*” ou “*Casa Mãe*” por CALVENTE – a meados do século XX, momento em que foram erguidas as últimas construções com características ainda derivadas da progenitora do século XVIII, ela mesma apresentada em nota por FREYRE (2006) como única edificação em estilo bandeirista ainda de pé fora do estado de São Paulo. O fluxograma de edificações familiares elaborado por CALVENTE foi reproduzido em formato de painel e instalado numa das paredes internas da Casa Mato de Pipa, que atualmente abriga a AMAP, uma instituição privada que se dedica à salvaguarda do patrimônio da “*Casa Mãe*” e, por extensão, serve como mediadora para o acesso ao acervo igualmente privado de dezenas de outras sedes de fazenda quissamaenses, muitas delas ainda de propriedade de descendentes do Visconde de Araruama. No caso de ações de salvaguarda promovidas pela PMQ, não se pode perder de vista que o foco se concentrou em outras edificações ligadas umbilicalmente à Casa Mato de Pipa que, mesmo tendo reconhecido valor histórico, traz consigo toda uma carga

simbólica de história familiar. Durante a gestão do ex Prefeito Octávio Carneiro, foram adquiridas pela Prefeitura as sedes das fazendas de Quissamã e Machadinho – nesse caso, incluindo duas alas de senzalas – já na gestão do ex Prefeito Armando Carneiro.

Entretanto, o que aparentemente deveria orbitar num círculo concêntrico, tendo uma concepção de história oficial como paradigma, na prática são indivíduos ou coletividades que não necessariamente se limitam a reproduzir o que lhes é proposto ou imposto pelos idealizadores de uma política pública de salvaguarda de onde emerge uma unidade narrativa; esses indivíduos ou coletividades também são agentes do processo como um todo, eles assumem posicionamentos diante daquilo que lhes chega como propositura de identidade. Essa última afirmação decorre propriamente do exercício de pesquisa e análise que embasa esta tese. No que se refere especificamente à aplicação prática da política de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural em Quissamã, pelo menos em duas neocomunidades (15) onde se justifica a realização de ações protetivas (16), essas mesmas ações tem potencializado situações sociais (17) a partir das quais se pode observar como pessoas e coletividades reagem das mais diferentes maneiras às proposituras de identidade que lhe são ofertadas, seja por instituições públicas ou privadas.

Sob o título literário **O Passado que se faz Presente**, reside uma óbvia dicotomia entre duas dimensões de tempo que aparentemente se excluem mas que, aqui – numa tese que se propõe a analisar como ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural realizadas em neocomunidades do município de Quissamã potencializam comportamentos individuais e coletivos que apontam tanto para manifestações plurais e variantes de identidade cultural, quanto para o exercício cotidiano de relações de poder e econômicas – convergem para um mesmo território a partir do qual se concebe um objeto de investigação científica. O passado é então entendido ou como recorte idealizado desse mesmo tempo ou como elemento difuso que se manifesta em ações individuais ou coletivas; o presente, por seu lado, é aqui evidenciado como *locus* dessas mesmas ações que, em certa medida, se caracterizava por reatualizar e ressignificar essa espécie de duplo passado, o edulcorado que tende a embotar as mentes e o incômodo que faz pensar.

O balizamento temporal se concentra entre 1989 – ano da emancipação política do município – e os dias atuais, quando então vem sendo coletados depoimentos de pessoas diretamente envolvidas com a salvaguarda – gestores públicos e privados, produtores culturais e moradores de neocomunidades locais – bem como se aprofunda e se complementa um trabalho de investigação etnográfica de cinco anos. Com base em informações obtidas através do exercício etnográfico e de entrevistas semiestruturadas, observa-se que existe uma narrativa com propensão identitária se consolidando com essas ações de salvaguarda, uma espécie de história oficial que idealiza o passado e projeta a existência de uma sociedade local não necessariamente sem conflitos, mas com situações conflituosas amortizadas e aparentemente sob controle, tudo isso contrastando com um contexto sociopolítico que aponta para o reconhecimento das diferenças e, simultaneamente, para a revalorização de ideais democráticos no Brasil. O foco analítico se concentra nessa narrativa identitária, procurando entendê-la como manifestação de interesses políticos enraizados no lugar, bem como compreender os seus limites quando confrontada com a multiplicidade de vozes que ecoam em duas neocomunidades – a de Machadinha, onde foi implantado um Memorial que ressignifica o mito de origem de Quissamã e que aqui se entende como uma síntese dessa narrativa identitária; e também a da Vila Operária do Engenho Central, parte integrante do complexo arquitetônico daquele que é reconhecido como o primeiro engenho em regime de cooperativa na América do Sul e que, apesar de seu pioneirismo, vem sendo relegado ao esquecimento pela política de salvaguarda do município de Quissamã. Tratam-se de duas materializações – no caso do Engenho, o mais correto seria dizer a desmaterialização de uma memória coletiva já consagrada, que a cada dia se vê colocada em situação de risco no mesmo ritmo em que seu antigo parque industrial vai sendo destruído – dessa mesma narrativa que, por um lado, reitera e reatualiza um mito de origem ancorado na ideia da democracia racial e, por outro, relega ao ostracismo um lugar cujas pessoas ainda cultivam memórias de sofrimento com forte potencial para desnudar tanto o mito de origem quanto a ideia da coexistência pacífica dos três elementos étnicos que supostamente fundam a ideia de uma sociedade una e brasileira.

Essa abordagem proposta por ***O Passado que se faz Presente*** se encontra dividida em dois capítulos. O primeiro deles descreve o percurso metodológico da

análise, ressaltando como instrumentos de coleta de dados - especificamente a observação direta acompanhada de conversas informais e entrevistas semiestruturadas - são empregados, dentro de uma perspectiva sociológica, para conceber a análise de situações sociais decorrentes das ações de salvaguarda patrimonial; nesse capítulo, notadamente metodológico, a análise propriamente dita se inicia de modo pontual, anunciando como a diversidade de opiniões e comportamentos se manifesta em torno de questões identitárias. O subtítulo inicial deste capítulo traz com ele uma primeira abordagem sobre a metodologia qualitativa que imprime suas marcas na trajetória desta pesquisa e que ampara o pesquisador num exercício de alteridade em relação ao seu *locus* de pesquisa ou mais especificamente em relação às pessoas que habitam e se inter relacionam em comunidades de Quissamã; é através de uma perspectiva relacional do pesquisador com seu objeto que começam a vir à tona, através da observação direta e de conversas informais, algumas ambiguidades da política pública de salvaguarda em Quissamã que, a propósito, prenunciam situações conflitivas que estão por vir no decorrer da narrativa. O segundo entretítulo já encaminha o texto para a perspectiva etnográfica com base em FREHSE (2006) e LALANDA (1998); simultaneamente, também anuncia as razões históricas da presença difusa da escravidão em Quissamã, mesmo numa conjuntura de reafirmação de valores democráticos; o texto chama para o debate o mito de origem daquele lugar - o encontro de Ayres de Maldonado com Kissama - e propõe uma analogia entre esse mito e uma versão tradicional da história do Brasil que, aliás, se esforça por inaugurar uma propositura de unicidade em meio à diversidade; esse mesmo texto trafega por algumas referências de GINZBURG (1989), GEERTZ (2008), CARDOSO de OLIVEIRA (2000) e MOUTINHO (2016) para ajudar na composição de uma perspectiva de abordagem do outro que tenta compreendê-lo pela devida atenção aos detalhes significativos e ao respeito pelas diferenças. O terceiro entretítulo avança pela metodologia da análise situacional fundamentada em GLUCKMAN (2010) e VAN VELSEN (2010) e, através da evidenciação de algumas situações sociais, fomenta um debate em torno das ações de salvaguarda ou, mais diretamente, sobre o modo como elas podem estimular interações coletivas e reações individuais considerando o que vem ocorrendo em Quissamã; nesse debate, que entende patrimonialização como uma disputa entre poder público e comunidade nos moldes definidos por

MENESES (2009), entram conceitos fundamentais como tradição inventada (HOBSBAWM & RANGER, 1984) e lugares de memória (NORA, 1993); ainda sob esse mesmo entretítulo, cada um dos objetivos da pesquisa é detalhado em suas nuances e a narrativa se desenvolve necessariamente por situações sociais alocadas nas comunidades de Machadinho e da vila operária do Engenho Central, onde então a dinâmica do intercurso de agentes internos e externos (LIFSCHITZ, 2011) tende a reafirmar ou ressignificar memórias coletivas (HALLBACH, 1990) e colocar na ordem do dia uma outra dinâmica, a do processo de construção da identidade coletiva ou de identidades coletivas com base em HALL (2009); por conta da especificidade das ações de salvaguarda, que lidam com diferentes variáveis de tempo, ainda sob esse entretítulo faz-se um exercício de análise situacional com a preocupação de relacionar passado, presente e futuro numa perspectiva conjuntural e diacrônica (FRESHSE, 2006) (BENSA, 1998). O quarto e último entretítulo deste capítulo inaugural encaminha um debate acerca da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados; paralelamente, apresenta os perfis dos entrevistados em ***O Passado que se faz Presente*** e algumas características do modo de abordar esses mesmos entrevistados. O segundo capítulo é de cunho analítico mesmo e se concentra em avaliar como ações pontuais de salvaguarda desenvolvidas na comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinho e na Vila Operária do Engenho Central são recepcionadas por pessoas dessas duas neocomunidades das mais diferentes maneiras, motivando reações que transitam da rememoração nostálgica à crítica ferina, do envolvimento incondicional das pessoas à indiferença absoluta. É nesse ponto em que os paradoxos se manifestam, em que as situações conflitivas vem à tona que se pode perceber que a multiplicidade de comportamentos e de opiniões é algo inerente à estrutura aparentemente duradoura das relações sociais.

Como já se pode depreender a partir da apresentação sumária do primeiro capítulo de ***O Passado que se faz Presente***, a metodologia que fundamenta a pesquisa aqui apresentada é a análise situacional de GLUCKMAN (2010) e VAN VELSEN (2010) que, nesse caso específico, consiste em fazer descrições analíticas de situações sociais relacionadas a ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural. Essa mesma análise de situações sociais - considerando as características intrínsecas das ações de salvaguarda, que envolvem diferentes variáveis de tempo -

toma por base, invariavelmente, tanto a conjuntura em que tais situações se inserem, quanto a perspectiva diacrônica das mesmas, que costumam reunir numa só narrativa identitária elementos do passado, do presente e do futuro. A respeito da abordagem conjuntural e diacrônica dos eventos observados pelo pesquisador, os fundamentos são encontrados em FREHSE (2006) e BENSA (1998). Ainda que possa parecer óbvio dizer isso, cabe acrescentar que todo o percurso analítico, que aliás se fundamenta numa experiência pregressa e concomitante do pesquisador como extensionista no mesmo *locus* da pesquisa, passa necessariamente por uma perspectiva etnográfica, em conformidade com MARTINS (2004), FREHSE (2006), LALANDA (1998) e BENSA (1998). Os instrumentos básicos de coleta de dados empregados na pesquisa são observação direta e entrevistas semiestruturadas; eventualmente, quando necessário, recorre-se a publicações e documentos legais. No caso da observação direta, ela se estendeu por um período de aproximadamente seis anos que coincidiu com o tempo de exercício profissional do pesquisador em Quissamã; o exercício de olhar, ouvir e escrever foi devidamente amparado em pressupostos teóricos e metodológicos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000), com a devida atenção para detalhes significativos (GINZBURG, 1989) (GEERTZ, 2008) e para os assuntos recorrentes em conversas informais, mesmo com aquelas pessoas que não foram necessariamente entrevistadas. Também de acordo com a metodologia da análise situacional, as proposituras de análise propriamente ditas são suscitadas ainda no calor do trabalho de campo; o amadurecimento dessas propostas iniciais é que necessariamente ocorre no momento da transcrição das entrevistas e da revisão das anotações de campo.

Com base nesses aspectos procedimentais e teóricos, o trabalho de pesquisa e a narrativa analítica que o acompanha realizam os seguintes objetivos: 1) caracterizam a pluralidade de comportamentos e relatos que são potencializados a partir de ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural que vem sendo desenvolvidas em duas neocomunidades quissamaenses: Machadinha e Engenho Central; 2) ajudam a entender o modo como indivíduos, que possuem histórias de vida vinculadas a tais neocomunidades, lidam com relacionamentos estruturais; 3) possibilitam a compreensão do modo como escolhas individuais ou coletivas se relacionam com variantes conjunturais, dentro de um processo de construção de uma ou mais memórias coletivas, de uma ou mais identidades culturais; 4)

relacionam essa diversidade manifesta com uma proposta unificadora que emana das ações de salvaguarda e aponta para um passado idealizado que tende a apascentar situações conflitivas de um presente marcado pela revalorização do exercício democrático e com a reafirmação das diferenças.

1. Procedimentos de Pesquisa e Análise

A primeira constatação que idas constantes a Quissamã, nos últimos seis anos, me proporcionaram foi de que se trata de um lugar pequeno, bem pequeno mesmo quando comparado a outros lugares que tenho frequentado: do Rio de Janeiro, cidade onde resido e que se tornou para mim um exemplo vivo de grandiosidade e grandiloquência, a Itaperuna, cidade onde nasci e que, até conhecer e viver um pouco em Quissamã, me parecia a síntese do acanhamento, da pequenez e de um quase mutismo. A segunda impressão foi menos óbvia: Quissamã se configura como repositório de múltiplas interpretações acerca de um mesmo assunto; no caso, a sua história local ou mais diretamente as narrativas identitárias que os quissamaenses constroem e compartilham acerca de seu passado. Essas diferentes interpretações podem ser ouvidas de diversos interlocutores; mas, de um modo contraditório, somente uma dessas tantas versões acerca do mesmo tema parece merecer o cuidado de ser preservada ou de se ver materializada em ações de salvaguarda dos poderes públicos. Existe, portanto, em Quissamã uma espécie de história oficial que não se limita a ser narrada por memorialistas, mas que se encontra materializada em verdadeiros monumentos ao passado ou mais especificamente a um passado supostamente único que contradiz a própria multiplicidade de sentidos das histórias pessoais e coletivas do lugar ou pelo menos sobressai quando colocado, lado a lado, com outras memórias coletivas e individuais dos moradores daquele lugar. Por último e não menos importante, deve ser ressaltado que a contradita – no caso, a pluralidade de valorações que insiste em sobreviver no lugar – essa não sucumbe às inúmeras tentativas de se implantar uma unicidade discursiva naquele município da Baixada Campista e se apresenta como algo vivo e latente não apenas nas vozes que tendem a se esvaír com o tempo, mas também em espaços físicos ou publicações que não necessariamente as eternizam, mas que fazer reverberar dentro e fora de Quissamã as dissonâncias.

Juntando-se esses dois aspectos inerentes à Quissamã que foram percebidos por este observador – tanto a pequenez do lugar, quanto suas memórias que conflitam com uma história que se pretende oficial – pode até se observar que o lugar não difere de outros tantos que existem por aí, espalhados pelo interior do Brasil ou mais especificamente do estado do Rio de Janeiro, e que bem poderiam se

constituir como objetos de uma análise mais acurada na seara da Sociologia Política. Mas o fato é que nenhum outro desses lugares seria Quissamã, nenhum deles traria combinadas em si mesmo todas as especificidades de um território cuja distância para se chegar pareça ser infinita, cujas edificações bem preservadas e antigas se destaquem numa paisagem de Baixada, cujas temporalidades distintas se confundam a ponto de haver um passado redivivo sempre sondando o presente, cujas chaminés de um velho engenho aparentem ser onipresentes onde quer que se esteja naquele lugar. A paisagem cultural de Quissamã – a paisagem humanizada nos últimos 300 anos e ressignificada atualmente a cada dia – parece ser única ao reunir tudo isso.

Decorre, acima de tudo, desse entendimento de Quissamã como lugar único e recheado de significados cuja possibilidade de apreensão varia tanto para os moradores do lugar, quanto para os observadores externos, a opção que aqui se faz por uma metodologia de tipo qualitativo. Essa escolha é minha, na qualidade de observador que por vezes, em razão das intercorrências do exercício profissional, se envolve com o lugar e, mais diretamente, com um de seus problemas: aquele que aqui se define como política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural. Parece que as palavras de RICHARDSON (2014, p. 79) se solidificam nessa escolha: “A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

MARTINS (2004, p. 293) também advoga a favor dessa autonomia do pesquisador – particularmente do cientista social – no sentido de escolher ele próprio a metodologia que mais se aplica ao processo de construção do conhecimento científico, considerando as duas opções que se apresentam a ele e que tendem a se excluir mutuamente: a quantitativa e a qualitativa. MARTINS (2004), que assume e justifica sua opção pela qualitativa, aponta para a necessidade de se levar em consideração duas variáveis nesta escolha: por um lado, o problema que o pesquisador coloca para sua reflexão e, por outro, os objetivos que ele pretende alcançar com sua pesquisa.

Ora, no que se refere especificamente ao trabalho que aqui se inicia, a primeira condicionante para a opção por uma metodologia qualitativa, de acordo com as duas enunciadas por MARTINS (2004), essa já foi até enunciada. Trata-se do problema

que se apresenta ao pesquisador como uma política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural que, dentro do município de Quissamã, se destaca tanto pelas evidências materiais que existem na paisagem local, quanto pelo fato dela se constituir como uma espécie de narrativa identitária que se propõe a ser única ou preponderante em meio à diversidade de vozes e de memórias que ecoam naquele lugar. Considerada assim, essa política pública de cultura pode ser entendida como espaço de disputa entre diferentes narrativas que são potencialmente identitárias e que, por conta disso, possibilitam aos sujeitos sociais que se sintam pertencentes ou não àquele lugar em que vivem. Uma questão central se apresenta então como fio narrativo da proposta de tese: como se configura a disputa entre diferentes narrativas identitárias que emanam das ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural do município de Quissamã? De um modo mais direto e prático, essa questão tende a ser respondida através da análise de situações sociais que decorrem da implementação de ações de salvaguarda em duas neocomunidades quissamaenses: Machadinha e Vila Operária do Engenho Central.

A respeito dessa questão de estar-se consolidando em Quissamã uma história oficial – entre outras coisas, porque reproduz algumas matrizes de uma história nacional pensada para ser unificadora numa conjuntura de diversidades e porque vem sendo difundida pelo poder público municipal em diferentes ações de salvaguarda e através de diversos meios de comunicação – ou de estar-se solidificando uma narrativa identitária que se propõe a ser única – nesse caso, porque vem se impondo, também através de ações de salvaguarda, as sequências lógicas de uma só narrativa que tende a abarcar todas as demais num mesmo percurso processual – cabe acrescentar que ela não necessariamente se alinha com o tipo de conhecimento que tem sido produzido, segundo ASAD (1993, p. 15), por muitos “críticos radicais” que enganosamente advogam que o poder hegemônico necessariamente suprime as diferenças em favor da unidade e que esse mesmo poder sempre abomina a ambiguidade.

No caso específico do que tem sido observado em Quissamã, ou mais diretamente em ações de salvaguarda de patrimônio desenvolvidas em duas neocomunidades locais, a ambiguidade tem acompanhado a política pública de salvaguarda e isso pode ser constatado tanto no que se refere à dicotomia intitulada

“Da elite e do povo” e que aparece no Sumário da obra seminal (MARCHIORI, 1987) que inspira tais ações, quanto nas diversas tentativas de se estimular o exercício da cidadania num território fortemente marcado pela escravidão. A respeito da tal obra seminal – que deriva de um trabalho de levantamento do patrimônio histórico e cultural realizado, nos anos 1980, pela Fundação ProMemória – ela já foi reeditada três vezes em Quissamã e é reconhecida, através de depoimentos de gestores públicos e privados como Alexandra Moreira e Helianna Barcellos, por sua importância na condução das escolhas e dos procedimentos de salvaguarda, assim como recebe críticas pela dicotomia que encerra em seu Sumário. Dona Helianna e Arnaldo Mattoso, ele próprio coordenador técnico do trabalho de pesquisa, enfatizam que a sociedade quissamaense é assim mesmo, dicotômica; por sua vez, Alexandra tem o cuidado de depurar essa dualidade com suas palavras, dizendo que a mesma não se aplica às ações de salvaguarda que ela própria realizou em Quissamã, ainda que o inventário feito pela Fundação Pro Memória, especialmente no que diz respeito ao patrimônio material, as tenha inspirado. Mas Alexandra, enquanto gestora, não se furtou a problematizar num texto que serve de Prefácio para o catálogo de inauguração do Museu Casa de Quissamã (SILVA, 2006) a contradição que costuma vir à tona quando se trata de exercitar cidadania – algo que parece estar ligado às ações de salvaguarda – num território cujo passado remete à escravidão e onde reside uma comunidade – no caso, a de Machadinho – que traz consigo as marcas dessa mesma contradição. Cabe dizer que Machadinho é, atualmente, reconhecida como uma comunidade de remanescentes de quilombo e que as famílias que constituem tal comunidade residem nas antigas senzalas de uma das fazendas que reuniu um dos maiores plantéis de escravos da Região Norte Fluminense.

A segunda condicionante, que diz respeito aos objetivos da pesquisa, essa precisa ser detalhada e enumerada para a melhor compreensão da tessitura narrativa que aqui começa e que, de pronto, assume os procedimentos metodológicos que a presidem. O detalhamento propriamente dito – que inclui a enumeração dos procedimentos de coleta e análise de dados que vem sendo empregados, bem como a enunciação de fundamentos teóricos que serão melhor trabalhados nos capítulos da tese – esse virá um pouco mais adiante, mas logo a

seguir podem ser conhecidos os objetivos que norteiam a pesquisa e que acredito, estejam de pleno acordo com a opção por uma metodologia qualitativa.

1) Caracterizar a pluralidade de comportamentos e relatos que são potencializados a partir da materialização ou não de ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural que vem sendo desenvolvidas em duas neocomunidades quissamaenses: Machadinha e Engenho Central.

2) Entender o modo como indivíduos, que possuem histórias de vida vinculadas a tais neocomunidades, lidam com relacionamentos estruturais, especialmente questões ligadas ao exercício de poder político e econômico, e fazem uso da possibilidade de escolha entre normas alternativas, em razão de exigências de situações conjunturais.

3) Compreender como tais escolhas, manifestadas em relatos e comportamentos estão relacionadas tanto com variantes conjunturais, quanto com modos diversos das pessoas se posicionarem diante de si mesmas e de outras pessoas dentro de suas próprias neocomunidades, no seio do processo de construção de uma ou mais memórias coletivas, de uma ou mais identidades culturais.

4) Desenvolver uma análise diacrônica de situações sociais ligadas a ações de salvaguarda patrimonial em ambas as neocomunidades, pontuando as constantes reatualizações do mito de origem de Quissamã em Machadinha e o reiterado esquecimento a que tem sido relegada a vila operária do Engenho Central de Quissamã.

5) A partir dessa análise diacrônica, que opera simultaneamente com diferentes temporalidades, procurar entender como vem sendo construída por parte de sucessivas gestões à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã, com ações de salvaguarda patrimonial, uma propositura de discurso unificador, uma versão de história oficial do município que recombina elementos constitutivos da história tradicional do Brasil, tais como o mito das três raças e a ideia de democracia racial,

isso dentro de um território fortemente marcado pelo latifúndio monocultor escravista.

6) Relacionar essa proposta unificadora, que aponta para um passado idealizado e tende a apascentar situações conflitivas de um presente marcado pela revalorização do exercício democrático, com a diversidade de falas e comportamentos que pode ser constatada em situações sociais observadas nas neocomunidades de Machadinha e vila operária do Engenho Central, apontando para a existência de paradoxos que, em última análise, são inerentes à estrutura aparentemente duradoura das relações sociais.

Opção feita e justificada, cabe agora dizer que conceito de metodologia serve de pressuposto a ***O Passado que se faz Presente: análise das tradições materializadas em ações de salvaguarda do patrimônio histórico e cultural de Quissamã-RJ***. Seria então o conhecimento crítico do percurso científico. Essa concepção, que aponta para a necessidade de se fazer uma espécie de autocrítica constante do processo de produção do conhecimento científico, cai como uma luva e cobre bem os dedos de uma pesquisa como esta, que traz seu pesquisador se autoassumindo, simultaneamente, como sujeito produtor do conhecimento, revelando uma formação cultural e acadêmica própria e evidenciando experiências pontuais que ora o aproximam e ora o afastam de seu objeto de pesquisa. Essas minudências se configuram como parte relevante de uma relação dialogal que o pesquisador tem com seu objeto, que em certa medida resulta de sua ação profissional como professor de História e coordenador de um Centro de Memória no *campus* do IFFluminense em Quissamã. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, nos últimos seis anos, o objeto esteve algumas vezes próximo, mas tão próximo do pesquisador que isso o fez se sentir incomodado, a ponto de se perguntar se haveria mesmo o distanciamento necessário entre ambos – sujeito pesquisador e objeto a ser pesquisado – para que o conhecimento a ser produzido fosse considerado científico.

O processo de desenvolvimento das ciências do homem, ainda que não perca de vista os parâmetros de cientificidade de suas co-irmãs tem apontado numa direção um pouco diferente: aquela que reconhece a especificidade de lidar com

subjetividades, tanto a de quem constrói o conhecimento, quanto a de quem é colocado na posição de objeto da produção desse mesmo conhecimento. No que se refere especificamente a essa pesquisa que aqui se concebe acerca de um problema social no qual o próprio investigador se encontra inserido, é inevitável e mesmo necessário tornar evidente a relação de proximidade que existe entre sujeito e objeto, tomando o devido cuidado para diferenciá-los enquanto tais e, simultaneamente, reconhecer suas possibilidades relacionais sem necessariamente colocar em risco a possibilidade de se construir conhecimento científico a partir disso tudo. Acredita-se assim que tal dilema relacional, que complexifica e muito o processo de elaboração do conhecimento, torna-o cada vez mais rico e desafiador. E, de forma alguma, isso pode ser entendido como um corpo estranho nas ciências humanas ou sociais.

(...) na sociologia, como nas ciências sociais em geral, diferentemente das ciências naturais, os fenômenos são complexos, não sendo fácil separar causas e motivações isoladas e exclusivas. Não podem ser reproduzidos em laboratório e submetidos a controle. As reconstruções são “sempre parciais, dependendo de documentos, observações, sensibilidades e perspectivas” (Da Matta, 1991, p. 21). (...) na pesquisa sociológica não é possível ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e preconceitos do pesquisador (p. 22).
(MARTINS, 2004, p. 291/92)

O dilema em si, que tende a ser positivo para o percurso de produção do conhecimento ao exigir do pesquisador que reflita sobre o seu posicionamento diante da realidade que se apresenta para ele como objeto, já vem sendo reconhecido e apascentado no terreno da sociologia. A portuguesa LALANDA (1998) tranquiliza os mais preocupados com o risco da perda do distanciamento, dentre eles eu próprio, ao sentenciar que:

O contato direto do sociólogo com os atores não anula o distanciamento que a ciência exige. Antes transforma a recolha de informação numa experiência que “humaniza” a própria investigação, ou seja, proporciona ao investigador a possibilidade de “ver por dentro”, tomando uma dupla posição de observador: a de investigador e a do próprio ator.
(LALANDA, 1998, p. 873)

Da mesma forma que ministra um tranquilizante, LALANDA (1998) reafirma o desafio que incomoda o pesquisador ao propor o que ela própria chama de

“humanização” da produção científica. O ato de “ver por dentro” que aparece como possibilidade ao investigador está de pleno acordo com o que ocorre no caso de **O Passado que se faz Presente**: os seis anos de envolvimento com ações de salvaguarda e com comunidades tradicionais, como decorrência do exercício profissional à frente do Centro de Memória do IFFluminense, me conduziram a uma relação de interação cotidiana com as pessoas envolvidas na política pública de salvaguarda de Quissamã, fossem elas gestoras e parceiras de algumas ações pontuais, fossem elas moradoras de comunidades como as de Machadinha ou da Vila Operária do Engenho. O contato frequente com ações e agentes me colocaram numa situação privilegiada: a de não apenas presenciar situações sociais, como também vivenciá-las enquanto parte integrante dos desdobramentos das ações de salvaguarda.

O ato de assumir esse desafio – que passa pela evidenciação de uma perspectiva relacional do pesquisador com seu objeto e deixa de sobreaviso a possibilidade de perda da objetividade da pesquisa – significa assumir também que ambos são sujeitos que trazem consigo, para o intercurso que nesse caso é essencial para a produção do conhecimento, características próprias de suas formações culturais e experiências profissionais e de vida. No caso do sujeito pesquisador da análise que aqui se inicia, algumas das características que lhe são próprias até já foram enunciadas, mas agora talvez seja o momento mais propício para especificá-las e dizer o quanto elas interferem no processo mesmo de cognição. Do ponto de vista de sua formação acadêmica, o pesquisador em questão foi maturado na História Cultural, uma das segmentações da historiografia contemporânea que mais se aproxima de outras ciências do homem; com base na Antropologia de GEERTZ (2008) e SAHLINS (1997), tomando de empréstimo o entendimento de cultura como rede de significados, essa vertente da História se abre para a interdisciplinaridade e para a compreensão das diferentes formas de inteligibilidade, que variam e simultaneamente coexistem no espaço e no tempo, muitas vezes reinterpretando as coisas do mundo e conflitando umas com as outras. Já no que se refere à sua experiência profissional, o pesquisador se nutre particularmente de cinco anos de exercício do magistério em História dentro das fronteiras de Quissamã e de outros três anos à frente de um centro de memória que atua nesse mesmo município fluminense, mantendo contato frequente com

memorialistas locais, bem como gestores públicos e produtores culturais; essa dupla experiência vivenciada num mesmo território, geográfico e cultural, que coincide com o da pesquisa é o que torna o investigador alguém mais inteirado dos assuntos de seu interesse imediato, mas ao mesmo tempo o posiciona na condição de partícipe das interações coletivas que envolvem o fenômeno social que ele procura analisar. Por último, no tocante às experiências de vida desse mesmo pesquisador, não se pode desprezar o fato de que ele é nascido e criado noutro território fluminense – no caso, Itaperuna, município do Noroeste do estado do Rio de Janeiro – que difere do de Quissamã em suas particularidades geográficas e culturais; se Quissamã se localiza numa planície conhecida como Baixada Campista, Itaperuna está encravada num planalto ou num vale cercado por aquilo que se conhece na região como “mar de morros”; se o território quissamaense se encontra apartado das rodovias que ligam metrópoles ou mesmo grandes centros regionais, o de Itaperuna é atravessado por estradas que ligam os três estados mais importantes do Sudeste e do Brasil; Quissamã parece ser atualmente um ponto isolado no mapa, Itaperuna é cidade de fronteira; Quissamã se destaca por desenvolver uma política pública de preservação de patrimônio histórico e cultural, Itaperuna é o lugar dos prédios históricos destruídos e das memórias esquecidas, parece “terra arrasada” no que diz respeito à salvaguarda de patrimônio.

Ainda que não se trate ***O Passado que se faz Presente*** de uma proposta de análise comparada entre a existência de uma política de salvaguarda patrimonial em Quissamã e a inexistência da mesma em Itaperuna, o fato é que o que chamou atenção do pesquisador para o seu objeto foi justamente esse contraste primário e ao mesmo tempo significativo. Todos os outros contrastes vieram a reboque e assim o objeto foi se tornando sujeito ao olhar de um observador externo, mas que não é tão externo assim à medida que frequenta amiúde o território único de seu objeto. Quanto às especificidades desse território, elas inevitavelmente são descritas e pontuadas sob a intermediação do olhar do pesquisador. Sendo assim, Quissamã pode parecer a ele um lugar distante que nunca chega quando se está na estrada, pode parecer também que haja edificações históricas se destacando naquelas terras baixas, pode igualmente aparentar que as chaminés do Engenho Central sejam onipresentes naquele lugar, ainda pode parecer que passado e presente estejam se intercambiando na política pública de salvaguarda do patrimônio histórico e cultural.

Da história local de Quissamã, ressalta-se um mito de origem já consagrado no relato dos Sete Capitães e que atribui nome e sentido àquele território, destaca-se como o protagonismo acerca dessa história vem sendo objeto de disputa entre dois sobrenomes de relevância na Baixada Campista, coloca-se em evidência como uma história de família passa a se confundir com a história oficial do município, faz sobressaltar o fato de que alguns dos luminares dessa história oficial são membros de uma elite letrada e propositores de alternativas para o desenvolvimento regional, deixa claro que essa história de perfil elitista ou deixa na penumbra ou coloca sob tutela as memórias das camadas populares de Quissamã. Mas, acima de tudo, o que salta aos olhos do investigador – especialmente quando se debruça sobre a concretude das ações de salvaguarda de patrimônio desenvolvidas ou não nas comunidades de Machadinho e da Vila Operária – é o modo como os desdobramentos dessas ações potencializam situações sociais em que os agentes interagem, carregando consigo mesmo suas experiências de vida e todo um cabedal de simbolismos, de interesses políticos, de urgências de vida, de necessidades físicas, de laços de parentesco e afeto. Aí então afloram escolhas individuais ou coletivas, que ou incorporam e reproduzem todas as valorações contidas nas próprias ações de salvaguarda, ou inovam e ressignificam o que se apresenta enquanto tal, fazendo vir à tona outras valorações que não necessariamente corroboram as primeiras. É nesse terreno das interações, da troca de experiências de vida, que sobressaem as mais diversas concepções de pertença ao território quissamaense. As identidades aparecem como frutos das escolhas individuais e coletivas e elas vão sendo construídas e reconstruídas na dinâmica das relações entre os agentes que ali – no tempo e no espaço em que se desenrolam as ações de salvaguarda – se encontram, sejam eles os externos que capitaneiam as próprias ações e que já carregam consigo valorações concebidas a priori, sejam eles os moradores dessas comunidades que recebem as ações mas que também possuem seus próprios valores acerca do território em que residem. Enfim, todas essas interpretações acerca do lugar e de sua história – devidamente pontuadas em duas comunidades – cumprem a função de apresentar Quissamã naquilo que há de específico para o desenvolvimento das hipóteses propriamente ditas e também de pontuar a maior parte dos referenciais teóricos que irão presidir o desenrolar da tese.

O exercício dialógico e interpretativo que vem sendo feito acerca de Quissamã nesses últimos seis anos e que faz emergir algumas características próprias daquele lugar sob o olhar igualmente próprio de um observador externo, esse por si mesmo já deixa entrever que o percurso de construção de conhecimento que aqui se propõe é o da perspectiva etnográfica, definida por FREHSE (2006, p. 301) como “(...) uma postura perante o conhecimento, uma maneira de (...) posicionar-se perante o contexto de estudo durante e após o trabalho de campo, nas etapas de análise e de interpretação dos dados”. Essa tal perspectiva, segundo FREHSE (2006, p. 300), vem sendo delineada na trajetória da etnografia desde os estudos pioneiros de Malinowski, que assinalava ser a etnografia o “rótulo” de uma ciência, a outros antropólogos (Lévi-Strauss e Geertz) que ajudaram a definí-la como método específico para o estudo de grupos humanos, apontando amiúde para uma “(...) experiência cognitiva de cunho existencial forjada no estranhamento das distâncias e proximidades entre as referências (culturais e teóricas) do pesquisador e aquelas dos “outros” que ele estuda”.

O que distingue, portanto, a etnografia como uma perspectiva epistemológica é o fato do pesquisador se amparar na sua própria formação para analisar o contexto espaço temporal que ele tem diante de si e que se configura como seu objeto de pesquisa. Trata-se de uma experiência cognitiva que McCallum (apud FREHSE, 2006, p. 301) afirma estar fundada num “duplo processo de objetivação”: num primeiro momento, o etnógrafo observa os processos de “objetivação” vivenciados pelos outros que estuda; logo em seguida ou mesmo simultaneamente, ele “se auto objetiva” analisando e descrevendo o contexto apreendido. Ora, esse duplo procedimento é o que vem norteando **O Passado que se faz Presente** desde o seu advento, que coincide com o momento de minha chegada ao município de Quissamã em outubro de 2010 e com o conseqüente processo de estranhamento que se inicia então, a partir do encontro entre sujeitos com diferentes formações culturais. É através desse estranhamento – que ainda se encontra em processo de desenvolvimento, pautado tanto por afastamentos, quanto por aproximações entre sujeito pesquisador e objeto subjetivado – que foram construídas as premissas de um trabalho científico que agora vem à tona. A dupla objetivação a que FREHSE (2006) se refere também ainda se acha em processo: a primeira de suas etapas, que compreende a definição de um objeto de estudo a partir da vivência dos outros,

essa já parece apascentada com a delimitação de um tema, de objetivos e de hipóteses de pesquisa; a segunda aparenta ser bem mais dinâmica e carece de uma pacificação que provavelmente nunca ocorrerá, mesmo com a colocação de um ponto final no texto da tese... e ela se constitui na prática como uma espécie de drama de consciência, de crise saudável de identidade que invariavelmente coloca em xeque as certezas e faz entender que o processo de elaboração do conhecimento jamais se encerra. A percepção dos outros como sujeitos e o devido respeito que se deve nutrir por eles numa relação que se propõe a ser dialógica, isso exige que os dois sujeitos envolvidos no processo de construção de conhecimento, dentro de uma perspectiva etnográfica, estejam sempre prontos para abrir mão de suas convicções e relativizar suas certezas. E isso vale acima de tudo para o eu, para o sujeito que se posiciona como protagonista do processo, para aquele que se desloca de seu ambiente cultural, sai de sua zona de conforto e vai buscar em outros lugares, em outras pessoas vivências passíveis de serem observadas, descritas e analisadas. É esse protagonista em potencial, é o produtor por excelência do conhecimento quem deve estar aberto para se autoressignificar no contato com os outros.

No caso específico de ***O Passado que se faz Presente***, uma ressignificação desse porte já vem sendo produzida senão exatamente nos últimos seis anos, pelo menos em três deles que coincidem com o período em que o pesquisador que aqui se desnuda usou as vestes da extensão. Pessoalmente, coordenou ou, de um modo mais direto, coordenei eu mesmo três projetos diferentes ambientados no território de Quissamã e voltados para interlocutores quissamaenses: Cineclube Histórias & Memórias; Patrimônio Material e Comunidades Tradicionais; Centro de Memória Identidade Local & Patrimônio Coletivo. O primeiro deles realizou exposições comentadas de filmes, especialmente documentários, voltados para temas locais ou regionais e abriu possibilidades de interação cada vez mais efetiva com pessoas da localidade em torno de questões que as faziam falar e trocar experiências; o segundo concentrou esforços em pelo menos duas comunidades (a da vila operária do Engenho Central e a do complexo de Machadinha) que agora fazem parte do horizonte investigativo desta tese, procurando identificar como tais comunidades se relacionavam com patrimônios materiais consagrados ou não a partir de políticas públicas de salvaguarda, interrogando se havia ou não algum tipo de identificação

das pessoas com os referidos patrimônios; o terceiro se configurou e ainda se configura como lócus de debates públicos e desenvolvimento de ações de salvaguarda patrimonial em parceria com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e com a Prefeitura Municipal de Quissamã. O pesquisador também atuou por mais de dois anos como coordenador de Extensão e Cultura do *campus* Quissamã do Instituto Federal Fluminense, executando atribuições inerentes ao cargo e conseqüentemente estreitando laços com gestores públicos ou privados, produtores culturais e outras figuras exponenciais da comunidade quissamaense, nas mais diferentes áreas de atuação.

Toda essa experiência de caráter extensionista teve por fundamento dois conceitos de extensão que se complementam e que, juntos, vão se aproximando muito da perspectiva etnográfica aludida anteriormente. O primeiro deles diz respeito ao óbvio reconhecimento de que extensão é antes de mais nada ação, e ação voltada para o mundo externo, para o espaço físico e social que vai além dos muros de uma instituição de ensino; o segundo não é tão óbvio assim e parte do entendimento de que extensão é ação em movimento. Essa última definição, que pode parecer pleonasma, na verdade não o é: trata-se do reconhecimento de que a ação extensionista não se esgota em si mesma, ela traz consigo o pressuposto de que seu desenvolvimento implica numa constante e inexorável renovação ou, melhor ainda, numa autorenovação, numa autoressignificação que, na teoria e na prática, situam a extensão no mesmo plano da perspectiva etnográfica. Um exemplo claro dessa propensão para um movimento constante que derruba paradigmas e corrige rumos de atuação, no caso específico das ações extensionistas aqui citadas, foi o que ocorreu em Machadinha.

De 2010 a 2014, na condição de professor de História ou mesmo de turista em viagem com a família, fiz algumas visitas ao complexo de Machadinha. Em quase todas as ocasiões, ficava com a impressão de que as pessoas da comunidade eram avessas ao contato com os de fora porque raramente se faziam presentes no terreiro e nunca entravam no chamado Memorial, locais onde se costumava receber os visitantes; elas pareciam se recolher apressadamente em suas casas, fechando portas e até janelas. No caso das visitas agendadas, era invariavelmente um guia externo à comunidade quem apresentava o lugar e, mesmo não sendo dali, assumia a função de porta voz daquelas pessoas. Houve mesmo

uma ocasião em que um desses guias, quando interpelado sobre o comportamento arredo das pessoas do lugar, reafirmou que elas eram assim mesmo e que não gostavam de receber visitas. Muito provavelmente, considerando que o contato direto com as pessoas da comunidade era muito difícil, essa deve ter sido a imagem que ficou para inúmeros visitantes. No meu caso, entretanto, um misto de curiosidade e de senso crítico me fizeram acreditar que as coisas não eram bem assim como pareciam ser. Primeiramente, passei a desconfiar das impressões iniciais e não dar muito crédito ao que agentes externos diziam sobre a comunidade; em segundo lugar, aprofundei minhas leituras e passei a pensar Machadinha como uma neocomunidade (LIFSCHTZ, 2011), sofisticando o olhar crítico acerca do papel desempenhado pelo Estado, por ONGs ou mesmo pesquisadores independentes nesse tipo de comunidade. Mas as experiências definitivas que solidificaram essa modificação de olhar foram idas cada vez mais frequentes até a comunidade de Machadinha, ora com a equipe do Neabi (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas) do *campus* do IFFluminense, ora com o pessoal do projeto de extensão intitulado Territórios Criativos, uma parceria da Universidade Federal Fluminense (*campus* Rio das Ostras) com o Ministério da Cultura. Em ambos os casos, as posturas diante da comunidade se caracterizaram mais pela disposição para ouvir os outros do que propriamente para falar acerca daquilo que não se conhecia a priori e cuja tendência, a partir desse desconhecimento, era dizer algo que podia soar como verdade para um *locus* em que ou as verdades são múltiplas, ou elas simplesmente não existem.

Caso não tenha ficado claro com o jogo de palavras das verdades, as posturas adotadas nesses dois contatos com Machadinha fizeram a aplicação de um procedimento metodológico ainda que o mesmo não tenha sido explicitado pelos que estiveram diretamente envolvidos com a comunidade. Nada havia sido combinado previamente, mas o fato é que as circunstâncias nos fizeram agir em uníssono; conforme já foi dito, a curiosidade e o senso crítico nos fizeram rejeitar a quase certeza de que estávamos diante de uma comunidade refratária ao contato com os de fora e a predisposição para escutar nos colocou diante de pessoas que, além de não serem propriamente antisociais, tinham muito a dizer sobre algo que simplesmente ignorávamos existir. Outra verdade veio à tona, bem diferente daquela que a primeira impressão mostrou e que a fala de um guia estranho à comunidade

quis reafirmar. O mais correto, aliás, seria dizer que outras verdades – assim mesmo, no plural – sobressaíram das vozes que nos propusemos a escutar; era quase como se houvesse uma verdade para cada voz audível naquele ambiente.

Diante de todo esse processo, tomado como experiência que ensina, os próprios projetos de extensão por mim coordenados foram deixando de ser afirmativos, quase impositivos nas suas propostas de ação; tornaram-se interrogativos ou invariavelmente prontos a se auto questionar diante dos contatos frequentes com os outros. Melhor dizendo, eles passaram a ser cada vez mais dialogais e os outros foram se subjetivando, deixando de ser encarados como objetos ou como público-alvo de ações cuja proposição era feita até então à sua revelia, de preferência dentro de um gabinete refrigerado e isolado do mundo. O cineclube deixou de esperar passivamente que a comunidade fosse ao *campus* assistir a filmes previamente programados; ele atravessou as fronteiras da instituição de ensino e também do município de Quissamã; seus membros foram se encontrar com as pessoas de fora onde elas estivessem; os encontros potencializaram conversas em sua maioria informais e os próprios filmes exibidos quase que caíram no ostracismo diante da urgência que as pessoas tinham de ouvir e falar; simultaneamente, com uma câmera sempre às mãos, a equipe do cineclube começou a registrar tudo que acontecia e, ao invés de apenas exibir filmes prontos, passou a produzir material bruto para a feitura de outros filmes com alto potencial para não apenas captar o calor da hora em que se faziam os debates, mas acima de tudo para ressignificar os acontecimentos e os próprios objetivos de um cineclube. O cineclube tanto se redefiniu que, nesse último ano de 2016, simplesmente deixou de existir enquanto tal, por opção de seu coordenador. O centro de memória, através de suas ações de salvaguarda, passou a experimentar a dinâmica inerente aos processos de construção discursiva das mais diferentes pessoas, de gerações diversas e com inserções sociais variadas; a diversidade literalmente arrombou a porta da salinha que abriga o centro de memória há três anos e, assim como ocorreu com o cineclube, a equipe também foi para as ruas, para as estradas empoeiradas, para os terreiros de fazenda, para os casarões em ruínas, para as comunidades esquecidas ou não; o conceito de memória se redefiniu na prática e o de patrimônio teve de seguir pelo mesmo caminho. Mas foi o projeto que visava trabalhar com as chamadas comunidades tradicionais que sofreu o maior impacto de todo esse

movimento de fluxo e contrafluxo; o projeto simplesmente perdeu sua razão de ser à medida que se nutria de uma base conceitual que carecia de revisão para ser efetivamente aplicada; de um lado, o conceito de comunidade tradicional careceu de operacionalidade para dar conta acima de tudo da comunidade quilombola de Machadinha que, nos últimos anos, tem passado por inúmeras transformações em razão de contatos frequentes com agentes externos; por outro lado, o conceito de patrimônio material pareceu por demais engessado na ideia de tangibilidade, o que limita muito a possibilidade de entender o quanto de memória afetiva pode estar envolvido na relação entre pessoas e edificações antigas; em síntese, a prática demonstrava a fragilidade dos conceitos à medida que a dinâmica própria dos contatos com as comunidades apontava para a existência de discursos os mais variados no que diz respeito à produção de sentidos sobre as coisas e sobre o mundo, ainda que esse mesmo mundo esteja restrito às fronteiras de Quissamã.

A experiência extensionista, portanto, foi sendo conduzida por um caminho muito próximo ao da perspectiva etnográfica, não apenas apontando para uma ressignificação contínua, mas também e acima de tudo trazendo cada vez mais para si o compromisso ético com o reconhecimento do outro como sujeito ativo no processo de produção de sentido e, por conseguinte, de conhecimento sobre um recorte de realidade que não por acaso coincide com o mesmo de ***O Passado que se faz Presente***. De um lado a extensão e de outro a pesquisa: tudo junto e misturado num movimento dual em que ações extensionistas servem para experimentar e repensar diretrizes de pesquisa e, por sua vez, o desenvolvimento da pesquisa apresenta potencialidades para inspirar novas ações de extensão. E, no meio disso tudo, existe uma realidade pulsante diante dos olhos de quem observa e escreve, existem pessoas se relacionando com outras pessoas e exercitando suas próprias maneiras de se autoidentificar com as coisas que as cercam.

No que diz respeito especificamente ao compromisso ético que perpassa as ações extensionistas como um todo e que, no caso dos projetos citados, se configura como uma espécie de necessidade de reconhecer os outros como protagonistas de suas próprias histórias de vida, ele é o que mais se destaca nesse exercício de aproximação com os procedimentos de pesquisa. Não se trata apenas do ato de atribuir voz ativa a quem geralmente fica restrito à passividade inerente a denominações como público-alvo ou objeto, mas igualmente de trafegar pelo

caminho lógico de algumas indagações: por que são feitas algumas escolhas que recortam a realidade e não outras; como essas escolhas se justificam; o que se pretende fazer com esse recorte; como as informações podem ser extraídas desse recorte; de que maneira esses dados podem ser reunidos numa reflexão pertinente; qual seria a função social de todo esse conjunto de procedimentos? Ora, a extensão – quando entendida e aplicada como ação para fora e em movimento – tende a obrigar quem a realiza a refletir sobre o que faz no calor da hora, no momento em que efetivamente se está colocando em prática os objetivos de um projeto. O contato com as pessoas do lado de fora, num território estranho ao do extensionista, quando somado a uma predisposição para repensar o que se está realizando, tudo isso conspira para que sejam tomadas sempre atitudes capazes de amoldar o que é feito de acordo com as mudanças de rumo dos acontecimentos. E o que é feito muitas vezes possui o condão de também mudar os acontecimentos. O repensar é prática constante, o refazer igualmente; o transformar vem a reboque, como séria possibilidade.

Ora, se tudo isso ocorre com a extensão, algo parecido pode acontecer com a pesquisa. Ainda mais no caso de ***O Passado que se faz Presente***, que compartilha com toda essa trajetória extensionista algo mais do que um recorte espaço temporal e uma autoria. Os objetivos já citados não são exatamente os mesmos apresentados por ocasião da defesa do projeto de tese e boa parte das modificações que tiveram foram decorrência ou da incorporação de novos suportes teóricos à pesquisa ou de intercorrências significativas das ações de extensão. O próprio quadro teórico da tese, por mais estranho que possa parecer, foi enriquecido em razão de sugestões feitas por parceiros nessas mesmas ações, gente oriunda do meio universitário e experimentada no trato com o locus da pesquisa. Os procedimentos metodológicos foram também qualificados e – melhor ainda – experimentados por diversas ocasiões em que tive de conversar ou mesmo compartilhar esforços de trabalho com muitos daqueles que agora são informantes, entrevistados, sujeitos de minha tese. A propósito, a escolha de algumas dessas pessoas para enriquecer a tese e abastecê-la de dados significativos foi consequência dos relacionamentos profissionais que mantivemos e da avaliação de sua real importância para o desenvolvimento de ações de salvaguarda em Quissamã e não, obviamente, por terem trabalhado ou mesmo por manterem laços pessoais mais estreitos comigo. Não seria exagero dizer

que até o meu jeito de escrever – a descrição pormenorizada de certos ambientes e comportamentos, o uso de determinadas palavras e expressões, o recurso a figuras de linguagem como a aliteração, a preocupação quase obsessiva com um bom texto – foi influenciado pela experiência das ações extensionistas, que muitas vezes me colocavam a par de minúcias daquelas vidas que não eram obviamente a minha ou me oportunizavam entrar em lugares ou frequentar eventos que, de outro modo, eu não conheceria; eram ações que aguçavam minha sensibilidade e me possibilitavam sentir odores, ouvir confidências, provar sabores, dedilhar texturas, incomodar-me com o vento. Mas foram, acima de tudo, as hipóteses de trabalho que sofreram as modificações mais sensíveis em tudo isso, especialmente no que se refere ao entendimento de que políticas públicas de cultura, mesmo tendo uma forte propensão para serem impositivas no sentido de quererem criar uma unidade simbólica, quase nunca o são porque o embate com as diferenças não permite. Foi na extensão que vi florescerem as diferenças; foi na extensão que o embate dos contrários se mostrou vivo e capaz de colocar abaixo qualquer discurso impositivo – venha ele do Estado, das Ongs, das universidades, de onde quer que seja – inclusive o meu próprio que, travestido de pesquisador, cheguei ao *locus* cheio de certezas e me encontro agora amparado em dúvidas. E ainda bem que é assim!

Desconsiderando a ousadia da exclamação anteriormente feita, o fato é que a tese que aqui se apresenta, no terreno das ciências humanas, das ciências de verdades relativas, ela tem de ser coerente consigo mesma. Muitas de suas diretrizes provem de ações de extensão que, em certa medida, já prefiguraram os moldes de uma pesquisa que agora se materializa em texto. O modo mais adequado para unir extensão e pesquisa e colocá-las como que numa via de mão dupla, em que o eu pesquisador/extensionista interage com o outro pesquisado/beneficiário parece ser mesmo o da perspectiva etnográfica, que inclusive aponta para uma espécie de universalismo da ressignificação ou para a possibilidade de todos os procedimentos da pesquisa serem afetados por aquele movimento dual de objetivação.

Aquilo que chamo de perspectiva etnográfica é forjada na metáfora da perspectiva para destacar, na concepção da etnografia, a sua dimensão de ponto de fuga para o qual converge a maneira

de o pesquisador apreender, analisar, interpretar, representar e assim conhecer a vida social (...).

Trata-se, por isso mesmo, de um modo de conhecer a realidade que impregna todas as etapas metodológicas envolvidas na realização de uma pesquisa antropológica. Perpassa a formulação da questão teórica, a definição do objeto, do cenário espaço-temporal empírico de referência; envolve a construção da referência metodológica, o levantamento, a sistematização e análise de dados e a redação do texto monográfico.
(FREHSE, 2006, p. 302)

O que FREHSE propõe com essa predisposição para reconhecer a universalidade da perspectiva etnográfica é reafirmar aquilo que ela mesma chama de tomada de consciência da necessidade do “diálogo para valer”.

Aprender a fazer etnografia é aprender, antes de tudo, a impregnar corpo e alma, inteligência e sensibilidade da imprescindibilidade da busca pelo “diálogo para valer”. E isso, mesmo sabendo que o conhecimento antropológico é sempre menos do que aquilo que o outro diz e sempre mais do que aquilo que se poderia dizer sem o outro. (...) A consciência da necessidade do “diálogo para valer” é o ponto para o qual convergem as impressões coletadas aleatoriamente em campo (...). É por serem submetidos a essa consciência que os dados coletados (...) via contato direto ou indireto com os sujeitos estudados se transformam em dados propriamente etnográficos.
(FREHSE, 2006, p. 302)

A dialogia preconizada por FREHSE (2006) se encontra inserida numa longa linhagem no seio da antropologia e possui alto potencial para se estender por outras ciências humanas, exatamente porque coloca em evidência o caráter humanizado de qualquer uma delas: ou reconhecendo o aspecto inter relacional do ato de se produzir conhecimento acerca do outro, ou enfatizando que os dois pólos envolvidos nessa inter relação – o eu e o outro – devem ser encarados como parceiros de um mesmo processo cognitivo. No caso de ***O Passado que se faz Presente***, a sensibilidade em relação às especificidades e urgências do outro vem sendo aguçada nos últimos cinco anos, a reboque do desenvolvimento de ações de extensão e de uma observação continuada por parte do sujeito pesquisador. O intelecto, por sua vez, vem se qualificando a partir da formulação de um quadro teórico e metodológico em que muitas das referências bibliográficas e das escolhas procedimentais são provenientes das relações com o outro e não apenas do circuito

acadêmico. O diálogo que vem sendo efetivado tem sido, ao que parece, para valer sim pois deixa em aberto a possibilidade de que o conhecimento se produza de um modo dinâmico, invariavelmente atento ao mundo lá fora. Tudo isso é resultado de uma tomada de consciência: uma outra consciência, ou uma consciência de que o outro também é protagonista do conhecimento que se produz. Sendo assim encarado como protagonista, ele pode ser reconhecido em toda a sua especificidade.

A busca desse algo específico de Quissamã – que não lhe é inerente e sim resultado do exercício interpretativo acerca daquele lugar – ela necessariamente esbarra numa situação que se faz evidente em diferentes aspectos: no nome de batismo do município, em seus mitos de origem, na sua história própria de monocultura canavieira, nos rostos das pessoas que transitam por suas ruas, em algumas ações da política de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural. Trata-se da relação de proximidade que existe entre Quissamã e uma forte herança de matriz africana, que necessariamente evoca a experiência da escravidão e que certamente motivou, segundo se recorda a depoente Alexandra Moreira, cerca de 80% da população do município a se autodeclarar negra através de uma pesquisa intitulada Conhecendo Quissamã, realizada no início dos anos 2000. Ou, de um modo ainda mais abrangente, trata-se não apenas de Quissamã, mas da região inteira do Norte Fluminense, na qual este pequeno município se encontra inserido e onde se destaca o maior município do interior do estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes. Pois é justamente Campos que serve de referência para LIFSCHITZ (2011), particularmente interessado no estudo da questão quilombola, caracterizar a forte presença dos afrodescendentes no processo histórico do Norte Fluminense, especialmente no que se refere à trajetória da cultura canavieira.

O município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, (...) historicamente concentrou uma das maiores populações afrodescendentes do país. No final do século XVIII, tinha o maior contingente de escravos da província do Rio de Janeiro: sobre um total de 30.000 habitantes, 60% eram escravos. Esse período foi de grande desenvolvimento para a produção açucareira. (...)

No final do século XIX, foi o período do auge dos engenhos e Campos continuou sendo o município com o maior número de escravos de toda a província do Rio de Janeiro. (...)

A crise do açúcar que se inicia na década de 1930 inaugurou também um intenso fluxo migratório para as cidades, que foi

desestruturando o mundo rural. Porém as marcas desse passado escravocrata ainda permanecem nos territórios das fazendas (...). (LIFSCHITZ, 2011, p. 117/18)

A memorialista quissamaense, OLIVEIRA (2011), reafirma essa presença marcante que a mão de obra escrava, de origem africana, teve na Região Norte Fluminense. Ela também se refere ao mesmo período histórico, concentrando o olhar no final do século XVIII e mais especificamente em Quissamã, cujo território era um daqueles que orbitava em torno de Campos dos Goytacazes.

Segundo os manuscritos do cartógrafo Manoel Martins do Couto Reys, em 1785 a população escrava em Quissamã era nove vezes maior que a população não escrava. Traduzindo em números, eram 1.256 negros e 141 brancos. (OLIVEIRA, 2011, p. 175)

Essa mesma memorialista aponta para uma característica própria de Quissamã, que difere o município de outros tantos localizados no território fluminense – Quissamã talvez seja o único município fluminense cujo nome tem sua origem ligada a um afrodescendente – e reforça a marca dos afrodescendentes em sua trajetória de vida, que se liga num passado remoto – mais especificamente ao século XVII – a alguns dos desbravadores do Norte Fluminense, os Sete Capitães. OLIVEIRA (2011) faz menção a uma espécie de mito de origem que inaugura a versão mais conhecida da história local de Quissamã: o encontro ocorrido entre o Capitão Miguel Ayres de Maldonado e Kissama, um negro que foi avistado por ele junto a um grupo de índios e que se autoidentificou como forro e oriundo de Kissama, que seria uma província de Angola, no continente africano.

Aqui, até mesmo o nome de nossa cidade: Quissamã foi inspirado num desses negros (a autora se refere aos afrodescendentes em parágrafo anterior de seu texto, asseverando que deveríamos reescrever nossa história com a preocupação de positivar a trajetória das pessoas que foram vitimadas pela Diáspora Africana), e é muito grande o número de seus descendentes. Carregamos em nossas veias o sangue dessa gente, que veio contribuir de maneira marcante na formação do povo quissamaense. (OLIVEIRA, 2011, p. 175)

O relato originário do encontro entre Maldonado e Kissama, descrito pelo próprio Capitão Miguel Ayres em 1632, encontra-se no Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes e já foi reproduzido em diversos textos. Cabe aqui mais uma vez retomá-lo, conforme citado por BALBI (2011).

Deste rio seguio-se ao cume das serras e acabado este trabalho sahimos para fóra; n'esta sahida caminhamos mais ao sul pelo nosso pratico nos dizer que tinhamos outro caminho mais perto para apanhar a pedra do sul ou sudoéste, do Sr. Gonçalo, com seus irmãos; por acaso viemos dar na outra Aldeia Nova dos Índios que se tinham mudado da Aldeia do Pontal da Lagoa Feia; logo que nos conheceram, nos vieram saudar; junto com elles appareceu um preto; nós ficamos perplexos de ver aquelle preto por logares incultos sem moradores, n'isto indagamos delle quem era e como veio alli parar; nos disse que era forro; lhe perguntamos mais se era crioulo da terra, nos disse que não, - que era de nação, Kissama; vimos que não tinha logar o que elle dizia: assentamos ser desertados do seu senhor, e, desconfiando de nossas indagações, sumio ahi mesmo na Aldeia que não o vimos mais, por mais diligencia que fizemos; ahi demos ao logar o apellido de Kissama, em razão do preto (...)

(MALDONADO, Apud BALBI, 2011, p. 63)

A repetição constante desse relato em Quissamã – através de textos escritos, audiovisuais e de ações pedagógicas ou de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural – tem contribuído para torná-lo mítico, muitas vezes de uma forma acrítica que não enxerga nele a reafirmação de uma narrativa edulcorada da história: aquela que pressupõe a coexistência não conflitiva entre três elementos étnicos que fundaram a cultura brasileira: o branco, o índio e o negro. Essa narrativa, que atribui ao branco o papel de protagonista, se esquece de dizer que esse foi o colonizador, que o índio foi colonizado, que o negro foi desterrado e escravizado. Mais especificamente em Quissamã, o chamado mito das três raças teve desdobramentos que chamam atenção, como a concepção de que a escravidão naquele lugar foi abrandada à medida que as relações entre senhores e escravos não envolviam a prática da violência física, dos maus tratos, numa comparação com outros territórios escravistas, como por exemplo Campos dos Goytacazes. Na verdade, o mais correto seria dizer que existe uma disputa entre os que dizem que ali, em Quissamã, as relações entre senhores e escravos foram marcadas pela cordialidade e os que afirmam que escravidão por si só já remete à violência pois, entre outras coisas, nega ao cativo o direito fundamental de ser livre e assim legitima todas as demais negativas de direitos e garantias individuais. Os primeiros às vezes se prendem a uma história de matriz positivista e assim argumentam que a documentação existente sobre a escravidão em Quissamã não traz consigo nenhum relato de violência cometida contra os escravos; os segundos contradizem essa

argumentação, alegando que é preciso fazer uma crítica dessas fontes, procurando identificar quem as produziu, em que contexto elas foram produzidas, que interesses nortearam sua produção e perguntando também se o que foi relatado nessas fontes realmente condiz com o que de fato aconteceu. Essa disputa em torno do tema se faz presente até mesmo entre os descendentes de escravos que, ainda hoje, residem no complexo de senzalas de Machadinha, conforme observa LIFSCHITZ (2011, p. 135 a 142).

Essa alta concentração populacional de afrodescendentes e todas as derivações já citadas podem ser entendidas como intercorrências da tríade estruturante – no caso, o latifúndio, a monocultura e a escravidão – da agromanufatura canavieira, um sistema econômico e social que historiadores como PRADO JÚNIOR, NOVAIS e FURTADO afirmam ter sido implementado no território brasileiro pelos colonizadores portugueses ainda no século XVI e que colocou esse mesmo território dentro da órbita do Mercantilismo europeu. Ainda que a Baixada Campista não tenha se destacado como área de produção açucareira no início do processo de colonização – quando então se configurou esse sistema enquanto tal, direcionado para o mercado externo – e sim pelo abastecimento do mercado interno já nos séculos XVIII e XIX, o fato é que o município de Campos e seu entorno, que inclui Quissamã, reproduziu e redefiniu esses três elementos estruturantes sob uma outra conjuntura. Numa outra temporalidade, num outro lugar, o território conhecido no passado como “Campos das Delícias” foi desbravado na primeira metade do século XVIII, ocupado e colonizado nos oitocentos e, até uma crise no início dos novecentos, teve sempre a cultura canavieira como motor de seu desenvolvimento econômico. O latifúndio se constituiu como padrão da estrutura fundiária mais de um século antes da Lei de Terras de 1850, quando ainda vigorava a prática da doação de sesmarias derivada do patrimonialismo luso, concentrando em poucas mãos a propriedade fundiária e deixando obviamente alijados da terra – fonte tradicional de riqueza, prestígio e poder – aqueles que não fossem contemplados pela política de concessão de benefícios da Coroa Portuguesa. A monocultura se configurou como prática recorrente no uso da terra como consequência de um pragmatismo igualmente de matriz lusitana, tomando como ponto de partida para sua reprodução em terras campistas o sucesso obtido pelo sistema de *plantation*, tanto no Império Colonial de Espanha, como no de Portugal; a sua reprodução – assim como ocorrera séculos

antes nas Antilhas, no Recôncavo Baiano e na Zona da Mata Pernambucana – restringiu a uma situação de marginalidade outras formas de ocupação efetiva e desenvolvimento econômico do território da Baixada. Já a escravidão também foi replicada com base no pragmatismo nesse mesmo lugar, considerando igualmente resultados positivos obtidos pelo trabalho cativo em outros territórios – Norte da África, Península Ibérica, ilhas atlânticas, Caribe, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais – e outras conjunturas; muito além dos benefícios econômicos, que a partir de um dado momento passam a ser objeto de críticas até mesmo de seus beneficiários, existem questões mais propriamente humanas a serem levadas em consideração no caso do trabalho escravo: a violência inerente a essa modalidade de trabalho compulsório se manifesta no desterramento de milhares de pessoas, na ruptura de laços afetivos e familiares, na coisificação do ser humano, na imposição de padrões supostamente civilizatórios aos escravizados, no repúdio às tradições culturais de matriz africana ou indígena.

Tomar como referência esse imperativo da interpretação historiográfica e trazê-lo para a compreensão da Baixada Campista não necessariamente se limita a reproduzir um modelo eurocêntrico de construção de conhecimento, mas deixa em aberto a possibilidade de se refletir sobre as especificidades de um território em que as relações interpessoais são construídas num ambiente de dominação econômica, política e cultural. Na verdade, essas relações resultam tanto daquilo que é imposto pelo colonizador – não necessariamente o colonizador português de raiz, mas algum de seus descendentes ou prepostos na colônia – quanto daquilo que os colonizados ou os cativos trazem consigo de seus lugares de origem. São valores que circulam, que se entrecrocaram, que se imbricam e que, em certa medida, lembram o processo de entrecruzamento cultural que GINZBURG (1989) e BAKHTIN observam em contextos históricos diferentes nas suas especificidades mas que se complementam no advento da Modernidade europeia: o primeiro se debruça sobre a história de vida e morte de um simples artesão – no caso, um moleiro chamado Menochio – e consegue demonstrar como diferentes elementos culturais, de eruditos a populares, se misturam na sua visão própria de mundo que, inclusive, o faz cair sob as malhas do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição; o segundo concentra esforços sobre *Gargantua e Pantagruel*, obra literária de François Rabelais, e traz para o debate

uma outra mescla de elementos culturais que também não respeitam as fronteiras do erudito e do popular.

Do ponto de vista procedimental, o que aqui se propõe em relação à política pública de salvaguarda do patrimônio histórico e cultural de Quissamã ou mais especificamente em relação ao intercuro dessa mesma política com alguns dos mais diversos quissamaenses é tirar proveito do paradigma indiciário proposto por GINZBURG (1989) e que se define como um método de investigação científica que trabalha com uma multiplicidade de fontes e de evidências que, quando reunidas, ajudam a compor um mosaico significativo. Também aqui, em ***O Passado que se faz Presente***, se confere especial atenção aos detalhes significativos que podem emergir do intercuro de uma política que se propõe a ser pública com o público propriamente dito ao qual ela se direciona. Isso pode evidenciar que não se trata o fenômeno analisado de um simples processo de imposição de um discurso oficial sobre pessoas prontas para aceitá-lo e reproduzi-lo; na verdade, o que se manifesta em Quissamã se configura como uma via de mão dupla das relações interpessoais. De um lado, existe um discurso que emana do poder público municipal independentemente de suas trocas de gestores e que se propõe a ser unificador no que concerne à construção de uma identidade coletiva para todos os quissamenses, tomando por base um passado idealizado; de outro lado, irrompem vozes dissonantes que se diferenciam em parte ou na totalidade dessa proposta unificadora e que apontam para outras visões de Quissamã e de mundo, para olhares particulares e coletivos que resultam de diferentes experiências de vida.

O paradigma indiciário ajuda a identificar e compreender essa multiplicidade de vozes, bem como o intercuro às vezes conflituoso que se configura entre elas. Os indícios de tal diversidade, os detalhes significativos que a compõem podem ser percebidos a partir de uma outra diversidade: no caso, a de fontes ou de estruturas significativas que são levadas em consideração pelo investigador e que variam na sua composição narrativa entre o verbal e o não verbal. No caso específico de ***O Passado que se faz Presente*** o interesse maior se concentra em duas técnicas de obtenção de dados: a observação recorrente dos fenômenos sociais e depoimentos coletados através de entrevistas com pessoas que fazem parte desse processo interativo desencadeado pela implementação da política pública de salvaguarda, mas sem descartar a importância devida de outras fontes de informação, desde

algumas tradicionais como reportagens e artigos de jornais e revistas, textos de lei, fotografias, audiovisuais... e também outras menos usuais como os gestos dos entrevistados, seus olhares, suas reações emotivas e acima de tudo seus silêncios. Parte-se sempre do pressuposto de que o silêncio e tudo mais tem muito a dizer. As informações são obtidas no ato mesmo de interagir com o entrevistado, com o depoente, com aquele que se configura como o outro numa perspectiva de alteridade. O que se pretende ou – melhor ainda – o que já se vem fazendo em Quissamã nos últimos cinco anos é uma etnografia não declarada.

Não declarada até um pouco atrás ou, mais especificamente, até antes de se assumir a perspectiva etnográfica como uma espécie de bússola para o processo de investigação científica, capaz de perpassar todas as suas etapas constitutivas. E no que se refere a um método etnográfico propriamente dito, o que vem para reafirmar essa tal perspectiva e tentar dar conta das minúcias que compõem o todo significativo das inter relações que caracterizam a política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural em Quissamã é tanto o paradigma indiciário de GINSBURG (1989) quanto a descrição densa de GEERTZ (2008). Em ambos os casos, o que salta aos olhos é a preocupação com a observação atenta dos mínimos elementos que podem ajudar a compreender o *locus* da pesquisa, por mais específico que seja, por mais estranho que possa parecer ao olhar profundamente enraizado noutro *locus*, no caso o do pesquisador. O primeiro colabora mais especificamente no sentido de chamar atenção para os detalhes significativos que, quando reunidos, sedimentam um todo passível de ser entendido; o segundo contribui apontando para esse todo que aparece como um emaranhado, uma rede, uma teia de significados na qual cada um dos elementos se encontra inserido e onde todos fazem sentido. De um lado, as minúcias significativas; de outro a grande rede de significados. O resultado de tudo isso, quando tomado na íntegra ou parceladamente, é a composição de um ou mais textos que podem ser lidos, compreendidos, analisados. É a própria cultura, do ponto de vista antropológico, concebida como um múltiplo de narrativas de vida, que pode ou não saltar aos olhos do pesquisador e permitir que ele entenda não apenas as narrativas, mas as próprias vidas que as contam e recontam. Eis o que se pode chamar de descrição densa.

O que o etnógrafo enfrenta, de fato (...) é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. Fazer etnografia é como tentar ler “no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não como os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamentos modelados.
(GEERTZ, 2008, p. 20)

O etnógrafo de GEERTZ (2008), assim como o historiador de GINSBURG (1989), deve agir como um leitor voraz e atento de quase tudo que o cerca no campo. O seu entendimento das coisas do mundo – do mundo estranho em que se meteu – ele está diretamente relacionado à sua capacidade de ler o que se lhe apresenta não apenas aos olhos, mas a todos os outros órgãos dos sentidos. Isso mesmo: eu acrescentaria também os ouvidos, os narizes, as mãos, as bocas e tudo mais que seja um caminho aberto para as sensações como instrumentos necessários para se procederem, tanto a descrição, quanto a análise do campo de conhecimento. A compreensão do real depende de uma verdadeira experiência sinestésica que não se resolve em um dia ou dois, ela precisa ser constantemente exercitada para gerar resultados confiáveis. Talvez nem mesmo um prazo de cinco anos seja tempo suficiente, mas é verdadeiramente o tempo que conta a meu favor, na concepção de um modo próprio de conhecer e interpretar Quissamã.

O entendimento do fazer antropológico como resultado, entre outras coisas, de uma experiência sinestésica necessariamente remete a CARDOSO DE OLIVEIRA (2000). Baseado em longa experiência de campo, CARDOSO DE OLIVEIRA (2000) assevera que o processo de produção do conhecimento científico passa pelo encadeamento lógico de três atos cognitivos que decorrem de faculdades da percepção humana, destacando particularmente as capacidades de olhar e de ouvir como meios de obtenção de informações acerca da realidade – ou de uma segmentação do real que o pesquisador recorta e destaca a partir da aplicação de pressupostos teóricos e metodológicos – bem como o ato de escrever como o ápice de todo o processo.

(...) o olhar, o ouvir e o escrever podem ser questionados em si mesmos, embora, em um primeiro momento, possam nos parecer tão familiares e, por isso, tão triviais, a ponto de sentirmo-nos dispensados de problematizá-los; todavia, em um segundo momento – marcado por nossa inserção nas ciências sociais – essas “faculdades” ou, melhor dizendo, esses atos cognitivos delas decorrentes assumem um sentido todo particular, de natureza epistêmica, uma vez que e com tais atos que logramos construir nosso saber.

(CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 18)

CARDOSO DE OLIVEIRA (2000) toma como ponto de partida o olhar para ressaltar a importância do que ele próprio chama de “domesticação teórica”, sem a qual certamente não se produz conhecimento científico, nem mesmo no terreno das ciências humanas. Ora, o envolvimento do pesquisador com seu objeto, por mais que envolva o investimento de afetividades e que muitas vezes coloque o pesquisador diante de dilemas éticos, ele não pode prescindir de teoria e método. O grande desafio que decorre dessa constatação é justamente o de buscar e encontrar um meio termo entre as duas coisas, que nem criminalize a manifestação de sentimentos dos sujeitos envolvidos nos atos cognitivos, nem aborte toda a trajetória de produção anterior de conhecimento que certamente resultou nas mesmas teorias e nos mesmos recursos procedimentais que aqui são considerados imprescindíveis também.

(...) a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nos sa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual - disciplinadamente apreendido durante o nosso itinerário acadêmico, daí o termo disciplina para as matérias que estudamos -, funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração - se me e permitida a imagem: é certo que isso não é exclusivo do olhar, uma vez que está presente em todo processo de conhecimento, envolvendo, portanto, todos os atos cognitivos, que mencionei, em seu conjunto. Contudo, e certamente no olhar que essa refração pode ser melhor compreendida. A própria imagem ótica - refração - chama a atenção para isso.

(CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 18)

A refração proposta por CARDOSO DE OLIVEIRA (2000) possibilita enxergar, por exemplo, que os atos cognitivos por si mesmos também podem produzir sentido ou, pelo menos, interferir nessa produção. O fato é que, quando são tomados e pensados em suas particularidades, esses atos ampliam potencialidades perceptivas e ajudam a delimitar os limites do próprio conhecimento produzido. No caso específico de ***O Passado que se faz Presente***, o olhar propriamente dito tem sido, como se sabe, fruto de uma experiência prolongada de observação que, a princípio, se confundia com o exercício profissional de um professor que se sentia desterritorializado em Quissamã e, portanto, carecia de prumo teórico e metodológico. Hoje, esse mesmo olhar se encontra inteiramente rendido, mas de um modo crítico, a uma base conceitual que procura conciliar memória coletiva (HALLBACHS, 1990), tradição (HOBSBAWM e RANGER, 1984; GIDDENS, 1997), lugar de memória (NORA, 1993), identidade (HALL, 2006) e algo mais; encontra-se também submetido criticamente ao *modus operandi* da análise situacional de GLUCKMAN (2010) e VAN VELSEN (2010). O ouvir também segue pelos mesmos atalhos ou por percursos já experimentados na prática e no debate acadêmico; nesse caso específico, situam-se duas técnicas de coleta de dados – a entrevista semiestruturada e a conversa informal – bem como um modo todo próprio de se conduzir a abordagem do depoente através da chamada entrevista compreensiva (KAUFMAN *apud*. LALANDA, 1998, p 871) que pressupõe o “contato direto com o objeto de estudo, enquanto objeto falante (o narrador)” e também da escuta (MOUTINHO, 2016, p. 3) que consiste em ir um pouco além de ouvir o que se diz ao preconizar que “para que o diálogo exista, é preciso existir uma negociação discursiva, havendo-a outras possibilidades de escutas e falas são convidadas a coexistirem”. Mais adiante, essa propositura de negociação se descortina como:

(...) uma escuta que tem a outra ou o outro, filhos da comunidade, como mais que atores dela. Não são representantes somente (...) eles são a comunidade trabalhando, relacionando-se, (...) dançando, divertindo-se, jogando jongo, rezando, brincando, estudando e acionando sua sabedoria. (...) A troca intercultural é intensa (...).

(...) a escuta (...) empreende um caminhar, uma entrada no cerne da questão. Viver o que está posto e esperar. (...) Esperar que a narrativa baseada no fazer do povo da terra e de seus ancestrais seja contada, cantada e articulada nas suas mais variadas formas. À medida que ela é dita as redes vão se formando.
(MOUTINHO, 2016, p. 6)

Já no que diz respeito à análise situacional, que vai merecer uma abordagem mais detalhada a seguir, ela se apresenta então como uma metodologia que traz consigo, para a seara da escrita, o ato de olhar e o de ouvir, de um modo em que ambos passam a integrar, com suas minudências de campo, a tessitura narrativa da própria análise. Os detalhes colhidos na experiência de campo passam a comportar-se como os fios significativos dessa tal tessitura. O riso descompassado de um agente social, o passo mal calculado de outro, a entonação de voz de um depoente, o silêncio de outro: tudo isso ajuda a compor a análise. A escrita então passa a ser pensada e conduzida por um percurso que traz, para a análise propriamente dita, algo além dos dados coletados no campo, mas também o próprio exercício de observar e escutar com algumas de suas idiossincrasias. Juntando tudo isso, no ambiente das chamadas situações sociais, é que se tem a produção do conhecimento científico de ***O Passado que se faz Presente***.

A metodologia preferencial de pesquisa empregada em ***O Passado que se faz Presente*** é de tipo qualitativa: a análise de situação social ou análise situacional, em conformidade com os pressupostos de dois autores exponenciais da escola antropológica britânica: Max Gluckman e especialmente Jaap Van Velsen. O primeiro inaugurou o uso desse procedimento metodológico na década de 1940, a partir do exercício de observação de um evento comemorativo e público, capaz de mobilizar diversas pessoas de uma mesma sociedade e também de fazê-las interagir de diferentes maneiras, no caso a inauguração de uma ponte na Província de Zululândia, na África do Sul. Vinculado à Escola de Manchester, Gluckman pavimentou o caminho para que outros pesquisadores pudessem analisar como ocorreriam variações, mudanças e conflitos de normas entre as pessoas através das situações sociais. Em seu exercício de análise, fica bem claro como se pode, a partir de um evento circunscrito no espaço e no tempo, estender os limites do entendimento das situações para além dos limites de ambas as circunscrições: o texto analítico de Gluckman consegue trafegar pela Zululândia como um todo, abordar seus conflitos internos e externos, as relações da província com agentes colonizadores, tanto ingleses quanto holandeses; o antropólogo também se mostra capaz de conduzir sua narrativa por diferentes dimensões de tempo, fazendo remissões principalmente para um passado próximo e até mesmo distante do tempo

delimitado no qual ocorrem as situações sociais que ele próprio observa e analisa. Já Van Velsen aprofundou o método inaugurado por Gluckman, apontando para a possibilidade de se considerar tanto o registro de situações concretas, quanto os comportamentos de indivíduos específicos como partes constituintes da análise dos processos sociais. Velsen se propõe a recuperar e sofisticar o modelo narrativo de Bronislaw Malinowski, que consiste em tratar dados etnográficos de forma semelhante à dos literatos cujos textos se baseiam diretamente na vida social; segundo BIANCO (2010, p. 31), ao contrário de Malinowski, “que se limitou a sumarizar casos reveladores dos ‘imponderáveis da vida social’ para ilustrar e validar aspectos particulares de sua análise”, Van Velsen consegue construir uma narrativa única, estabelecendo conexões entre os casos relatados e atores sociais diferentes. É através de uma narrativa repleta de recursos conectivos que unem não apenas as partes internas do texto, mas especialmente questões pontuais e casos particulares com algo bem maior que é o viver cotidiano, que esse outro antropólogo consegue dar conta de um desafio que inevitavelmente persegue os cientistas sociais: percorrer com desenvoltura o caminho às vezes tortuoso entre o particular e o geral, sem se render aos particularismos, nem cair no risco das generalizações.

Entende-se aqui que as situações sociais são eventos ou acontecimentos observados pelo cientista social; entende-se também que eventos sociais são “ações das pessoas como membros de grupos ou participantes de relações com outras pessoas em uma comunidade” (GLUCKMAN, p. 327). Tomando como ponto de partida essas duas definições, que no fundo se reafirmam mutuamente, em **O Passado que se faz Presente** os eventos de particular interesse são as ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural – ações eminentemente direcionadas para a proteção e a conservação de bens materiais e também para o resgate de memórias coletivas e manifestações culturais – que pontualmente são colocadas em prática em duas comunidades quissamaenses e que se acham inseridas numa política pública de salvaguarda. Conforme afirma GLUCKMAN (2010, p. 239): “a partir das situações sociais e de suas inter-relações em uma sociedade particular, podem-se extrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade”. Ora, no caso das ações pontuais de salvaguarda que interessam ao pesquisador que aqui escreve, elas, quando colocadas em prática, abrem um

verdadeiro leque de reações individuais e interações coletivas por conta de algumas de suas características:

1. Em Quissamã, essas ações tem ocorrido com certa frequência nas últimas décadas, a começar pela realização, nos anos 1980, de um trabalho de pesquisa com a chancela da SPHAN (Secretaria de Patrimônio Histórico Nacional) e da Fundação Pró Memória, órgãos vinculados ao Governo Federal. Esse trabalho contou com a participação de uma equipe multidisciplinar formada por pelo menos um antropólogo, um arquiteto, um historiador e outros pesquisadores em parceria com memorialistas locais de Quissamã; ele resultou na publicação de um livro intitulado **Quissamã** (MARCHIORI *et. al.*, 1987) e na elaboração de um documentário em audiovisual, dois produtos que compilaram dados obtidos com a pesquisa ajudaram a difundir alguns de seus resultados. Aqui, em **O Passado que se faz Presente**, todo esse conjunto de iniciativas da SPHAN/ProMemória é entendido como obra seminal para o posterior desenvolvimento de uma política pública de salvaguarda que agentes públicos ou privados tem desenvolvido com certa regularidade no município de Quissamã, emancipado politicamente em 1989. Essa regularidade das ações de salvaguarda pode ser constatada de diferentes maneiras: seja através da institucionalização de uma política pública de patrimonialização que encontra suporte em diferentes instrumentos legais – Plano Diretor do município, Lei municipal n. 0933/2007 – ou em órgãos públicos como a Fundação Municipal de Cultura, a Coordenadoria de Cultura e o COMPAT (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural de Quissamã); seja a partir da atuação de instituições privadas como o Espaço Cultural José Carlos de Barcellos e a Associação Casa Mato de Pipa. Os resultados concretos de tal constância nas ações de salvaguarda também são perceptíveis: o bom estado de conservação de diversas edificações antigas, a transmissão intergeracional de manifestações culturais como jongo e fado; um número razoável de publicações vinculadas à história e à cultura locais, diversos trabalhos de pesquisa que resultaram em dissertações e teses defendidas em bancos universitários. Seja pela via da institucionalização que acaba se fazendo necessária para garantir suporte legal e até descortinar novas fontes de captação de recursos públicos e privados – caso específico da Fundação de Cultura, que funcionou como instrumento facilitador de acesso a editais de fomento e a parcerias público privadas

– seja em razão dos resultados concretos obtidos, o fato é que essa constância de realização das ações de salvaguarda – algo que tem transcorrido independentemente de quem esteja à frente da gestão da Prefeitura Municipal de Quissamã ou até mesmo das instituições privadas – vem se tornando habituais em Quissamã, gerando expectativas e provocando reações as mais diversas em diferentes agentes sociais.

2. Essas ações costumam reunir diferentes agentes sociais. Essa é outra característica própria das ações de salvaguarda, que parecem ter o condão de serem plúrimas nos seus objetivos e nas suas repercussões. No tocante aos objetivos, ainda que em Quissamã se pode observar uma forte tendência para a difusão do que se pode chamar de história oficial do lugar – de uma narrativa que transige com um passado idealizado e que, se não consegue ser única, pelo menos hegemônica acaba se tornando entre tantas outras que subsistem junto a guardiões das tradições locais – o que inevitavelmente ocorre é uma disputa entre diferentes narrativas e, por conseguinte, entre diferentes atores sociais que sustentam tais narrativas. No que concerne aos resultados, principalmente a difusão das ações através de eventos e de publicações tem chamado para Quissamã agentes externos – pessoas ou mesmo instituições que trazem consigo um outro modo de olhar para o que ali vem sendo feito a partir das ações de salvaguarda e que acabam elas próprias também fomentando outras ações ou então garantindo visibilidade, até mesmo fora de Quissamã, para outras narrativas identitárias que não sejam exatamente aquela que se pode chamar de oficial – que passam obviamente a interagir com os agentes internos. E tal interação tem colaborado ou para corroborar o processo de reafirmação de uma hegemonia, ou para questioná-lo. Ora, todo esse movimento que envolve a interação de agentes internos e externos é particularmente rico para o pesquisador que pretende observar e analisar situações sociais, à medida que potencializa o entendimento das situações propriamente ditas – quase sempre localizadas no espaço e no tempo – para além de suas próprias fronteiras físicas e cognitivas. Aliás, toda essa particularidade manifesta nas ações de salvaguarda observadas em Quissamã reafirma o que Gluckmann constatou em seus estudos na Zululândia, ao entender que se tratava de uma província cujas situações sociais envolviam necessariamente a interação dos locais com agentes externos – particularmente holandeses ou ingleses. O mesmo se pode dizer em

relação a LIFSCHITZ (2011), que cunhou o seu conceito de neocomunidade através de pesquisas realizadas em comunidades quilombolas do interior fluminense, dentre elas a de Machadinho. Esse movimento interativo entre os de dentro e os de fora, aliás, é o que marca a origem e o desenvolvimento da antropologia como ciência ou mais especificamente da etnografia, fornecendo matéria prima para se pensar a questão da alteridade e para se defrontar com situações paradoxais e críticas necessárias, como a que motiva SAHLINS (1997) a afastar com argumentos sólidos o risco do “pessimismo sentimental” que pode se apresentar como falso problema para quem se dedica a estudar como questões inerentes à modernidade se manifestam em comunidades ditas tradicionais.

3. Ações de salvaguarda são valorativas. Isso significa que elas atribuem significado às coisas, sejam palpáveis ou não. No que se refere à atribuição de sentido, essas ações tem a capacidade de patrimonializar ou atribuir o estatuto de patrimônio a um bem material ou imaterial, reconhecendo seu interesse cultural ou histórico para determinado lugar, para determinada coletividade, com o objetivo de garantir a sua preservação ou sua divulgação. No tocante ao processo de patrimonialização que se observa em Quissamã – notadamente em Machadinho, onde existe uma disputa em torno da valoração do chamado Memorial e de tantas outras coisas, colocando em lados muitas vezes opostos o poder público e expoentes da comunidade – ali se aplica a situação paradoxal que motivou MENESES (2009) a perguntar a quem cabe o papel de definir o que é ou não um patrimônio histórico e cultural. De um lado, estaria o poder público estabelecendo leis e critérios de patrimonialização; de outro, apareceriam pessoas diretamente envolvidas com os bens patrimonializados. Qual dos dois teria legitimidade ou não para conceber valorações? Ora, as situações sociais que se desenrolam em Machadinho, como consequência das sucessivas ações de salvaguarda que lá acontecem, elas reverberam e demonstram tudo isso, colocando em lados opostos, por exemplo, agentes sociais como jovens membros da comunidade de remanescentes de quilombo – vários deles ocupando postos na direção da ARQUIMA – e gestores públicos que estiveram à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã por ocasião da criação do Memorial. As opiniões dessas pessoas divergem no que se refere, principalmente, à composição de um grande painel que se encontra no interior do Memorial e que se propõe a contar, através de fotos e peças de artesanato, uma história que vincula a comunidade de Machadinho

aos seus supostos ascendentes num passado distante, todos eles alocados na província africana de Kissama, em Angola. Nesse caso em particular, as situações sociais desencadeadas por uma cerimônia recente de reinauguração do Memorial são potencialmente ricas para se perceber como operam conflitos pessoais e geracionais, divergências de opinião, diferenças de formação e de classe. Tudo isso motivado por aquilo que parece uma cerimônia simples, mas que, ao tentar ressignificar um lugar e a história de seus moradores, desperta as pessoas para se posicionarem em relação aos acontecimentos que direta ou indiretamente as atropelam.

4. As ações de salvaguarda lidam com questões de memória e identidade coletiva.

Essa particularidade encontra-se diretamente ligada à anterior e, dessa maneira, o caso do Memorial de Machadinha também se aplica aqui à medida que os embates estimulados por ocasião de sua reinauguração – sendo ele um lugar, conforme o próprio nome indica, destinado a acolher e difundir memórias de uma comunidade – também pode ser entendido como o enfrentamento de diferentes memórias coletivas, ou mesmo de diferentes maneira de se conceber e vivenciar narrativas identitárias. Mas um outro caso também trabalhado mais adiante, em ***O Passado que se faz Presente***, e que diz respeito ao Engenho Central de Quissamã também se aplica aqui: desde que seu parque industrial foi desativado em 2003, o patrimônio material do Engenho Central vem sendo gradativamente destruído a ponto de se encontrar, atualmente, em estado de ruínas; mesmo assim, a memória coletiva do Engenho se mantém viva entre pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram suas vidas ligadas à antiga Usina. Isso pode ser constatado a partir de depoimentos que conduzem a narrativa do documentário ***O Gancho*** (2013) e também através de entrevistas com moradores da Vila Operária do Engenho, que ainda abriga famílias em sua maioria de ex trabalhadores da Companhia Engenho Central que reavivam constantemente suas lembranças acerca do Engenho, nem que seja em suas conversas de fim de semana, nos quintais de suas próprias residências. Esses eventos familiares – que até podem ser entendidos como ações privadas de salvaguarda e que acabam gerando situações sociais delimitadas em sua amplitude – podem ser somados a outros de maior envergadura – como a cerimônia de encerramento da Caravana ***O Gancho***, que transcorreu com a exibição do documentário numa das ruas da Vila Operária, com a participação de mais de uma

centena de espectadores – para compor um cenário em que a memória coletiva resiste ao arruinamento progressivo do parque industrial do Engenho. É inevitável constatar que a força com que tal resistência se manifesta é uma clara demonstração de que a memória do Engenho, ainda que careça de um suporte físico que a rejuvenesça constantemente, encontra-se viva e pulsante entre inúmeras pessoas que se autoidentificam não como órfãos de um patrimônio material em ruínas, mas como herdeiros legítimos de um tipo de sociabilidade que a velha Usina costumava estimular entre seus trabalhadores e familiares. Ainda no que se refere ao fato de lidar com questões de memória coletiva, deve ser ressaltado que tanto os eventos de salvaguarda quanto as situações sociais derivadas deles transitam por diferentes temporalidades, com especial predileção pelo passado ou mais especificamente por ressignificações do passado concebidas a partir de um tempo presente. É nesse nicho particular das ressignificações que se assentam conceitos como tradição inventada (HOBBSAWM e RANGER, 1984) e lugar de memória (NORA, 1993): ambos remetem à necessidade de uma reflexão acerca do processo de reconstrução no passado no tempo presente, quando então se manifestam interesses individuais e coletivos que acabam influenciando nas escolhas que recortam o passado, tornando evidentes algumas de suas particularidades e colocando outras no limbo do esquecimento. Entre evidenciações e apagamentos de memória, o que pode ocorrer é a tentativa de reafirmação de uma narrativa pregressa sobre tantas outras, é a tendência para se construir uma única identidade ou pelo menos uma identidade mais legítima para pessoas que são diferentes entre si. Essa é a deixa para se conceber um entendimento acerca dos conflitos que acabam sendo inevitáveis entre os que se propõem a ser protagonistas de uma história supostamente oficial e outras tantas que acabam sendo colocadas à margem desta história.

5. Se ainda não ficou subentendido, é preciso reafirmar que as ações de salvaguarda potencializam situações sociais. Isso pode ser constatado tanto a partir das ações que se repetem no complexo de Machadinha e que costumam reunir num mesmo lugar dezenas ou até centenas de pessoas que ali, no momento em que ocorre o evento, são obrigadas a interagir umas com as outras, como também a partir de ações que raramente acontecem na Vila Operária do Engenho Central, onde mesmo o esquecimento já naturalizado é incapaz de apagar de vez as

memórias coletivas, especialmente daqueles que moram ainda hoje na Vila Operária e que, vez ou outra, trazem à tona algumas reminiscências da velha Usina. Ainda a propósito desse esquecimento – que se traduz numa espécie de descaso que se tem em relação ao Engenho, mesmo sendo ele reconhecido como pioneiro no continente americano – as reações pontuais que o mesmo provoca em sentido contrário tem gerado situações sociais de maior amplitude: o documentário **O Gancho**, que trata da memória afetiva do Engenho Central, foi conduzido em caravana por diversos municípios fluminenses, onde sua exibição comentada costumava estimular pessoas a lembrar e se conscientizar da necessidade de proteger bens materiais ou não de suas respectivas localidades; dona Helianna Barcellos, através do ECJCB e da *home page* Quissamã Memória Viva, tem liderado uma ação popular com o objetivo de promover o tombamento do que ainda resta do patrimônio material da Companhia Engenho Central de Quissamã.

6. A observação constante das ações de salvaguarda e especialmente de seus desdobramentos na forma de situações sociais tem possibilitado o entendimento de que tudo isso, quando acontece, costuma trazer à tona interesses individuais e coletivos dos agentes envolvidos direta ou indiretamente no processo. Esses interesses podem se fazer presentes já no momento de planejar as ações propriamente ditas, mas normalmente eles afloram com força quando as ações estão em andamento e as situações sociais então se desenrolam. Quanto aos individuais, eles provavelmente são despertados no decorrer das relações interpessoais que inevitavelmente ocorrem por ocasião do ajuntamento de diversas pessoas num mesmo lugar, num mesmo instante; no que se refere aos coletivos, nunca se deve perder de vista que ações de salvaguarda lidam com memórias e identidades de grupo. E o afloramento desses interesses, sejam individuais ou coletivos, é o que certamente coloca os conflitos na ordem do dia: neste caso, são conflitos de interesses. Isso fica claro, em Machadinha, no caso do embate entre o poder público local e a própria comunidade: um embate que envolve desde questões objetivas como a disputa em torno da titularidade das terras do quilombo de Machadinha até outras de caráter simbólico e identitário, como o debate acerca da composição visual do painel que se encontra no interior do Memorial da comunidade quilombola. Também é algo visível no caso do Engenho Central, especialmente no que se refere ao seu patrimônio material em ruínas: de um lado, argumentam

conservacionistas – como dona Helianna Barcellos e o jovem arquiteto Wallace Souza – que apelam ou para memórias afetivas ou para razões técnicas que sustentem sua pretensão de ver o Engenho tombado; de outro, estão os atuais proprietários do Engenho que aparentemente não se importam com a preservação do patrimônio e que se mostram indiferentes diante do processo gradativo de destruição do parque industrial.

7. Essas ações e seus desdobramentos também destacam algumas questões de caráter afetivo. Talvez o caso mais emblemático seja, uma vez mais, o de dona Helianna que parece buscar no fundo da alma as palavras que tanto descrevem sua relação pessoal com o Engenho Central de Quissamã e particularmente com a Vila Operária, quanto fundamentam toda a sua argumentação no momento em que pleiteia o tombamento do patrimônio material do Engenho. Tanto em conversas informais, quanto no momento da realização de entrevistas, é comum ver dona Leninha se emocionar ao falar de sua relação pessoal com o Engenho e com a Vila. O seu envolvimento afetivo com Quissamã e especialmente com as questões que envolvem a salvaguarda do patrimônio local é de tal envergadura que ela mesma se autointitula uma “apaixonada sem paixões”. A aparente contradição que está contida nesta definição se explica: ao mesmo tempo em que assume ser uma pessoa com os sentimentos aflorados, essa senhora octogenária se mostra suficientemente lúcida para racionalizar sua paixão, ao dizer-se sempre pronta para fazer a crítica necessária ao que quer que seja. E, nesse sentido, os seus argumentos para pleitear o tombamento do Engenho e para tantas outras coisas sempre são concebidos a partir de um raciocínio cartesiano, ainda que as palavras que o apresentem sejam carregadas de emoção. Isso, a propósito, não é algo exclusivo de dona Helianna; outros agentes envolvidos nas ações de salvaguarda, mesmo aqueles que ocupam cargos de gestão pública, dos quais é de se esperar uma postura menos emocional e mais técnica, também transigem com suas próprias paixões sem deixar de ser, quando necessário, cerebrais. Talvez essa mescla de razão e emoção seja fruto de ações e de situações sociais que operam no limite entre esses dois extremos, à medida que transigem com questões identitárias e assim por vezes exigem que as pessoas se posicionem diante do que acontece, tendo de assumir um lado e não outro, ou então tendo de demonstrar capacidade de trafegar por opostos sem necessariamente se declarar a favor ou contra. Num lugar

como Quissamã, que se caracteriza como aquelas cidades interioranas onde as coisas são sempre duais – algo do tipo oposição e situação – os posicionamentos das pessoas tendem a ser cautelosos para não ferir suscetibilidades, isso mesmo no caso das situações sociais motivadas por ações de salvaguarda e que, aparentemente, só tratam de questões simbólicas, mas que na verdade resvalam em disputas políticas, diferenciações étnicas e econômicas que ainda se acham mal resolvidas naquele lugar. As emoções de fato afloram, mas as razões estão sempre por perto para impedir certos excessos.

8. As ações de salvaguarda, que trazem consigo uma forte carga emocional para quem está disposto a sentir emoções, tendem a ser dicotômicas em seus efeitos: ou elas aproximam ou afastam as pessoas. No que diz respeito à necessidade da pessoa estar disposta a se emocionar com aquilo a que se propõe a ação de salvaguarda, existe pelo menos um caso observado no Engenho Central que ajuda a entender isso: uma mulher cujo nome não foi identificado e que esteve presente só de corpo, não de alma, na cerimônia de encerramento da Caravana **O Gancho**, quando então o documentário que tematiza a memória afetiva do Engenho foi projetado sobre a parede de uma antiga sala de cinema da Vila Operária. Por mais que a maioria dos presentes naquela cerimônia noturna, que reuniu uma boa centena de pessoas de diferentes gerações, aparentasse estar feliz num lugar escolhido a dedo por sua alta carga simbólica e emocional – a Vila Operária foi o centro nervoso de um passado nem tão distante em Quissamã – a referida mulher insistia em reclamar de quase tudo: da noite, dos mosquitos, do cheiro de pipoca e de outros acidentes de percurso que marcaram a cerimônia. O seu descontentamento era visível, à medida que seus sentidos só captavam o que havia de negativo naquela ocasião; nada mais importava para ela, nem a música tocada ao vivo por uma banda centenária – Banda Musical União Quissamaense – nem as crianças que corriam soltas pela rua, nem os idosos que não seguravam lágrimas de puro saudosismo, nem as aparições fantasmagóricas de bom alvitre que alguns dos presentes disseram ter avistado naquele lugar. O que era para ser uma lembrança carregada de sentido, para essa pessoa foi motivo de uma grande frustração. Dona Helianna Barcellos também estava lá naquela noite de XX de novembro de 2015 e foi uma das pessoas que não conteve as lágrimas, como aliás também voltou a chorar quando, numa entrevista realizada mais recentemente, foi

perguntada sobre o que sentiu naquela ocasião. No caso de dona Helianna, não é difícil entender porque ela quase sempre se emociona quando ouve falar do Engenho: ela viveu boa parte de sua infância na Vila Operária e construiu, ao longo dos anos, toda uma relação afetiva com aquele lugar onde a cerimônia transcorreu; já em se tratando da mulher cujo comportamento foi descrito por dois depoentes que a viram mas que não souberam identificá-la, o simples fato de não saber de quem se trata já impede que se possa traçar uma comparação de perfil com o de dona Helianna. Mas vale a pena arriscar: ela talvez não tenha tido um investimento de vida naquele lugar, talvez nem mesmo fosse de Quissamã, ou talvez não estivesse predisposta a interagir com as pessoas presentes na cerimônia e muito menos entender o que aquele lugar podia representar. O fato é que essa mulher sem nome e sem rosto – mas que ganha credibilidade e existência concreta a partir do depoimento de duas pessoas que estiveram na cerimônia e cuja atenção foi despertada pelo comportamento dessa mulher – não se viu integrada com aquele ambiente, tanto que ficava se perguntando repetidas vezes o que estava fazendo ali; por outro lado, dona Helianna seria apenas uma entre tantas outras pessoas que quiseram e se sentiram satisfeitas por estarem ali. São dois tipos muito diferentes, verdadeiramente opostos, de reagir ao que acontecera naquela noite de novembro de 2015. De um lado, pode-se vislumbrar o total alheamento em relação a tudo que ocorreria; de outro, uma verdadeira imersão de corpo e alma naquele evento e nas situações sociais que ele potencializou. O exemplo citado trata, obviamente de uma comparação entre duas atitudes de afastamento e de proximidade entre dois agentes distintos e o evento que ocorreria. Mas as ações de salvaguarda podem também afastar ou aproximar pessoas entre si à medida que, além de estimularem emoções, ainda acolhem ou repelem interesses pessoais ou coletivos. Não é difícil observar que essas ações, principalmente quando tocam em assuntos polêmicos – como a memória da escravidão, por exemplo – tendem a provocar opiniões divergentes acerca de um mesmo ponto. Em Quissamã, um exemplo claro que se refere a essa memória do trabalho cativo reside na disputa que existe entre os que dizem que ali as relações entre senhores e escravos foram brandas quando comparadas a outros territórios escravistas – especialmente Campos dos Goytacazes, onde se acumulam histórias de violência que entraram para o imaginário coletivo, como o clássico *Escrava Isaura*, de Bernardo de Guimarães – e

os que afirmam que escravidão por si só já remete à violência, pois, entre outras coisas, nega ao cativo o direito fundamental de ser livre e assim legitima todas as demais negativas de direitos e garantias individuais. Seja através de um curioso silenciamento em torno do tema ou então de um raro debate acalorado que essa disputa possa provocar, o fato é que não existe consenso a respeito desta questão e qualquer ação de salvaguarda que a suscite tende a provocar ou rupturas entre partidários dessas duas memórias da escravidão, ou a formação de redes de solidariedade entre os que defendem o mesmo lado da querela. Assim como muitos outros aspectos da vida em Quissamã e em diversas outras cidades interioranas, como Santo Antônio de Pádua e Itaperuna, a disputa em torno do tema é também dicotômica e muitas vezes exige que se assuma uma única posição, sem haver a possibilidade de se construir um meio termo entre os dois pólos.

9. Ações de salvaguarda são fontes potencialmente geradoras de coesão social. Ora, nunca se pode perder de vista que esse tipo de ação, talvez porque remeta ao passado de um modo que o faça parecer comum a todos, tende a colocar os agentes envolvidos diante da possibilidade de autoidentificarem ou não com a narrativa pretérita que se constrói com a ação. Identificando-se ou não, o fato é que todos passam a ter um mesmo ponto de partida – no caso, um recorte de tempo pretérito recheado de sentido – para se posicionarem. Uns aceitam e até se envolvem emocionalmente com o que é narrado, passam eles próprios a reproduzir a narrativa; outros já não se identificam com o que é dito e tendem a compor suas próprias narrativas, talvez até para confrontar aquela que lhe foi apresentada pela ação de salvaguarda. Pode-se entender, diante disso, que a coesão esteja sendo construída a partir do estabelecimento desse ponto de partida, que tende a ser o mesmo para os que o aceitam ou não. Além do mais, as divergências que podem vir à tona não necessariamente inviabilizam o convívio daqueles que divergem; elas na verdade fazem parte do processo social. No caso de ***O Passado que se faz Presente***, um caso notório de que divergência não compromete a convivência das pessoas, mesmo quando gerada por uma ação de salvaguarda, é a diferença de opinião que moradores da neocomunidade de Machadinha nutrem acerca do Memorial. Wagner Firmino, Dalma dos Santos e outros de uma geração mais nova são abertamente críticos em relação ao modo como o Memorial foi pensado e construído pela Prefeitura Municipal de Quissamã em 2009; eles concordam em

afirmar, por exemplo, que não houve consulta à comunidade para saber se as pessoas queriam ou não acabar com o velho salão de bailes, se elas estavam dispostas ou não a recepcionar turistas naquele local; também são unânimes em dizer que o painel iconográfico instalado no Memorial, propondo uma ligação entre Machadinho e a província angolana de Kissama, não representava a comunidade. Já Seu Tide e Mãe Preta e talvez outros de uma geração mais velha não são tão incisivos assim; na verdade, eles parecem contemporizar e em certa medida chegam a concordar com o que foi feito e também com o modo como foi. Ora, independentemente de suas discordâncias, Wagner, Dalma, Tide e Mãe Preta fazem parte de uma mesma comunidade. É inevitável dizer que boa parte da riqueza que desperta o interesse meu e de outros pesquisadores de Machadinho reside exatamente na pluralidade de vozes que lá podem ser ouvidas. O próprio LIFSCHITZ (2011), que também concentrou o olhar e a escuta em Machadinho, igualmente percebeu essas diferenças, tomando como ponto de partida como as pessoas se posicionavam diante do passado escravista de Machadinho e de Quissamã. Em seu depoimento, Alexandra Moreira – ex gestora da Prefeitura Municipal, na época da reforma das senzalas e da instalação do Memorial – também fez questão de apontar para o que ela entende ser “uma divisão de classes” em Machadinho: no caso, a que demarca as diferenças entre os descendentes dos escravos domésticos que atualmente habitam a Ala A das senzalas, onde as casas possuem o pé direito mais alto, e os descendentes dos escravos de lavoura ou do eito, que residem na Ala B, cujas casas apresentam uma altura menor de pé direito e necessariamente devem ser menos confortáveis.

Aliás, o próprio método de análise situacional, conforme proposto e praticado por VAN VELSEN (2010), parte do pressuposto de que o conflito é algo inerente à vida em sociedade e as chamadas situações sociais podem ou não ser conflitivas:

Isso (o método) se refere à coleta efetuada pelo etnógrafo de um tipo especial de informações detalhadas, mas também implica o modo específico como a informação é usada na análise, sobretudo a tentativa de incorporar o conflito como “normal” em lugar de parte “anormal” do processo social.
(VAN VELSEN, 2010, p. 438)

O modo como uma definição assim, simultaneamente direta no uso das palavras que estabelecem o que se deve fazer, mas também complexa no sentido mais amplo das ações que se apresentam quase como desafios para o pesquisador, se aplica ao que tem sido feito em ***O Passado que se faz Presente*** envolve um apanhado mais detalhado de cada uma das proposições de VAN VELSEN (2010). Primeiramente, trata-se de coletar informações detalhadas de um tipo especial; nesse caso, o detalhamento ou mais acertadamente o recorte que aqui se pratica diante do turbilhão de acontecimentos que o real apresenta para o pesquisador, ele se concentra nas possibilidades de reação comportamental observadas e em opiniões coletadas através de conversas informais e de entrevistas, tudo isso dentro de situações de contexto específicas, que são os momentos em que ações de salvaguarda são efetivadas ou não em duas comunidades quissamaenses. Quando então essas ações acontecem – seja por sua constância em Machadinha, seja por sua quase inexistência na Vila Operária – elas potencializam situações sociais, que então se apresentam como diferentes maneiras de pessoas que vivem nessas comunidades se posicionarem diante das ações propriamente ditas. Em segundo lugar, VAN VELSEN (2010) se refere ao modo específico como a informação obtida será empregada na análise. No caso de ***O Passado que se faz Presente***, para que fique bem claro como isso acontece, é necessário pedir licença ao leitor e repetir no texto de agora os mesmos objetivos da pesquisa que já foram apresentados na Introdução deste trabalho. Isso porque é a partir de cada um desses objetivos – que são específicos em si mesmos mas que, em conjunto, se completam – que se pode chegar a uma conclusão acerca de como dados obtidos no campo podem se fazer presentes, de um modo organizado, na análise. Pois que venham, mais uma vez os objetivos da pesquisa e que, para cada um deles, siga um pequeno texto demonstrando como informações de campo e análise se combinam.

Objetivo 1: Caracterizar a pluralidade de comportamentos e relatos que são potencializados a partir da materialização ou não de ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural que vem sendo desenvolvidas em duas neocomunidades quissamaenses: Machadinha e Engenho Central.

Nesse caso, os dados obtidos através da observação de eventos específicos aqui entendidos como ações de salvaguarda são reunidos na composição de um mosaico de acontecimentos pontuais que se sucedem em fios narrativos que aparentemente se desenrolam sem estarem conectados entre si. Outros dados, oriundos de conversas informais, ajudam a compor esse mesmo mosaico e também colaboram no sentido de engrossar os tais fios narrativos com detalhes e questionamentos que apenas a observação dos acontecimentos não seria capaz de proporcionar. Os fios começam então a se combinar e se transformam numa tessitura única, repleta de significados. Surgem então questões de maior profundidade que acabam sendo aclaradas ou não através de entrevistas semi estruturadas com agentes sociais previamente escolhidos por estarem direta ou indiretamente envolvidos com os eventos observados. É a partir daí, nessa mistura de procedimentos que não obedecem necessariamente a uma ordem cronológica para acontecerem, que a pluralidade de comportamentos pode ser percebida, descrita e analisada. Essa tal pluralidade manifesta em duas neocomunidades quissamaense, além de ser devidamente entendida nas suas particularidades, reafirma o que VAN VELSEN (2010) diz ser comum em qualquer sociedade.

(...) em todas as sociedades existem incongruências e contradições entre os vários conjuntos de normas nos diferentes campos de ação. Um problema que os membros de qualquer sociedade devem resolver é o de viver com tais incongruências por meio da manipulação de normas, de forma que as pessoas possam continuar a viver juntas em uma ordem social.
(VAN VELSEN, 2010, p. 442)

Nesse momento, diante do que escreveu VAN VELSEN (2010), cabe fazer um brevírio sobre como a pluralidade foi-se apresentando como problema a ser identificado e entendido em Quissamã e como o percurso metodológico da análise situacional pode contribuir para clarear o caminho. Sendo assim:

O exercício de observação constante que esse pesquisador tem desenvolvido em Quissamã nos últimos seis anos, desde 2010, trazia logo uma questão de base: que lugar era aquele, tão pequeno e, ao mesmo tempo, capaz de motivar tantas opiniões diferentes acerca de si mesmo? Quando recortada de um horizonte mais amplo – no caso, o município inteiro de Quissamã – e transferida para um lugar específico como a comunidade de Machadinha, essa questão continuava a ser

formulada da mesma maneira e não encontrava uma resposta convincente. Machadinha continuava sendo uma incógnita, uma grande interrogação mal respondida, um lugar único mas igualmente capaz de desencadear diferentes opiniões. Em síntese, Machadinha parecia ser o lugar das dissensões, das divergências, das interpretações muitas vezes conflitivas acerca de minúcias da realidade. Isso para os que nele residiam, para os que ocasionalmente o frequentavam, para os que vinham e permaneciam sendo de fora. Mas havia ocasiões em que tudo isso parecia fazer sentido, quando então as dissensões, mesmo insufladas, adquiriam contornos bem nítidos e passavam a coabitar num mesmo ambiente sem representarem necessariamente um risco para si mesmas e para o lugar como um todo. Elas não deixavam de ser dissensões, mas pareciam se acomodar numa espécie de tabuleiro de jogo em que as peças, por mais desconexas que fossem, eram submetidas às mesmas regras. E cada jogador, isoladamente ou em pequenos grupos, recombina as regras de acordo com seus próprios interesses, gerando mais situações conflitivas. Mesmo assim, o jogo continuava sendo jogado.

No que se refere ao Engenho Central de Quissamã, ou mais diretamente à sua Vila Operária – que, na verdade, são duas: a do Engenho e a do Carmo – aquelas situações que insuflavam as chamadas dissensões em Machadinha são muito raras. Ações de salvaguarda quase não acontecem por lá. Mesmo assim, quando ocorrem, cumprem o mesmo papel que cumpriram em Machadinha: permitem vislumbrar as pluralidades, os diferentes modos de se relacionar com a ordem social. E o fato de não ocorrerem normalmente não se apresenta como empecilho para que os agentes sociais se manifestem e demonstrem como eles mesmos resistem ao suposto apagamento de uma memória coletiva que inevitavelmente deveria acontecer sem as ações de salvaguarda. Nem que seja nos quintais de suas casas, nos fins de semana, eles próprios rememoram, compartilham suas reminiscências, que não são necessariamente as mesmas entre si. Esse ato sutil de resistência, revelado através de conversas informais e entrevistas com moradores da Vila, ele por si só tem o potencial de fazer as pluralidades virem à tona.

Objetivo 2: Entender o modo como indivíduos, que possuem histórias de vida vinculadas a tais neocomunidades, lidam com relacionamentos estruturais, especialmente questões ligadas ao exercício de poder político e econômico, e fazem uso da possibilidade de escolha entre normas alternativas, em razão de exigências de situações conjunturais.

O cumprimento desse segundo objetivo tem consumido, acima de tudo, dados obtidos através de entrevistas ou mesmo de conversas informais com os moradores das duas neocomunidades. Nesse caso específico, a observação tem servido apenas para complementar o que as duas outras técnicas de obtenção de dados tem fornecido. No que diz respeito à tessitura narrativa que já vinha sendo construída, ela passa a contar com novos fios que se juntam aos anteriores. Dentre esses fios, são as seguintes situações conjunturais que se destacam: a) em relação a Quissamã, um município emancipado em 1989, sob a égide de um texto constitucional – CRFB/88 – que institucionaliza o processo de redemocratização no Brasil e passa a ser reconhecido como “Constituição Cidadã”, existe todo um ambiente de exercício da cidadania pontuando tanto a realização das ações de salvaguarda, quanto as situações sociais daí decorrentes; nesse mesmo ambiente, vem à tona o paradoxo de se vivenciar, através de ações de salvaguarda que necessariamente remetem ao passado, o pleno gozo das liberdades e garantias individuais num território cuja história pregressa traz marcas profundas da escravidão; b) ainda no tocante a Quissamã como um todo, o município também se emancipa trazendo consigo, logo no início de sua trajetória, uma disputa política entre dois grupos – um deles personificado na liderança de Alcides Ramos, o “Bicho Velho”, ex-Prefeito de Macaé e o outro capitaneado por Octávio Carneiro, descendente de uma antiga linhagem de líderes políticos regionais que encontrava, num passado remoto, a presença marcante do Visconde de Araruama – que logo se resolveu a favor da família Carneiro, que conseguiu se firmar à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã por mais de duas décadas, mas que parece ter inspirado ações de salvaguarda cujas narrativas identitárias quase sempre remetiam a um passado idealizado, no qual o Visconde e seus descendentes diretos ocuparam lugar de destaque no apogeu do Império do Brasil (1840-1889); ora, boa parte das disputas pontuais que são observadas entre os diferentes agentes sociais que

participam das ações de salvaguarda tem como ponto de partida opiniões divergentes que despontam a partir de uma espécie de história oficial local que acaba se cristalizando em muitas dessas ações; dentre essas opiniões que se contradizem e que assim enriquecem o debate em torno das diferentes memórias coletivas que se manifestam em Quissamã, encontra-se desde o já citado embate em torno do abrandamento das relações entre senhores e escravos até a discussão acerca do primado na história local de duas famílias tradicionais do Norte Fluminense, no caso os Carneiro da Silva e os Barcellos Coutinho, que coloca em lados opostos duas instituições privadas como a AMAP e o ECJCB; c) no caso específico de Machadinho, onde se encontra uma comunidade de remanescentes de quilombo, ali tem se caracterizado como lugar por excelência não apenas do debate em torno do abrandamento ou não das relações entre senhores e escravos, mas também de uma discussão acerca do próprio conceito de quilombo que, ainda hoje, mesmo depois de mais de uma década do reconhecimento oficial da comunidade como quilombola pela Fundação Palmares – o que ocorreu em 2005 – com base no autoreconhecimento dessa identidade por parte dos próprios moradores de Machadinho, motiva certos reparos e críticas, como a que diz que ali não foi propriamente um espaço de resistência contra a escravidão quando a mesma ainda estava em vigor, a ponto dos escravos locais, quando libertados pouco antes da Lei Áurea – em 14 de março de 1888, segundo relato contido em carta de José Julião Carneiro da Silva, jovem descendente do Barão de Monte de Cedro – terem escolhido continuar vivendo em suas senzalas; d) por sua vez, dentro ou fora da Vila Operária do Engenho Central, mesmo depois de mais de uma década do fechamento, em 2002, do parque industrial da velha Usina – que foi o carro chefe da economia e da vida social de Quissamã por cerca de um século – ainda persiste nas reminiscências de diferentes agentes sociais o impacto do encerramento das atividades produtivas do Engenho; isso pode ser notado tanto no depoimento do senhor Ivanir dos Santos Coutinho, ex funcionário da Companhia Engenho Central e ainda morador da Vila Operária, que por diversas vezes empregou a palavra crise em sua fala, mesmo quando o assunto em pauta não remetia à mesma, quanto no depoimento de Haroldo Carneiro, ex secretário municipal do Desenvolvimento Econômico de Quissamã na época do fechamento do Engenho, e que se referiu aos dois traumas que, segundo sua opinião, aconteceram naquela ocasião, sendo o

primeiro a paralisação das atividades produtivas e o segundo a tentativa fracassada de retomar essas atividades por parte de um novo grupo empresarial. Ora, em todos esses exemplos citados, cada uma dessas respectivas situações conjunturais funcionam como condicionantes para os posicionamentos assumidos pelos agentes sociais: elas pautam os depoimentos, provocam às vezes reações emotivas como risos e lágrimas, ou então algo mais racional como o empolamento da fala ou o silêncio calculado no momento em que o assunto abordado é mais delicado. Pois a devida atenção para esses detalhes, que apenas o trabalho de campo é capaz de proporcionar ao pesquisador, é de fundamental importância para se compor, já no momento da análise propriamente dita, um painel muito melhor estruturado das situações sociais. É assim que mais alguns fios se formam e ajudam a encorpar cada vez mais a tessitura narrativa dessa análise do fenômeno social como um todo.

UM GOLPE DE VISTA SOBRE OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS REALIZADOS NO ANNO DE 1888

Para mim um dos annos mais notáveis da minha vida será certamente o de 1888, pois acho que entrei na vida real, assumi a jurisdição de meus negocios, tendo completado (...) 18 annos de idade e finalmente o anno no qual grassa um bello cognome – o anno da redempção, por ter sido aquelle em que acabou-se a escravidão em nossa patria.

(...) o movimento abolicionista em Campos estava em borborinho e já ia se tornando um movimento perigoso; pois deram-se algumas sublevações; muitas retiradas em patentes erão os prodomos de uma grande revolução social.

Macahé não dava ar de sua graça e nós recebiamos influencias de Campos e assim temiamos um grande descalbro no nosso pessoal da lavoura.

(...)

Finalmente chegou o dia 13 de Março. Chovia a cantaros, notícias terroristas de Campos, os animos exaltados deram em resultado minha família reunir-se no Escriptorio do Engenho Central e ahi deliberarmos no dia seguinte, anniversario natalício de S.M. a Imperatriz, concedermos liberdade plena e immediata a todos os escravos.

(...)

A libertação que minha família concedeu a seus escravos foi não só pelo lado philantropico como principalmente por causa da marcha dos acontecimentos e com o receio de um futuro mais ou menos nublado.

Todos os meus parentes assim como quasi todos os brasileiros reconheciam os nefastos resultados da escravidão e da clamorosa injustiça e barbaridade com que eram tratados os

mesmos, assim, pois, puderam bem compreender quão notável foi o dia 14 de Março de 1888.

(José Julião, 1888)

A propósito do relato de José Julião, lembrado em entrevista por Haroldo Carneiro da Silva, um dos fundadores do Instituto Sete Capitães e ex secretário de Educação e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Quissamã, cabe uma ou cabem mais digressões. Primeiramente, o referido relato consta de uma carta escrita pelo filho do Barão de Monte de Cedro, na época ainda um adulto jovem, na faixa de 18 anos de idade, e endereçada a ninguém especificamente, ainda que tenha a pretensão da posteridade (“Eu escrevo estas memórias tendo em mente prestar um insignificante serviço ao futuro a quem quiser colher alguns dados contemporaneos a estes escriptos”). Em segundo lugar, o texto da carta faz parte de um acervo particular da família dos descendentes de José Julião e eu mesmo, enquanto pesquisador, não tive acesso ao documento original e sim a uma cópia datilografada, mas a informação contida nele é por demais relevante para não deixar de ser considerada aqui, até mesmo porque faz parte do depoimento de um dos entrevistados. A notícia contida na carta, que trata da decisão de libertar escravos de diversas fazendas de Quissamã – dentre elas, a de Machadinha – por ordem de seus proprietários, isso antes da promulgação da Lei Áurea, pode até parecer absurda numa primeira leitura, mas na verdade ela está em plena consonância com o que afirmava Joaquim Nabuco, ele próprio contemporâneo do processo abolicionista no Brasil e reconhecido pela historiografia como um dos maiores conhecedores sobre o assunto, já que esteve diretamente envolvido com a luta pelo fim da escravidão. Como se pode notar, NABUCO (2005) enumerava cinco fatores que haviam contribuído para a abolição propriamente dita e o terceiro deles dizia respeito exatamente ao papel desempenhado por alguns proprietários de escravos no sentido de alforriar seus próprios antes mesmo da abolição oficial. Esse tipo de atitude pode ser entendido ou como o resultado de uma avaliação pragmática que alguns senhores de escravos faziam sobre as vantagens e desvantagens da abolição antecipada – se a mesma era compensadora ou não financeiramente, se não seria mais prudente antecipar-se ao que parecia inevitável e assim garantir a presença de alguns ex escravos, já como trabalhadores remunerados, nas fazendas para não ter problemas futuros com a colheita da safra ou com o beneficiamento da

produção – ou como a tomada de consciência de que realmente a escravidão era uma manifestação de violência já completamente ultrapassada no tempo e em total desacordo com movimentos de ideias que vicejavam nos Estados Unidos e na Europa, na segunda metade do século XIX e que chegavam por vias transversas ou diretas ao Brasil. No caso específico de Machadinho, costuma-se dizer em Quissamã que o proprietário da fazenda, Manuel Carneiro da Silva, segundo Barão e Visconde de Ururaí, tomou a decisão de antecipar-se em aproximadamente dois meses à Lei Áurea e libertar os escravos de sua propriedade, em 14 de março de 1888, com o objetivo de garantir a presença de trabalhadores na colheita da safra daquele ano, pois que a abolição oficial já se avizinhava e as notícias chegavam às senzalas provocando fugas em massa e rebeliões da escravaria. Também se ouve dizer em Quissamã, em conversas informais, que essa decisão de antecipar a liberdade se junta ao fato de que as senzalas de Machadinho não eram propriamente prisões para os escravos, mas sim suas residências, onde viviam com seus familiares, para explicar porque a maior parte dos escravos daquela fazenda não a abandonaram nem destruíram as senzalas – algo comum, por exemplo, nas fazendas de café situadas no Vale do Paraíba Fluminense – naquele contexto em que o processo abolicionista estava em pleno andamento.

Cinco anos ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1) o espírito daqueles que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos meetings (reuniões públicas), da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas “fábricas”; 4) a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5) a ação da família imperial. (NABUCO, 2005, p. 144)

O relato de José Julião ajuda a compor um cenário que corrobora uma das memórias coletivas recorrentes em Machadinho e em Quissamã como um todo: aquela que trata da existência de uma escravidão abrandada em seus efeitos mais violentos naquele território ou de uma relação quase cordial entre senhores e escravos. Ainda que o descendente do Barão de Monte de Cedro – portanto, neto do

primeiro Visconde de Araruama, personagem marcante na vida política do Norte Fluminense e patriarca da família Carneiro da Silva – mencione “(...) os nefastos resultados da escravidão e (a) clamorosa injustiça e barbaridade com que eram tratados os mesmos”, o fato é que suas palavras são atualmente lembradas por aqueles que investem nessa memória coletiva que, em certa medida, se contrapõe aos relatos de violência que marcam a história da escravidão em Campos dos Goytacazes, no Vale do Paraíba Fluminense e em outros territórios escravistas espalhados pelo Brasil. Essa memória coletiva, constatada por LISCHITZ (2011) através de depoimentos coletados junto a parte dos moradores das senzalas de Machadinha, eles próprios descendentes de escravos da fazenda – uma das contempladas com a abolição antecipada do dia 14 de março de 1888 – é compartilhada portanto por descendentes de senhores e de escravos em Quissamã. Mas esse compartilhamento não prescinde de ruídos que apontam para a existência de variações e dissonâncias, como a que é verbalizada por Wagner Firmino, presidente da ARQUIMA, quando ele mesmo diz que se sente incomodado com essa concepção abrandada da escravidão e, de um modo mais abrangente, com o que ele entende ser uma história que “vem de fora para dentro” da comunidade de Machadinha.

Essa dissonância incorporada em duas memórias coletivas acerca da escravidão antecipa o terceiro objetivo de ***O Passado que se faz Presente***, pelo menos no que diz respeito aos diferentes modos como indivíduos e coletividades podem apreender e atribuir sentido ao tempo pretérito.

Objetivo 3: Compreender como tais escolhas, manifestadas em relatos e comportamentos, estão relacionadas tanto com variantes conjunturais, quanto com modos diversos das pessoas se posicionarem diante de si mesmas e de outras pessoas dentro de suas próprias neocomunidades, no seio do processo de construção de uma ou mais memórias coletivas, de uma ou mais identidades culturais.

Conforme já se disse, ações de salvaguarda de patrimônio costumam fazer aflorar memórias coletivas e lidam necessariamente com questões identitárias: as pessoas direta ou indiretamente envolvidas se sentem estimuladas a se

autoreconhecerem como sujeitos pertencentes a um agrupamento social, seja ele uma família, uma comunidade, uma etnia, uma categoria profissional, uma classe social ou um segmento de classe, uma municipalidade, uma nação; o percurso de construção da identidade pode ser circunscrito ou ampliado, como num jogo de escalas; o pressuposto básico é de que, em cada um desses grupos, as pessoas se sintam compartilhando dos mesmos princípios e valores. De acordo com HALL (2006), nas sociedades contemporâneas e complexas em que os agrupamentos humanos são dos mais diversos tipos e onde as mudanças ocorrem com frequência, o processo de construção ou mesmo de desconstrução das identidades coletivas deve ser entendido como algo dinâmico, que varia no espaço e no tempo, que envolve simultaneamente escolhas individuais e entendimentos coletivos. As identidades podem ser territorializadas ou derivarem de um processo contínuo de interação das pessoas entre si ou com os respectivos lugares em que vivem; ao longo de uma mesma trajetória de vida, as identidades podem variar.

Uma abordagem assim de caráter processual, direcionada para o entendimento das memórias coletivas e das identidades que variam no espaço e no tempo, encontra em BENSA (1998) o suporte teórico adequado. BENSA (1998) traz para o terreno da antropologia e mais especificamente para o nicho metodológico da análise situacional tanto a preocupação com o detalhe significativo de GINZBURG (1989), quanto a propensão de tentar compreendê-lo dentro de um contexto específico. No que se refere ao detalhe, ele tem a mesma complexidade das variantes de piscadela citadas por GEERTZ (2008); já em relação ao contexto, BENSA (1998, p.47) o define como "(...) um conjunto de atitudes e de pensamentos dotados de sua lógica própria mas que uma situação pode momentaneamente reunir no interior de um mesmo fenômeno".

O contexto é imanente às práticas, faz parte delas. É portanto impossível pensá-lo em termos de estrutura estática. Como a troca de informação, a aprendizagem ou a mobilização da memória, ele não é contínuo nem coerente na duração, mas habitado por múltiplas contradições e fraturas internas. Enfim, vários contextos muitas vezes antinômicos se encontram cristalizados no próprio interior dos comportamentos dos atores.
(BENSA, 1998, p. 46)

Tomando por base o que escreve BENSA (1998), conclui-se que pensar o contexto equivale a pensar a dinâmica das práticas, dos comportamentos individuais e coletivos. É justamente nesse ponto que reside o sentido da abordagem processual que anima ***O Passado que se faz Presente***. Processo, a propósito, é algo que BENSA (1998) se inspira em Gregory Bateson para conceituar como “(...) relação) entre os fatos observados e os diferentes contextos dos quais eles dependem”. Na Vila Operária do Engenho Central e em Machadinho, as pessoas vivem, interagem e assumem posicionamentos diante das circunstâncias. Fazem isso de diferentes maneiras. Dentre as situações circunstanciais que se apresentam a essas pessoas, interessam aqui particularmente aquelas que estão relacionadas com as ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural. As situações sociais que decorrem dessas ações, em razão de sua raridade ou constância, precisam ser abordadas numa perspectiva processual, conjugando ações sociais e contextos.

Considerando tudo isso é que se pode conceber, no caso específico de Quissamã, como as memórias coletivas variam em razão das circunstâncias e de um grupo social para outro. No primeiro caso, o acompanhamento contínuo da neocomunidade de Machadinho deixa entender que o posicionamento de alguns de seus moradores em relação ao Memorial e à Casa de Artes passou por mudanças sensíveis nos últimos cinco ou seis anos: enquanto os responsáveis pela implementação desses equipamentos culturais estiveram à frente da administração municipal e portanto gerindo os tais equipamentos, chamava a atenção de um observador mais atento o fato de que raramente os moradores de Machadinho eram vistos no interior do Memorial – um lugar que foi pensado e implementado para guardar e difundir a memória da comunidade – ao passo que mais recentemente esses mesmos moradores tem frequentado amiúde o lugar. Quando questionado sobre o assunto, o presidente da ARQUIMA, Wagner Firmino, atribui essa mudança de comportamento dos moradores – inclusive dele próprio – ao fato das pessoas da comunidade, anteriormente, não se identificarem com o Memorial, nem com o modo como ele foi implantado – sem contar com uma participação efetiva dos moradores de Machadinho – nem como era gerido naquela ocasião – tendo invariavelmente à sua frente uma pessoa externa à comunidade. O irmão mais velho de Wagner, Leandro Firmino, mestre do grupo de jongo Tambores de Machadinho, compartilha de uma opinião muito parecida, assim como Dalma dos Santos, atual diretora do

Memorial. A propósito, todos são unânimes em reconhecer que tal mudança de atitude dos moradores, que agora se sentem à vontade no interior do Memorial, se deve muito ao fato de Dalma, uma moradora de Machadinho, ter sido designada para a direção do Memorial. Tudo isso é questionado por Alexandra Moreira, ex presidente da Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Quissamã e uma das responsáveis diretas pela implementação do Memorial de Machadinho. Ela faz questão de lembrar que o espaço físico do Memorial, antes de sua inauguração, que acompanhou o processo de restauro do complexo de Machadinho, entre 2003 e 2005, era pouco ou mal utilizado pela comunidade. Também discorda das modificações que foram recentemente feitas, por pessoas da própria comunidade em parceria com extensionistas do Projeto Territórios Criativos, no painel do Memorial; a esse respeito, Alexandra lamenta ter sido retirada uma frase do historiador Alberto da Costa e Silva que aparecia no painel e pontua que o referido painel resultou do trabalho de profissionais de diferentes áreas de conhecimento que realizaram uma sólida pesquisa em Quissamã e Angola. O fato é que, durante muito tempo e ainda hoje, esse argumento de autoridade que ora remete ao discurso científico, parece ter inibido os moradores de Machadinho de frequentar e assumir como seu o Memorial. Mas a situação mudou recentemente e um dos sinais evidentes dessa mudança foi justamente a releitura do painel que originalmente era composto por quatro mostruários ou aquários que reuniam fotos, textos e objetos que propunham uma conexão entre Machadinho e a província de Kissama em Angola, tomando por base o mito de origem de Quissamã. Essa releitura foi construída coletivamente por um grupo de moradores e alterou dois dos aquários que compunham o painel original, inserindo imagens de pessoas e objetos da própria comunidade que, segundo aqueles que participaram do trabalho de ressignificação, eram praticamente inexistentes no painel original. Alexandra também questiona essa postura crítica, afirmando que no painel anterior já havia uma foto de Seu Tide, um ícone da comunidade de Machadinho. Já em relação à Casa de Artes, a ex gestora da Fundação Municipal de Cultura diz que o espaço do restaurante foi pensado para que a comunidade pudesse se autosustentar, gerando renda a partir da comercialização de pratos típicos da culinária quilombola; por sua vez, algumas pessoas da própria comunidade – inclusive algumas que participaram do projeto Raízes do Sabor, que promoveu o resgate da culinária quilombola local –

reclamam que não podiam exercer sua autonomia no restaurante que era controlado por gente de fora, reclamam também que os proventos que recebiam por seu trabalho na Casa de Artes eram muito baixos. O que se pode constatar a partir daí é que agora existe um debate em torno do Memorial, com concepções e argumentos diferentes de ambos os lados; anteriormente, o que parecia existir era um discurso único, concebido e gerenciado por gestores públicos, dentre eles a própria Alexandra; o silêncio dos moradores de Machadinho em relação a um espaço que se propunha a guardar suas memórias servia para reforçar essa unicidade discursiva.

Do ponto de vista estritamente metodológico, a constatação dessa variação de comportamento em função das circunstâncias decorre, acima de tudo, da observação constante, desenvolvida ao longo de meses ou mesmo anos de contato com pessoas da comunidade de Machadinho. No caso dessa observação – que perdurou por mais de cinco anos e foi facilitada pelo desenvolvimento de ações de extensão nessa mesma comunidade – teve um fator circunstancial que favoreceu tanto a mudança das atitudes dos agentes sociais, quanto a percepção dessas mesmas atitudes em situações bem diferentes: foi a mudança de gestão na Prefeitura Municipal de Quissamã, que ocorreu com o resultado das eleições de 2012. Com esse resultado – que culminou com a saída do grupo político que havia estado à frente da Prefeitura por oito anos consecutivos e que promovera a reforma do conjunto arquitetônico de Machadinho, de onde resultou a implementação do Memorial e da Casa de Artes – os moradores da comunidade quilombola passaram a se sentir mais à vontade para expor suas próprias opiniões acerca desses dois equipamentos culturais. Sem contar o fato de que esse período mais recente da história daquela comunidade coincidiu com um processo mais acelerado de construção de sua identidade quilombola: além do reconhecimento oficial propriamente dito da comunidade como remanescente de quilombo, o que certamente elevou a autoestima das pessoas e gerou expectativas em torno do pleno exercício de direitos decorrentes de tal reconhecimento, a comunidade recebeu a visita constante de pesquisadores e extensionistas vinculados a diversas instituições de ensino, muitos deles custeados por empresas estatais e multinacionais. Alguns dos projetos e ações desenvolvidas por esses agentes externos acabaram colaborando no sentido de estimular o exercício da autonomia e

do pensamento crítico junto aos moradores de Machadinho. Uma nova geração desses moradores passou a atuar como porta-voz da comunidade, ou dividindo espaço com os chamados guardiães da tradição ou simplesmente substituindo-os. A voz corrente dessa nova geração tende a ser mais incisiva, crítica e propositiva do que a mais antiga, que geralmente se mostrava silente e respeitosa diante das ações promovidas pelo poder público municipal, mesmo quando elas não pareciam necessariamente boas para a comunidade. E assim se configura mais um fio da tessitura narrativa de ***O Passado que se faz Presente***.

Objetivo 4: Desenvolver uma análise diacrônica de situações sociais ligadas a ações de salvaguarda patrimonial em ambas as neocomunidades, pontuando as constantes reatualizações do mito de origem de Quissamã em Machadinho e o reiterado esquecimento a que tem sido relegada a vila operária do Engenho Central de Quissamã.

As ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural, em razão de suas características intrínsecas, remetem simultaneamente às três dimensões do chamado tempo linear: no que diz respeito a passado e presente, elas se aproximam do conceito de tradição de GIDDENS (1997) porque se orientam para o passado e fazem com que ele tenha uma forte influência sobre o presente; já no tocante ao futuro, essas ações são projetivas à medida que induzem os agentes que as realizam e os que as recebem a pensar sobre suas consequências e se posicionar diante de seus desdobramentos. Como já foi dito, elas potencializam situações sociais, talvez porque lidem com memórias coletivas que envolvem tanto manifestações de afetividade quanto o exercício de construção de identidade. Entende-se, portanto, que as ações de salvaguarda desenvolvidas em duas neocomunidades quissamaenses precisam ser analisadas processualmente de duas maneiras: a primeira, como já foi dito, envolve o desenrolar das ações e dos comportamentos dos agentes sociais num recorte de espaço e tempo que corresponde ao contexto em que – tomando de empréstimo o que diz BENZA (1998) – se reúnem, num mesmo fenômeno, atitudes e pensamentos que compartilham de uma lógica interna; já a segunda corresponde a uma tentativa de alocar, em ações de salvaguarda desenvolvidas no tempo presente, senão todas pelo menos a

maioria dos tempos progressos a que as mesmas remetem e aos quais atribuem significados afinados com interesses do presente. É nesse sentido que a tradição – conceito aplicável às ações de salvaguarda – pode ser entendida como algo inventado, assim como HOBBSAWM & RANGER(1984, p. 9) a concebem: no caso, “um conjunto de práticas (...) de natureza simbólica (que tendem) a inculcar valores e normas de comportamento através da repetição, (compondo uma linha) de continuidade com o passado”. Quanto ao futuro, ele pode ser entendido sim como dimensão projetiva das ações de salvaguarda, que tendem a mensurar racionalmente seus possíveis desdobramentos – nutrindo a expectativa de que as valorações construídas sejam aceitas e compartilhadas, que elas ultrapassem o tempo vivido através de uma reiteração frequente, ou mesmo que se configurem numa linha de continuidade entre as três dimensões de tempo: passado, presente e futuro.

Ora, essa familiaridade intrínseca que as ações de salvaguarda tem com as três dimensões temporais precisa ser contemplada, sob o risco da análise que se faz acerca das mesmas não dar conta de toda a sua complexidade. Sendo assim, é necessário estar atento para o paradoxo que BENSA (1998) constata ao comparar o fazer antropológico com o da micro história:

Enquanto a micro-história permite o acesso à presença passada do tempo, a antropologia se instala num eterno presente. (...) a escrita da etnografia no presente mascara as contradições, as rupturas, os solavancos da vida social e ressalta em troca, por uma espécie de depuração do real, tudo aquilo que, na sociedade, encerra um caráter normativo.

(...) Ao se exprimir de preferência no presente, a antropologia parece querer fazer da sincronia a palavra de ordem de suas interpretações e, ao mesmo tempo, reprimir essa ardente nostalgia do passado que com frequência a habita. Acontece mesmo que os fenômenos sociais que retêm prioritariamente a atenção dos etnólogos não serem aqueles que eles têm diante dos olhos, e sim seus vestígios nas memórias, em objetos ou comportamentos considerados “residuais”.

(BENSA, 1998, p. 54)

Cabe recorrer aqui a uma digressão que ajuda a compreender como, no caso de Quissamã, os vestígios de memória a que BENSA (1998) se refere não ficam circunscritos propriamente às ações de salvaguarda cuja natureza intrínseca remete o tempo inteiro ao passado, mas eles se encontram sim disseminados nos mais

diferentes segmentos da sociedade, impressos em publicações, quase viralizados nas chamadas redes sociais. A dicotomia que reside no título de fantasia deste trabalho – ***O Passado que se faz Presente*** – não é propriamente um exercício de estilo, uma mera licença poética. Trata-se do resultado de um processo de construção de conhecimento acerca de um lugar que, em certa medida, se parece com diversos outros que existem por aí no interior fluminense – inclusive minha Itaperuna natal, onde as pessoas ligadas a famílias tradicionais ainda ontem interpelavam outras perguntando “você é filho de quem?”, como se fosse uma espécie de chancela de identidade ou mesmo de autoridade – mas que difere em outros aspectos ao potencializar e muito certos tradicionalismos. Em conversa informal com Arnaldo Mattoso, ex Prefeito de Quissamã e coordenador técnico do projeto IPHAN/Pro Memória que fez o mapeamento do patrimônio material e imaterial de Quissamã, ele fez questão de chamar atenção para dois de seus ascendentes familiares: Eusébio de Queiróz e Rodrigo Silva – sendo o primeiro ex Ministro da Justiça e Conselheiro do imperador D. Pedro II, responsável direto pela promulgação da lei abolicionista que levou seu nome em 1850 e que proibiu o tráfico de escravos entre África e Brasil; já o segundo, também ex Ministro da Justiça do Império, foi signatário, ao lado da Princesa Isabel, da Lei Áurea de 1888. Noutra conversa informal com Flávio Cavour, ex vereador do município de Quissamã e colaborador do segundo mandato do ex Prefeito Octávio Carneiro, ele também pontuou ser descendente do Barão de Monte de Cedro, João José Carneiro da Silva, e afirmou ter herdado do mesmo um perfil empreendedor, inovador, inquieto e progressista que, segundo sua própria avaliação, fazia do Barão uma exceção entre seus irmãos conservadores, todos filhos do primeiro Visconde de Araruama. Cavour chegou a lembrar de uma disputa que havia entre o Barão – autor de diversos livros e responsável direto pela ideia de criação do Engenho Central de Quissamã – e seu irmão mais velho, Bento Carneiro da Silva, segundo Visconde de Araruama, que herdara do pai já falecido o título de Nobreza, a ascendência familiar e a liderança política junto ao Partido Conservador, que naquele momento ainda era a base de sustentação do Governo Imperial.

Noutro extremo da sociedade quissamaense, na comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinha, também parece disseminado o hábito de fazer remissão a um passado familiar, mesmo junto aos representantes de uma

nova geração: Dalma se autoidentifica como bisneta de Vovô Venturino, que foi administrador da Fazenda Machadinha e também bisneta de Dona Terê, que foi escrava da casa grande da mesma fazenda e ama de leite dos filhos do Visconde de Ururaí; neta de Caseique, músico consagrado da centenária Banda Musical União Quissamaense.; os irmãos Leandro e Wagner também fazem questão de se dizerem netos de Arquimedes, antigo trabalhador do Engenho Central, numa época em que as terras de Machadinha já haviam sido incorporadas ao patrimônio da Companhia. No caso dessas pessoas, não é difícil entender como e porque um hábito assim, tão aferrado às velhas gerações, ainda seja renovado quase cotidianamente em conversas informais e mesmo nas entrevistas: as remissões a um passado familiar fazem parte do processo de legitimação da identidade quilombola, à medida que fixam uma relação direta de descendência entre os atuais moradores do quilombo e ex escravos de um passado remoto. Aliás, o recorte de passado em que viveram os ascendentes do povo de Machadinha é exatamente o mesmo no qual o Barão de Monte de Cedro, o primeiro e o segundo Visconde de Araruama, Eusébio de Queiróz e Rodrigo Silva também vicejaram: o do Império do Brasil (1822-1889), mais especificamente o apogeu desse mesmo Império, que coincide com o Segundo Reinado (1840-1889) e com o tempo áureo de Quissamã, cujo território se destacava no país tanto como grande produtor de cana de açúcar em latifúndios escravistas, quanto como berço e moradia de uma aristocracia que possuía laços muito fortes com a Corte do Rio de Janeiro. Tratava-se ou ainda se trata do mesmo passado idealizado que inspira e legitima a imensa maioria das ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural do município de Quissamã. O mesmo tempo pregresso em que viveu boa parte dos ascendentes familiares de Arnaldo, Flávio, Leandro, Wagner e Dalma também é o tempo de onde partem os galhos mais baixos e grossos das árvores genealógicas das famílias tradicionais de Quissamã ou da árvore genealógica das casas de fazenda dos descendentes do Visconde de Araruama. O tronco propriamente dito remete a um tempo anterior, o da segunda metade do século XIX, onde se encontram os nomes do pai do Visconde, José Carneiro da Silva e a Casa Mato de Pipa, considerada “*Casa Mater*” ou matriz provedora de todas as outras sedes de fazenda de Quissamã e citada em FREYRE (2006) por conta de seu pioneirismo na Baixada Campista.

Sobre o retardamento com que apareceu a casa-grande construída de material nobre e duradouro, na subárea campista (Rio de Janeiro), veja-se o recente (sic) e bem documentado trabalho do engenheiro Alberto Ribeiro Lamego, “O homem e o brejo” (...). Informa o mesmo pesquisador – talvez o que melhor conhece o solo, a paisagem e o passado da área fluminense, em geral, e da subárea campista, em particular – que “de todo o correr dos fins dos Setecentos até a ascensão de D. Pedro II ao trono, só temos notícia de uma casa de senhor de engenho ainda existente hoje na antiga região dos goitacás: é a residência de Mato de Pipa no morgadio de Quissamã, levantada em 1786 por Manuel Carneiro da Silva, pai do primeiro visconde de Araruama. De um só piso e avarandada. Com suas velhas portas arqueadas, seu oratório interno de imagens antiqüíssimas, sua vetusta cama de cabiúna com embutidos de pequiá-marfim, a Casa Mato de Pipa, precioso testemunho arquitetônico dessa época e residência de uma das grandes famílias da planície, nada tem que denote luxo e fausto”. (FREYRE. 2006, p. 59)

O tipo de abordagem mais adequado para as ações de salvaguarda – considerando que elas trafegam por diferentes temporalidades – é a diacrônica, não a sincrônica que BENSA (1998) reconhece como a mais usual nas interpretações antropológicas. Na verdade, esse entendimento de BENSA (1998) – cuja formação é justamente antropológica – ressoa como uma autocrítica que precisa ser feita em **O Passado que se faz Presente**, um exercício de pesquisa e análise que tende a se aproximar da etnografia em alguns de seus procedimentos – do trabalho de campo propriamente dito ao emprego da metodologia de análise situacional – mas que simultaneamente não renega a formação de seu autor nas malhas da historiografia. A própria escolha do tema e o modo como ele é abordado – gravitando por vezes entre diferentes temporalidades, assim como as próprias ações de salvaguarda o fazem – já aparecem como indícios dessa proximidade entre antropologia e história. Pois é nesse ponto em que as duas ciências se aproximam e onde a abordagem diacrônica se apresenta como possibilidade que BENSA (1998) traz contribuições essenciais: 1) propõe uma reatualização daquilo que Malinowski apresentou como um novo olhar para a antropologia, que consiste em tratar fatos etnográficos como fatos historizados ou inscritos numa dada temporalidade em que “a noção de estrutura (...) evocaria (...) uma relação sempre tensa entre as heranças do passado e as exigências do presente” (BENSA, 1998, p. 55); 2) advoga que a “especificidade do fenômeno humano (...) (decorre) “de sua inscrição numa temporalidade própria”

e que os contextos devem ser aprendidos como processos para que a cultura seja entendida como fenômeno historizado (BENSA, 1998, p. 57-58); 3) afirma que “a singularidade de uma época (...) seu modo próprio de exprimir sua historicidade (...) reside (...) na tensão que é gerada pela contemporaneidade de atitudes herdadas do passado e de comportamentos provocados por novas problemáticas (BENSA, 1998, p. 59).

Pois é justamente nesse relacionamento tenso entre o passado e o tempo vivido que se insere uma situação paradoxal constatada nas ações de salvaguarda que vem sendo desenvolvidas em Quissamã: em Machadinha, elas tem ocorrido com frequência e tendem a estimular o exercício da cidadania, mesmo que seja num território tão fortemente marcado pela escravidão; na Vila Operária do Engenho Central, ações desse tipo são muito raras, ainda que se façam necessárias, ou em razão do pioneirismo histórico daquele lugar, ou porque o processo de degradação do patrimônio material do Engenho é visível e aterrador em muito pouco tempo, levando-se em consideração que o parque de produção do mesmo só foi desativado em 2002. Em ambos os casos, tanto a frequência, quanto a raridade podem estar relacionados com um mesmo fator: a presença difusa da escravidão. Uma abordagem processual diacrônica ajuda a entender como isso acontece. No caso de Machadinha, a relação é mais direta: trata-se de uma antiga fazenda monocultora de cana de açúcar que, ainda hoje, preserva o conjunto arquitetônico de suas senzalas, onde aliás residem famílias de descendentes de escravos da própria localidade e que, ao longo dos últimos anos, tem passado por um processo gradativo de construção de uma identidade quilombola. Esse processo de construção identitária – que tem consistido em superar resistências internas e externas, bem como afastar o risco de argumentações escorregadias como aquela que questiona o fato de uma comunidade de resistência estar ocupando um espaço físico tradicionalmente ligado ao sofrimento e ao controle senhorial – tem sido gradativo e coincide com um período histórico de afirmação de valores democráticos, após o advento da Constituição de 1988. As ações de salvaguarda desenvolvidas junto à comunidade – tendo à sua frente gestores públicos ou privados – tem cumprido um papel relevante nesse processo, seja no sentido de estimular o espírito crítico das pessoas ou ajudá-las na busca do reconhecimento de direitos, seja no sentido de provocar reações as mais diversas dos moradores de Machadinha, o que aliás faz parte do processo de

construção de uma identidade que, apesar de ser essencialmente coletiva, transige com experiências individuais de vida. As dissensões manifestadas entre as pessoas, para serem melhor compreendidas, precisam ser remetidas a diferentes escalas de tempo que interagem numa relação diacrônica e que mais uma vez BENZA (1998, p. 58-59) ajuda a identificar e analisar. O “tempo curto”, que pode corresponder a um só dia em que ocorre uma cerimônia como a da inauguração da Exposição Machadinha Memória Viva, é o tempo mesmo das dissensões que resultam em parte do exercício contraditório da cidadania num território marcado pela escravidão e, em parte, da possibilidade dos agentes envolvidos na cerimônia digerirem e reinterpretarem o que lhes é ofertado de diferentes maneiras, que variam do envolvimento absoluto ao descaso total. Por sua vez, o “tempo médio”, aqui recortado nos últimos trinta anos, entre 1988 e os dias atuais, é o que permite entender como as ações se repetem naquele lugar, mas não necessariamente incidindo sobre um mesmo recorte temático ou realimentando uma única interpretação acerca de um mesmo tema; o equilíbrio estrutural pode ser apreendido a partir da constância com que as ações acontecem, o que a propósito leva ao entendimento de que se trata de uma política pública de salvaguarda, mas a relatividade desse equilíbrio pode ser constatada a partir das variações temáticas e interpretativas que transparecem nessas mesmas ações, quando comparadas umas com as outras; um exemplo seria, nesse caso, a comparação entre a inauguração do Memorial de Machadinha em 2009 e sua reinauguração em 2016. Promovido pela Fundação Municipal de Cultura, o ato inaugural do Memorial de Machadinha foi parte integrante de uma série de ações de salvaguarda que marcaram a gestão do ex Prefeito Armando Carneiro e que podem ser entendidas, quando tomadas em conjunto, como mais um capítulo de uma narrativa com forte propensão para a unicidade, ainda que transigindo com a diversidade. Machadinha, especificamente, foi o lugar escolhido para fazer um contraponto com o Museu Casa de Quissamã – inaugurado em 2005 e abrigado na antiga residência do Visconde de Araruama, era uma espécie de materialização de uma história local de fundo aristocrático – e materializar a memória coletiva de uma comunidade de descendentes de escravos. O Memorial, ainda mais especificamente, foi pensado para ser uma ponte simbólica entre o mito do encontro entre Aires de Maldonado e o negro Kissama, um viaduto entre Quissamã e Angola. Já o ato que aqui pode ser chamado de reinaugural foi

planejado e executado através de uma parceria entre moradores de Machadinho e agentes externos vinculados ao projeto de extensão “Territórios Criativos”. Ele consistiu basicamente na cerimônia de apresentação pública de uma releitura do painel que se encontra ainda hoje no Memorial de Machadinho e que passou a abrigar um número cada vez maior de imagens e objetos ligados à vida cotidiana da comunidade, em substituição a outras imagens e objetos que remetiam quase exclusivamente à província africana de Kissama, em Angola.

Já no caso do Engenho Central, o “tempo curto” pode ser o de uma única noite ou duas, em que, na casa do senhor Carlinhos, ele próprio e seus amigos – todos moradores da Vila Operária do Engenho e ex trabalhadores da Companhia Engenho Central de Quissamã – foram estimulados por mim, cumprindo o papel de entrevistador, a rememorar coisas e acontecimentos da Vila e do próprio Engenho. Apesar de serem todos amigos, de estarem todos num mesmo lugar e de concordarem em muitas de suas opiniões, as divergências foram manifestas: tanto no jeito de falar, que ia da narrativa direta e lacônica de seu Carlinhos à profusão verbal de Gonzalo, quanto no próprio sentimento de nostalgia que ambos nutriam em relação a um tempo pregresso em que o Engenho ainda funcionava e produzia. Uma variante de opinião semelhante a esta pode ser constatada no documentário **O Gancho** (2013), em que dona Leninha e dona Margarida quase choram ao se lembrar do Engenho ainda em funcionamento, dizendo que sentiam saudades; por seu lado, a voz metalizada de senhor Roberto Luiz foi na contramão da emoção latente das duas senhoras octogenárias, ao anunciar que não tinha saudades porque havia sofrido muito enquanto trabalhou no Engenho. Outro ponto de divergência entre os entrevistados de **O Gancho** (2013) diz respeito ao que poderia ser ainda feito com as ruínas do velho Engenho: senhor Ézio gostaria de vê-lo moendo cana outra vez; dona Leninha nutre o sonho de que as ruínas abriguem um memorial da cana de açúcar.

Objetivo 5: A partir dessa análise diacrônica, que opera simultaneamente com diferentes temporalidades, procurar entender como vem sendo construída por parte de sucessivas gestões à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã, com ações de salvaguarda patrimonial, uma propositura de discurso unificador, uma versão de história oficial do município que recombina

elementos constitutivos da história tradicional do Brasil, tais como o mito das três raças e a ideia de democracia racial, isso dentro de um território fortemente marcado pelo latifúndio monocultor escravista.

Como se pode notar através de algumas pequenas dissertações até aqui apresentadas acerca de acontecimentos observados, de falas registradas e de interpretações produzidas a partir desses mesmos acontecimentos que remetem direta ou indiretamente a ações de salvaguarda, as chamadas situações sociais tem servido sim como os fios da tessitura narrativa de ***O Passado que se faz Presente***, mesmo antes de aparecerem os capítulos que tratam especificamente delas, ambientados na Vila Operária do Engenho e em Machadinha. Já foi dito em algum outro lugar deste texto que o trabalho de campo até então desenvolvido precede a própria intenção de se tomar a política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural que tem se efetivado em Quissamã em quase três décadas como tema de pesquisa; esse mesmo trabalho também é anterior, obviamente, à demarcação do objeto que, no caso, se circunscreve ao modo como algumas das ações de salvaguarda tem mobilizado ou não os moradores dessas duas neocomunidades, fazendo-os interagir uns com os outros e com agentes externos os mais diversos, que vão de gestores culturais da Prefeitura Municipal até pesquisadores e extensionistas vinculados a instituições privadas e públicas. Isso não exclui também os abnegados, os diletantes, os livre pensadores e toda uma plêiade de agentes sociais das mais diferentes espécies que costumam frequentar Quissamã, muito ocasionalmente a Vila e quase sempre Machadinha. Pois é esse trabalho prévio que, em certa medida, me deixa tranquilo para comparar essas duas neocomunidades no que se refere especificamente à frequência com que tem sido contempladas com ações de salvaguarda e interrogar como e porque Machadinha fica no terreno do quase sempre e a Vila Operária se perde no ocasionalmente. Obviamente a reflexão que é proposta aqui não se restringe à frequência das ações, mas sim ao modo como as memórias coletivas e as narrativas identitárias se manifestam nas comunidades e como os agentes e as coletividades se posicionam, ou diante do quase sempre, ou do ocasionalmente. Quanto ao trabalho propriamente dito, também já foi explanado que ele foi num crescendo: começou com visitas esporádicas e descompromissadas, passou pela fase do trabalho de campo com

alunos e culminou na realização de ações pontuais de extensão, em sua maioria também voltadas para a salvaguarda patrimonial. No caso específico dessas ações extensionistas, elas não se resignaram necessariamente ao binarismo do ocasionalmente para o Engenho e do quase sempre para Machadinha, isso porque a realização do documentário **O Gancho** (2013), da caravana **O Gancho** e da cerimônia noturna de exibição de filmes e da Banda União Quissamaense na Vila Operária vieram compensar as coisas. Pode-se dizer que Machadinha, durante muito tempo, caiu no esquecimento até que tentativas de aproximação com os moradores de lá, por vias transversas que não passavam mais pela intermediação da Prefeitura Municipal de Quissamã e sim pelo exercício contínuo da insistência, abriram as portas para o que antes não se via: simplesmente pessoas e mais pessoas, que não pareciam então ser atrativos turísticos encarcerados num tempo imemorial – uma imagem caricata que subliminarmente acaba sendo imposta a quem vem de fora. Eram pessoas que viviam numa comunidade como tantas outras, com problemas comuns de relacionamento, abastecimento de água, baixa escolaridade e remuneração, disputas por espaço, acolhimento e prestígio, mas com um diferencial que é todo de Machadinha: a imagem, desta vez não caricatural, de uma vitrine que parece ofuscar Quissamã e que motiva o mestre do tambor, Leandro Firmino a dizer: “Machadinha tem tudo, tem tudo a oferecer. Machadinha é um centro de referência para Quissamã”. Em relação ao Engenho e à Vila, o que aconteceu foi justamente o oposto: ambos tiveram brilho próprio no passado e hoje se encontram localmente ofuscados pela área central de Quissamã; no que se refere à experiência própria do observador, depois da cerimônia noturna realizada em novembro de 2015, os dois lugares foram caindo no esquecimento à medida que foram rareando as idas até lá. Bem recentemente, numa entrevista com o senhor Ivanir Coutinho, morador da Vila Operária, algumas coisas se esclareceram quando, de um modo natural, ele usou a palavra crise por diversas vezes ao se referir ao Engenho Central e também quando falou de uma espécie de resistência de fundo de quintal, compartilhada tão somente entre os amigos que se frequentam mutuamente nos fins de semana. Foi nesse mesmo momento, que coincidiu com a fase final da escrita de **O Passado que se faz Presente**, quando então a tensão tem chegado ao limite do suportável, que a vontade de ir com maior frequência a Machadinha e de estar com sua gente se tornou uma necessidade, não apenas no sentido de

aprimorar o trabalho de campo, mas principalmente com o objetivo de ajudar na solução de alguns problemas e de compartilhar angústias.

Isso tudo está sendo relatado não como *revival* ou um apanhado de delírios de uma experiência personalista e extemporânea, mas como testemunho de um percurso longo e tortuoso que veio conduzindo um pesquisador – que não se via inicialmente enquanto tal – à percepção de que estivera envolvido de tal maneira com seu objeto de estudo que, em certo momento, quisera subjetivá-lo, o que certamente colocava numa posição de vulnerabilidade o trabalho de produção científica. Esse risco aparentemente foi afastado com a devida separação entre as coisas: o trabalho científico foi descolado do extensionista e o uso da metodologia de análise situacional descortinou um caminho lógico para a produção de conhecimento que unia experiência de campo e análise num só percurso cognitivo.

(...) registros de situações reais e de comportamentos específicos tem sido transportados dos diários de campo do pesquisador para as suas descrições analíticas ... como parte constituinte da análise.

Denominei essa maneira de apresentar as informações etnográficas e de lidar com elas de “análise situacional”. Ao usar esse método o etnógrafo não somente apresenta ao leitor abstrações e conclusões do seu material de campo, mas também fornece parte considerável desse material. Isso proporciona ao leitor melhores condições para avaliar a análise etnográfica não apenas do ponto de vista da coerência interna da argumentação, mas também por meio da comparação dos dados etnográficos com as conclusões que foram extraídas deles.

(VAN VELSEN, 2010, p. 454 e 455)

O envolvimento não foi de todo descartado e as ações de extensão se tornaram ainda mais intensas, principalmente em Machadinha, à medida que a comunidade agora se encontra mobilizada no sentido de definir, junto aos novos representantes da Prefeitura Municipal de Quissamã, algumas questões fundamentais: a titularidade definitiva sobre terras reivindicadas pela comunidade, o controle direto dessa mesma comunidade sobre a gestão do Memorial, da Casa de Artes e de qualquer outro equipamento cultural que seja parte integrante do território reivindicado. Mesmo agora sabendo separar as coisas, os trabalhos de pesquisa e extensão continuaram acontecendo simultaneamente. Em relação ao risco de envolvimento com o objeto propriamente dito, ele deixou de ser tratado como um

problema e cedeu lugar a uma questão ética que concerne ao pesquisador, conforme observa MARTINS (2004) ao dizer que:

(...) a questão não é a de discutir o que fazer a respeito de nossas opiniões, ideias ou juízos de valor sobre a sociedade, mas sim, procurar fazer com que (a) imagem que temos delas seja útil para ela, ou seja, se somos capazes de desenvolver hábitos de ação permitindo confrontar a realidade, de maneira a garantir ganhos no sentido intersubjetivo, em criatividade, em solidariedade e de capacidade de ouvir todos aqueles que sofrem. O argumento é de que o desejo de objetividade deve ceder lugar ao desejo de solidariedade.
(MARTINS, 2004, p. 298)

É imprescindível colocar-se diante de uma questão ética como essa quando se está lidando, por exemplo, com a comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinha: seja porque, de um modo direto, o mestre do tambor, Leandro, tenha dito “estamos cansados de receber pesquisadores que vem aqui e, depois de fazer suas pesquisas, nunca mais retornam ou não oferecem nada de útil para a comunidade”; seja porque a comunidade enfrenta cotidianamente diversos problemas que vão da precariedade do transporte público ao abastecimento de água ineficiente; seja também porque muitos outros problemas, que vão da tutela exercida sobre a comunidade pelos poderes públicos locais até a acomodação de muitos de seus membros como consequência desse controle tutelar, estejam diretamente ligados não apenas a um passado escravista, mas também à presença difusa que esse mesmo passado ainda tem naquele lugar e que por vezes vem à tona em ações de salvaguarda. Considerando tudo isso, Machadinha tende a carrear para si a atenção do pesquisador que com ela se envolve emocionalmente ou que traz consigo o comprometimento ético a que MARTINS (2004) se refere. No terreno próprio da análise situacional, seja o envolvimento, seja o comprometimento, um ou outro acaba sendo previsível e necessário. BENZA (1998) ajuda a compreender como isso pode ocorrer:

O pesquisador de campo participa da vida dos grupos que o acolhem menos como o senhor astuto da situação(...) do que como o peão muito pouco precavido de uma partida cujos lances o envolvem e muitas vezes o surpreendem. A sociedade que o acolhe faz da estada do pesquisador um acontecimento que transcorre

dentro do jogo do momento, dentro da história local. Assim, as falas e ações (...) que o etnógrafo tende a considerar como “dados” independentes da sua presença e retirados sistematicamente de um estoque supostamente finito de tradições, são o resultado mais visível de um trabalho conjuntural de produção de gestos e significados. Por sua forma e conteúdo, o que é mostrado e dito tece progressivamente uma história, a dos lugares e dos papéis sucessivamente atribuídos ao observador, e também a das estratégias retóricas dos informantes.
(BENSA, 1998, p. 48)

Entendida assim, como resultado de uma situação conjuntural que pressupõe a interação do observador com seus informantes, a análise situacional possibilita entender como a produção do conhecimento não precisa necessariamente ser isenta de um mínimo de envolvimento entre esses dois pólos do processo cognitivo, sem os quais não haveria nem como compor a tessitura narrativa que aqui tanto se menciona, nem como se posicionar diante de questões éticas que tem como ponto de partida a simples possibilidade do envolvimento. Na verdade, a questão ética pode ser ou não consequência de tudo isso, à medida em que ela passa pelo desenvolvimento e consolidação de um sentimento de solidariedade do pesquisador em relação às condições de vida de seus pesquisados, o que a propósito é o nutriente básico da própria pesquisa. Isso depende muito de como se desenrola a interação de ambos os pólos e, no caso específico da análise situacional, ela potencializa tal interação pois exige que o conhecimento seja o resultado de um trabalho coletivo que coloca, lado a lado, o pesquisador que concebe a narrativa desse conhecimento e seus informantes, sem os quais seria impossível construir tal narrativa de um modo fidedigno. Em Machadinha, foi exatamente o que aconteceu. O lugar e as pessoas que lá residem demonstraram ter a capacidade de absorver a atenção do observador e confirmar, no exercício da pesquisa e da reflexão, o “quase sempre” que parece existir no caso das ações de salvaguarda realizadas naquela neocomunidade. O Engenho Central e a Vila acabaram sendo colocados de lado e, por conta disso, também se confirmou o “ocasionalmente” que se aplica a ambos no caso da frequência dessas mesmas ações naqueles lugares. Do ponto de vista ético, ainda que os moradores da Vila compartilhem com os de Machadinha muitos problemas, ainda que haja similitudes entre os dois lugares – a casa grande de Machadinha está em ruínas e as senzalas sobrevivem; a sede do Engenho encontra-se em pedaços e a vila operária ainda tem vida – o fato é que o Engenho

não vem contando com a mesma dedicação deste pesquisador, nem das ações de salvaguarda que o próprio analisa.

Essa constatação não apenas vem reforçar a diferença que existe entre as duas comunidades no que se refere à constância com que são contempladas com ações de salvaguarda e à capacidade que ambas tem de despertar num agente externo – no caso, este pesquisador que não perde os hábitos de extensionista – um sentimento de solidariedade que pode levar o conhecimento produzido através da pesquisa a contribuir para a resolução de problemas conjunturais ou até mesmo estruturais das próprias comunidades. Ela também pode ser entendida como manifestação de uma unicidade narrativa que, em Quissamã, possui o condão de história oficial e que coloca Machadinho em relevo na exata medida em que deixa o Engenho Central numa situação de quase abandono. A esse respeito, cabe ressaltar que o processo de construção da memória coletiva pressupõe um duo de movimentos opostos que, nesse caso, não se excluem e sim se complementam: a escolha – diante de uma plêiade de acontecimentos, pessoas e lugares pretéritos – daquilo que vai ser lembrado e, conseqüentemente, o esquecimento daquilo que não vai. A cada escolha feita correspondem um ou mais esquecimentos, conforme assevera MENESES (2009): um simplesmente não existe sem o outro. Mais um ponto que é preciso ressaltar é que as escolhas e, conseqüentemente, os esquecimentos são produtos de interesses aferrados no tempo presente, ainda que as lembranças remetam ao pretérito.

Em se tratando desse passado, o tempo escolhido para ser lembrado, ele próprio já é um primeiro indício de que a política pública de salvaguarda desenvolvida em Quissamã – especialmente aquela que tem como agente provedor a Prefeitura Municipal – traz consigo uma propensão para a unicidade à medida que se espera que todos ou que, pelo menos, a maioria dos agentes envolvidos nas ações de salvaguarda se remetam a ele para conceber suas próprias lembranças ou para ressignificar aquelas que já aparecem prontas e pasteurizadas nas ações de salvaguarda. Trata-se de um ponto de referência estabelecido ainda na fase inicial do processo, quando então foi realizado o mapeamento do patrimônio histórico do lugar (MARCHIORI, 1987) e assim se constatou que a imensa maioria das edificações que ainda se encontravam preservadas tinham sido erguidas num mesmo tempo histórico, no caso a segunda metade do século XIX, quando então

houve o apogeu de Quissamã e do Império do Brasil. Nesse mesmo recorte temporal, a Região Norte Fluminense como um todo (LIFSCHITZ, 2011) e Quissamã em particular (OLIVEIRA, 2011) concentraram um enorme contingente de escravos cujos braços fortes serviram de base para o crescimento da economia açucareira e para o enriquecimento de uma elite local que foi deixando, como testemunho de sua passagem por aquelas terras, todo um patrimônio material – basicamente sedes de fazenda, solares urbanos e um único conjunto de senzalas – que ainda hoje se encontra relativamente bem conservado por conta de ações pontuais de manutenção, reforma e restauro que tem sido realizadas. Quanto ao patrimônio imaterial, seja da elite ou do povo – essa dicotomia já se fazia presente no inventário promovido por SPHAN/Fundação Pro Memória (MARCHIORI, 1987), obra seminal que inspira a política pública de salvaguarda de Quissamã – ele também encontra raízes fincadas no mesmo recorte de tempo. É o caso do jongo ou do tambor, do fado fluminense, da culinária quilombola, do boi malhadinho: todas manifestações culturais que tem como ponto de referência o tempo da escravidão e, por conseguinte, do apogeu da cana de açúcar e da elite letrada de Quissamã.

O segundo indício da unicidade reside noutra variável de tempo, no caso o presente, no qual se encontram enraizados os agentes que concebem as narrativas ou as tradições que HOBBSAWM & RANGER (1984) ressaltam ser inventadas, onde também se alicerçam os equipamentos culturais – Casa Mato de Pipa, Museu Casa de Quissamã, Complexo de Machadinha – que podem ser entendidos como lugares de memória, com todas aquelas características que NORA (1993) apontou. Esse tempo atual é também aquele onde se processam as ações de salvaguarda e no qual vivem os agentes que delas participam e que igualmente são os que movimentam as situações sociais que aqui, em ***O Passado que se faz Presente***, acabam sendo recortadas do real e analisadas. A tal unicidade se encerra na própria narrativa que emana das ações de salvaguarda, através de discursos feitos em atos inaugurais, de painéis iconográficos, de publicações variadas e de trabalhos pedagógicos como o próprio ensino da história local nas escolas, realização de ciclos de palestras, oficinas de culinária e de contação de histórias. Toda essa narrativa converge preferencialmente para o tempo pretérito anteriormente descrito, mas que não deixa de trazer para junto dele alguns outros recortes temporais, como o do final do século XVIII, quando então foi erguida a *Casa Mater* Mato de Pipa, ou

como o do século XVII em que Ayres de Maldonado encontrou o negro Kissama e aí se fundou o mito de origem que atribui nome e sentido a Quissamã e a ser quissamaense, como se sabe um gentílico ímpar no estado do Rio de Janeiro por ser de origem africana. Trata-se de uma narrativa que busca referenciais significativos numa das histórias tradicionais do Brasil, mais especificamente uma que remonta – talvez não intencionalmente – ao projeto de construção de uma história nacional por parte do Governo Imperial ou mais especificamente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, isso também na mesma segunda metade do século XIX onde está ancorado o tempo referencial pretérito da política de salvaguarda de Quissamã. Tudo parece então um grande movimento circular concêntrico: de um mesmo nicho temporal, cuidadosamente escolhido por sua valoração positiva – trata-se de um tempo de apogeu para a história local, regional e nacional – partem as narrativas raiadas que compõem uma espécie de história oficial para Quissamã. O atributo da oficialidade faz com que as outras narrativas, as outras memórias, as outras histórias, tudo isso venha a convergir para um mesmo ponto nodal, seja no sentido da concordância ou da discordância. É mais ou menos por aí que se pode entender o incômodo revelado por Wagner Firmino que, ao participar de um curso de capacitação para guias de turismo em Machadinho, se viu na obrigação de agir como fazem os historiadores e promover uma crítica da história:

Já o terceiro indício da unicidade retoma a digressão feita anteriormente – a do “quase sempre” em Machadinho e “ocasionalmente” no Engenho Central. Mas para ser devidamente entendido este indício é preciso trazer à tona uma frase dita, em conversas feitas em separado, por dois depoentes: Arnaldo Mattoso e Flávio Cavour. Disseram eles mais ou menos o seguinte: “Em Quissamã, houve senhor de escravos, senhor de engenho e também senhor de Prefeitura”. Quando estimulados a explicar melhor o conteúdo da frase, ambos fizeram questão de dizer que a mesma foi relativamente disseminada entre os quissamaenses como uma espécie de entendimento crítico da história política local. Não cabe aqui nomear cada um dos senhores genéricos a que a frase se refere, mas entender o sentido da assertiva em sua inteireza. Em primeiro lugar, a composição frasal atravessa tempos históricos distintos e propõe uma analogia entre diferentes situações conjunturais. O substantivo senhor desponta como elemento comum entre três tempos, três

conjunturas. Houve senhor no tempo da escravidão, do século XVIII ao XIX, quando então grandes fazendeiros fizeram fortuna em Quissamã explorando o trabalho cativo e costuma-se dizer que estabeleceram uma estratégia de controle sobre a escravaria que consistia em fazer concessões – construção de senzalas com aspecto de moradias, permissão para o casamento de escravos, licença para a constituição de famílias e formação de roçados e criação de pequenos animais – com o objetivo de estimular o trabalho e evitar sedições. O relato de José Julião, anteriormente citado, seria um testemunho da aplicação dessa estratégia, referindo-se à antecipação da abolição nas fazendas dos cooperativados do Engenho Central. Houve igualmente senhor no tempo do Engenho, do final do século XIX ao XX, época em que a Companhia Engenho Central de Quissamã se destacou como uma gigante da economia açucareira, proprietária de imensos canaviais, maior geradora de empregos da localidade e também como uma espécie de provedora e controladora de relações sociais a ponto de dona Helianna, em depoimento, afirmar que “quase tudo girava em torno do Engenho”; isso ocorria, de um modo muito intenso, nas duas vilas operárias – do Engenho e do Carmo – onde residiam famílias de trabalhadores que deviam estar sempre prontos para o exercício profissional, em troca não apenas de salário, mas também de espaços de lazer como o cinema, de educação como a escola do Engenho e de assistência médico hospitalar através do hospital da Vila Operária; simultaneamente, esses trabalhadores eram submetidos a uma rigorosa disciplina laboral, que incluía desde o controle da jornada de trabalho até punições exemplares para pequenas faltas, como a do gancho que consistia em suspender o pagamento do dia em que o operário chegasse atrasado e cujo nome foi tomado de empréstimo para um documentário recente (**O Gancho**, 2013) que tratava paradoxalmente da memória afetiva do Engenho Central. (OLIVEIRA, 2011) Por fim, houve ou ainda existe senhor de Prefeitura, isso já num tempo bem recente que coincide com a emancipação política do município de Quissamã em 1989 e com a crise final do Engenho Central, que paralisou suas atividades produtivas em 2002. Esse terço final da frase certamente se refere ao poder público municipal personificado em inúmeros gestores que, ao longo dos últimos 26 anos, estiveram à frente de uma Prefeitura que, como tantas outras espalhadas pelo interior fluminense, responde pela maioria dos postos de trabalho existentes no município. E, no caso específico de Quissamã, de uma Prefeitura que vem contando com um

substancial aporte financeiro de *royalties* de petróleo (quase R\$ 96 milhões num ano de crise, em 2014) para gerir um município cuja população conta com pouco mais de 22 mil habitantes, o que o coloca no segundo lugar do *ranking de royalties per capita* entre os municípios do estado do Rio de Janeiro com R\$ 4.300,96 por habitante, conforme informado no Anuário de Finanças dos Municípios Fluminenses que se encontra disponível em http://www.aequus.com.br/anuarios/fluminense_2015.pdf. Assim capitalizada e disponibilizando postos de trabalho e programas assistencialistas para sua população, a Prefeitura passou a desempenhar um papel social semelhante ao que, em outra conjuntura, o Engenho Central havia desempenhado, o que certamente ainda motiva críticas sobre o uso político das benesses públicas, como a que foi sintetizada por Wagner Firmino em depoimento recente, quando então fazia uma apreciação sobre o processo de construção da autonomia econômica da comunidade de Machadinho e como isso podia representar algo assustador para o poder público: “Nós estamos numa cidade que é coronelista... nós temos um histórico muito pesado de curral de emprego e de votação”. Ora, tomando por base que pode existir uma linha de continuidade no que diz respeito ao *modus operandi* como o latifúndio escravista, o Engenho Central e a Prefeitura Municipal de Quissamã tem tratado, respectivamente, seus escravos, seus operários e seus cidadãos chega-se a uma hipótese: da parte dos gestores públicos, que certamente não querem ser objeto de críticas assim tão contundentes, talvez seja mais prudente deixar cair no esquecimento o que de mais evidente pode existir de uma memória recente de controle social; já uma experiência mais distante no tempo, a da própria escravidão, desde que matizada em sua violência intrínseca, essa sim pode ser lembrada, até mesmo como parte integrante do mito de origem de Quissamã. Em certa medida, esse contraste no modo de se encarar o Engenho e a casa grande por parte dos gestores públicos que se destacaram em promover ações de salvaguarda patrimonial no município pode explicar porque as senzalas de Machadinho tenham sido restauradas e hoje apareçam como um ponto consagrado de atração para turistas e pesquisadores, enquanto a Vila Operária tenha sido relegada ao esquecimento. O “quase sempre” de um lado e o “ocasionalmente” do outro podem ser interpretados como resultado de uma estratégia política não consciente: lembra-se o sofrimento apenas quando encarcerado num passado distante e desde que amortizado de seu lado

propriamente mais sofrido; esquece-se de um passado mais recente (“Até 2005, ainda se acreditava na reabertura do Engenho Central...”, assevera o ex-Prefeito Armando Carneiro; “Durante muito tempo, achávamos que a Usina iria se recuperar da crise...”, lembra o ex Secretário de Desenvolvimento Econômico, Haroldo Carneiro) até mesmo porque não se tinha a exata noção de que o mesmo era realmente passado. Em 2013, em depoimento gravado para o documentário **O Gancho**, o ex produtor de cana de açúcar, Ézio dos Santos, dizia ainda sonhar com o Engenho moendo. Quanto à unicidade – que, a propósito, não pode deixar de ser o foco do que aqui momentaneamente se escreve – ela mais uma vez se manifesta como um fio narrativo que, desta vez, não é necessariamente o oficial edulcorado que emerge das ações de salvaguarda, mas sim o subterrâneo e crítico que interliga as histórias próprias de controle tutelar exercido, em épocas diferentes, pela casa grande, pelo Engenho e talvez hoje pela Prefeitura. Em síntese, a memória do Engenho Central ainda é muito viva entre os quissamaenses e reavivá-la, através de ações de salvaguarda, pode culminar com a retirada de esqueletos de um armário ainda não muito bem fechado; em outras palavras, resgatar a história do Engenho – estando ela ainda tão presente em Quissamã – é correr o risco de entendê-la como sequência lógica da história da escravidão e, por conseguinte, abre-se a possibilidade de se pensar que a Prefeitura Municipal de Quissamã seja a herdeira natural não apenas do Engenho, mas também da casa grande. Somente assim fazem sentido, tanto a frase emblemática que foi lembrada por Mattoso e Cavour – ambos descendentes da elite letrada que vem protagonizando a história oficial de Quissamã – quanto a avaliação crítica de Firmino – presidente da ARQUIMA e porta voz eloquente da memória quilombola.

Objetivo 6: Relacionar essa proposta unificadora, que aponta para um passado idealizado e tende a apascentar situações conflitivas de um presente marcado pela revalorização do exercício democrático, com a diversidade de falas e comportamentos que pode ser constatada em situações sociais observadas nas neocomunidades de Machadinha e vila operária do Engenho Central, apontando para a existência de paradoxos que, em última análise, são inerentes à estrutura aparentemente duradoura das relações sociais.

O cumprimento desse último objetivo está diretamente relacionado com a compreensão plena do que BENSÁ (1998) assevera acerca da importância do contexto para a análise situacional. Ora, como assim? Conforme já foi dito, BENSÁ (1998, p. 46) define contexto como algo “imaneante às práticas”, como algo que “não é contínuo nem coerente na duração, mas habitado por múltiplas contradições e fraturas internas”. Pensar o contexto é refletir sobre a dinâmica das práticas e entender que existem diferentes maneiras dos agentes sociais se posicionarem diante dessas mesmas práticas. Aplicando isso ao caso específico das ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural desenvolvidas em Quissamã, instaura-se uma saudável contradição na perspectiva analítica que a aproxima e muito de ASAD (1993, p. 17) quando ele diz que: *“To secure its unity – to make its own history – dominant power has worked best through differentiating and classifying practices”*. (“Para assegurar sua unidade – para fazer sua própria história – o poder dominante tem operado melhor através de práticas diferenciadoras e classificadoras”.)

A política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural de Quissamã vem se desenvolvendo nos últimos 26 anos, numa situação conjuntural que coincide com o processo de amadurecimento da democracia no Brasil, isso depois de um duas décadas de ditadura militar. O município se emancipou politicamente em 1989, um ano após a promulgação da CRFB/88, aquela que entrou para a história como a “Constituição Cidadã” exatamente porque restabelecia direitos e garantias fundamentais para todos os cidadãos brasileiros e assim servia para estimular o pleno exercício da cidadania. Quissamã, portanto, nascia como município emancipado num momento de nossa história em que ser cidadão era uma espécie de obrigação conjuntural, mas não se pode perder de vista que a história deste novo município carregava consigo tanto as marcas da escravidão quanto uma longa trajetória de controle e tutela sobre seus trabalhadores livres. Os casarões de fazenda e as senzalas seriam as evidências materiais da escravidão; o Engenho Central e suas vilas operárias, por sua vez, seriam as do controle sobre o trabalho livre. Pois foi justamente a partir de uma outra situação conjuntural – no caso, o estado relativamente bom de conservação de algumas dessas evidências materiais – que acabou sendo pensada e efetivada a política de salvaguarda patrimonial. O mapeamento do patrimônio preservado já havia sido feito antes mesmo da

emancipação, através de uma parceria da FUNARTE com a SPHAN/Fundação Pro Memória e seu resultado acabou sendo publicado (MARCHIORI, 1987). Por influência dessa obra, que trazia no seu Sumário uma dicotomia – contrapondo os patrimônios Da Elite e Do Povo – foram realizadas diversas ações de salvaguarda: da aquisição e reforma de edificações antigas pelo poder público municipal à transformação dessas mesmas edificações em equipamentos culturais que se caracterizavam como lugares de memória (NORA, 1993), autênticas molduras para a reprodução de um passado idealizado. No caso, esse passado se confundia com o tempo de apogeu da economia açucareira em Quissamã e do Império do Brasil como um todo, mas também era o tempo da escravidão e da luta pela abolição. Uma espécie de história oficial de Quissamã foi se consolidando e sendo difundida a partir das ações de salvaguarda que se efetivaram através de diversos gestores que estiveram à frente do Executivo Municipal. O processo foi gradativo. Octávio Carneiro, logo em seu primeiro mandato, estabeleceu as bases para ações futuras ao capitalizar o caixa da Prefeitura com a ajuda de *royalties* de petróleo e formar uma equipe administrativa que foi se repetindo nas gestões posteriores e de onde saíram pelo menos dois futuros prefeitos de Quissamã. O primeiro deles foi Arnaldo Mattoso – que havia sido coordenador técnico do trabalho de levantamento do patrimônio local sob a chancela da Fundação Pro Memória, nos anos 1980 – cujo governo se caracterizou por estabelecer alternativas de desenvolvimento para a economia local e por atribuir a Quissamã um papel de centralidade junto a outros municípios do interior fluminense; Arnaldo faz questão de lembrar que foi durante seu governo que se iniciou a aproximação entre Quissamã e Angola, isso através de um ato simbólico que consistiu em presentear representantes do governo angolano no Brasil com um lote de galinhas d'angola, aves que eles próprios admitiam terem desaparecido de seu país de origem. O segundo prefeito oriundo do grupo originário estabelecido por Octávio foi Armando Carneiro, que exerceu dois mandatos consecutivos à frente da Prefeitura de Quissamã, entre 2005 e 2012; foi durante essa sua gestão de oito anos que a política de salvaguarda de patrimônio se consolidou através de sua inclusão com destaque no Plano Diretor do município (Lei Complementar n. 002/2006), da criação da Lei de Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Quissamã (Lei n. 0933/2007), da criação da Fundação Municipal de Cultura e de diversos

equipamentos culturais (Museu Casa de Quissamã, Complexo de Machadinha e Centro Cultural Sobradinho); foi também através das ações sucessivas do Governo Armando Carneiro, capitaneadas pela Fundação de Cultura, que essa política de salvaguarda adquiriu ares de organicidade e que uma narrativa oficial da história local de Quissamã passou a pontuar quase tudo que se fazia, desde as ações que eram realizadas sob a chancela do poder público e que tendiam a reafirmar essa história oficial até atos isolados que criticavam ou contradiziam essa mesma história. Mas antes disso tudo, Octávio Carneiro esteve à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã em mais dois mandatos, quando então se notabilizou por colocar em prática uma política de assistência social que, em certa medida, coincidiu com a crise final do Engenho Central de Quissamã, que ao longo de quase um século foi o principal empreendimento da economia local; no que concerne à política de salvaguarda, a Prefeitura adquiriu as antigas sedes das fazendas de Quissamã e Machadinha. Mais recentemente, Octávio Carneiro retornou à Prefeitura, eleito em 2012, mas acabou falecendo antes de completar seu mandato, sendo substituído por Nilton Pinto ou Nilton Furinga, cujo governo enfrentou sérias dificuldades financeiras por conta da crise recente que acometeu a economia fluminense e fez diminuir consideravelmente o aporte de *royalties* de petróleo; a política de salvaguarda teve um breve refluxo, mas continuou sua trilha com ações direcionadas para o Centenário da Banda União Quissamaense e com a designação de uma moradora de Machadinha para coordenar o Memorial, algo até então inédito e resultado de uma demanda que vinha de pessoas da própria comunidade. Independentemente dessas idas e vindas, uma mesma narrativa de história local foi despontando de tudo isso, ora reafirmada por algumas ações de salvaguarda, ora questionada por outras, mas sempre servindo de parâmetro para se medir o que era dito, encenado, dançado, cantado, publicado, emoldurado, institucionalizado. No que diz respeito propriamente à institucionalidade das escolhas feitas pelo Poder Público para se definir o que poderia ser entendido como espaços de interesse histórico e cultural para a municipalidade, cabe destacar alguns trechos do Plano Diretor do Município de Quissamã:

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ-RJ

Capítulo III – DA POLÍTICA DE TURISMO

Art. 19 – Constituem diretrizes da Política de Turismo do Município:

III. Promover e consolidar a imagem turística do Município, mediante a valorização e resgate da seguinte matriz de atributos:

- a) A qualidade da dinâmica e da imagem urbana do Centro Histórico;
- b) O patrimônio cultural edificado, em especial aquele histórico do período açucareiro, na zona rural, e aquele de estilo arquitetônico romântico com lambrequins, na zona urbana.

(...)

CAPÍTULO VII – DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 32 Constituem diretrizes para a política de preservação do patrimônio cultural edificado de Quissamã:

Tratar o espaço urbano como patrimônio cultural vivo e complexo, devendo valorizar edificações e conjuntos notáveis;

Considerar ambiências rurais históricas como de valor paisagístico e cultural, em especial a paisagem dos canaviais e das palmeiras imperiais;

(...)

Art. 41 Fica definido como Cidade Histórica do Açúcar o conjunto de edificações da Antiga Usina (Engenho) Central de Quissamã, os escritórios, o hospital, o cinema, armazéns, galpões e o conjunto de residências, a Vila Operária do Carmo, a capela Nossa Senhora do Carmo, conforme disposto nos Anexos VI, VII e VIII desta Lei.

Art. 42 Fica definida como Centro Histórico de Quissamã a área delimitada pelas ruas Barão de Vila Franca ao sul, Barão de Monte Cedro a leste, José Ribeiro de Castro, Conde de Araruama e Francisco de Souza Paula ao norte e pelo Canal Campos – Macaé e Rua Comendador José Julião a leste, incluindo a totalidade dos imóveis confrontantes a essas ruas e canal.

Conforme se pode notar, a delimitação dos espaços de interesse público da Política de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Quissamã evidencia, através de seus recortes espaciais, como o interesse recai sobretudo em bens materiais que, direta ou indiretamente, estão ligados a um mesmo tempo histórico: entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, quando então a economia açucareira de Quissamã teve seu apogeu e foram edificados desde sedes requintadas de fazendas de cana de açúcar até solares urbanos de igual requinte, bem como todo o complexo da Companhia Engenho Central de Quissamã. O texto legal do Plano Diretor também deixa claro como essa política de salvaguarda, até mesmo para ser viabilizada economicamente, estava relacionada com uma outra política pública: a de turismo. Mas a letra fria desse mesmo texto certamente não

deixa entrever o que existe de investimento humano e de histórias de vida empenhadas, tanto no território consagrado como de interesse municipal, quanto naquele que acaba caindo no ostracismo por conta dos critérios de escolha adotados pelo Poder Público. Esses aspectos, que envolvem de relações políticas a familiares e afetivas, podem ser percebidos através do processo de desenvolvimento das ações de salvaguarda propriamente ditas. As contradições e os conflitos em potencial só vem à tona no espaço do vivido; são as situações sociais que possibilitam entender como uma política pública de salvaguarda efetivamente se realiza e mobiliza pessoas. Um bom exemplo de como isso pode acontecer é o relato de Alexandra Moreira, em que ela rememora em depoimento o ato de inauguração do primeiro equipamento cultural público da política de salvaguarda do município de Quissamã – o Museu Casa de Quissamã, instalado na antiga residência do primeiro Visconde de Araruama, patriarca da família Carneiro da Silva e líder do Partido Conservador no interior fluminense, numa época em que se consolidava o Brasil independente sob o controle político do Império. Em sua fala, Alexandra – que esteve à frente da política pública de salvaguarda em Quissamã, na fase inicial do Governo Armando Carneiro – tem o devido cuidado de mediatizar as diferenças culturais que são manifestas na Baixada Campista e que, em certa medida, haviam sido tratadas de um modo dualista pela obra seminal (MARCHIORI, 1987) que inspirava as ações de salvaguarda em Quissamã. A antiga sede da Fazenda de Quissamã, a propósito, havia sido um dos bens materiais mapeados pelo trabalho da Fundação Pro Memoria e trazia consigo toda a carga simbólica de uma história própria da elite ilustrada que encontrava no primeiro Visconde de Araruama o seu grande político.

O sentimento que a gente teve ao inaugurar aquela casa (o Museu Casa de Quissamã) isso foi traduzido no dia da inauguração (,,). Nós reproduzimos uma esquete que era o casamento da filha do Visconde (de Araruama, patriarca da família Carneiro da Silva e líder regional do Partido Conservador) onde D, Pedro era convidado, Então nós reproduzimos a cena de D. Pedro chegando. Contratamos até um ator global (Thiago Fragoso) para representar D. Pedro II. E essa cena do casamento e do baile se repetia a cada meia hora. Do lado de fora, eu contratei o Angola Fest Show que fazia a reprodução de uma circuncisão à frente do baobá. Era um grupo de 30 bailarinos que reproduzia essa esquete de 30 a 30 minutos também: como era feita a circuncisão de uma criança aos pés do

baobá. E num outro ambiente mais distante, um show de Toni Garrido (vocalista do grupo Cidade Negra).

Ou seja, as pessoas iam assistindo esses espetáculos já na inauguração. Porque (...) eu estou falando isso? Porque, para entregar às pessoas o casarão rosa, onde as pessoas só passavam na cerca e viam aquilo ali e diziam: “eu não posso entrar, (...) agora isso é meu.” Eu não quis fazer só o baile dos nobres, a gente pensou em fazer algo que diga: vamos integrar essas culturas. E, no final, a gente teve a integração de todos os atores no mesmo contexto.

(...)

Agora essa casa é de todos, ela conta a história de todos. Ela não conta apenas a história dos nobres. Ela conta a história de Quissamã (ênfase na entonação), conta a história de pessoas que construíram essa casa e que construíram essa história. Ela conta a história de todo mundo.

(DEPOIMENTO DE ALEXANDRA MOREIRA)

Para se entender um pouco melhor a amplitude da fala de Alexandra e como ela vai de encontro a um problema manifesto na gênese dessa política de salvaguarda, é preciso trazer à tona o seguinte trecho de um dos textos que aparecem naquela que aqui se reconhece como obra seminal dessa mesma política. (MARCHIORI *et. al.*, 1987):

Na edição de 1860 do Almanaque Laemmert consta, no que se refere às atividades ocupacionais da Freguesia de Quissamã, a existência de dez fazendeiros de açúcar e quarenta e dois fazendeiros de café. A desproporção é grande. No entanto, é sobre a área das terras monopolizadas pelos primeiros que se pode avaliar a riqueza e seus atributos de prestígio e domínio. Estes cabiam aos fazendeiros de açúcar, cuja vastidão das propriedades lhes assegurava uma posição avantajada. É digno de nota que em 1876, quando já desaparecera a atividade cafeicultora na região, o referido Almanaque passe a fazer a distinção entre lavradores e fazendeiros de açúcar. Estes últimos são os proprietários de engenhos que se tornaram fornecedores e acionistas da recém criada Companhia Engenho Central de Quissamã, enquanto que a categoria lavradores passa a denominar os pequenos proprietários, socialmente insignificantes, que começam nessa época a ser utilizados como operários do Engenho Central.

O processo de fixação e desenvolvimento do núcleo populacional da vila da Freguesia de Quissamã acompanhou as

necessidades da sociedade e da atividade econômica rural. (...) Observa-se na década de 60 uma certa diversificação nas ocupações urbanas: juiz de paz, subdelegado, escrivão, fiscal, vigário, inspetor paroquial, professor público, médico, dono de hospedaria, sapateiro, ferreiro, seleiro, carpinteiro, torneiro, engenheiro maquinista, agente de correio, professor de música. Havia sete casas de negociantes e cinco olarias. Na década seguinte já existiam um telégrafo, uma tipografia e pequenas fábricas de goiabada.

Em 1877, encontra-se registrada a presença de um mestre de obras. Antônio Becher, responsável pela construção de vários solares famosos em Quissamã.

No final do século, a iniciativa fracassada de alguns fazendeiros, objetivando a formação de núcleos coloniais na região, trouxe para a vila alguns migrantes portugueses, italianos e chineses. A criação do engenho central também teve influência no aumento do contingente da população da vila, que passou a abrigar funcionários e operários da fábrica.

(...)

No que se refere ao outro pólo da escala social – os escravos – o registro histórico de sua presença como classe social e grupo étnico em Quissamã é quase inexistente. Encontram-se apenas listagens de escravos em inventários dos vários proprietários, onde é possível obter-se algumas informações sobre o trabalho servil nas fazendas.

No inventário do primeiro Visconde de Ararauama (1864) consta a existência de 248 escravos apenas em uma de suas fazendas, a de Quissamã. Entre os adultos, 37 faziam o serviço doméstico como pajens, mucamas e boleiros. A maioria – 118 – eram empregados na roça, tanto homens como mulheres. (...).

O valor conferido a um escravo era mais definido em função de sua idade do que do sexo. (...).

A partir dos 50 anos de idade, nota-se a tendência ao decréscimo do preço atribuído ao escravo, que se torna um ônus para seu proprietário até o extremo da situação de invalidez. São várias as qualificações atribuídas aos enjeitados com reduzido ou nenhum valor comercial: “Aleijados, opilados, tísioco, raquítico, pernas tortas, idiota, quebrado”. Quanto à escrava mulher, em alguns casos, era valorizada ou mesmo dispensada do serviço “em função de sua produção ou cria”.

Por essas observações, constantes em todos os inventários, pode-se depreender a percepção que se tinha sobre o escravo na época. Pelo modo como se inseriam no processo produtivo, eram vistos como instrumentos ou ferramentas de trabalho que, enferrujadas ou quebradas, nada mais valiam.

(MARIANI, 1987, p. 37 e 38)

Com base em MARIANI (1987), conclui-se que a composição da sociedade quissamaense em meados do século XIX – justamente o período de tempo

escolhido como ponto de referência para a política de salvaguarda do município – era marcada pela heterogeneidade e passava por mudanças sensíveis que acabavam redefinindo fronteiras para a diferenciação social. Depreende-se igualmente como se processavam relações entre pessoas com diferentes atribuições e com estatutos jurídicos distintos – livres e escravos – na sociedade local. Esse processo de diversificação e aprofundamento dos limites entre classes e segmentos de classe certamente teve continuidade nas décadas posteriores, quando então o processo abolicionista se concluiu de um modo aparentemente nem tão traumático para os proprietários de terras de Quissamã e o Engenho Central de Quissamã passou a capitanear a economia local e assumiu papel de destaque nos índices de produção agromanufatureira na antiga província e a partir de então estado do Rio de Janeiro e no Brasil como um todo. Para se ter uma ideia do alto grau de complexidade das transformações ocorridas, a crise de 1929 – reconhecida ainda hoje como a maior de toda a história do capitalismo – atingiu em cheio tanto trabalhadores que se tornaram cada vez mais dependentes do Engenho Central, a ponto de se submeterem a receber seus proventos numa moeda denominada Operário, cujo valor de face só era reconhecido dentro dos limites de Quissamã, quanto grandes proprietários rurais que forneciam cana de açúcar para o Engenho Central. Esses últimos acabaram sendo forçados a negociar boa parte de suas propriedades e cotas de participação com a direção geral do Engenho, que foi gradativamente perdendo características de cooperativa e passou a monopolizar também a produção de cana; o beneficiamento de açúcar ele já controlava desde sua fundação, em 1877. Foi nesse contexto que algumas fazendas tradicionais de Quissamã – dentre elas a de Machadinha – deixaram de ser administradas diretamente pelos herdeiros do primeiro Visconde de Araruama e foram incorporadas ao patrimônio do Engenho Central, que agora despontava como uma empresa capitalista cujo controle acionário estava nas mãos de uma única família – de sobrenome Ribeiro, ela própria também descendente do Visconde – que, ao contrário das demais, acabou emigrando de Quissamã.

Ora, um lugar que apresenta uma história assim, cuja dinâmica é tão recheada de nuances que subvertem expectativas e desautorizam sonhos de um eterno retorno para o passado idealizado, ele certamente é capaz de produzir uma diversidade cultural que vai além da dicotomia entre senhores e escravos, entre

patrões e empregados. A fala de Alexandra, ainda que direcionada para um evento que em certa medida se insere numa política de salvaguarda que mobiliza tal dicotomia, procura dar conta da diversidade, isso num outro contexto histórico em que variáveis de tempo como passado e presente se confundem. Em primeiro lugar, o evento a que se refere – promovido em 2005 – já fazia parte de uma Quissamã contemporânea, onde a marca da escravidão, mesmo persistente em muitos aspectos, tinha de ser mediatizada com o pleno exercício da cidadania que era de se esperar de um município emancipado sob os auspícios da Constituição de 1982. Em segundo, na condição de gestora, Alexandra se encontrava ali não apenas como responsável pela execução de um evento, mas também como alguém passível de receber questionamentos acerca do que era realizado e da forma como foi executado. E os questionamentos ocorreram, de 2005 até hoje; não foram propriamente limitados ao ato da inauguração do Museu Casa de Quissamã, mas direcionados para a política de salvaguarda como um todo ou pelo menos para algumas de suas ações pontuais. Ocorreram tanto assim que a fala de Alexandra, produzida a posteriori, pode ser entendida como uma resposta a esses mesmos questionamentos. Em certa medida, essa fala se parece com uma tentativa de apascentar conflitos, o que pressupõe o reconhecimento da existência dos mesmos; nesse sentido, ela se apresenta como um recorte significativo da política de salvaguarda na sua inteireza ou na sua tentativa de promover uma unidade narrativa. Uma unidade que não desconhece as diferenças, mas que tenta enquadrá-las ou fazê-las compreensíveis apenas quando dispostas numa relação de continuidade ou até mesmo ruptura com o que se propõe a ser único. O conjunto de encenações do ato inaugural do Museu, na forma como foi rememorado por Alexandra, deixa entrever exatamente isso. No que diz respeito à unidade, a própria Alexandra faz questão de encerrar sua fala com a emblemática frase: “Ela (a Casa de Quissamã) conta a história de todo mundo”. Cabe lembrar que a fachada dessa mesma casa foi escolhida como logomarca da Prefeitura Municipal de Quissamã, durante a gestão de Armando Carneiro, na qual Alexandra teve participação ativa na idealização e na execução da política de salvaguarda. Se apenas isso não bastasse para atestar a preocupação com a unidade narrativa que marca essa política, Alexandra também pontua como os painéis gráficos implantados nos diferentes equipamentos culturais – Casa de Quissamã, Machadinha e Sobradinho – se

intercomunicam e mantêm entre si uma identidade visual. A frase que justifica em parte o seu descontentamento com modificações que foram recentemente feitas no painel situado no Memorial de Machadinha mostra a preocupação de Alexandra com tal identidade visual e, conseqüentemente, com uma unidade narrativa que tende a ser trazida a público como algo que possui uma coerência interna, uma lógica própria: “(A mudança foi) uma descaracterização de um contexto que absorve um todo”. Essa lógica, de acordo com a mesma Alexandra, seria o resultado de todo um trabalho produzido a partir da Fundação Municipal de Cultura com a participação de profissionais de diversas áreas, que garantiriam o suporte acadêmico para as ações de salvaguarda implementadas pelo Poder Público municipal.

Já no que se refere à diversidade, ela se manifesta em determinadas ocasiões com ruídos que também só parecem fazer sentido quando confrontados com a lógica própria da política pública de salvaguarda: uma lógica que se torna autoevidente em ações de grande repercussão como a inauguração do Museu de Quissamã ou do Complexo de Machadinha e que, por conta dessa mesma repercussão, tende a atrair para si adesões e críticas. A postura de Dona Helianna Barcellos diante dessa política de salvaguarda, sendo ela reconhecida como pioneira no trato com a salvaguarda patrimonial em Quissamã, oscila às vezes entre o ressentimento e alguns reparos pontuais acerca de ações promovidas pelo Poder Público, ou apontando deslizos com base na leitura criteriosa de fontes históricas ou propondo modificações que acabam não sendo acatadas. Dona Leninha costuma reclamar de um descaso que o Poder Público municipal tem demonstrado em relação ao trabalho que ela própria desenvolve há mais de duas décadas; essa senhora octogenária não afirma propriamente isso, mas deixa entrever uma certa preocupação de sua parte com a destinação do acervo que ela mesma constituiu no Espaço José Carlos de Barcellos, isso sem contar suas memórias pessoais – de uma pessoa que conheceu de muito perto episódios recentes ou não da história de Quissamã e que participou ativamente da luta pela institucionalização de uma política de salvaguarda em seu município natal – que ainda não foram devidamente coletadas em depoimentos, catalogadas ou tornadas públicas. A esse respeito, cabe recorrer ao depoimento de André Luiz Silva, bibliotecário que desenvolveu um projeto de digitalização do acervo do ECJCB e teve contato frequente tanto com o material de pesquisa, quanto com dona Helianna.

Eu tenho receio do que pode acontecer com o acervo do ECJCB caso dona Leninha venha a falecer. A idade que ela tem, os problemas de saúde que ela tem... tudo isso reforça essa minha preocupação. Eu tenho observado que a tendência de muitos herdeiros de acervos familiares é de não saber dar a destinação correta para os mesmos e de vendê-los às vezes sem nenhum critério. Tomara que isso não ocorra com o acervo do ECJCB! Mas um caminho natural de proteção seria a Prefeitura Municipal de Quissamã assumir o compromisso de cuidar desse acervo, até mesmo porque, até onde sei, ela não dispõe de um acervo próprio da história local.
(DEPOIMENTO DE ANDRÉ SILVA)

Contraditoriamente, o trabalho desenvolvido por dona Helianna talvez seja mais conhecido fora do que dentro de Quissamã, sua cidade natal e para onde ela decidiu retornar depois de uma longa experiência de vida em Niterói. O acervo do Espaço Cultural tem sido constantemente consultado por pesquisadores oriundos de diversas instituições como UFF, UFRJ, UERJ, UENF, IFFluminense, Arquivo Nacional e outras; dona Helianna tem sido requisitada como depoente em documentários de reconhecido valor para a salvaguarda de patrimônio cultural e natural de Quissamã como **Areia de Quissamã** (NUPEM/UFRJ, 2012), **O Gancho** (IPHAN, IFFluminense, Fundação de Cultura PMQ, 2013) e mais recentemente **BMUQ: as notas de uma união** (IPHAN, IFFluminense, Coordenadoria de Cultura PMQ, 2015); a *home page Quissamã Memória Viva*, também gerenciada por dona Helianna, foi contemplada na categoria Arquivos com o prêmio Brasil Criativo concedido pelo Ministério da Cultura para iniciativas de economia criativa, em 2014; o ECJCB é reconhecido pela Secretaria de Cultura do Estado RJ como parte integrante do Mapa de Cultura do território fluminense. Mesmo com tudo isso, dona Leninha não se sente propriamente amparada no que diz respeito à salvaguarda do resultado de seu próprio trabalho de salvaguarda; por mais delicado que seja o assunto, a questão da finitude da vida quase sempre se manifesta em suas conversas informais e às vezes fica perceptível uma certa ansiedade de sua parte para que alguma instituição tome para si a tarefa de proteger o acervo do ECJCB; o caminho mais óbvio para que isso acontecesse seria através da Prefeitura Municipal de Quissamã, que responde pelo território em que se insere o ECJCB e que se destaca por promover uma política pública de salvaguarda.

Dona Helianna certamente não se restringe a reclamar de uma maior atenção por parte da Prefeitura em relação ao trabalho de salvaguarda que ela mesma vem realizando há décadas. Ela também se destaca por fazer ponderações críticas acerca de questões pontuais suscitadas por ações desenvolvidas pelo Poder Público. No que se refere especificamente ao ato inaugural do Museu Casa de Quissamã, ela já demonstra toda sua preocupação com o rigor histórico e rebate o que se pode entender como uma liberdade poética que ocorreu na encenação da cerimônia de casamento, quando então personagens históricos – caso de Mota Coqueiro e de sua esposa, figuras marcantes para a história local de Macaé e do Norte Fluminense – que não estiveram realmente presentes no salão onde foi recepcionado o imperador D. Pedro II acabaram contracenando com o monarca por ocasião da inauguração. O mesmo rigor faz com que ela critique outra licença poética, desta vez o deslocamento do personagem Tidinho – protagonista de um livro homônimo (FERNANDES, 2008) livremente inspirado em Seu Tide, guardião de memória da comunidade de Machadinha – do ambiente próprio de Machadinha para o da Casa de Quissamã, um lugar que dona Helianna faz questão de dizer que não faz parte da história de vida do velho Tide. A sua preocupação com esse deslocamento ficcional de Tidinho para um ambiente que não é o seu se torna ainda maior à medida que o livro que difunde essa história foi distribuído dentro e fora de Quissamã, bem como empregado em ações pedagógicas nas escolas locais. “A história ali contada não condiz com o que de fato aconteceu; Tide é um símbolo de Machadinha, sua vida inteira foi vivida na comunidade quilombola e não dentro de um baobá, ao lado da Casa do Visconde”, sintetiza dona Helianna.

Entretanto, a grande questão suscitada por dona Helianna Barcellos e que vai de encontro à própria gênese da história local de Quissamã veiculada pela política de salvaguarda patrimonial da PMQ diz respeito à trajetória de vida e morte de um ascendente familiar: o Brigadeiro José Caetano Barcelos Coutinho, responsável pela fundação da Vila de Capivari em 1749 e também pela construção da igreja matriz da vila, consagrada a Nossa Senhora do Desterro. O pleito de dona Helianna vai no sentido de obter o reconhecimento da importância do Brigadeiro para a história local de Quissamã, o que no entendimento dela deve ir um pouco além da atribuição de seu nome a um logradouro público: no caso, a praça central de Quissamã. O assunto, vez ou outra, é suscitado por ela em conversas informais e motivou, por

exemplo, a seguinte postagem na *home page Quissamã Memória Viva*, em 6 de abril de 2013.

Amigos, a importância dos BARCELLOS na história de Quissamã: Você sabia que o nome do Visconde de Quissamã foi em homenagem ao seu tio Brigadeiro José Caetano de BARCELLOS Coutinho, irmão da sua mãe Ana Francisca de Velasco BARCELLOS Coutinho, que ao se casar, deixou de usar o BARCELLOS?... Ocorre que o seu sangue dos BARCELLOS continuou o mesmo, sendo assim, "corre" nas veias de muita gente em nossa Quissamã, basta reunir os dados e tirar as conclusões!... Um detalhe, essa Dama era irmã única do Brigadeiro BARCELLOS, não é interessante? Considerando a informação, podemos ou não afirmar que os BARCELLOS são muito importantes na história de Quissamã?... E vamos que vamos, Abç.

O argumento de dona Helianna, aquele que sustenta o seu pleito, busca num passado distante um ponto de conexão entre os sobrenomes Barcellos Coutinho e Carneiro da Silva. Ela parte do pressuposto de que a história oficial do município de Quissamã reforça o protagonismo dos Carneiro da Silva, descendentes do primeiro Visconde de Araruama, José Carneiro da Silva, sobrinho do Brigadeiro Barcellos Coutinho e também do Visconde de Quissamã, esse cujo prenome, João Caetano, foi escolhido em homenagem ao José Caetano, prenome do Brigadeiro. Na sua concepção, a partir de dois acontecimentos circunstanciais, os Barcellos Coutinho caíram no esquecimento e a história local de Quissamã passou a se concentrar nas ações dos Carneiro da Silva. O primeiro desses acontecimentos foi Ana Francisca, irmã do Brigadeiro, ter abandonado o sobrenome Barcellos ao se casar com o capitão Manuel Carneiro da Silva, pai de José Carneiro da Silva e responsável pela construção da *Casa Mater* Mato de Pipa, justamente aquela que é vista como materialização da gênese dessa história local. O segundo diz respeito ao fato de que o Brigadeiro havia falecido sem deixar herdeiros diretos, o que fez com que sua herança – que ia além de um sobrenome e remetia ao pioneirismo e parte da sesmaria de seu bisavô, Miguel Ayres de Maldonado, o mesmo que havia avistado o negro Kissama e protagonizado o mito de origem de Quissamã.

O debate suscitado por dona Helianna não encontra eco do lado dos herdeiros ainda vivos do primeiro Visconde de Araruama. Eles tendem a minimizar a importância dessa discussão. Mesmo assim, a argumentação de dona Leninha

ressalta algumas questões: 1) existe uma história local que se apresenta como referência em Quissamã, mesmo para aqueles que tomam a iniciativa de questioná-la; 2) ocorrem disputas em torno do protagonismo dessa mesma história local de Quissamã; 3) essa tal história tende a ser única, mas sem perder de vista que existem variantes que nem sempre são contempladas pela narrativa que pode ser considerada oficial e que mobiliza ações de salvaguarda no município; 4) o caso de Barcellos Coutinho é apenas um entre tantos outros que podem mediatizar o curso único dessa mesma história referencial. Na verdade, o Brigadeiro Barcellos Coutinho, mesmo não tendo o reconhecimento pretendido por dona Helianna em Quissamã, é presença notória em outras narrativas históricas locais do Norte Fluminense, como a de São João da Barra e de Campos dos Goytacazes; nesse caso, ele se equivale aos Carneiro da Silva, cujo círculo de influência também ultrapassa as fronteiras quissamaenses. No entanto, existem outros personagens, em sua maioria anônimos porque não citados em publicações ou cerimônias de salvaguarda, que também são relegados ao esquecimento pela história local de Quissamã; algo parecido ocorre com a história tradicional do Brasil, que se caracteriza por concentrar olhares em grandes personagens e em alguns de seus atos pontuais, muitas vezes se esquecendo de dizer que os acontecimentos são invariavelmente coletivos. Esses anônimos podem ser encontrados em situações sociais as mais diversas; nesse caso, interessa acima de tudo aquelas que são pontuadas por ações de salvaguarda realizadas ou não nas neocomunidades de Machadinho e da Vila Operária do Engenho Central de Quissamã.

No que diz respeito a Machadinho, a participação do pesquisador no II Encontro de Saberes Locais do Quilombo da Fazenda Machadinho, em 9 de julho de 2016, foi definitiva para constatar como, mesmo numa comunidade com poucos moradores e envolvida num processo de formação de uma consciência coletiva, os comportamentos das pessoas são variáveis diante de uma ação de salvaguarda como a que foi promovida pela equipe do projeto Territórios Criativos. Num único dia marcado por uma programação intensa de eventos voltados para a celebração da identidade quilombola, as situações sociais foram se sucedendo como um vórtice de diversidades manifestas em comportamentos que variavam da adesão total aos acontecimentos do dia até o descaso absoluto com os mesmos. Bastou passear com o olhar atento por diferentes espaços do chamado Complexo de Machadinho

para notar que havia pessoas indiferentes ou até incomodadas com o evento; do mesmo modo, outras pessoas estavam plenamente envolvidas com o evento, de tal modo que não percebiam os que não estavam. Aquilo tudo, por mais corriqueiro que fosse, causava surpresa porque da minha parte havia uma expectativa de que o sentimento coletivo imperasse em Machadinho, especialmente numa ocasião em que os acontecimentos do dia eram pensados justamente para celebrar a identidade coletiva. O momento da feijoada foi decisivo para comprovar uma outra variável, esta nem tão surpreendente porque já havia sido percebida em outras ocasiões: os moradores de Quissamã raramente interagem com os de Machadinho. Parece existir um muro invisível separando os de Quissamã e os de Machadinho, como se ambos não fossem residentes num mesmo município. Mesmo num evento amplamente divulgado, com a famosa feijoada de Machadinho sendo servida gratuitamente, quase não compareceram pessoas de fora da comunidade ou mais especificamente de Quissamã. Dentre os de fora, aliás, predominavam visitantes oriundos de outros municípios, quase todos envolvidos com ações de pesquisa ou extensão na comunidade. Ora, essas situações aparentemente estranhas – comportamentos distintos entre moradores da comunidade, separação entre os de Quissamã e os de Machadinho – ou contradizem ou se lançam como um desafio ainda mal resolvido para aquela frase emblemática de Alexandra Moreira “... uma história de todos”.

A propósito, foi justamente no momento da inauguração da Exposição Machadinho Memória Viva que a diversidade se manifestou de outra forma. Naquela ocasião sim, os que estavam presentes no espaço interno do Memorial pareciam em uníssono, celebrando especialmente o momento em que foram retirados os papéis que cobriam os dois painéis gráficos que pessoas da comunidade haviam reformulado, substituindo os painéis originais que lá estiveram desde a inauguração do Complexo de Machadinho, depois de reformado pela Prefeitura Municipal de Quissamã, em 2005. É bom frisar os que estavam presentes no local, porque do lado de fora estavam desde algumas poucas pessoas que participavam do evento mas não couberam no espaço modesto do Memorial até todos aqueles outros moradores de Machadinho que estiveram indiferentes diante de quase tudo que ocorrera, naquele sábado festivo. Em conversas informais, o próprio Wagner Firmino, presidente da ARQUIMA, tem demonstrado sua preocupação com esse desinteresse de parte dos moradores de Machadinho em relação não apenas aos

eventos festivos, mas a quase tudo que diz respeito aos interesses coletivos da comunidade. Mas a dissensão mais evidente, potencializada pela inauguração da exposição e o descerramento dos novos painéis, é a que diz respeito justamente ao Memorial. Nesse caso, se colocam em lados opostos os moradores de Machadonha que participaram do processo de criação dos novos painéis e antigos administradores da Prefeitura Municipal de Quissamã, alguns deles diretamente relacionados com um outro processo: o de criação dos painéis que foram substituídos. Os primeiros argumentam que não se sentiam representados pelos painéis originais, que procuravam relacionar Machadonha com a província de Kissama, em Angola; por isso eles resolveram criar os novos painéis trocando imagens e objetos que eram predominantemente oriundos de Angola por outros mais diretamente relacionados com pessoas da comunidade. Já os últimos lamentam a substituição dos painéis originais afirmando que eles estavam integrados com outros instalados em equipamentos culturais como o Museu Casa de Quissamã e o Centro Cultural Sobradinho e que por isso faziam parte de uma unidade visual e narrativa; sustentam que houve a descaracterização de um trabalho de salvaguarda que contou com a participação de uma equipe multidisciplinar.

Já no caso da Vila Operária, o contato com alguns de seus moradores e a coleta de depoimentos tem possibilitado o entendimento de que a memória coletiva do Engenho Central sobrevive entre essas pessoas, mesmo com o parque industrial do Engenho em ruínas. Cada uma a seu modo, elas resistem com suas lembranças à dilapidação constante de um patrimônio que deveria ser a representação material dessas mesmas memórias. E essa resistência ocorre ali na Vila Operária, bem ao lado do patrimônio em ruínas e num lugar que, apesar de sua reconhecida importância histórica, quase não tem sido contemplado com ações de salvaguarda, seja por parte da Prefeitura Municipal de Quissamã ou de entidades públicas ou privadas. O quase fica por conta da existência de ações pontuais e esporádicas – como o mapa de memória produzido por dona Helianna Barcellos nos anos 1980, a reforma de casas da Vila Operária do Carmo promovida pela Prefeitura nos anos 2000 e a cerimônia de exibição de O Gancho sobre as ruínas do velho cinema da Vila Operária do Engenho em 2015 – que por si mesmas não foram capazes de estimular lembranças contínuas. O cada um a seu modo pode ser melhor explicado, apresentando o modo de agir e lembrar de cada um dos

depoentes, todos eles moradores da Vila do Engenho: Seu Carlinhos traz consigo o perfil do entusiasta da rememoração, daquele que faz a intermediação entre o entrevistador e os entrevistados e abre as portas de sua casa para receber ambos no ato da entrevista; Seu Gonzalo é um conversador nato e, ainda que tenha uma experiência de quase quatro décadas trabalhando para o Engenho Central, tem preferência pelas amenidades nas suas lembranças e isso o diferencia da timidez de Seu Carlinhos que é lacônico e muito sério nas suas falas; Seu Ivanir poderia ser interpretado como um meio termo entre os dois anteriores e, bem mais do que ambos, ele talvez seja o que pontue com maior vigor a condição de crise do Engenho Central, com a qual todos eles conviveram nos anos 1990 e 2000. O ponto em comum entre eles é que todos rememoram os tempos em que o Engenho ainda funcionava de um modo quase natural, sem a necessidade de estímulos através de perguntas minuciosas; todos gostam de rememorar e Seu Ivanir fez questão de dizer que fazem isso praticamente todos os fins de semana, quando então se reúnem nos quintais de suas próprias casas e compartilham juntos de uma mesma refeição.

O sentimento de frustração com o que vem ocorrendo ao Engenho Central – cujo patrimônio material está se esfacelando a cada dia – encontra-se disseminado em Quissamã, provoca reações emotivas de quem acompanhou e ainda acompanha esse processo destrutivo, que segundo alguns se iniciou mesmo antes da paralisação das atividades produtivas do Engenho Central, em 2002. Esse sentimento é algo quase onipresente, independe das filiações políticas e das segmentações sociais e econômicas que dividem a sociedade quissamaense. Ele é capaz de provocar a concordância entre pessoas que normalmente discordam entre si; várias delas atribuem o ritmo acelerado de dilapidação desse patrimônio, que em menos de duas décadas praticamente destruiu o parque industrial do Engenho, ao descaso dos proprietários da empresa. Dona Leninha aponta para uma espécie de conflito intergeracional dentro da própria família de proprietários, alegando que os filhos do senhor Ribeiro, ao contrário do pai que viveu em Quissamã e desenvolveu uma forte relação afetiva com o lugar, não demonstram o apego necessário ao Engenho para quererem preservá-lo. Alexandra Moreira fala do sentimento de desamor dos proprietários em relação à história do Engenho e de Quissamã: “O Engenho tem um dono. São donos que não tem nenhum amor telúrico. O amor deles é material”

Como se pode notar, os pressupostos metodológicos inspirados em GLUCKMAN (2010) e VAN VELSEN (2010) aqui são confrontados com características inerentes ao objeto de pesquisa – características estas constatadas através do exercício contínuo de observação de um pesquisador que, há cerca de cinco anos, também vem atuando profissionalmente em seu campo de investigação – e mostram-se plenamente adequados para servirem de base para o processo de construção de conhecimento acerca da política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural de Quissamã, especialmente no que diz respeito a certas dualidades dessa tal política, que se propõe a ser unificadora num território marcado pela diversidade. Em campo, essa aparente contradição pode ser constatada através da observação de sucessivas ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural que tem sido ou não realizadas em duas neocomunidades do município fluminense de Quissamã: os remanescentes de quilombo de Machadinha e os moradores da Vila Operária do Engenho Central.

Sendo assim, fez-se a opção justamente por uma metodologia que possibilita estudar como normas estruturantes da sociedade – nesse caso, o padrão comportamental que interessa é a própria narrativa identitária que pontua as ações de salvaguarda patrimonial, especialmente aquelas efetivadas pela Prefeitura Municipal de Quissamã, invariavelmente permeadas por escolhas, esquecimentos e relatos de cunho memorialista que refletem interesses de uma elite local – podem ser manipuladas pelos membros dessa mesma sociedade, que as ressignificam constantemente, fazendo outras escolhas que se evidenciam em ações comportamentais ou falas das pessoas que vivem em duas neocomunidades específicas: a primeira se destaca pela recorrência de ações de salvaguarda que lá vem sendo realizadas nas últimas décadas e a segunda exatamente pela quase inexistência de tais ações, apesar de seu reconhecido valor histórico e cultural.

Procedimentos de pesquisa:

1. Registro de ações individuais, com especificação dos atores envolvidos

Técnicas: observação direta, entrevistas semiestruturadas, conversas informais.

* No caso da observação de situações sociais, o olhar foi direcionado para aquelas que envolviam direta ou indiretamente ações de salvaguarda nas duas

neocomunidades: no caso de Machadinho, ações voltadas para o Memorial; no caso do Engenho Central, é significativa a raridade de ações nesse sentido e por isso se enfatiza a cerimônia de encerramento da Caravana “O Gancho”, em que foi exibido documentário produzido a partir da memória afetiva do Engenho.

** Em se tratando das entrevistas, os roteiros utilizados buscaram conhecer histórias de vida, trajetórias familiares e profissionais de gestores públicos e privados, agentes culturais e membros de neocomunidades; isso além de ajudarem na compreensão dos diferentes posicionamentos assumidos pelas pessoas nas situações sociais observadas.

*** As conversas informais, resultantes de ações extensionistas desenvolvidas pelo pesquisador ao longo de cinco anos, tem sido úteis para demarcar mudanças de opinião e comportamento dos indivíduos, possibilitando construir uma abordagem processual de suas escolhas individuais. Além disso, elas ajudaram bastante na elaboração de hipóteses de pesquisa e no amadurecimento da escolha da metodologia de análise situacional.

2. Uso de documentação variada sobre o contexto geral

Além de depoimentos e registros de observação direta, são empregadas outras fontes: documentos legais (CRFB/88 e Lei de Preservação de Patrimônio de Quissamã); publicações (livros, *folders*, mapas turísticos) vinculadas às ações de salvaguarda; apostilas de formação de guias de turismo cultural; etc.

3. Delimitação das ações analisadas num determinado período de tempo

As situações sociais ligadas a ações de salvaguarda realizadas ou não em dois patrimônios materiais específicos (Memorial de Machadinho e complexo arquitetônico do Engenho Central) são extraídas de um período específico de tempo: entre 1989 (ano de emancipação política de Quissamã) e 2016. No entanto, como esses patrimônios materiais e as narrativas que emergem das ações de salvaguarda ultrapassam o limite preestabelecido de tempo, quando necessária a abordagem sincrônica faz recuos estratégicos no tempo, apontando para uma perspectiva de longa duração.

4. Atribuição de uma perspectiva processual ou histórica ao material registrado

Essa perspectiva processual vem sendo considerada de duas maneiras: através da narrativa do percurso de mudanças de opinião de entrevistados acerca de uma

mesma situação social ou de um mesmo tema, sempre considerando variações conjunturais que certamente estimulam tais mudanças de atitude; também a partir da análise de diversas temporalidades que acabam convergindo para as ações de salvaguarda, que tendem a deslocar referências do passado para o tempo presente e ressignificá-las de acordo com interesses fincados na contemporaneidade.

5. Análise pautada num contexto social mais amplo, concebida como parte de um processo social

Mesmo focada em situações sociais delimitadas no espaço (neocomunidades de Machadinho e do Engenho Central) e no tempo (cujos balizamentos já foram definidos), a análise toma como pressuposto um contexto sociohistórico mais amplo, que aponta tanto para disputas identitárias (em certa medida étnicas) e políticas internas do município de Quissamã, quanto para questões que extrapolam fronteiras locais e evidenciam situações paradoxais do reconhecimento das diferenças e do exercício da cidadania no país, numa conjuntura que sucede a entrada em vigor da CRFB/88 ou a chamada “Constituição Cidadã”.

Em se tratando da entrevista como técnica, é necessário ressaltar que aqui se fez a opção pela entrevista em profundidade. Essa modalidade de entrevista tem se mostrado adequada nos casos em que o pesquisador pretende, de um lado, estabelecer as diretrizes de uma conversa com o entrevistado – o que ele normalmente faz através da elaboração de um roteiro com questionamentos de base, fundamentados em teorias e hipóteses de trabalho – e de outro lado deixar em aberto a possibilidade de que novas hipóteses surjam e que as prévias possam ser confirmadas ou não no decorrer da entrevista. Olhando sob esse prisma, entende-se aqui que a entrevista semiestruturada seja a técnica de coleta de dados dialógica por definição e portanto, capaz de colocar frente a frente dois ou mais sujeitos numa plena interação discursiva.

Com base na perspectiva antropológica de um modo geral, a entrevista em profundidade está de pleno acordo com as prerrogativas de alteridade que inspiram ***O Passado que se faz Presente***, especialmente no que se refere a reconhecer o outro como protagonista de sua própria história, deixando-o interferir até certo ponto no processo de produção de conhecimento acerca dessa mesma história. Essa mesma entrevista semiestruturada, na sua própria concepção técnica, apresenta a

dinâmica necessária para se obter informações vivas e capazes de potencializar a elaboração de um conhecimento igualmente vivo.

Mesmo que a informalidade se faça necessária no momento de interagir com o outro – numa tentativa de firmar uma relação de maior proximidade; mesmo que exista uma predisposição no sentido de reconhecer a voz ativa de seu interlocutor – e assim tomá-lo como protagonista e parceiro no processo de produção do conhecimento: nunca se pode perder de vista que existe uma pesquisa em andamento e que o pesquisador também é protagonista nesse processo cognitivo. O fato do roteiro da entrevista trazer consigo questionamentos animados por teorias e hipóteses da pesquisa acaba se constituindo na garantia de que o pesquisador não perde o controle do processo como um todo.

Esse controle do pesquisador sobre a pesquisa, entretanto, não pode e não deve ser exercido de modo discricionário. Do contrário, haveria o desrespeito tanto aos pressupostos da perspectiva etnográfica, quanto ao diferente que habita e vivencia o *locus* de onde se retira o tema e o próprio objeto da pesquisa. A realização da entrevista semiestruturada, ainda que norteada por um roteiro de base, não pode tomar esse roteiro como uma espécie de camisa de força em que as únicas questões passíveis de serem respondidas são aquelas definidas previamente pelo entrevistador. Na realidade, o roteiro não deve estabelecer perguntas fechadas em si mesmas, até mesmo porque lida com hipóteses e não com certezas ou verdades absolutas. Essas hipóteses e mesmo as teorias que as sustentam precisam tomar uma espécie de choque de realidade no campo. Somente assim elas podem ser testadas e demonstrar se possuem ou não força suficiente para, em conjunto, se constituírem na narrativa lógica e científica de uma tese. MANZINI (2012) recorre a TRIVIÑOS para reiterar tudo isso ao afirmar que: 1) novas hipóteses podem surgir no momento da entrevista, o que aponta para o reconhecimento do papel de protagonista do entrevistado em relação ao campo em que ele próprio reside e vivencia; 2) a entrevista semiestruturada não se restringe a fornecer informações que ajudam a descrever minúcias do fenômeno investigado, mas apresenta potencial para favorecer a compreensão de sua totalidade. Levando-se em conta essa última afirmação, percebe-se que a realização de uma entrevista semiestruturada, quando bem conduzida pelo pesquisador, possibilita a sua inserção

no contexto vivenciado pelo entrevistado: algo que, a propósito, é pressuposto de uma pesquisa informada pela perspectiva etnográfica.

É acima de tudo a metodologia da escuta, defendida e aplicada por MOUTINHO (2016), talvez bem mais do que a perspectiva etnográfica, que coloca um ponto de interrogação diante dessa vocação para o dirigismo que normalmente acompanha os procedimentos de captação de informação e também de análise que, por mais que sejam críticos em relação a si mesmos, ainda se nutrem de um certo etnocentrismo, de uma vontade incontável de tomar para si a verdade – ainda que não absoluta. Com certeza, na condição de pesquisador, ainda não me sinto devidamente preparado para me despir de mim mesmo, para colocar de lado toda minha formação acadêmica, certamente inspirada no eurocentrismo que anima o desenvolvimento das ciências no Ocidente, nas Américas, no Brasil e nas instituições de ensino fluminenses. Mesmo tendo sido feitas várias tentativas – especialmente da parte das ciências humanas – no sentido de romper com esse eurocentrismo, o fato é que ele ainda vigora, ainda estabelece critérios de cientificidade. O pesquisador aqui tem juízo para não tomar para si os riscos de uma total ruptura, mas é favorável a se encontrar um ponto de equilíbrio entre uma coisa e outra, entre a propensão para o dirigismo das ciências ainda marcadas pelo eurocentrismo – ou o hábito de se tentar estabelecer leis universais ou padrões de comportamento – e a vontade de romper de vez com tudo isso. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: talvez até porque Quissamã fica a meio caminho entre o litoral e o continente, o adágio e o seu sentido metafórico se aplicam nesta situação. **O *Passado que se faz Presente*** pretende sim ser entendido como resultado de uma tentativa de se achar o tal ponto de equilíbrio.

LALANDA (1998) ressalta a necessidade de desenvolver uma relação de proximidade entre o entrevistador e o entrevistado ou, mais ainda, uma relação de familiaridade do pesquisador com a comunidade em estudo. No caso de **O *Passado que se faz Presente***, muito por conta da atuação prévia do pesquisador em ações extensionistas de salvaguarda patrimonial que o colocavam em contato frequente com alguns de seus entrevistados. Cabe ressaltar que essas ações continuaram sendo realizadas mesmo durante a pesquisa propriamente dita, o que possibilitou ocasiões para a realização de conversas informais com muitos desses entrevistados

e também com outras pessoas que nem chegaram a ser formalmente entrevistadas, mas que mesmo assim colaboraram no sentido de fornecer informações relevantes e preparar o ambiente propício para a realização das entrevistas propriamente ditas e da tarefa constante de observação direta dos acontecimentos ou das situações sociais. No caso específico de Wagner Firmino, presidente da ARQUIMA, por exemplo, os contatos foram realmente muito frequentes por conta de ações conjuntas como a ida de pessoas da comunidade de Machadinha ao *campus* do IFFluminense em Bom Jesus do Itabapoana, como a reunião realizada com a Prefeita de Quissamã em fevereiro de 2017, como a participação em diversos eventos festivos da comunidade quilombola. O mesmo se pode dizer com Dalma dos Santos, pessoa quase onipresente no Memorial e intermediária dos contatos com outros moradores da comunidade, inclusive com os verdadeiros expoentes da velha geração como Seu Tide e Dona Preta. O caso de Leandro Firmino, então, chega a ser exponencial: o mestre do tambor quase nunca deixa de cumprimentar efusivamente o pesquisador e falar-lhe como se fosse um velho amigo, ainda que nossos contatos sejam esparsos e rápidos. Juntando tudo isso, considera-se que existe sim uma relação muito forte do pesquisador com certos moradores de Machadinha, inclusive com outros que nem chegaram a ser entrevistados – caso de Seu Gilson, de Janaína, de Jovana e de outros cujos nomes nem foram conhecidos – mas que colaboraram mesmo com seu silêncio para a construção do conhecimento acerca do que vem ocorrendo na comunidade, tanto no que diz respeito às ações de salvaguarda e suas derivações diretas, quanto no tocante a problemas cotidianos que não foram contemplados na Tese, ainda que sejam urgentes e que envolvam as ações profissionais do pesquisador naquela comunidade. Mesmo fora de Machadinha, dona Helianna Barcellos também foi uma referência, um faro luminoso para se entender Quissamã e particularmente as questões que dizem respeito à política pública de salvaguarda; mais recentemente, Haroldo Carneiro, muito por conta de uma afinidade criada por ocasião da reimpressão do clássico Estudos Agrícolas, de João José Carneiro da Silva (Barão de Monte do Cedro), tornou-se uma espécie de cicerone no contato com outros membros da família Carneiro da Silva e via de acesso a documentação ainda não disponível nos arquivos públicos – caso da carta de José Julião Carneiro da Silva; no que se refere à vila operária do Engenho Central, Seu Carlinhos, parceiro de

trabalho no campus do IFFluminense, foi fundamental fazendo contatos com outros moradores da vila e disponibilizando sua própria residência para a realização das entrevistas, além de sempre fornecer informações adicionais sobre a vila e o próprio Engenho.

Em todos esses casos, a relação de proximidade certamente suplantou o momento mesmo da entrevista. Entretanto, ela não chegou a comprometer o que viria a acontecer no ato da entrevista propriamente dito: os entrevistados – alguns mais, outros menos – foram sim espontâneos e fizeram por onde surpreender o entrevistador. Wagner foi talvez mais incisivo do que normalmente é nas suas declarações; Dalma quase não se deixa interromper quando fala encadeadamente de sua trajetória de vida, sem contar o fato de que faz interferências muito produtivas nas entrevistas de outras pessoas da comunidade – caso notório foi quando ela mesma me induziu a perguntar sobre as marcas de chicote nas costas da bisavó de Seu Tide, no momento do depoimento do velho contador de histórias – Leandro reafirmou seus arroubos, suas provocações e fez outras, mas com a preocupação de racionalizar o que fazia. Dona Leninha, para quem a conhece, é um caso à parte: assim como Dalma, ela quase não se deixa interromper e costuma abordar assuntos os mais variados, que por vezes escapam do tema da entrevista; uma simples entrevista com ela, prevista para durar uma hora, não se encerra antes de duas; a sua fala é uma profusão de informações, de detalhes que são quase impossíveis de se reter de memória. Haroldo também fala como se não houvesse amanhã; o seu discurso é encadeado e apaixonado pelo que diz; os assuntos que ele traz à tona quase nunca se encerram num mesmo raciocínio, eles exigem desdobramentos para outras entrevistas ou conversas informais. Seu Carlinhos é tímido por natureza e formação; suas falas são lacônicas, quase sempre acompanhadas de movimentos involuntários dos dedos – na gravação de sua entrevista, aparece o som intermitente do tamborilar de seus dedos à mesa – mas nada disso impede que o dito tenha conteúdo e importância para a construção do conhecimento.

No tocante aos demais entrevistados, com os quais são se firmou uma relação maior de proximidade, o procedimento adotado foi o suscitado por LALANDA (1998) para que as entrevistas transcorressem com maior naturalidade e que os dados viessem à tona sem maiores impedimentos. Primeiramente, os entrevistados

quase sempre foram abordados em seu próprio território para que se sentissem autoconfiantes e mais à vontade em relação ao que e como iriam dizer. Os moradores de Machadinha foram preferencialmente entrevistados no Memorial, lugar consagrado – inicialmente pela PMQ e, atualmente, reconhecido pela própria comunidade de remanescentes de quilombo, com exceção de Wagner, que preferiu conceder depoimento no seu local de trabalho, a sede do NEA-BC, no centro da cidade de Quissamã. Dona Preta conversou comigo na varanda de sua casa, no Sítio Santa Luzia, tendo ao lado uma aparentada de sua confiança com a qual estava trocando ideias antes de minha chegada; no decorrer da entrevista, Dona Preta, sabendo que eu era professor do IFFluminense, me pediu para tentar convencer sua neta se matricular no curso integrado de Informática, para o qual havia sido aprovada em concurso mas estava com receio de cursar por ficar muito longe da casa da família. Já os moradores da vila operária do Engenho Central, esses foram todos entrevistados no quintal da casa de Seu Carlinhos e ficou claro, em razão da descontração que demonstravam, que ali era um local de encontro habitual de todos eles – o mesmo local em que, nos fins de semana, eles rememoram o tempo em que trabalharam no Engenho e transformam até mesmo a crise da velha Usina num motivo a mais para reforçar os seus momentos de confraternização. Dona Helianna me recebeu no ECJCB, onde trabalha e reside; em cada uma de nossas conversas ou no momento da entrevista formal, sua ajudante, dona Maristela, nos presenteou com pedaços de bolo de diversos sabores e xícaras de café coado na hora; foi assim, com café e bolo, que conversamos sempre nos fins de tarde e essa situação quase poética parece ter potencializado a veia emotiva da entrevistada, que por algumas vezes chorou, especialmente ao se lembrar de sua infância na vila operária e dos apitos do trem e da velha Usina. Os gestores, majoritariamente, optaram por lugares relacionados à formalidade de sua atuação, ainda que suas falas não tenham necessariamente se limitado a essa mesma formalidade: Alexandra Moreira me recebeu no seu gabinete de vereadora, na Câmara Municipal de Quissamã; Armando Carneiro seria entrevistado em sua residência mas, por conta de um imprevisto, também acabou conversando comigo no mesmo gabinete do Poder Legislativo; Arnaldo Mattoso foi entrevistado no gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no prédio da PMQ, onde ele mesmo atua como titular

da pasta. Haroldo Carneiro tomou a iniciativa de se deslocar até o *campus* do IFFluminense em Quissamã; o mesmo ocorreu com sua esposa, Marisa Carneiro, que na ocasião de sua entrevista foi acompanhada de Dona Tetê, Flávio Cavour e Paulo César Carneiro.

LALANDA (1998) também trata da necessidade do entrevistado ocupar o lugar central da entrevista e, junto a isso, da possibilidade das perguntas feitas pelo entrevistador não induzirem a respostas previamente esperadas. Nesse ponto, igualmente foi preciso chegar a um ponto de equilíbrio. Em todas as entrevistas realizadas com o objetivo de compor o mosaico de dados que animam as reflexões de ***O Passado que se faz Presente***, houve uma preocupação no sentido de garantir centralidade à fala do entrevistado e não, obviamente, às urgências da reflexão do entrevistador. Mesmo assim, deve ser ponderado que os entrevistados foram previamente escolhidos em razão de sua ligação direta com o tema da pesquisa; em muitos casos, os contatos entre entrevistado e entrevistador já vinham sendo feitos há dias ou meses, às vezes anos, quando então conversas informais e muito de observação direta já preparavam os ânimos para a entrevista propriamente dita; os roteiros de abordagem dos entrevistados, mesmo não sendo escritos, foram pensados e verbalizados com base nessa observação e nas conversas prévias, sem contar obviamente com os fundamentos teóricos e metodológicos que invariavelmente conduzem o entrevistador no campo. No caso aqui arrolado, a análise situacional foi e tem sido de fundamental importância para mediar o que se encontra no campo – algo que vai do inesperado ao imponderável – com os pressupostos de uma pesquisa que teve muito de se reatualizar, de se ressignificar num percurso de pouco mais de quatro anos.

De volta à entrevista semiestruturada em sua especificidade, então, cabe ressaltar que sua adoção como técnica preferencial de coleta de informações para a tese, ao alado da observação direta, significa entender e tirar proveito de seus pressupostos e procedimentos. Mas algumas ressalvas precisam mesmo ser feitas, em parte fundamentadas na perspectiva etnográfica, em parte condicionadas a experiências anteriores do próprio pesquisador que, desde 1989, vem atuando como jornalista bissexto e por conseguinte realizando entrevistas com pessoas as mais diversas e inseridas nos mais diferentes lugares. Em se tratando da técnica de entrevista de um modo geral, ela já parece consagrada no meio acadêmico e por

conta disso existem procedimentos que se repetem com certa regularidade no campo e assim acabam sendo entendidos como base para a realização de uma boa interação entre entrevistador e entrevistado.

Sendo assim, são aqui levadas em consideração as seguintes etapas que compõem o passo a passo, conforme apresentadas por JÚNIOR & JÚNIOR (2011): 1) análise de contexto externo; 2) autoquestionamento; 3) consentimento esclarecido; 4) preparação de roteiro; 5) introdução à entrevista; 6) registro das respostas; 7) encerramento da entrevista; 8) transcrição e análise.

A primeira dessas etapas, que se configura como “análise inicial de todo o contexto externo em que se insere tanto o entrevistado quanto o tema em estudo” (JÚNIOR & JÚNIOR, 2011, p. 243). A segunda etapa – a do autoconhecimento – acaba se misturando com a primeira, à medida que a dinâmica do processo assim exige, pelo menos para um pesquisador que vai a campo com o mínimo de humildade para repensar aquilo que planejou fazer diante do choque de realidade que o campo lhe proporciona.

No que se refere a ***O Passado que se faz Presente***, pode-se dizer que essas duas fases da pesquisa são justamente aquelas que já se iniciaram desde a chegada do pesquisador a Quissamã. Sua entrada no *locus* da pesquisa ocorreu com um *background* que incluía tanto uma formação acadêmica maturada na história cultural quanto experiência de vida; os primeiros contatos foram marcados pelo estranhamento e pela identificação do outro, de alguém inserido num contexto que certamente não era o do pesquisador; com base nesse exercício de alteridade, foram desenvolvidas ações de extensão e pesquisa que resultaram num aprendizado prático e na busca de novas referências teóricas; dentre essas novas referências, destacaram-se a perspectiva etnográfica e a metodologia de análise situacional, exatamente porque ambas pareciam potencializar a compreensão do *locus* e abriam a possibilidade de reconhecer o outro como agente de sua própria história. Cabe dizer que certos aspectos que envolvem a realização da entrevista propriamente dita tem sido ponderadas cotidianamente por esse pesquisador, que ainda continua exercendo suas ações profissionais em Quissamã; isso quer dizer que o tempo necessário para se realizar contatos com os entrevistados tem sido previsto na rotina do professor e do extensionista.

A terceira etapa listada por JÚNIOR & JÚNIOR (2011), identificada pela expressão “consentimento esclarecido”, se refere à obtenção, por parte do entrevistador, da aceitação do entrevistado em relação aos procedimentos da entrevista. Não se trata apenas de informar ao entrevistado sobre o que vai acontecer, mas de esclarecê-lo acerca de tudo que envolve a entrevista: as razões de sua realização, seus objetivos e prováveis consequências. JÚNIOR & JÚNIOR (2011, p. 244) chegam a pontuar que “esclarecer é muito mais do que simplesmente informar”. Essa fase pressupõe um comprometimento ético dos dois ou mais sujeitos envolvidos no processo de realização da entrevista.

O exercício de reflexão aqui desenvolvido, em que se busca reconhecer o protagonismo do outro em seu próprio *locus*, está de pleno acordo com a concepção de que o consentimento esclarecido que se quer obter do entrevistado não deve se restringir a uma simples concordância em participar da entrevista. Seria uma contradição defender algo diferente disso. A atitude de consentir deve ser tomada de forma consciente pelo entrevistado e, para que tal ocorra, todas as informações acerca da entrevista precisam ser repassadas a ele antes que faça sua escolha que, aliás, não deve ser condicionada a nenhuma outra motivação que não seja racional. Nesse caso especificamente, devem ficar de fora questões como gratidão, envolvimento afetivo, incentivo financeiro, constrangimento moral ou qualquer outra que venha a restringir o exercício da liberdade de escolha. A propósito, é necessário questionar se esse exercício é ou não pleno no que se refere aos aspectos racionais ou de liberdade, à medida que as concepções de racionalidade e mesmo de liberdade dos entrevistados podem não ser as mesmas do entrevistador; na prática, talvez elas variem mesmo entre os próprios entrevistados, dependendo de suas formações culturais e de suas histórias de vida.

A quarta etapa consiste na preparação de um roteiro constituído por questionamentos que direcionam a entrevista e cuja formulação deve refletir tanto o quadro teórico, quanto as hipóteses que animam a pesquisa. Já foi discutido que o roteiro tende a se constituir em instrumento de controle do pesquisador sobre os procedimentos da entrevista. No caso específico de ***O Passado que se faz Presente***, um exercício de reflexão fundamentado na perspectiva etnográfica de FREHSE (2006) e LALANDA (1998), esse controle até se faz necessário para o bom

andamento da coleta de informações, mas simultaneamente ele não pode e não deve passar nem pelo dirigismo que ignora solenemente o direito à crítica do entrevistado, nem pelo estabelecimento de padrões de resposta que comprometam a percepção da diversidade que, em essência, é o que define a especificidade do próprio *locus* de investigação. Considerando isso, é preciso matizar aquilo que BAKER *apud* GIL (1999, p. 115-116) apresenta como regras gerais para elaboração de um roteiro de entrevista: *a) As instruções para o entrevistador devem ser esclarecidas com clareza; b) As questões devem ser elaboradas de forma a possibilitar que sua leitura pelo entrevistador e entendimento pelo entrevistado ocorram sem maiores dificuldades; c) Questões potencialmente ameaçadoras devem ser elaboradas de forma a permitir que o entrevistado responda sem constrangimentos; d) Questões abertas devem ser evitadas. Quando são elaboradas questões deste tipo, o entrevistador deve anotar as respostas; e) As questões devem ser ordenadas de maneira a favorecer o rápido engajamento do respondente na entrevista, bem como a manutenção do seu interesse.*

No que se refere às proposituras de BAKER, que certamente visam otimizar o investimento de tempo e facilitar a interação entre entrevistador e entrevistado, não há reparo algum a ser feito em relação às duas primeiras: a preocupação com a clareza em relação ao que se escreve e ao que se diz para os entrevistados deve ser uma constante. Caso contrário, poderá ocorrer não apenas um ruído de comunicação, mas talvez uma quebra de confiança entre os interlocutores, o que pode comprometer de vez a realização da entrevista. Em relação à terceira propositura (a preocupação em não constranger o entrevistado com questões ameaçadoras), também não há reparo que possa ser feito pois se trata de outra dica providencial que leva em consideração problema que pode realmente acontecer, à medida que o entrevistador, por mais respeitosa que seja sua relação com o entrevistado, não pode se furtar a fazer perguntas potencialmente perturbadoras, inclusive aquelas que possam ensejar reações de constrangimento; do contrário, estar-se-ia colocando em risco a credibilidade da própria análise em andamento. Mas é bom que se diga que o constrangimento do entrevistado não é algo desejável – até mesmo porque pode resultar no seu silêncio ou na revisão de seu consentimento esclarecido, caso o mesmo já tenha sido efetivado – e, por conta disso, uma estratégia para se minimizar os efeitos da perturbação que pode ser

provocada por determinado assunto se faz necessária; cabe então ao entrevistador saber formular questões a respeito de assuntos polêmicos com um mínimo de tato e coerência. Nesse caso, existe uma questão ética de fundo presidindo esse tipo de atitude do entrevistador. Já as duas últimas proposituras de BAKER são igualmente relevantes e práticas; entretanto, a que se refere às questões abertas é bastante discutível. Elas até podem deslocar o foco daquilo que realmente interessa ao entrevistador, mas, por outro lado, tem potencial para acrescentar dados novos à investigação e até podem provocar mudanças significativas nos rumos da análise, o que certamente não é ruim para o pesquisador que assume uma predisposição para ressignificar seus procedimentos e suas certezas. Considerando tudo isso, a dica de se recorrer a anotações no caso de questões abertas é sim muito bem-vinda. Por fim, a proposta de se ordenar as questões com o duplo objetivo de alcançar um rápido engajamento do entrevistado e de mantê-lo ao longo de toda a entrevista, ela também é proveitosa à medida que evita a dispersão do entrevistado e assim faz crescer a possibilidade de realização de uma entrevista mais prolífica e até rica em detalhes.

Identificada como introdução à entrevista, a quinta etapa proposta por JÚNIOR & JÚNIOR (2011) consiste no estabelecimento do chamado *rapport*, um conjunto de procedimentos simples que ajudam a promover uma “quebra de gelo” entre entrevistado e entrevistador. Conforme assinalam JÚNIOR & JÚNIOR (2011), trata-se de um momento que consiste em “deixar o entrevistado à vontade” ou de estabelecer “uma atmosfera de cordialidade e simpatia”. Esses autores trazem à tona uma preocupação que GIL (1999) havia demonstrado com a necessidade de “o entrevistado (...) sentir-se absolutamente livre de qualquer coerção, intimidação ou pressão”. Essa mesma preocupação foi enunciada por LALANDA (1998). No caso de ***O Passado que se faz Presente***, essa necessidade de proporcionar uma relação de proximidade entre os dois ou mais sujeitos envolvidos na realização da entrevista é algo que diz respeito a certos aspectos essenciais da tese; o próprio reconhecimento desses sujeitos enquanto tais passa, entre outras atitudes, por uma troca constante de informações entre entrevistado e entrevistador e o mesmo se pode dizer em relação à expectativa de que o outro seja agente de sua própria história. E a palavra troca não deve ser empregada de forma gratuita, já que estimula a se pensar numa via de mão dupla entre os sujeitos envolvidos no

processo cognitivo como um todo. Cabe ressaltar que a aplicação dos pressupostos da perspectiva etnográfica exige a interação dialógica desses sujeitos e que dialogia pressupõe o respeito às especificidades dos diferentes que interagem.

De um modo mais prático e objetivo, RICHARDSON (2014, p. 216-217) enumera algumas instruções para se promover a introdução à entrevista e cada uma delas se mostra bastante útil e necessária para a realização do trabalho de captação de informações no campo, acima de tudo com o objetivo de garantir voz ativa para o entrevistado. Das instruções apresentadas, aquela que se refere à preocupação com o anonimato do entrevistador e com o sigilo de suas respostas merece aqui uma apreciação em razão de algumas especificidades do *locus* em que a pesquisa de **O Passado que se faz Presente** vem sendo realizada. Já nos primeiros contatos com Quissamã, foram observadas disputas políticas permeando as narrativas identitárias que se digladiam na política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural de Quissamã, isso num território cuja história local remete a um longo exercício de tutela e controle social e econômico. Essas observações iniciais tem sido confirmadas em ações de extensão e pesquisa, em que ficava evidente o receio das pessoas em se manifestarem ou assumirem abertamente certos posicionamentos políticos; essas pessoas geralmente temem represálias advindas de empresários locais, proprietários de terras, gestores públicos ou até de sujeitos indeterminados ou cujos nomes parecem quase impronunciáveis para essas mesmas pessoas. Certamente num contexto com tais características, anonimato e sigilo seriam questões de importância extrema, especialmente quando se está lidando, no caso das entrevistas, com pessoas ligadas a comunidades que tradicionalmente são submetidas a essa lógica de controle. De um lado, essas pessoas tendem a se sentir com maior segurança e liberdade para dizer o que realmente pensam sobre determinado assunto; de outro, a qualidade da entrevista também tende a ser mais intensa por conta de respostas potencialmente diretas e polêmicas que podem advir de pessoas que se consideram então preservadas pelo anonimato ou pelo sigilo. Surpreendentemente, no entanto, os receios de represálias manifestados até então – especialmente por pessoas vinculadas a comunidades tradicionais, notadamente a de Machadinha – parecem ter arrefecido de modo gradativo nesses últimos cinco anos, quando então se desenvolveu a trajetória da pesquisa propriamente dita para compor **O Passado que se faz Presente**. Como as entrevistas formais foram

realizadas mais recentemente, entre o segundo semestre de 2015 e os meses iniciais de 2016, isso depois de inúmeras conversas informais e do exercício contínuo de observação direta, os depoimentos coletados não se apresentaram tomados desse receio que as pessoas até então demonstravam ter e os depoentes não fizeram questão de se manterem no anonimato; por conta disso, todos são identificados com seus nomes completos e trajetórias de vida, mas isso não invalida o registro de que, talvez em outras circunstâncias, os entrevistados tenham preferido sim o anonimato ou mesmo o silêncio quando interrogados acerca de assuntos polêmicos ou mesmo aqueles que evidenciam suas diferentes maneiras de encarar suas próprias histórias de vida e de relacionar com ações de salvaguarda que, direta ou indiretamente, lidam com essas histórias. Um caso notório dessa mudança de atitude dos entrevistados, talvez sentindo-se mais à vontade para se posicionarem de um modo inesperado diante do que até então parecia lugar comum, foi o que ocorreu com Seu Tide, ele próprio um depoente requisitado em diversas outras ocasiões e que, na condição de guardião da tradição em Machadinho, raramente se posicionava de modo contrário à ideia de que a escravidão em Quissamã fora marcada pela cordialidade entre senhores e cativos. Em entrevista realizada há pouco menos de dois meses, em 26 de abril de 2017, esse bisneto de escravos da antiga Fazenda de Machadinho descreveu com detalhes como sua “bisa” costumava lhe mostrar as marcas de chicote que trazia às costas e contar para ele e quem mais quisesse ouvir como ela e suas amigas eram castigadas pelo feitor da fazenda a mando do senhor local. O curioso é que, anteriormente, Seu Tide não tinha o hábito de relatar algo assim e provavelmente se o fizesse, considerando a repercussão de sua fala, colocaria um grande ponto de interrogação diante da ideia da cordialidade entre senhor e escravo que vem sendo difundida ao lado da política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural de Quissamã.

Outras instruções merecedoras de destaque são as que apontam para intercorrências do contato propriamente dito entre os sujeitos envolvidos na entrevista, tais como algumas obrigações que são atribuídas ao entrevistador e certas prerrogativas que são asseguradas aos entrevistados. Quanto às obrigações, informar ao entrevistado e fazê-lo sentir-se livre se constituem como pressupostos para o reconhecimento de sua autonomia e protagonismo. Já no tocante às prerrogativas, além do sigilo e do anonimato já citados, o entrevistado possui a

liberdade de interromper a entrevista, de exigir maiores esclarecimentos por parte do entrevistador. Tudo isso faz com que o entrevistado se sinta cada vez mais à vontade, mesmo estando diante de um desconhecido ou de uma pessoa que não compartilha com ele dos mesmos hábitos e valores. Aliás, é bom que o entrevistador nunca perca de vista que o lugar em que ocorre a entrevista não é o seu, que ele não deixa de ser um estranho para o outro e que a interação que ali acontece é delimitada no tempo e voltada para objetivos que muito provavelmente não são os mesmos do entrevistado.

Nesse ponto em que são ressaltados aspectos da interação do entrevistador com o entrevistado, e particularmente no que diz respeito à comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinho, mesmo sem excluir os demais entrevistados, cabe trazer à tona a problemática da escuta suscitada por MOUTINHO (2016). Ainda que seja prematuro ou até mesmo arriscado abraçar por inteiro o que MOUTINHO (2016) propõe – o que inclui uma ruptura com modelos eurocêntricos de construção de conhecimento e quase que um reaprendizado da parte de um pesquisador cuja formação é tributária desses mesmos modelos – é necessário levar em consideração alguns de seus pressupostos que, na sua simplicidade, tanto se aproximam da perspectiva etnográfica de FREHSE (2006) e LALANDA (1998), quanto favorecem uma abordagem potencialmente mais produtiva dos entrevistados. O primeiro desses pressupostos é o da espera, que exige do entrevistador que aguarde o momento adequado de se manifestar ou mesmo que se mantenha silente na interação com o entrevistado, o que tende a ser encarado como uma atitude de respeito à fala do outro e também é algo que propicia ao entrevistador a condição ideal para que ele possa perceber muito mais do que a verbalização do depoimento, mas igualmente outros detalhes significativos do momento da entrevista. O segundo pressuposto é justamente o que foi enunciado agora: a devida atenção do entrevistador com os detalhes, algo que em certa medida o aproxima do exercício de construção do conhecimento a partir do paradigma indiciário de GINZBURG (1989), conforme evidenciado por BENSA (1998). O terceiro é justamente aquele que aponta para o reconhecimento do outro, do entrevistado, como agente de sua própria história de vida, como alguém capaz de reinterpretar o que por vezes lhe é apresentado como uma narrativa pronta e

acabada, caso evidente, por exemplo, da versão oficial da história local de Quissamã que pontua as ações da política pública de salvaguarda local.

O respeito sobre o qual se escreve aqui talvez esteja exatamente em “esperar que a narrativa baseada no fazer do povo da terra e de seus ancestrais seja contada, cantada e articulada nas suas mais variadas formas” (MOUTINHO, 2016, p. 6), que pressupõe um observador preferencialmente silente diante do que acontece: no caso, o outro ou os outros que simplesmente vivem e assim se manifestam enquanto tais, dentro de seu próprio *locus*, produzindo a cada palavra, a cada silêncio, a cada gesto uma gramatura de sentidos. E o ato de esperar não precisa e nem deve ser contemplativo. O observador adepto da escuta se faz presente diante do outro através de seus sentidos, com um jeito de perceber amoldado num outro horizonte cultural; ele não passa despercebido, não se esconde atrás do próprio silêncio, apenas deixa em aberto a possibilidade de transigir com o diferente no seu próprio espaço vivido. Nesse caso, o silêncio respeitoso do observador também fala ao outro e o deixa mais à vontade para ser ele mesmo e não alguém representando um papel convenientemente forjado para o olhar de um observador externo. O que se configura é, na verdade, uma troca entre pessoas cujas histórias de vida são diferentes e isso dentro de uma *perspectiva* de respeito mútuo.

Talvez o respeito também resida no fato de se reconhecer o outro não como um ator representando a si mesmo, numa espécie de teatro das conveniências em que pode se transformar o intercurso do pesquisador com seu informante, quando este é tomado como um objeto de análise. Talvez ele esteja ainda na predisposição do pesquisador para trocar experiências de vida, ainda que a sua própria não seja o ponto focal de interesse no que diz respeito à produção de conhecimento. Mas o respeito se situa, acima de tudo, no reconhecimento do outro como sujeito, protagonista de sua própria história, alguém cujo saber acerca das coisas que interessam à pesquisa é único e incomparável. É nesse ponto que o pesquisador se revela o sujeito humilde que se encontra naquele lugar pronto para aprender com quem possui o domínio de fato e de direito sobre o *locus* que, mesmo tendo sido escolhido e demarcado no espaço e no tempo pelo pesquisador, não lhe pertence.

Como se sabe, as entrevistas não se constituem no único instrumento de coleta de dados; a observação direta dos acontecimentos, muitas vezes com o pesquisador participando diretamente dos mesmos na condição de extensionista,

também é um meio essencial de obtenção de informações acerca das situações sociais; o mesmo se pode dizer sobre conversas informais com os próprios entrevistados ou outras pessoas envolvidas com ações de salvaguarda; eventualmente, recorre-se a textos escritos – documentos legais, impressos ou publicações em redes sociais – ou mesmo audiovisuais como **O Gancho** (2013) e outros filmes etnográficos gravados em Quissamã. Considerando o uso dessas outras fontes de informações e, especialmente, os procedimentos da análise situacional na realização dos trabalhos da tese, a análise propriamente dita teve de ser feita ou pelo menos iniciada muitas vezes no calor dos acontecimentos. Em determinadas situações vivenciadas no campo, ocorreram **ensights** que certamente não poderiam ter acontecido em outros momentos porque estavam diretamente conectados com a observação ou até mesmo com a participação do pesquisador nos eventos; essas reflexões pontuais foram registradas num caderno de campo e, posteriormente, acabaram sendo descartadas ou retomadas e aperfeiçoadas num momento mais adequado, quando então o acesso às outras fontes possibilitou a maturação da análise. A própria realização das entrevistas, ocorrida bem recentemente, num período de aproximadamente oito meses, quando então muito de observação e leitura já havia sido feito, foi uma espécie de decorrência do que já havia sido apurado no campo; obviamente que isso não impediu que as entrevistas por si mesmas acrescentassem algo de inusitado ao trabalho de reflexão. Na verdade, a análise adquiriu seus contornos finais com a realização das entrevistas ou um pouco depois com sua transcrição, reafirmando ou não o que fora ensaiado no campo.

No que concerne às pessoas entrevistadas, cabe dizer que elas foram escolhidas preferencialmente por possuírem trajetórias de vida relacionadas, direta ou indiretamente, com a política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural do município de Quissamã. Todas elas possuem em comum o fato de serem quissamaenses, de nascença ou por adoção; cada uma em seu devido tempo, cada qual à sua maneira, todas igualmente participaram da história desse município da Baixada Campista, nos últimos 28 anos; algumas dessas pessoas foram ou ainda são gestoras, exerceram cargos públicos ou estiveram à frente de instituições privadas que marcaram época nessa política de salvaguarda; outras delas, por sua vez, simplesmente viveram suas vidas participando ativamente da trajetória das

comunidades tradicionais de Machadinho e da vila operária do Engenho Central. É óbvio que não se tem a pretensão, com esse grupo de escolhidos para serem entrevistados, de se dar conta da política de salvaguarda quissamaense como um todo, mas pelo menos de ter à disposição uma amostra significativa da diversidade de pessoas envolvidas nessa mesma política. Considerando tudo isso, eis um breve perfil dos entrevistados:

Alexandra Moreira Carvalho Gomes, 43 anos, é advogada e vereadora da Câmara Municipal de Quissamã. Durante a gestão de Armando Carneiro, assumiu a recém criada Coordenadoria de Cultura e Lazer da PMQ em 2005, quando então se decidiu instalar equipamentos culturais – Museu Casa de Quissamã, Centro Cultural Sobradinho e complexo de Machadinho – de acordo com uma perspectiva de desenvolvimento do turismo histórico e cultural de Quissamã. Em 2007, Alexandra esteve à frente da Fundação Cultural de Quissamã, com o objetivo de captar recursos e gerir os equipamentos culturais com maior autonomia; a Fundação firmou convênios com o Governo do Estado RJ para restaurar o coreto da praça Brigadeiro José Caetano Barcellos Coutinho e com o IPHAN para igualmente restaurar a estação ferroviária de Conde de Araruama. Entrevista realizada na Câmara Municipal de Quissamã, no dia 16 de março de 2017, às 14:30h.

Armando Cunha Carneiro da Silva, 59 anos, fazendeiro e engenheiro agrônomo. Ex Prefeito de Quissamã, entre 2005 e 2012. Atuou também como secretário municipal das seguintes pastas: Agricultura (1991 a 1997), Meio Ambiente (1998 a 2000) e Governo (2001 a 2004). Foi durante sua gestão à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã que foram realizadas ações de salvaguarda como o restauro e a inauguração do Museu Casa de Quissamã e do Centro Cultural Sobradinho, o restauro do complexo de Machadinho, a inauguração do Memorial e da Casa de Artes de Machadinho, a criação da Fundação Municipal de Cultura, a expedição destinada à província angolana de Kíssama e o lançamento de diversas publicações que reafirmaram a concepção tradicional de história de Quissamã. Entrevista realizada na Câmara Municipal de Quissamã, no dia 16 de março de 2017, às 16h.

Arnaldo Gonçalves da Silva de Queiróz Mattoso, 65 anos, economista, atual Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Quissamã. Nascido em Quissamã, trabalhou no mercado financeiro e na FUNARTE, na cidade do Rio de Janeiro. Foi o coordenador técnico local do Projeto IPHAN / Fundação Pro Memória, responsável pelo mapeamento pioneiro do patrimônio histórico e cultural de Quissamã, durante os anos 1980. Ex Prefeito de Quissamã, entre 1993 e 1996. Foi Secretário de Educação Municipal em duas ocasiões (1990-1992) (2009-2012). Junto ao Governo do Estado RJ, presidiu o Departamento de Recursos Minerais, o IPEM e a Agenda 21. Entrevista realizada na Prefeitura Municipal de Quissamã, no dia 17 de março de 2017, às 11h.

Carlos Roberto Soares Adão, 58 anos, reside há cerca de 20 anos na vila operária do Engenho Central de Quissamã. Trabalhou no Engenho por cerca de 13 anos: de 1989 a 1997 e, posteriormente, de 1999 a 2013. Exerceu as seguintes funções: eletricitista, operador de gerador, mecânico de turbina a vapor. Dois irmãos seus também trabalharam na velha Usina: um deles, Salvador, foi chefe de moenda e outro, Antônio, também atuou como eletricitista. Tímido do jeito de ser e lacônico na fala, Seu Carlinhos quase não deixa que se perceba como ele é um verdadeiro entusiasta da memória coletiva do Engenho Central de Quissamã, a ponto de ter sido indispensável a sua participação tanto para a realização da cerimônia de encerramento da caravana **O Gancho** na vila operária do Engenho, em 2015, quanto para a realização de entrevistas com moradores dessa mesma vila, quando então serviu de interlocutor com os demais entrevistados e cedeu a varanda de sua própria casa para a realização das entrevistas. Atualmente, ele exerce a função de auxiliar de serviços gerais no *campus* Quissamã do IFFluminense. Entrevista realizada na sua própria residência, na vila operária do Engenho Central, no dia 8 de fevereiro de 2017, às 20:30h.

Dalma dos Santos, não divulgou idade, aparenta estar na faixa dos 40 anos, diretora do Memorial de Machadinha. Bisneta de Vovô Venturino, que foi administrador da Fazenda Machadinha; também bisneta de Dona Terê, que foi escrava da casa grande da mesma fazenda e ama de leite dos filhos do Visconde de Ururáí; neta de Caseique, músico consagrado da centenária Banda Musical União

Quissamaense. Realizou um sonho de infância e superou dificuldades financeiras e preconceitos quando trabalhou como professora na Escola Municipal Felizarda Maria Conceição de Azevedo, localizada em Machadinho, de 2005 a 2014. Neta de jongueiro e músico, filha de cortador de cana e também músico, Dalma traz consigo de herança familiar uma forte tendência para lidar com ações culturais. Quando ainda lecionava na escola de Ensino Fundamental, colocou em prática trabalhos de salvaguarda do fado e do jongo com crianças; já à frente do Memorial, deu continuidade a essas ações de salvaguarda e implementou outra, no caso a contação de histórias vinculadas à memória coletiva dos moradores de Machadinho. No caso dos projetos de transmissão geracional do jongo e do fado, conta com o apoio de Leandro Firmino. Assim como acontece com Wagner, presidente da ARQUIMA, Dalma tem representado a comunidade quilombola em diversos eventos externos, notadamente em instituições de ensino e pesquisa localizadas dentro e fora do município de Quissamã. Fiel da Igreja Missão Evangélica, ela chama atenção por desvincular sua profissão de fé da sua atuação à frente do Memorial, onde se dedica a salvaguardar manifestações culturais que tradicionalmente tem sido associadas a religiões de matriz africana. Entrevista realizada no Memorial da comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinho, no dia 29 de dezembro de 2016, às 16h.

Erotildes Azevedo, 93 anos, conhecido como **Seu Tide**. Nascido e criado em Machadinho, trabalhou “muita raça de anos”, como ele próprio costuma dizer, no casarão da antiga fazenda, na época em que o proprietário era Luis de Queirós Mattoso e também durante o período em que a Companhia Engenho Central de Quissamã esteve à frente daquela propriedade fundiária. Dentro da casa grande, ele fazia a limpeza dos cômodos, também levava recados e fazia compras para os seus patrões; nos tempos da Usina, fazia a distribuição das refeições para os trabalhadores da lavoura. Seu Tide, que também é descendente direto de ex-escravos da fazenda, costuma ser requisitado como depoente por pesquisadores e jornalistas, tanto para falar sobre as memórias de seus ascendentes acerca da escravidão, quanto para relatar sua vivência com as manifestações culturais locais de Machadinho. Exímio contador de histórias, ele inspirou a personagem ficcional Tidinho, um dos protagonistas do livro ***Tidinho: o menino contador de histórias***,

uma outra versão da história de Quissamã (FERNANDES e CORDEIRO, 2008). Entrevista realizada no Memorial da comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinha, no dia 26 de abril de 2017, às 16h.

Flávio Cunha Cavour Pereira de Almeida, não divulgou idade, aparentemente está na faixa dos 60 anos, contador e empresário. Memorialista diletante, compartilha com Arnaldo Mattoso de uma visão crítica acerca da política de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural do município de Quissamã. Descendente direto de João José Carneiro da Silva, Barão de Monte de Cedro, articulador do processo de criação do Engenho Central de Quissamã e reputado como intelectual do clã Carneiro da Silva. Memorialista e um dos herdeiros da Chácara de São João, antiga residência urbana do Barão. Entrevista realizada no *campus* do IFFluminense, no dia 29 de março de 2017, às 19h.

Gonzales Gomes de Paula, 76 anos. Morou primeiramente na Fazenda Machadinha, onde chegou em 1970; depois, residiu na vila operária do Carmo, ambas vinculadas ao Engenho Central de Quissamã; há cerca de 20 anos, mudou-se para a vila do Engenho, onde reside até hoje. Exerceu, durante 42 anos, a função de apontador nas fazendas que pertenciam à Companhia Engenho Central, entre 1970 e 2002. Fazia o controle de ponto dos trabalhadores dessas propriedades rurais, em sua maioria plantadores e cortadores de cana de açúcar. Entrevista realizada na residência de Seu Carlinhos, na vila operária do Engenho Central, no dia 8 de fevereiro de 2017, às 19:50h.

Haroldo Cunha Carneiro da Silva, não divulgou idade, aparentemente está na faixa dos 50 anos, empresário e engenheiro agrônomo. Nascido e criado em Quissamã, afirma ter uma “relação muito forte” com a história de sua cidade natal, o que se confirma com sua predisposição para conversar por diversas vezes e em diferentes ocasiões sobre o tema, bem como intermediar contatos com memorialistas e disponibilizar documentação sobre essa mesma história local. Sobrinho do ex Prefeito Octávio Carneiro e irmão do também ex Prefeito Armando Carneiro, Haroldo teve participação destacada nas gestões de ambos à frente da PMQ: atuou como Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, entre 2001

e 2012. Foi um dos principais articuladores da política de desenvolvimento local a partir de três eixos econômicos: agricultura com diversificação da produção e beneficiamento de produtos; turismo histórico e ambiental; petróleo. Empresário da agroindústria, foi pioneiro no plantio de abacaxi e coco anão verde no município de Quissamã; é proprietário do Engenho São Miguel e produtor de cachaça e cerveja artesanal. Entrevista realizada no *campus* Quissamã do IFFluminense, no dia 13 de março de 2017, às 19:30h.

Helianna Barcellos de Oliveira, 82 anos, idealizadora e líder do ECJCB – Espaço Cultural José Carlos de Barcellos – e do projeto em *home page* intitulado **Quissamã Memória Viva**. Autora do livro **Mascate de Sonhos: memórias de uma quissamaense** (2011). Nasceu e viveu sua infância na vila operária do Carmo, ligada ao Engenho Central de Quissamã. É reconhecida como pioneira no desenvolvimento de ações de salvaguarda no município de Quissamã, para onde retornou nos anos 1980, depois de viver décadas na cidade de Niterói. Dona Leninha administra um rico acervo de história local, que inclui desde trabalhos desenvolvidos por ela mesma – gravações de depoimentos com centenas de quissamaenses, muitos deles já falecidos, pinturas em porcelana de paisagens locais de Quissamã, bonecas de pano que representam personagens populares do município, mapas afetivos das vilas operárias do Engenho e do Carmo – até objetos diversos como documentos públicos e privados, títulos nobiliárquicos originais, publicações, instrumentos musicais e de trabalho, dissertações, teses, etc. Ela se autodefine como “uma apaixonada sem paixões”, expressão paradoxal que sintetiza seu amor declarado pela cidade onde nasceu – no caso, Quissamã – mas simultaneamente sua postura incisiva e crítica acerca de questões que envolvem, acima de tudo, a política pública de salvaguarda que veio se consagrando em Quissamã nas últimas décadas. Entrevista realizada no ECJCB, localizado na Estrada do Correio Imperial, em Quissamã, no dia 8 de março de 2017, às 16h.

Ivanir dos Santos Coutinho, 67 anos, morador da vila operária do Engenho Central desde agosto de 1994. Trabalhou no Setor de Pessoal ou Recursos Humanos da Companhia Engenho Central de Quissamã entre 1994 e 2003. Não constituiu família na vila do Engenho, já veio de Campos dos Goytacazes para Quissamã casado.

Vive atualmente com a esposa e o casal não teve filhos. Senhor Ivanir sempre exerceu suas funções profissionais em usinas de cana de açúcar e diz que pretende encerrar sua trajetória de vida na vila operária do Engenho Central de Quissamã. Entrevista realizada na residência de Seu Carlinhos, no dia 22 de fevereiro de 2017, às 19:30h.

Leandro Nunes Firmino, 36 anos, trabalha como auxiliar administrativo há 17 anos. Nasceu e ainda reside em Machadinho. Conviveu de perto com guardiões da tradição local, que Leandro trata como mestres: os já falecidos seu Sissi e dona Cheiro, bem como seu Gilson e dona Preta. Atualmente, é o mestre do tambor do grupo de jongo Tambores de Machadinho e ajuda Dalma dos Santos em duas ações específicas de transmissão intergeracional: os grupos mirins de jongo e fado. É o irmão mais velho do presidente da ARQUIMA, Wagner Firmino. Destaca-se pela alegria e pela espontaneidade; costuma ter arroubos verbais durante as apresentações do grupo de jongo ou em eventos dos quais participa, quase sempre dizendo aquilo que aparentemente precisa ser dito, mas que geralmente é travado por conta da formalidade dos depoimentos. Entrevista realizada no Memorial da comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinho, no dia 8 de fevereiro de 2017, às 16h.

Maria da Natividade Rodrigues da Conceição, não divulgou idade, aparentemente está na faixa dos 70 anos, conhecida como **Dona Preta**. Nascida e criada no Sítio Santa Luzia, um dos cinco povoados que compõem a comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinho. Uma das guardiãs da tradição ainda viva em Machadinho, dona Preta trabalhou muitos anos na lavoura de cana de açúcar; junto com sua comadre Gersa Azevedo Patrocínio, participou do projeto **Raízes do Sabor**, iniciativa que resgatou a culinária quilombola de Machadinho; atuou também como cozinheira no restaurante da Casa de Artes, enquanto o mesmo funcionou sob a gestão da PMQ. Entrevista realizada na comunidade de Santa Luzia, em 26 de abril de 2017, às 17h.

Maria Thereza Queirós de Almeida Cunha, não divulgou idade, aparentemente está na faixa dos 80 anos, conhecida como **Dona Tetê**. Uma das matriarcas da

família Carneiro da Silva. Fundadora da AMAP, Associação Mato de Pipa, que tem como objetivo preservar e divulgar a história da Casa Mato de Pipa. A casa da fazenda Mato de Pipa, erguida entre 1777 e 1782, é reconhecida por FREYRE (2006) como uma das construções mais antigas da Baixada Campista; CALVENTE (2001) a denomina como *casa mater* por entender que suas linhas arquitetônicas de caráter bandeirista serviram de matriz para a construção de diversas sedes de fazenda quissamaenses, notadamente as que pertenceram ao tronco familiar dos Carneiro da Silva; a política pública de salvaguarda do município de Quissamã tem na Casa Mato de Pipa um ponto de referência para sua versão de história oficial. Entrevista realizada no *campus* do IFFluminense, no dia 29 de março de 2017, às 19h.

Mariza de Magalhães Pinto Carneiro da Silva, não divulgou idade, aparentemente está na faixa dos 40 anos. Esposa de Haroldo Carneiro e coordenadora cultural da AMAP – Associação Mato de Pipa, que se encarrega de salvaguardar a história da Casa Mato de Pipa. Tem desenvolvido trabalhos para disseminar a história local de Quissamã sob o ponto de vista dos descendentes do Visconde de Araruama. Demonstra preocupação com a dificuldade de transmitir intergeracionalmente essa mesma história, inclusive junto às gerações mais novas da família Carneiro da Silva. Entrevista realizada no *campus* do IFFluminense, no dia 29 de março de 2017, às 19h.

Paulo César Cunha Carneiro da Silva, não divulgou idade, aparentemente está na faixa dos 50 anos, engenheiro. Participou, como engenheiro, da execução das obras de restauro de equipamentos culturais do município de Quissamã, como o Museu Casa de Quissamã, o Centro Cultural Sobradinho e o complexo de Machadinho. Memorialista diletante, é um dos disseminadores da história dos descendentes do Visconde de Araruama. Entrevista realizada no *campus* do IFFluminense, no dia 29 de março de 2017, às 19h.

Wagner Nunes Firmino, 23 anos, presidente da ARQUIMA, solteiro e sem filhos. Nascido e criado na comunidade de Machadinho, até hoje reside numa das antigas senzalas. Graduado em Gestão Ambiental. É um dos membros e coordenadores do

grupo de jongo Tambores de Machadinha, irmão do mestre de tambor do mesmo grupo, Leandro Firmino. É uma espécie de porta-voz da nova geração de Machadinha; à frente da ARQUIMA, fala em nome da comunidade quilombola como um todo. Apesar de muito jovem, chama atenção pelo misto de firmeza e serenidade com que costuma tratar de questões polêmicas que envolvem a comunidade quilombola; diante disso, é inevitável dizer que demonstra uma maturidade precoce, provavelmente maturada no enfrentamento de problemas cotidianos e no embate constante que parece travar dentro e fora de Machadinha. Entrevista realizada na sede do NEA-BC, ao lado da Praça Brigadeiro José Caetano Barcellos Coutinho, no centro de Quissamã, no dia 9 de março de 2017, às 9h.

Além dessas pessoas que foram entrevistadas direta e formalmente pelo pesquisador, ainda existem outros cujos depoimentos foram tomados de empréstimo do documentário **O Gancho** (2013), um produto audiovisual de autoria coletiva que teve a participação direta do pesquisador em sua realização. Como esse documentário trata exatamente da memória afetiva que o Engenho Central de Quissamã ainda suscita entre os quissamaenses, especialmente junto a alguns de seus antigos trabalhadores, os cinco depoimentos coletados como lembranças durante a produção do mesmo serviram de base para a obtenção de informações acerca do tempo em que a velha Usina ainda funcionava. Nesse caso, além de Dona Helianna Barcellos, os depoentes foram os seguintes:

Carmélio de Almeida, não divulgou idade, aparentemente está na faixa dos 60 anos, atualmente frentista de posto de gasolina e ex operário do parque industrial do Engenho Central de Quissamã. Recebeu a equipe do documentário na varanda de sua casa. Saudoso do tempo em que trabalhava na Usina, considera que viveu uma vida no Engenho. De todos os entrevistados de **O Gancho**, foi o que menos compareceu aos eventos comemorativos da chamada pós produção: não pode ir lançamento do audiovisual, não teve como comparecer à sessão de homenagem aos depoentes, onde se fez representar por um neto, sempre alegando que sua rotina de trabalho ainda hoje lhe toma o tempo em que podia fruir a vida que foi quase toda construída no Engenho.

Ézio dos Santos, sitiante. Não divulgou idade, aparentemente está na faixa dos 70 anos. Trabalhou no corte e no transporte de cana de açúcar para o Engenho Central de Quissamã. Seu depoimento foi marcado por um misto de nostalgia e decepção com o fechamento da velha Usina. O pesquisador teve oportunidade de conversar informalmente com ele em pelo menos duas ocasiões: em sua casa, quando foi lhe entregar um convite da cerimônia de homenagem aos depoentes de **O Gancho** e durante a própria cerimônia. Em ambas, o assunto predominante foi o Engenho Central. Teve uma neta participando diretamente da produção do documentário e recebeu-a, junto com o restante da equipe, na sala de estar de sua casa.

Margarida da Silva, aposentada. Hoje com mais de 90 anos, foi supervisora de estoque da Companhia Engenho Central de Quissamã. Muito simpática e falante, recebeu o pesquisador nas mesmas duas ocasiões em que o Senhor Ézio o recebera: durante a entrega do convite e na cerimônia de homenagem aos depoentes. Em seu depoimento, Dona Margarida falou tanto das flores do jardim da velha Usina, quanto da dedicação que a empresa lhe exigia e que lhe privava de prazeres mínimos da vida, toda vez que havia desembarque de cana ou embarque de açúcar. Em conversas informais, mostrou-se uma agradável sonhadora, especialmente quando confessou que seu sonho de infância era ser aviadora.

Roberto Luiz, antigo supervisor do parque industrial do Engenho Central. Não divulgou idade, aparentemente está na faixa dos 60 anos. Dinâmico, ainda hoje, anda de motocicleta pelas ruas de Quissamã. No documentário **O Gancho**, seu depoimento chama atenção tanto por causa do aparelho fonador que usa e que faz sua voz parecer metalizada, quanto pelo modo direto com que afirma não sentir saudades do tempo em que trabalhou no Engenho, contrariando assim o espírito nostálgico de todos os outros depoentes. Pontuada dessa maneira, a fala de Roberto, ainda que passe por um breve momento de choro, é predominantemente incisiva e serve como um contraponto aos arroubos emotivos que normalmente acometem as pessoas em situações de rememoração; do ponto de vista da análise, ela possibilita ao pesquisador colocar sempre um ponto de interrogação diante do envolvimento emocional que geralmente toma conta das pessoas – inclusive dele próprio – quando se trata de vivenciar eventos de memória coletiva.

Paralelamente às entrevistas feitas de forma semiestruturada, também foram ~~e~~ sendo realizadas conversas informais com os próprios entrevistados e com outras pessoas cujos perfis se amoldam ao que é de interesse de ***O Passado que se faz Presente***. Do ponto de vista metodológico, essas conversas informais não podem e nem devem ser desprezadas como instrumentos de coleta de dados que, em síntese, fazem parte do processo de observação direta e continuada que vem sendo desenvolvido pelo pesquisador em Quissamã.

Essas tais conversas informais, aqui entendidas como suportes para outros instrumentos de obtenção de dados, esses sim já consagrados – caso da observação direta e das entrevistas – foram realizadas com diferentes pessoas: desde alguns dos entrevistados que mantém uma relação de maior proximidade com o pesquisador até indivíduos que, mesmo não tendo sido entrevistados, ou estiveram presentes em eventos de salvaguarda que entraram no rol do texto analítico, ou que compartilharam com o pesquisador de momentos cruciais do processo de construção da tese. Nesse último caso, foram essenciais as colaborações de companheiros de trabalho como André Luiz dos Santos Silva, Renato Sobral Barcellos e Ronaldo Só Moutinho. Cada um ao seu modo, eles participaram da rotina de pesquisa e análise de *O Passado que se faz Presente*: André e Ronaldo realizaram ações de extensão em Machadinho e, com base numa longa trajetória de engajamento em políticas afirmativas para afrodescendentes, foram fundamentais na superação de barreiras invisíveis que impediam o acesso mais efetivo do pesquisador à comunidade quilombola e também desempenharam o papel de argutos observadores acerca de acontecimentos em que ainda se sente a presença difusa da escravidão num território como o de Quissamã; Renato acompanhou sempre de perto o processo de construção tanto das ações de extensão que inseriram o pesquisador na política local de salvaguarda, quanto das ações de pesquisa propriamente ditas, isso desde a chegada do pesquisador a Quissamã, chamando atenção para evidências das marcas do passado nas relações interpessoais que vivenciávamos juntos naquele lugar.

2. Ações de Salvaguarda e Situações Sociais em Machadinha

O evento que inaugura o texto deste capítulo, ocorrido num sábado de julho de 2016, é recente quando comparado a outros que o seguem na narrativa e mais recente ainda quando se considera que ações de salvaguarda vem sendo desenvolvidas naquele mesmo lugar – no caso, o Memorial de Machadinha – desde 2008, ano de inauguração do Memorial. Essa sua pequena longevidade, entretanto, não o impede de ser significativo e, em certa medida, até surpreendente para quem vem acompanhando a trajetória de Machadinha nos últimos tempos. O evento em si é bem simples e encontra-se diluído na programação extensa do II Encontro de Saberes Locais do Quilombo da Fazenda Machadinha: trata-se da inauguração de uma exposição de fotos e objetos de uso cotidiano dos próprios moradores locais. Mas é exatamente em tal simplicidade – que, aliás, combina com a vida simples daquela gente – que reside a força da situação social que se desenrola antes e depois do evento.

SITUAÇÃO SOCIAL1:

II Encontro de Saberes Locais do Quilombo da Fazenda Machadinha

Data: **09/07/2016**

Local: **Memorial de Machadinha**

Hora: **18:00h**

Ação desenvolvida: **Inauguração da Exposição Machadinha Memória Viva**

Atores envolvidos: **Moradores de Machadinha e convidados**

Como já foi dito, a inauguração esteve inserida numa programação maior que, em conjunto, era parte integrante da segunda edição do encontro de saberes locais, evento promovido pela equipe do projeto Territórios Criativos, vinculada à Universidade Federal Fluminense. Ao longo do sábado, as ações foram se sucedendo da seguinte maneira: pela manhã, aconteceram o Café da Resistência, a Feira Orgânica, o Cortejo do Boi Vlade e a roda de conversa “Seus Saberes, Meus

Saberes, Nossos Saberes”; a tarde iniciou-se com uma feijoada tradicional, acompanhada da Mesa Redonda dos Resultados do Projeto “Territórios Criativos”; à noite, a cerimônia de inauguração foi sucedida pela exibição de um documentário sobre a comunidade, pelo lançamento do livro ***Flores da Senzala***, assinado por Dalma dos Santos, pelo lançamento de um grupo infantil de fado e do Jongo Tambores de Machadinha.

O encontro como um todo funcionou como síntese, num só dia, do conjunto de ações que não apenas o projeto da Universidade Federal Fluminense tem desenvolvido em Machadinha, mas trouxe consigo resultados diretos e indiretos da atuação de outras instituições de ensino, ONGs, pesquisadores e extensionistas individuais, empresas, órgãos de imprensa e acima de tudo a Prefeitura Municipal de Quissamã. O pequeno público presente, estimado em pouco mais de 50 pessoas circulando pelo complexo de Machadinha ao longo do sábado de julho, acabou não sendo o merecido para conferir o devido valor ao rol de atividades que faz o lugar e sua gente merecerem a aplicação do conceito de neocomunidade.

De acordo com LIFSCHITZ (2011), que inclusive promoveu ações de pesquisa em Machadinha e diversas outras comunidades quilombolas da Baixada Campista, o conceito se aplica à dinâmica social em que as relações entre as pessoas da comunidade e os agentes externos acontecem num mesmo espaço de interação. O sábado de julho concentrou não só os mais diversos agentes num mesmo lugar, mas dispôs numa sequência lógica e facilmente compreensível diferentes ações que podem ser entendidas como repositórios das sínteses interrelacionais dos moradores de Machadinha com agentes externos, que vão dos extensionistas e pesquisadores do projeto Territórios Criativos aos diferentes representantes da Prefeitura Municipal de Quissamã que, ao longo dos últimos 25 anos – desde a emancipação do município de Quissamã, em 1989 – tem se mostrado frequentes naquela localidade.

Trata-se de um fenômeno singular, em que “agentes modernos” desenvolvem projetos voltados para a reconstrução de saberes e práticas tradicionais, que acontecem no próprio espaço da comunidade. Participam da recreação de identidades culturais no contexto das próprias comunidades.
(LIFSCHITZ, 2011, p. 29/30)

O fenômeno singular a que LIFSCHITZ (2011) se refere certamente ocorreu naquele sábado, como aliás tem acontecido com frequência em Machadinho, que já foi objeto de diversos projetos de pesquisa que resultaram em dissertações e teses ¹, como também de ações de perfil extensionista ² e acima de tudo atividades governamentais que ou tiveram a Prefeitura Municipal de Quissamã como protagonista, ou como parceira ³. No que se refere especificamente ao 9 de julho, cada um dos seus acontecimentos trouxe consigo uma especificidade que ajuda a

1Dentre teses e dissertações acerca de Machadinho apresentadas em programas de Pós Graduação de universidades fluminenses, na última década, podem ser citadas as seguintes em ordem cronológica crescente:

Ricardo Melo defendeu em 2006 uma dissertação de Mestrado em Música na UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), tendo o jongo de Machadinho como ponto focal para discutir a questão da tradição musical em Quissamã; dez anos depois, Ricardo está de volta a Machadinho, praticando observação participante para a confecção de uma Tese de Doutorado em Antropologia. Juliana Barreto estudou o papel desempenhado por mediadores na construção da identidade étnica de duas comunidades quilombolas do interior fluminense, sendo uma delas a de Machadinho; no desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa, defendido junto ao Programa de Sociologia Política da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro), Juliana manteve uma parceria com Javier Lifschitz, colaborando no aperfeiçoamento do conceito de neocomunidade que é caro a *O Passado que se faz Presente*. Heliana Alves defendeu recentemente, em 2016, sua Tese de Doutorado em Psicossociologia na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), na qual abordou a conexão entre jongo e memória dentro da comunidade de Machadinho. Outro que defendeu também em 2016, nesse caso uma dissertação de Mestrado no Programa de Sociologia Política da UENF, foi Alan Poubel, que pesquisou sobre a luta da comunidade de Machadinho pelo reconhecimento e pela titulação da propriedade fundiária.

Cabe ressaltar que outros trabalhos de pesquisa já foram ou tem sido desenvolvidos a partir de questões que envolvem a comunidade quilombola de Machadinho. Também outras dissertações e teses já foram defendidas acerca de temas focados na comunidade. Entretanto, são esses três já citados os trabalhos que mais tem contribuído para a composição da análise das ações de salvaguarda em Machadinho.

2Além do projeto Territórios Criativos, desenvolvido por servidores e alunos da Universidade Federal Fluminense e cujo Encontro de Saberes Locais é aqui encarado como elemento potencializador de uma situação social marcada por interações conflitivas, existem outras ações pontuais sendo desenvolvidas junto aos moradores da comunidade de Machadinho. O Centro de Memória e o NEABI (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas) do *campus* Quissamã do Instituto Federal Fluminense, por exemplo, tem atuado com certa regularidade na comunidade, seja oferecendo suporte técnico para a instalação de internet no

compreender a dinâmica própria de uma neocomunidade. Logo de manhã, o substantivo Resistência veio acompanhando o café de recepção aos convidados, como se anunciasse o sentido do que está sendo feito naquele lugar e, em consequência, do que estava por vir na programação do dia: existe uma notória preocupação, por um lado, em salvaguardar costumes de uma comunidade cuja origem remonta, numa perspectiva não muito ousada, aos tempos da escravidão; por outro lado, há uma predisposição no sentido de potencializar a luta por direitos individuais ou coletivos que possibilitem a inserção de pessoas da comunidade na mesma sociedade dita moderna que coloca em risco os seus costumes antigos. De um lado, ou de outro, a palavra resistência faz sentido: ou porque se procura garantir a sobrevivência de manifestações culturais de outrora diante dos avanços da modernidade, ou porque se pretende garantir o acesso a direitos que vão da propriedade da terra a oportunidades de trabalho e educação para pessoas que geralmente são alijadas de tudo isso. E no caso de Machadinho, uma comunidade constituída em sua maioria por descendentes de escravos de uma fazenda monocultora de cana de açúcar, tanto essa situação de marginalidade, quanto a luta propriamente dita por direitos básicos – caberia dizer distribuição de água potável, transporte público de qualidade e coleta de lixo – parecem questões enraizadas no passado, no presente e no futuro das pessoas.

O café dos resistentes – o qualitativo tende a ser aplicado tanto aos moradores da comunidade que hoje se organizam a partir de uma associação de remanescentes de quilombo, quanto aos agentes externos que insistem em levar seus projetos e ações a Machadinho – foi acompanhado por uma feirinha de produtos orgânicos. Deve ser considerado que uma ação pontual direcionada para esse tipo de produto, além de reforçar o vínculo da comunidade com a terra e

Memorial, seja organizando visitas técnicas, intermediando cursos de capacitação em produção de alimentos ou participando de fóruns de debate sobre questões coletivas como a implementação da educação quilombola na escola pública local.

3A Prefeitura Municipal de Quissamã tem marcado sua presença na comunidade de diferentes maneiras, principalmente depois de 2002, quando, sob a gestão do Prefeito Octávio Carneiro, foi adquirida a sede da Fazenda Machadinho. Já em 2009, durante o Governo de Armando Carneiro da Silva, foram concluídas as obras de reforma do Complexo de Machadinho e aconteceu a inauguração do Memorial e da Casa de Artes, dois lugares que passaram a concentrar ações de salvaguarda promovidas diretamente pela Prefeitura ou em parceria com outras instituições públicas (INEPAC, IPHAN, universidades) ou privadas.

estimular hábitos saudáveis de cultivo e consumo de produtos primários, abre perspectivas de desenvolvimento sustentável para a mesma, especialmente quando se considera que o mercado de orgânicos no país – segundo dados da APEX (Agência de Promoção às Exportações e Investimentos) – vem num ritmo de crescimento de mais de 25% ao ano desde 2014. É claro que a produção de orgânicos em Machadinho – disseminada pelos cinco povoados que atualmente fazem parte da comunidade quilombola – ainda é modesta, encontra-se direcionada para consumo dos próprios moradores e carece de maior investimento para atingir um mercado amplificado, mas experiências bem sucedidas em assentamentos rurais indicam a forte potencialidade desse tipo de produção para o desenvolvimento da renda familiar e da economia sustentável em comunidades consideradas tradicionais.⁴

Na sequência da programação, ocorreu um cortejo de boi, neste caso o do Boi Vlade, que celebrou uma das manifestações culturais mais expressivas de comunidades rurais que, em algum momento de suas histórias que na maioria das vezes ultrapassam o tempo de um século, desenvolveram a criação de gado. Já a Mesa intitulada “Seus Saberes, Meus Saberes, Nossos Saberes” demarcou o terreno da troca de experiências que, ultimamente, tem pontuado as realizações de diversos projetos de extensão e até mesmo de pesquisa em comunidades, como é o caso do próprio projeto “Territórios Criativos”. Essa relação dialógica, que coloca, lado a lado, as chamadas sabenças construídas a partir das experiências de vida e concepções teórico-metodológicas oriundas do meio acadêmico, tem se caracterizado pela elaboração de conhecimentos e práticas em dois universos aparentemente antagônicos, mas que tem demonstrado pontos de confluência que, a propósito, caracterizam a dinâmica das neocomunidades, onde “identidade e diferença se inscrevem no mesmo espaço de interação, constituindo uma modalidade de contato intercultural” (LIFSCHITZ, 2011, p. 39).

⁴Segundo o site <http://www.mda.gov.br/planapo>, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), conhecido como Brasil Agroecológico, desenvolvido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, órgão da Casa Civil do Governo Federal, mobilizou um investimento de cerca de 2,9 bilhões de reais entre 2013 e 2015. Dentre os seus objetivos, encontra-se o seguinte: garantir acesso à terra e territórios como forma de promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária.

Ainda a propósito dessa confluência de diversidades num mesmo espaço, cabe ressaltar a possibilidade de acontecer o encontro de diferentes temporalidades, especialmente do passado com o presente, ou do antigo com o moderno. O passado se fez presente naquele sábado de julho personificado em guardiões de tradição da comunidade como Seu Tide e Mãe Preta, que em outras ocasiões foram eloquentes ⁵ mas, naquele dia, estiveram calados, ou por conta da idade avançada que inibe a fala, da experiência de vida que deixa a voz de sobreaviso para momentos especiais, ou porque uma nova geração de moradores, dentre os quais se destacam aqueles que fazem parte da diretoria da ARQUIMA (Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinho), está tomando para si e diante dos agentes externos a palavra sobre a comunidade ⁶.

Esse processo de transição intergeracional, que vem ocorrendo na comunidade e trazendo consigo outras perspectivas - que incluem talvez uma maior

⁵Ereotides de Azevedo, conhecido como Seu Tide e Mãe Preta tem sido depoentes preferenciais, tanto em trabalhos de pesquisa, quanto em documentários e reportagens produzidos sobre Machadinho. Ambos são descendentes de escravos da antiga fazenda e seus relatos, juntamente com os de outros moradores idosos da comunidade – boa parte deles já falecidos – tem servido de referência para compor algumas das versões mais conhecidas da memória coletiva da comunidade quilombola. No caso específico de Seu Tide, ele e algumas de suas histórias inspiraram a criação de Tidinho, personagem de ficção que, nos últimos oito anos, desde a publicação do livro *Tidinho, o menino contador de histórias: uma outra versão da história de Quissamã* (2008), de Raquel Fernandes e Wellington Carvalho, tem povoado o imaginário das novas gerações de quissamaenses, através de trabalhos pedagógicos desenvolvidos nas escolas de Ensino Fundamental do município de Quissamã.

⁶Em 4 de novembro de 2015, ocorreu a cerimônia de fundação e posse da ARQUIMA (Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinho), na Casa de Artes do Complexo de Machadinho. O evento, que contou com a presença de autoridades municipais e representantes de instituições de ensino e pesquisa, oficializou o papel que uma nova geração de moradores da comunidade vem desempenhando junto a seus conterrâneos e agentes externos. A composição da Diretoria da ARQUIMA é uma clara demonstração disso, sendo composta da seguinte maneira: Presidente Wagner Nunes Firmino; Vice-presidente, Maria Elena da Silva; 1ª Secretária, Jovana de Azevedo; 2ª Secretário, Jaques Rodrigues; 1º Tesoureiro, Jaqueline Silva; 2º Tesoureiro, Dionéia da Hora e no Conselho Fiscal, Aline Inácio, Natalice Ferreira e Fabiana de Souza. Em sua maioria, são adultos jovens que tem se destacado dentro e fora da comunidade, tomando a dianteira em ações as mais diversas: da intermediação de contato com os demais moradores de Machadinho à tomada de decisões em relação a parcerias firmadas com instituições externas.

predisposição das pessoas, em particular das mais jovens, sendo algumas delas frequentadoras de instituições de ensino e pesquisa, para um embate mais acirrado com gestores públicos e outros agentes externos, compartilhando com esses por vezes de um linguajar versado em questões teóricas, metodológicas ou providencialmente jurídicas - faz lembrar o que escreve GIDDENS (1997) acerca das mudanças que acontecem com o papel desempenhado pelos guardiões de tradição em comunidades que se caracterizam por serem permeáveis às influências da modernidade. O caso observado em Machadinho não se refere propriamente aos detentores de uma verdade formular que vem sendo silenciados por especialistas, mas sim a guardiões de tradição de uma velha geração que, aliás, quase sempre foram silenciosos ou silenciados em cerimônias públicas – onde são colocados mais para serem vistos do que ouvidos – e que agora tem sido gradativamente substituídos como porta vozes da comunidade por jovens, eles próprios agentes internos da comunidade. Seu Tide talvez seja o mais notório desses guardiões que outrora foram silenciosos por opção própria ou silenciados por inteiro ou em parte do que poderia dizer e não disse. Esse senhor nonagenário, reconhecido por sua capacidade de contar histórias da comunidade de Machadinho – ou as que ele próprio vivenciou, ou as que diz ter ouvido de seus antepassados – teve boa parte de suas narrativas negligenciada em sua especificidade ou ressignificada sem o devido cuidado com sua vinculação umbilical com Machadinho, isso por ocasião da publicação de ***Tidinho: o menino contador de histórias, uma outra versão da história de Quissamã*** (FERNANDES; CORDEIRO, 2008), obra que usa de licença poética para deslocar o guardião de seu território e de sua idade em vida, transformando-o num personagem ficcional que vive dentro do baobá da antiga sede da Fazenda Quissamã – atualmente, o Museu Casa de Quissamã – e que é nada mais do que um menino negro que contracena com uma jovem branca num idílico passeio pela história local de Quissamã ou, mais precisamente, por uma história edulcorada, sem os conflitos que habitualmente marcam o vivido. Esse mesmo senhor, que durante anos foi associado a uma personagem que conduz as pessoas – inclusive gerações de jovens quissamaenses que estudaram em escolas do município e que foram estimulados a ler o livro ***Tidinho*** – por essa versão pueril da história local hoje se senta calado nas cerimônias públicas de sua comunidade de origem, marcando com sua presença silente as memórias de um passado que não

necessariamente se confunde com tal puerilidade; o que se sabe é que, quando provocado, numa conversa informal ou mesmo numa entrevista, Seu Tide fala e muito – talvez não fale tanto quanto gostaria por conta da idade avançada que lhe afeta a potência de voz e o raciocínio – sobre tudo um pouco, trazendo à tona inclusive assuntos que por muito tempo ficaram emudecidos e que contradizem o idílico passeio protagonizado por seu *alter ego* ficcional, o menino Tidinho. Uma fala sua, obtida em entrevista e reproduzida em parte mais adiante, no texto desta tese, traz à tona o sofrimento que habitualmente está associado a relações escravistas ao se referir às marcas de chicote que se destacavam nas costas de sua bisavó, isso num lugar onde ainda ecoa a ideia – a propósito, igualmente presente no livro de FERNANDES; CORDEIRO (2008) – de que essas relações entre senhores e escravos eram pontuadas pela cordialidade.

Algo parecido pode ser dito acerca de dona Preta, uma velha moradora do Sítio Santa Luzia – um dos cinco povoados que reconhecidamente fazem parte da comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinho – cujas memórias comportam tanto pontos tradicionais do jongo, quanto receitas de pratos de uma culinária igualmente tradicional que tem sido associada aos tempos de senzala. Assim como Tide, ela também é presença constante, silente e reverenciada nos eventos de Machadinho. Os olhos enfraquecidos pela idade certamente não lhe permitem enxergar detalhes do que se passa no seu entorno, mas dona Preta – tão pequenina quanto Tide – parece um gigante para quem a conhece ou mesmo para quem só ouviu falar dela, dentro ou fora da comunidade. Parece que existe uma aura colocando Tide e Preta em posição de destaque e isso ficou visível no sábado, dia nove de julho. A cada um deles se aplica o que diz GIDDENS (1997, p. 100): “a tradição é impensável sem guardiões, porque estes têm um acesso privilegiado à verdade; a verdade não pode ser demonstrada, salvo na medida em que se manifesta nas interpretações e práticas dos guardiões”.

O antigo – que se faz presente e reverenciado com dona Preta e Seu Tide – ainda pode ser sentido na configuração arquitetônica das senzalas e das ruínas da casa grande, e também em hábitos como o de mulheres e homens que levam água para abastecer suas casas em latas equilibradas sobre as próprias cabeças; já o moderno comparece não apenas como teoria e método dos agentes externos ou na presença quase naturalizada de uma câmera de vídeo que registra o que acontece

em ocasiões especiais como a do sábado de julho, mas igualmente se insinua de modo incômodo com celulares que tocam ou são manipulados durante as ações do evento e ainda com os alto falantes de carros de frequentadores do bar do Armazém que insistem em tocar músicas da moda no mesmo momento em que se dança o jongo no terreiro.

De volta à programação, o almoço foi servido com uma feijoada, prato comumente associado a comunidades de matriz afrobrasileira: consome-se esse prato de feijões cozidos com miúdos de porco, às vezes acompanhado de couve refogada e rodela de laranja, em diversos lugares onde a presença dessa matriz étnica e cultural é direta – como no caso de Machadinho e dos restaurantes de Quissamã. Considerando essa onipresença da feijoada, entende-se que o almoço em Machadinho, tendo-a como atrativo principal, não poderia faltar. Mas, no sábado de julho, chamou atenção a baixa frequência de comensais na hora de servir a feijoada. Em comparação com outras ocasiões, inclusive o I Encontro de Saberes de Machadinho, realizado entre 22 e 23 de agosto de 2015, sabe-se que é exatamente no momento do almoço com feijoada que o número de presentes ao evento cresce consideravelmente. Em conversa informal, um dos gestores da Prefeitura Municipal de Quissamã, acostumado com a organização de eventos na comunidade, observou essa oscilação de frequência e atribuiu a mesma a duas variantes: primeiramente, a maioria dos quissamaenses não tem o costume de frequentar Machadinho e muito menos de participar de ações culturais ligadas à comunidade; em segundo lugar, essa mesma maioria só se sente atraída pela feijoada, especialmente quando ela é servida gratuitamente. O curioso é que, em julho de 2016, a feijoada era mesmo gratuita e, ao que parece, a estratégia de divulgação do evento – com cartazes afixados em lugares públicos de Quissamã, como a portaria do prédio da Prefeitura e o mural do Centro Cultural Sobradinho, e o uso de redes sociais – não foi diferente da empregada em outras ocasiões. Mesmo assim, a baixa frequência chamou atenção e o comentário do gestor municipal, especialmente no que se refere à falta de hábito dos quissamaenses, faz pensar se não reside aí um paradoxo: Machadinho, para pessoas que nunca ouviram falar de Quissamã, funciona como uma espécie de porta de entrada do município; enquanto isso, para os moradores de Quissamã, Machadinho parece bem mais distante do que realmente é. E essa distância não é propriamente geográfica, pois que apenas dez quilômetros separam

a comunidade da área urbana do município. Ainda que se considere o fato de não haver linha de transporte público regular entre a comunidade e Quissamã, o problema parece ser cultural. Isso pode ser percebido através de comentários velados tanto de moradores de Machadinho – um deles reclamou da ausência do pessoal de Quissamã e também do descaso da Prefeitura em relação ao abastecimento de água da comunidade, que é feito por carro pipa e por vezes sem regularidade, outro disse se sentir mal recebido quando vai a Quissamã – como de habitantes da área urbana de Quissamã – uma senhora provavelmente sexagenária e nascida na cidade disse que nunca botou os pés em Machadinho, alguns alunos da rede pública simplesmente desconhecem o nome e a importância da comunidade.

Esse distanciamento entre os de Quissamã e os de Machadinho – como se não fossem duas localidades inseridas num mesmo território, no caso o do município de Quissamã – tornou-se ainda mais visível por ocasião da Mesa Redonda dos Resultados do Projeto “Territórios Criativos”. E não apenas por conta das cadeiras vazias, mas também por causa de comentários pontuais feitos por pessoas que olhavam ao seu redor e pareciam não se conformar com o que não viam: “Cadê a gente desta terra?”; “Quase todo mundo que está aqui veio de fora”. E tais comentários, certamente destinados ao povo de Quissamã, também podiam ser direcionados para os moradores de Machadinho, à medida que também não era muito grande o número de pessoas da comunidade participando das ações do evento. Nesse caso específico, a presença constante em eventos realizados em Machadinho me permitem, na condição de observador naquela localidade por um período de aproximadamente seis anos, dizer que são invariavelmente os mesmos rostos, as mesmas pessoas da comunidade que se fazem presentes, tanto da nova quanto da velha geração. Quando perguntado sobre essa ausência de pessoas da própria comunidade em eventos como o do sábado, um dos mais frequentes apontou para o fato de que o processo de construção de uma identidade quilombola tem sido demorado em Machadinho, comunidade constituída por cinco povoados – Boa Vista, Mutum, Fazenda Machadinho, Sítio Santa Luzia e Bacurau – com trajetórias próprias de vida e que parecem nutrir entre elas uma certa disputa, especialmente no que diz respeito às ações promovidas por agentes externos e que invariavelmente são realizadas na antiga sede da Fazenda Machadinho. Esse

mesmo *habitué* dos eventos, morador da Fazenda Machadinha, não verbaliza isso mas acaba deixando entrever que, para ele e talvez para muitos outros que residem na sede da Fazenda – lugar conhecido como Território 1 por agentes externos que se envolvem com o processo de titulação das terras do quilombo – ali é o ponto central da comunidade quilombola e, por conseguinte, os demais povoados assumem uma posição periférica. O evento do dia 9 de julho, ao repetir outros tantos e acontecer justamente na Fazenda Machadinha, acaba desavisadamente potencializando essa diferenciação entre os povoados.

Cabe ressaltar que o lugar que corresponde à sede da antiga Fazenda Machadinha se diferencia dos demais povoados que compõem a comunidade de remanescentes de quilombo por apresentar algumas características que lhe são próprias e únicas: 1) o território pertence à Prefeitura Municipal de Quissamã desde 2005, quando então foi adquirido pelo Poder Público junto à Companhia Engenho Central de Quissamã, enquanto os demais territórios ainda se encontram sob domínio privado, ou controlados em usufruto por famílias residentes, ou ainda sob a tutela da mesma Companhia Engenho Central; 2) o lugar dispõe de benfeitorias realizadas pela administração municipal com o objetivo de fomentar o turismo histórico e cultural, tais como um conjunto de quatro alas de senzalas reformadas, o espaço físico do Memorial que outrora servira como casa de bailes para a comunidade e uma antiga cavaleriça transformada em Casa de Artes, todos espaços já consagrados como equipamentos culturais que atraem visitantes e pesquisadores para Machadinha, enquanto os outros povoados não contam com quase nada que se compare a essa infraestrutura de turismo e assim se apresentam como lugares de moradia ou de pequena produção agrícola e pecuária; 3) no que se refere ao processo de luta pela titulação das terras do quilombo, a antiga sede da fazenda é denominada Território 1 e as estratégias adotadas para resolver o problema da titulação passam fundamentalmente por tratativas junto ao Poder Público Municipal, enquanto isso os outros povoados em conjunto compõem o chamado Território 2 e, no seu caso, o processo de titulação vai muito além de negociações com a Prefeitura de Quissamã, na prática envolve o INCRA, interesses privados e, no que diz respeito ao incremento da titulação, tem contado com a ingerência de instituições de ensino e pesquisa.

Uma outra questão, também estimulada pelo evento, diz respeito a ele e a todos os demais que tem sido realizados naquele lugar: será que eles são importantes para toda a comunidade, será que cada um dos moradores sabe o que está sendo feito ou avalia da mesma maneira a importância do que se faz? O contraste entre a presença frequente de alguns moradores de Machadinho e a ausência contumaz de diversos outros nos eventos já se configura, por si mesmo, num forte indício de que o modo como pessoas que vivem na mesma comunidade se posicionam diante desses eventos é variável. Existem desde os que se envolvem diretamente na organização das ações, dividindo responsabilidade com os agentes externos, até os que não se envolvem em absolutamente nada ou aqueles que até comparecem aos eventos mas se limitam a ficar calados. E essas variantes de participação não se devem necessariamente ao fato de que uns residem na Fazenda Machadinho e outros nos povoados mais distantes e, em certa medida, deixados em posição periférica. Mesmo entre os residentes da Fazenda, há diferenças visíveis no modo como encaram os eventos. Ora, isso até poderia ser tratado sem estranheza, considerando que as escolhas e os modos de agir podem variar de um indivíduo para o outro, de um grupo para o outro dentro de uma mesma comunidade, mas os eventos em questão se propõem a lidar com identidades coletivas e mais ainda a celebrá-las como se parecessem únicas. A própria concepção de Machadinho como uma comunidade quilombola, reunindo cinco povoados diferentes entre si e superando o paradoxo de seus membros serem descendentes de ex-escravos de senzala e não propriamente de aquilombados, é um exemplo vivo de que identidades são construídas em processo, ou seja, elas resultam de uma sucessão de experiências de vida dentro de um período determinado de tempo. E mais do que isso: o processo de construção das identidades é conflitivo. O caso de Machadinho, evidenciado em ações de salvaguarda como a do II Encontro de Saberes Locais, que tendem a compor uma narrativa comum e simultaneamente celebrar diversidades, demonstra como, numa mesma comunidade, por menor que ela seja – de acordo com dados da ARQUIMA, os cinco povoados reúnem atualmente cerca de 980 moradores – não existe uma única identidade coletiva; na prática, existem várias compartilhando do mesmo espaço e do mesmo tempo vivido.

O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. É um processo semelhante ao que ocorre com os mecanismos discursivos e lingüísticos nos quais se sustenta a produção da identidade. Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade. (SILVA, 2000. p.84)

No que se refere a essa questão de identidade coletiva, deve ser levado em consideração que a comunidade de Machadinha vem passando, nos últimos anos, pelo processo de construção de uma identidade quilombola nos moldes do que assevera O'DWYER (2012, p. 14) ao constatar, em trabalho de campo realizado em Machadinha e outras comunidades quilombolas, que situações sociais fazem emergir e tornar-se relevante a própria identidade étnica dessas comunidades. De fato, o trabalho de campo e a observação de situações sociais em Machadinha tem constatado que as experiências do cotidiano e as lembranças de um passado remoto que necessariamente se encontra com os tempos da escravidão – muitas delas potencializadas por ações de salvaguarda desenvolvidas em parceria com agentes externos – tem sido canalizadas, direta ou indiretamente, para esse processo de construção e reafirmação de identidade que passa não apenas pelo reconhecimento público e oficial da comunidade como remanescente de quilombo, mas igualmente por questões práticas que tem mobilizado interesses coletivos e individuais dos moradores de Machadinha. No âmbito da vivência cotidiana, sobressaem problemas que tem sido potencializados num contexto de rareamento de recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Quissamã por conta da baixa conjuntural dos preços do petróleo e conseqüentemente dos *royalties* que já responderam por quase 80% da arrecadação do município, tais como: 1) abastecimento de água potável, algo que esbarra no fato de que não há meio de captação de água na localidade e isso coloca os moradores à mercê do fornecimento efetuado através de carros pipa da Prefeitura Municipal de Quissamã; 2) produção e abastecimento de alimentos, que diz respeito desde à possibilidade de se retomar uma tradição de plantio e criação de pequenos animais no Território 1, quanto à ampliação da agricultura familiar no Território 2, particularmente em Boa Vista e Santa Luzia, bem como à necessidade de se mitigar a fome de algumas

famílias que, por mais de uma década, foram colocadas numa relação de dependência de programas sociais gerenciados pela Prefeitura e custeados com *royalties*; 3) geração e circulação de renda dentro da própria comunidade, o que tem motivado a luta pela reabertura do restaurante da Casa de Artes, pela retomada do Armazém com o objetivo de que venha a ser uma espécie de mercado do produtor rural, pelo replantio de uma horta comunitária nas cercanias do restaurante retomando uma experiência bem sucedida de produção coletiva, pelo incremento do processo de beneficiamento de produtos agrícolas e pecuários através de parcerias firmadas com instituições de pesquisa e ensino. Já no tocante às lembranças que em geral são realizadas em sintonia também com projetos e ações de pesquisa e extensão de diversas instituições, essas habitualmente encontram no Memorial de Machadinho ou no seu entorno – o que inclui o terreiro, a capela de Nossa Senhora do Patrocínio, as ruínas da casa grande e a Casa de Artes – os espaços adequados para acontecerem. Nesses lugares – carregados de evidências simbólicas que remontam tanto à escravidão como a tentativas recentes de se transformar Machadinho, ou pelo menos o chamado Território 1, numa espécie de pólo de visitação turística – são realizadas reuniões comunitárias, entrevistas, oficinas, ações de contação de histórias, encenações teatrais, apresentações de jongo, fado e bois, bem como eventos do porte do Encontro de Saberes Locais, que acaba reunindo tudo isso e algo mais. Em eventos assim, também carregados de força simbólica, as lembranças são aguçadas e compartilhadas, memórias boas e ruins costumam vir à tona, os sentimentos tendem a aflorar: tudo isso em meio a um esforço que tem sido feito por toda a comunidade – ou por parte dela – no sentido de se autoafirmar como quilombola e assim intensificar a luta por respeito, reconhecimento, reparação histórica e até por ganhos significativos no plano material que, aliás, podem ajudar na resolução dos mesmos problemas cotidianos já referidos anteriormente: o abastecimento de água, a produção de alimentos em suas próprias terras, a circulação de renda na comunidade, a mitigação da miséria e da fome, a celebração enfim da vida.

Mais uma vez retornando à programação do sábado, 9 de julho, a noite se iniciou com a inauguração da exposição Machadinho Memória Viva, que vai resultar numa abordagem mais específica e detalhada um pouco adiante no texto. Logo depois dessa cerimônia, dentro do roteiro noturno, ocorreu a exibição de um

documentário sobre a comunidade de Machadinho. Nesse caso específico de produção audiovisual, cabe ressaltar que Machadinho tem servido com uma certa regularidade como referência para diversos documentários etnográficos que ou resultam de ações de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade – um exemplo é o clássico *Memória de Quissaman* (1985), de Dinah Guimaraens, que faz parte do projeto da SPHAN – Fundação Pró Memória que praticamente inaugurou o trabalho de ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural em Quissamã; outro seria o documentário *Retalhos* (2006), do cineasta cubano Antonio Molina, que se utiliza de material etnográfico coletado ao longo de um projeto que reuniu pesquisadores da UENF, como Javier Lifschitz – e reportagens para TV – nesse caso, destaca-se o programa *Expedições* (2011), dirigido por Roberto Werneck e apresentado por Paula Saldanha – ou então filmes de ficção que tiveram Machadinho como cenário inteiramente descolado no espaço e no tempo – caso notório do filme *Maria Mãe do Filho de Deus* (2003), drama religioso dirigido por Moacyr Góis e estrelado pelo padre Marcelo Rossi. Considerando Machadinho como parte integrante do município de Quissamã, também cabe ressaltar que Quissamã como um todo possui uma forte ligação com a cultura do audiovisual, tendo pelo menos duas salas de cinema que marcaram sua história pregressa – caso do cinema da Vila Operária do Engenho Central, que funcionou por décadas como espaço de lazer e interação social dos familiares de operários do Engenho Central de Quissamã – e também história recente – caso do Cine Sobradinho, parte integrante do Espaço Cultural de mesmo nome, que celebra essa cultura local do audiovisual e ainda hoje exhibe filmes de grande circuito ou abriga lançamentos de documentários etnográficos ambientados em Quissamã, como **O Gancho** (2013) e **BMUQ – As Notas de uma União** (2015), ambos produzidos pelo Centro de Memória do Instituto Federal Fluminense.

Realizada essa verdadeira celebração do audiovisual, pontuada no evento por um documentário assinado por Pedro Gradella, veio na sequência um evento particularmente significativo: o lançamento do livro **Flores da Senzala**, que reúne histórias tradicionais da comunidade de Machadinho resgatadas através de oficinas de contação de histórias desenvolvidas por Dalma dos Santos com crianças e adolescentes de Machadinho. Dalma reside na comunidade e vem desenvolvendo, há mais de uma década, ações de salvaguarda: criou e ainda coordena o grupo de

jongo mirim, com crianças de Machadinha, desenvolve as já citadas oficinas de contação de histórias, é a atual coordenadora do Memorial de Machadinha e, também na noite de 9 de julho, lançou o grupo de fado mirim. Como se pode notar por esse breviário de atividades, Dalma está se consolidando como uma guardiã de tradição da comunidade cujo modo de agir fica a meio caminho entre o dos velhos guardiães – da falecida dona Cheiro, mulher jogueira e mãe de santo ao Seu Tide, contador de histórias dos tempos da escravidão – e jovens como Wagner Firmino, atual presidente da ARQUIMA (Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinha) e canal de entrada para projetos de salvaguarda desenvolvidos por agentes externos. Pode-se dizer que esse modo de agir se caracteriza pela mistura entre o papel de liderança tradicional exercido pelos velhos guardiães e o emprego de metodologias de salvaguarda compartilhadas com os agentes externos, como é o caso da técnica de contação de histórias, das oficinas lúdicas de canto e dança, da publicação de um livro com histórias vertidas da oralidade para a linguagem escrita. O fim de noite foi reservado para manifestações da chamada cultura imaterial, com uma sequência de apresentações na seguinte ordem: jongo mirim, fado mirim e grupo de jongo Tambores de Machadinha. Em relação aos grupos que reúnem basicamente crianças, o do jongo vem sendo conduzido por Dalma há alguns anos, desde quando ela trabalhava como educadora na Escola Municipal de Machadinha, por sua vez o do fado é recente e foi lançado, ainda de modo improvisado, no II Encontro de Saberes. Em ambos os casos, o trabalho consiste em transmitir para novas gerações, especialmente filhos de moradores de Machadinha, os valores culturais dessas duas manifestações culturais cujas histórias, apesar de recheadas de especificidades que as diferenciam entre si, coincidem com a lida no campo, com a vida na senzala e com tradições religiosas de matriz africana. E chama atenção, particularmente, o fato de que Dalma e algumas das crianças que participam das oficinas se declaram evangélicas, o que contraria uma ideia já disseminada ⁷ de que

⁷No entorno de Quissamã, em municípios próximos, tem despontado relatos de que manifestações culturais de matriz africana ou afrobrasileira tem deixado de ser praticadas e seus valores não tem sido transmitidos para novas gerações, o que condena tais manifestações ao esquecimento. No recém lançado documentário *A Noite dos Tempos* (2016, de Ricardo do Carmo), no qual se assume um tom nostálgico ao abordar mudanças estruturais que estão ocorrendo em Cabo Frio por conta de um crescimento descontrolado de sua área urbana, uma historiadora comprometida com questões locais lamenta o fato de que o jongo tenha simplesmente desaparecido do cenário; ela atribui esse fato à difusão de religiões

o avanço das religiões cristãs sobre comunidades tradicionais, ou de matriz africana ou indígena, necessariamente colocam em risco a sobrevivência de suas manifestações culturais, em especial aquelas que direta ou indiretamente possuem algum tipo de relação com cultos denominados pagãos por aqueles que professam o cristianismo em algumas de suas diversas subdivisões internas.

Certamente existe a necessidade de se discutir com maior profundidade essa relação de proximidade entre pessoas que compartilham de crenças até então associadas a um processo histórico de imposição de valores eurocêntricos que foi ou implodindo ou ressignificando manifestações culturais de origem africana ou indígena. Cabe investigar, no caso específico do que vem ocorrendo com o jongo e agora o fado em Machadinho, como se dá justamente esse processo de ressignificação: se ele descaracteriza ou não essas manifestações, se ele normatiza o que, na sua gênese, é a própria recusa da normatização, se ele esvazia o jongo e o fado de suas significações profundas que vinculam sagrado e profano. Mas aqui, onde se quer debater práticas de salvaguarda e como elas potencializam a ebulição de diferentes representações de identidade coletiva, o trabalho desenvolvido por

evangélicas que costumam demonizar o candomblé, a umbanda e qualquer outra tradição religiosa ou não que possua a mesma matriz cultural. Essas manifestações culturais costumam ser qualificadas, especialmente por igrejas neopentecostais, como práticas demoníacas, de acordo com uma visão dicotômica de mundo que tais igrejas difundem entre seus fiéis e que contrapõe o Bem – associado ao monoteísmo judaico cristão – e o Mal – relacionado ao politeísmo. Essa marcha cruzadística do pentecostalismo e de sua versão mais nova foi constatada em diferentes trabalhos acadêmicos, como o artigo intitulado *Religiões afrobrasileiras e Pentecostalismo no Fenômeno Urbano*, de Sérgio Ferretti (Trabalho apresentado no VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões ABHR, Belo Horizonte, 2005. Publicado In: BATISTA, P A N, PASSOS, M. e SILVA, W T. O sagrado e o urbano. Diversidade, manifestações e análise. São Paulo: Paulinas. 2008, p 109-126). No texto desse artigo, FERRETI faz remissões a outros autores que, ao longo dos últimos 20 anos, vem constatando fenômeno similar em diversas partes do território brasileiro:

MACHADO, Maria das Dores C. & MARIZ, Cecília L. Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro. In: Ciências Sociales y Religión. Revista de la Asociación de Cientistas Sociales de la Religión em el Mercosur Porto Alegre: Ano 6, n. 6, 2004, p. 31-49.

MARIANO, Ricardo. Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais. In: O mal revisitado. Debates do NER. Ano 4, n. 4, 2003, p. 21-34.

SOARES, Mariza de Carvalho. Guerra santa no país do sincretismo. LANDIN, L. (Org.) Sinais dos Tempos. Diversidade religiosa no Brasil. Cadernos do ISER n. 23. Rio de Janeiro, ISER, 1990, p. 75-104.

Dalma, em primeiro lugar, precisa ser contextualizado e assim compreendido dentro de uma conjuntura específica em que tais manifestações culturais ainda existiam na comunidade, num tempo recente, e pessoas que participavam dessas manifestações já vislumbravam a possibilidade delas se perderem com o curso do tempo e com o processo de modernização que se avizinhava de Quissamã e, por conseguinte, de Machadinha.

Eu fui em Vista Alegre
não achei tambor
Tambor não tem(!)

Eu fui em Palmeira
não achei tambor
Tambor não tem(!)

Eu fui em Machadinha
não achei tambor
Tambor não tem(!)

Eu fui em Mandiquera
não achei tambor
Tambor não tem(!)

Tornei a voltar
não achei tambor
oi tambor não tem (!)

(MARCHIORI, 1987, p. 139)

Essa letra de ponto – forma musical do jongo, cantada pelo mestre do grupo enquanto outras pessoas dançam e tocam tambores – coletada pelo trabalho de pesquisadores que estiveram em Machadinha nos anos 1980 e publicada no livro *Quissamã*, resultado de projeto desenvolvido pela Fundação Pró Memória e aqui considerado como elemento seminal para o processo contínuo de trabalhos de salvaguarda que vem sendo executado em Quissamã, traz consigo um testemunho que certamente não é de fé, e sim um sentimento de perda iminente, a constatação de uma ameaça que pairava há cerca de trinta anos sobre o jongo de Machadinha e de Quissamã como um todo. O cantador vai dispendo em sequência os nomes de diversas fazendas localizadas no município e lamentando não encontrar o tambor, outra denominação do jongo entre os quissamaenses. O trabalho de Dalma, iniciado

quase duas décadas depois de tal testemunho vir a público ⁸, vai ao encontro de uma demanda que estava subentendida na constatação dessa sensação de perda: a necessidade de se salvaguardar o jongo, mantendo-o vivo junto a pelo menos uma dessas comunidades rurais e promovendo a transmissão de seus valores para gerações mais novas. Certamente não foi a única tentativa de resgatar essa manifestação cultural, que hoje se encontra bem viva e ultrapassa as fronteiras de Quissamã, apresentando-se amiúde em diversos lugares com o grupo Tambores de Machadinha, cuja existência também é resultado de ações de salvaguarda desenvolvidas de comum acordo entre pessoas da comunidade e agentes externos. Mas o trabalho de Dalma é diferenciado por dois motivos: em primeiro lugar, por ser conduzido por alguém da própria comunidade de Machadinha, independentemente da ingerência de algum agente externo; em segundo lugar, porque Dalma, sendo evangélica, representa uma aparente contradição à medida que toma para si, independentemente de sua crença, a tarefa de resgatar uma manifestação cultural que tradicionalmente é associada a cultos de matriz africana.

Foi em 2012, quando adoeci, fiquei muito doente, que eu me converti (ao Evangelho). Que a minha família, todo mundo, era lá da macumba, da umbanda... minha avó era da macumba e gostava muito! Aí minha mãe começou a seguir porque, quando um segue, todo mundo segue. Mas aí minha avó se converteu, foi pro Evangelho e minhas tias também foram, até tia Beth é pastora... A minha irmã caçula também teve um problema, no espiritismo também, ficou decepcionada... ficou muito doente e, até pela dor, também se converteu. E através da minha irmã: eu adoeci em 2012 e minha irmã veio aqui orar por mim. E eu disse que se Jesus me tirasse dali, porque os médicos não achavam nada, e eu muito doente, acamada... eu disse – eu já tinha tido uma decepção no espiritismo ... se esse Jesus me tirar daqui, eu fui chorando... Eu já não aguento mais sofrer, não aguentava mais não! Eu senti que ia morrer, aí eu falei com Deus, foi um pacto que eu fiz com Deus: se o Senhor me tirar daqui eu vou aceitar o Senhor e quero fazer a obra de Deus. Se Jesus me tirar daqui, e Jesus me tirou.

Eu vou dizer a verdade para você: quando eu fui convidada para trabalhar aqui (no Memorial de Machadinha). (...) Mesmo de 2012 a 2014, mesmo sendo evangélica, eu continuei a trabalhar o

⁸Dalma dos Santos costuma dizer, em apresentações públicas de seu trabalho de salvaguarda do jongo, que o mesmo se iniciou em 2005, com alunos da antiga escola pública municipal que ficava em Machadinha. Desde então, esse trabalho tem tido continuidade e tem sido fundamental para a transmissão intergeracional dessa manifestação cultural.

jongo na escola (Escola Municipal Felizarda Maria Conceição de Azevedo, localizada em Machadinha, onde Dalma já vinha atuando com o jongo mirim). Aí, quando foi em 2015, quando eu fui promovida pra ser diretora daqui, eu chorei muito e disse assim: ah, eu não vou aceitar não. Apesar que... o salário é melhor, aqui eu tenho autonomia... eu sabia que eu ia ter autonomia para desenvolver o projeto, mas eu fiquei preocupada. Eu fiquei preocupada porque tem aqui, tipo assim, algumas coisas do espiritismo aqui expostas. Quando isso aqui foi reconstruído, em 2008, eu chegava aqui e me arrepiava, mas antes de eu ser evangélica. (...) Então (de volta ao momento em que foi convidada para assumir o Memorial) eu dizia assim: Ai, meu Deus, será? Ai, meu Deus, eu não vou querer não. Aí eu chorei muito. (...) Eu orei muito a Deus e Deus me tocou para eu ir lá, em Lucas, V, na Bíblia, que fala, do versículo 29 a 32, que Deus não veio para chamar os justos, mas sim os pecadores ao arrependimento. (...) E aí eu entendi o que Deus queria pra mim... eu entendi que Deus não veio só para os evangélicos, veio para os espíritas também, Ele veio para qualquer uma denominação. Eu entendi isso. Era a mensagem que Deus queria passar pra mim. Então é de Deus, eu vou. Então eu aceitei. Aí o que eu fiz, a primeira coisa que eu fiz: eu fui ao meu pastor.

Aí, ele veio aqui, no Memorial. Convidei e ele veio com mais dois irmãos lá da igreja. (...) Chegou aqui de repente... e foi até bom que chegaram uns turistas aqui e eu comecei explicando, falando da história e ele prestando atenção, foi fazendo assim (Dalma faz um meneio de aprovação com a cabeça). Aí depois que os turistas foram embora, a gente sempre faz uma oração. E ele falou assim: irmã Dalma, a senhora é uma mulher sábia, o trabalho aí é cultura. Estou vendo a maneira como a senhora trabalha. É cultura, irmã Dalma. E outra coisa: Deus não falou pra você na mensagem, e aí daquele que te criticar. Eu estou aqui, eu estou vendo. Entendeu?

(Depoimento de Dalma dos Santos)

A posição de Dalma dos Santos, que mesmo sendo evangélica promove há mais de dez anos a salvaguarda do jongo e a partir de agora também a do fado, pode ser entendida como uma escolha mediada que ela própria faz, reposicionado sua religiosidade que tradicionalmente se mostra refratária às manifestações culturais de origem africana – muitas vezes qualificadas como demoníacas – e suas raízes étnicas e até mesmo familiares ou afetivas, todas fortemente fincadas na comunidade de Machadinha, onde ela própria vive, onde viveram seus antepassados e lugar em que a africanidade se manifesta de diferentes maneiras. Inclusive, essa tal africanidade se manifestou no evento de 9 de julho: ou na

programação propriamente dita, ou nas roupas, nos cortes de cabelo e nas atitudes dos frequentadores, fossem eles da comunidade ou não.

Logo nas primeiras páginas do livro ***Flores da Senzala***, Dalma se apresenta com um relato de sua própria trajetória de vida, que mistura a forma característica do texto escrito com a do texto falado. Fica claro nesse relato como a trajetória pessoal da autora do livro se confunde com Machadinho, lugar onde ela cultivava vínculos com antepassados mais distantes, familiares próximos e com a própria história da velha fazenda em que seu bisavô foi administrador e sua bisavó foi escrava da casa grande.

(...) a minha família é toda, por parte da minha mãe, é toda daqui de Machadinho, o meu bisavô por parte de mãe já foi administrador, Vovô Venturino, da Fazenda Machadinho, naquela época. E a minha bisavó (...) era Terê, foi Teresa Dedimila da Conceição, que foi escrava dali da casa grande, por parte da minha mãe, minha mãe que é daqui. Ela foi mameira, deu de mamar aos filhos da Ana Loreto e do Visconde de Ururaí, ali na casa grande.

(SANTOS, 2016, p. 10)

Já noutro trecho do mesmo livro, Dalma se autodeclara negra através não de um documento oficial, mas sim de um poema em que narra um episódio cotidiano que marcou sua vida. Trata-se de um desafio feito contra o que parece ser um ato discriminatório. O poema, concebido na época em que desenvolveu projetos educacionais na escola pública municipal de Machadinho – projetos como o de contação de histórias e resgate de pontos de jongo – esclarece um pouco mais sobre as razões da atitude aparentemente contraditória dessa mulher que, pautada numa experiência de vida em que se vê obrigada a reafirmar suas raízes – fossem elas familiares ou étnicas – soube conciliar sua profissão de fé com um trabalho de salvaguarda da memória coletiva de Machadinho.

Você me chamou de negra
Quem você pensa que é?
Eu trago sua cor
Aqui na sola do pé

Olá negra atrevida.

Você me ofendeu
Cada um deve aceitar
A cor que Deus lhe deu.

Quem disse que não aceito
Sou negra e me orgulho de ser.
(...)

(SANTOS, 2016, p. 41)

O poema traz à tona a problemática de sua autora se assumir como negra e de manifestar-se orgulhosa enquanto tal, isso numa comunidade que se apresenta como foco de resistência em diversos sentidos, assim como os quilombos históricos também foram, reunindo de escravos fugidos a marginalizados de um modo geral – descendentes de judeus e muçulmanos, mestiços e brancos pobres – dentro de um modelo excludente de sociedade que resultou do processo de colonização europeia no Brasil. Nesse caso específico da resistência, cabe dizer que boa parte do preconceito que historicamente se aplica sobre manifestações culturais de matriz africana vai muito além de fatores meramente religiosos. Na prática, dentro da sociedade colonial e mesmo depois do Brasil deixar de ser colônia e da escravidão ter sido abolida no país, certos pressupostos daquele modelo de sociedade transmitidos na longa duração ainda informam o modo como manifestações culturais desse tipo são tratadas. Não seria exagero dizer que ou a indiferença em relação a elas – pontuada, em certa medida, pela baixa frequência de quissamaenses no evento de Machadinha – ou mesmo o tratamento espetaculoso que por diversas vezes já foi observado no que se refere a apresentações do jongo e do fado fora das fronteiras da comunidade estariam no mesmo patamar da rejeição pura e simples ou do apagamento da memória de tais manifestações. Elas personificariam, para quem não se dá ao trabalho de entendê-las na sua profundidade, o exótico, o outro lado de um padrão cultural que discrimina o africano, seus descendentes e suas representações como se fossem repositórios de uma inferioridade manifesta, de uma maldição de origem, da negação de uma suposta normalidade. Em relação à inferioridade, cabe ressaltar que os africanos foram vencidos em guerras desiguais e arrancados de seu continente de origem para desempenhar acima de tudo trabalhos braçais na Colônia, trabalhos esses que já vinham desqualificados pelo modelo civilizacional europeu, de acordo com o ideário da Sociedade das Três Ordens que

animalizava e colocava em posição de inferioridade os produtores primários. No que se refere à maldição, os africanos eram reconhecidos como descendentes de Cã, filho amaldiçoado do Noé bíblico que, para purgarem seus pecados e alcançarem o Reino dos Céus, deveriam se entregar ao sofrimento da escravidão. Já no tocante a uma suposta normalidade, o processo de imposição de padrões culturais de matriz europeia entre nós, com uma forte propensão para estabelecer dualidades do tipo certo e errado e culpabilizar as diferenças, força o entendimento de que tudo aquilo que não é espelho dessa padronização se constitui em anomalia, em anormalidade.

Além de representar um posicionamento, mesmo que por vezes irrefletido, contra tudo isso, a escolha de Dalma e de tantos outros cujas atitudes aparentam contrariar certas expectativas, deixa entrever que o processo de construção de uma identidade individual não é previamente determinado por diretrizes únicas. Os padrões existem e inspiram escolhas e atitudes, mas os modos como essas tais se manifestam na vida cotidiana não seguem necessariamente manuais e cartilhas. As experiências de vida, variáveis de uma pessoa para outra, também devem ser levadas em consideração para se entender as mudanças de atitudes, mesmo dentro de uma comunidade não muito numerosa, como Machadinha.

A programação do 9 de julho concluiu então com aquela que talvez seja a celebração mais fortemente representativa de Machadinha: a apresentação noturna do grupo de jongo Tambores de Machadinha, emoldurada por uma grande fogueira acesa no terreiro da velha fazenda. É inevitável pontuar como a luz bruxuleante do fogo se projeta sobre as paredes das senzalas, da capela de Nossa Senhora do Patrocínio e das ruínas da casa grande; assim como é indispensável ressaltar que o calor e particularmente as brasas que se desprendem da fogueira parecem estimular tanto quem canta, quanto quem toca e dança o jongo, cujo ritmo varia em função da intensidade das chamas. Não se trata do uso de licença poética ou de figura literária, mas sim da constatação, através de sucessivos atos de observação: o espetáculo noturno do jongo potencializa tudo aquilo que o lugar representa, desde os contrastes de sua paisagem cultural – e aí fica evidente, para quem ainda não percebeu, que naquele lugar as senzalas estão vivas e a casa grande em ruínas – até a miscelânea de tipos humanos que se reúnem por ali, em dias de eventos. Os comentários normalmente feitos pelos presentes cessam, ou porque a atenção das pessoas se volta integralmente para o espetáculo, ou porque o som dos tambores

não deixa que outras vozes sejam ouvidas. É diante do silêncio das pessoas que até então insistiam em falar simultaneamente com as ações do evento que se pode tentar compreender com maior agudeza o que aconteceu e ainda acontece ali, naquele dia inteiro. O próprio sentido da palavra resistência, que despertou as pessoas de manhã junto com o café, se torna autoevidente. Machadinha vem à luz da fogueira como um lugar não muito diferente de outros tantos em que as diversidades se manifestam como atitudes, mas sem perder de vista suas especificidades. É nesse momento que as conversas informais travadas com diferentes pessoas e comentários ouvidos por acaso voltam à lembrança, assim como pequenos atos observados, e tudo isso junto passa a fazer sentido.

Dentre as narrativas dispersas e os atos observados, destacam-se os seguintes: 1) em ações como as duas mesas redondas, predominavam numa assistência pouco numerosa os agentes externos e poucos eram os membros da própria comunidade que deixavam de cumprir seus afazeres cotidianos – que iam de conversar com amigos a carregar latas d'água para casa, de tomar conta das crianças no parque a jogar futebol no campinho do terreiro – para sentar-se numa das cadeiras da plateia e debater questões referentes à comunidade, sendo que muitas delas dizem respeito ao processo de construção da identidade quilombola; 2) num dado momento, alguém apontou para um senhor com aparentemente 70 anos e disse que ali estava um homem que, apesar da idade avançada, ainda cortava cana no campo; uma outra pessoa lamentou o fato dele se encontrar provavelmente bêbado naquele sábado; uma terceira pessoa disse tê-lo visto sendo enxotado como cachorro de uma venda, no centro de Quissamã; os três concordaram que aquele senhor era um dos guardiães da memória da comunidade e particularmente da memória do trabalho no campo, do corte de cana que um dia fora desempenhado pelos escravos da fazenda, noutro fora feito pelos trabalhadores sazonais do Engenho Central e agora continuava com aquele septuagenário.

O primeiro caso se combina com outros já citados anteriormente, apontando para a baixa frequência no II Encontro de Saberes Locais e para a falta de interesse de pessoas da própria comunidade em relação a ações que se propõem a celebrar uma identidade coletiva que, na prática, diante de demonstrações assim de desinteresse, acaba não se consolidando como algo representativo para todos ou talvez nem mesmo para a maioria. E esse tipo de situação certamente não é

exclusivo do evento em questão, isso tem se tornado algo contumaz em ações de salvaguarda que ocorrem em Machadinho ou mesmo fora da comunidade, em outros lugares de Quissamã. Mas aqui o que interessa é mesmo o que vem ocorrendo em Machadinho e que pode ser entendido como um problema para a própria comunidade, à medida que ela se encontra em processo de mobilização para se autoreconhecer enquanto quilombola. Cabe ressaltar que a autodefinição de uma comunidade como remanescente de quilombo é algo essencial para que a mesma tenha reconhecidos, por parte do Estado Brasileiro, os seus direitos de se organizar e reivindicar direitos como titularidade da propriedade da terra, acesso a meios de financiamento público e incentivos fiscais. Mesmo que o reconhecimento oficial já tenha acontecido, através da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, o fato é que a autoidentificação dos próprios moradores da comunidade como quilombolas tem sido gradativa, mas lenta e às vezes enfrenta resistências internas. Em conversas informais com dirigentes da ARQUIMA e com agentes externos que desenvolvem projetos em Machadinho, fica evidente o esforço que vem sendo feito por eles no sentido de convencer os recalcitrantes e disseminar informações que positivem o próprio reconhecimento, fazendo as pessoas entenderem que ele pode trazer benefícios para todos os moradores. Uma das pautas de luta mais urgente tem sido a busca pela titulação das propriedades fundiárias e essa demanda, que envolve questões materiais da mais alta relevância, tem funcionado como meio de convencimento dos resistentes. Já o segundo caso contradiz uma fala recorrente em Quissamã, particularmente entre gestores públicos e empresários locais que insistem em dizer que o povo de Quissamã não gosta de trabalhar, que prefere viver de benesses concedidas pela Prefeitura Municipal. O caso desse senhor, cujo nome aqui não pode ser declarado, certamente não é a exceção que justifica a regra: apesar da idade avançada, ele é de fato um trabalhador, o que pode ser comprovado quando, por intermédio de um amigo comum, o observador foi cumprimentá-lo e pode sentir a aspereza de suas mãos, bem como a economia vocabular de alguém que provavelmente não teve chance de frequentar escola, e ainda sua postura de quase subserviência diante de uma pessoa – o próprio observador – que lhe parece estranha ou alocada num outro patamar social.

O balanço do dia 9 de julho de 2016 em Machadinho, se pode ser definido numa única frase, ela é a seguinte: sua programação tentou dar conta da diversidade que existe no lugar através de uma narrativa que se propõe a ser, ao mesmo tempo, universalista e unificadora. O universalismo em questão diz respeito tanto a uma tentativa de contemplar, de tudo um pouco, o que acontece na comunidade em se tratando de manifestações culturais, quanto à possibilidade de celebrar essa mesma comunidade como um território de portas abertas para a interação de seus moradores com os mais variados agentes externos. A unidade, por sua vez, se refere a outra tentativa de carrear múltiplas representações ou identidades diversas para um roteiro previamente definido, que busca concentrar num só dia e num mesmo lugar o que por característica intrínseca tende a ser múltiplo e variável, e igualmente conflitivo.

O evento em si mesmo, no que se refere à tentativa de fazer convergir para um único dia toda a diversidade daquele lugar, pode ser interpretado como um testemunho datado de um longo processo de construção e desconstrução de identidades coletivas. Nesse sentido, reproduz-se localmente o que HALL (2006) afirma ser característico das identidades: tanto o fato delas serem territorializadas e de resultarem de experiências individuais ou coletivas que variam de lugar para o outro, quanto o fato de serem derivadas de um processo contínuo de interação das pessoas entre si e com o lugar em que vivem. Mas deve ser considerado que a problemática da datação do evento como um todo não é tão tranquila quanto parece. Não basta fixar seus acontecimentos numa conjuntura específica – no caso do II Encontro de Saberes Locais, a realização de mais um projeto na comunidade, com a finalidade de potencializar a edificação de uma identidade quilombola – à medida que ações de salvaguarda, exatamente por remeterem a diferentes temporalidades, não se restringem a um momento histórico único. Enquanto situações sociais, elas carecem de uma análise que leva em consideração acontecimentos dispostos em temporalidades distintas, preferencialmente tratados dentro de uma abordagem processual.

Nem tão espetaculosa, nem tão autoevidente quanto a exibição noturna do jongo, a reinauguração do Memorial de Machadinho, dentre todas as ações desenvolvidas no sábado de julho, certamente é a que mais se presta a uma abordagem de tipo diacrônico. Mas antes de abordar a reinauguração propriamente

dita, deve-se entender o que representa o Memorial. Primeiramente, ele se configura como espaço físico vinculado à antiga Fazenda Machadinha e, mais especificamente, como uma das partes geminadas da ala principal das senzalas que equivaleria, em termos de tamanho, à área de duas habitações familiares. Inaugurado em 07 de fevereiro de 2009, o Memorial hoje ocupa o mesmo lugar em que outrora funcionou o salão comunitário de Machadinha, local em que eram realizados bailes e outros eventos que reuniam os moradores locais e visitantes oriundos de outras comunidades da região. Em segundo lugar, ele se apresenta também como espaço simbólico, algo que o conceito de lugar de memória de NORA (1993) procura dar conta: nesse caso, o Memorial de Machadinha se caracteriza como um lugar “onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos”, também se destaca como um lugar que desempenha a “função de alicerçar memórias coletivas” e, por fim, é o próprio lugar simbólico “onde essa memória coletiva ou essa identidade se expressa e se revela”. No que se refere à sua materialidade, esse lugar de memória específico foi erigido há mais de uma centena de anos, quando então as duas alas de senzalas de Machadinha foram erguidas para abrigar famílias de cativos da própria fazenda, separando-as entre escravos da casa grande e do eito ou lavoura. O Memorial, especificamente, fica hoje em dia situado na ala em que residiam originalmente os escravos domésticos. Desse modo, ele já foi moradia de cativos, abrigou ascendentes e descendentes de um mesmo tronco familiar, foi espaço de reunião e diversão, dentro dele certamente já despertaram e se consolidaram relações afetivas e conflitivas, ali já foram cantadas e dançadas inúmeras músicas, ali já se fez política e é onde, atualmente, acontecem oficinas de contação de histórias, artesanato e coisas afins. E ali ocorrem com frequência ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural. Já no tocante à sua funcionalidade, o Memorial se consagrou como espaço de celebrações as mais diversas, tanto na época dos bailes populares, que serviam para encurtar as distâncias – geográfica e cultural – entre Machadinha e Quissamã e inclusive já contaram com a presença da centenária BMUQ (Banda Musical União Quissamaense), quanto num intervalo de tempo mais recente, em que tem acontecido sucessivas ações de salvaguarda no local: da inauguração à reinauguração do próprio Memorial, passando pela realização de oficinas de educação patrimonial, exposições temporárias, rodas de conversa, exibição de

filmes etnográficos e lançamento de obras literárias. Acima de tudo, entretanto, o Memorial foi pensado e inaugurado em 2009 para servir de suporte material para um projeto de ressignificação de uma memória coletiva que pode ser entendida como reincidente em momentos particularmente significativos para a história local de Quissamã, ou mais detidamente para uma versão da história do lugar que lhe atribui um nome e, por conseguinte, um significado. Essa tal memória se refere à narrativa do encontro entre o Capitão Miguel Ayres de Maldonado e o africano apelidado Kissama, que estaria misturado entre índios de um aldeamento localizado entre a Lagoa Feia e o rio Macabu, justamente o território que atualmente corresponde ao do município de Quissamã.

Deste rio seguio-se ao cume das serras e acabado este trabalho saímos para fóra; n'esta sahida caminhamos mais ao sul pelo nosso pratico nos dizer que tinhamos outro caminho mais perto para apanhar a pedra do sul ou sudoeste, do Sr. Gonçalo, com seus irmãos; por acaso viemos dar na outra Aldeia Nova dos Índios que se tinham mudado da Aldeia do Pontal da Lagoa Feia; logo que nos conheceram, nos vieram saudar; junto com elles appareceu um preto; nós ficamos perplexos de ver aquelle preto por logares incultos sem moradores, n'isto indagamos delle quem era e como veio alli parar; nos disse que era forro; lhe perguntamos mais se era crioulo da terra, nos disse que não, - que era de nação, Kissama; vimos que não tinha logar o que elle dizia: assentamos ser desertados do seu senhor, e, desconfiando de nossas indagações, sumio ahi mesmo na Aldeia que não o vimos mais, por mais diligencia que fizemos; ahi demos ao logar o apellido de Kissama, em razão do preto (...)

(MALDONADO, Citado por BALBI, 2011, p. 63)

É inevitável comparar o referido encontro, conforme relatado em 1632 pelo próprio Maldonado, com outro clássico da história tradicional do Brasil, aquela história que deriva do projeto vitorioso de Karl von Martius⁹ e que, durante décadas,

⁹Em 1840, no mesmo ano em que o chamado Golpe da Maioridade antecipou a coroação do imperador D. Pedro II, numa tentativa de reverter uma situação de insegurança institucional e pacificar revoltas que explodiam em diversas províncias, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) lançou um concurso com o objetivo de selecionar projetos de história nacional para o Brasil. O naturalista alemão Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1898), inspirado pelo movimento romântico, sagrou-se vencedor com o projeto intitulado **Como se deve escrever a História do Brasil**. Esse seu projeto, que acabou sendo premiado pelo Governo Imperial, propunha a escrita de uma história com perspectiva centralizadora e que

foi reproduzida em livros didáticos e ensinada nas escolas de Ensino Fundamental e Médio de todo o país. Esse outro encontro, aqui reconhecido como referência para uma concepção de história nacional que preconiza a interação pacífica entre os elementos branco, negro e índio ¹⁰, refere-se a uma aliança firmada entre o senhor de engenho João Fernandes Vieira, o índio potiguar Antônio Felipe Camarão e o negro liberto Henrique Dias, por ocasião da Batalha do Monte Tabocas que representou a primeira grande vitória dos colonizadores portugueses contra invasores holandeses em Pernambuco, durante a Insurreição Pernambucana (1645-1654). Já o relato de Maldonado – um dos míticos Sete Capitães ¹¹ que receberam do governador da capitania do Rio de Janeiro, em 1627, uma sesmaria localizada entre o rio Macaé e o Cabo de São Tomé – colocou mais uma vez frente a frente três elementos étnicos que seriam responsáveis pelo processo de formação da sociedade brasileira. O primeiro, Miguel Ayres, espanhol nascido nas Ilhas Canárias, seria o protótipo do branco colonizador ao cumprir, no século XVII, o papel de desbravador do território do Norte Fluminense, outrora conhecido nos mapas portugueses como Sertão de Índios Bravios ¹². O segundo elemento, representado pelos índios, cujo papel a ser desempenhado no processo de colonização oscilava buscava elementos de unidade nacional num país unificado pela Monarquia e pelo Catolicismo. Através do IHGB, uma instituição criada dois anos antes e também atrelada ao Império, esse modo de fazer história se difundiu pelo país, através da formação de toda uma geração de historiadores e da publicação de obras que serviram de base para o ensino da disciplina nas escolas.

10O mito das Três Raças, compartilhado por autores como o antropólogo Darcy Ribeiro, é uma crítica a uma concepção tradicional de história nacional segundo a qual a formação da sociedade brasileira seria resultante da integração entre os elementos branco, índio e negro. Essa concepção é questionada por diversas razões: 1) porque minimiza a violência da dominação colonial dos portugueses sobre povos indígenas e africanos; 2) porque utiliza o conceito de raça e o vincula ao de cultura; 3) porque homogeniza os três elementos, ignorando que cada um deles traz consigo diversidades que palavras unificadoras como branco, negro e índio acabam escondendo.

11Os Sete Capitães se destacaram como desbravadores do território fluminense, colocando em prática diversos atos de dominação, dentre eles o de atribuir nome aos lugares. Assim como fizeram tantos outros personagens exponenciais da História do Brasil Colônia, a começar por Pero Vaz de Caminha, os Sete Capitães atribuíram nome e sentido a Campos dos Goytacazes (lugar aberto povoado de índios goytacazes), Macaé (erva de cheiro) e Carapebus (carapeba ou peixe saboroso). Esses topônimos, que se consagraram com o tempo, podem ser entendidos como resultados de atos de conquista e dominação.

entre uma idealizada submissão – que passava pela aceitação do catolicismo e de todos os demais valores civilizacionais europeus – e uma inesperada resistência aguerrida – aqui mesmo, no território fluminense, pontuada pela ação de “índios bravos” ou “bugres” na Confederação dos Tamoios (1554-1567), ocorrida no entorno da Baía de Guanabara, ou no episódio da construção e posterior destruição da Vila da Rainha (1540), onde atualmente fica a cidade de São João da Barra. Já o terceiro elemento, personificado na figura do negro que se diz forro e de Nação Kissama, também avistado e descrito pelo branco colonizador, incorpora o papel do braço forte a quem cabe construir a riqueza da Nação.

Cabe dizer que Maldonado, na condição de observador do episódio narrado, não identifica com nomes próprios os dois outros elementos que ali se fazem presentes. No primeiro caso, o relato induz a pensar que são apenas índios de Aldeia Nova, sem especificar se goytacazes ou coroados, dois dos troncos tribais mais comuns do Norte Fluminense em meados do século XVII; no segundo, Kissama é apenas o gentílico do negro que se diz forro e que acaba desaparecendo da frente dos olhos do observador e conseqüentemente de seu relato. O que fica do seu rastro é mesmo o gentílico. A partir do que escreve Maldonado, o nome Kissama se consagra na história local e passa a designar o lugar em que ocorreu o episódio do encontro entre os três elementos étnicos; mais adiante no tempo, já com sua grafia passando por modificações, o mesmo nome vai sendo gradativamente atribuído a um dos povoados construídos naquele lugar, ao território do antigo distrito do município de Macaé que, em 1989, torna-se município com a denominação ainda hoje aceita de Quissamã.

12A expressão “Sertão de Índios Bravios” chamou minha atenção, pela primeira vez, ao aparecer estampada justamente sobre a área que atualmente corresponde às regiões Norte e Noroeste Fluminense, numa Exposição de Mapas Históricos do Brasil, por ocasião das comemorações dos 500 Anos do Descobrimento. Considerando que nomear é atribuir sentido às coisas, cabe ressaltar que a palavra sertão, para os colonizadores portugueses, era uma espécie de corrutela de grande deserto ou de vazio de elementos civilizacionais como Fé, Rei e Lei. Cabe também observar que a origem da palavra índio decorre de um erro crasso cometido pelos primeiros navegadores europeus que chegaram à América, acreditando que estavam nas Índias, nome genérico atribuído pelos europeus ao Extremo Oriente. Por fim, é preciso dizer que bravo muito provavelmente não remete a bravura, mas a algo parecido com brabeza, selvageria, barbárie, palavras que em síntese reafirmam a concepção de deserto como espaço da não civilização.

O percurso entre 1632 e os dias atuais é longo e, em diversas ocasiões, o nome de origem africana vai sendo reafirmado, trazendo junto a si o episódio que lhe deu origem, conforme descrito e protagonizado por Miguel Ayres de Maldonado. Essas variações de grafia, por exemplo, foram objeto de debate na imprensa local de Quissamã por ocasião da conjuntura em que transcorreu o processo de criação do próprio município quando, de 20/06 a 04/07/1989, foram publicadas as edições do jornal comemorativo **Quissamã em Notícias**, uma iniciativa de Carlos Filippino e Flávio Cavour, que participaram ativamente desse processo de emancipação política e se deram ao trabalho de debater questões que diziam respeito a Quissamã, um antigo distrito do município de Macaé que buscava caminhar com suas próprias pernas. O resultado desse trabalho se constitui, hoje, numa espécie de crônica conjuntural de todo o processo. A respeito da polêmica em torno da grafia do nome do novo município, segue o texto intitulado **Quissamã ou Quissaman?**, assinado pela então professora Maria Thereza de Almeida Cunha.

(...) O nome de nossa terra se escreve com ss ou ç? Com ã ou an? A primeira dúvida já foi esclarecida com aval do IBGE. É com ss. Mesmo porque nenhum quissamaense aceita escrever Quiçamã e si Quissamã ou Quissaman. Quanto à segunda dúvida a população está dividida.

Alguns defendem a grafia Quissaman alegando que o Cartório, a Igreja e o Engenho escrevem assim. Mas no tempo em que essas entidades foram criadas a ortografia da época determinava que se escrevesse irmã, maçan, roman e não irmã, maçã ou romã, como todos atualmente escrevem. Essa mudança da regra ortográfica se deu por volta de 1930, há 60 anos mais ou menos. (...)

Outros dizem. – O título do Visconde era de Quissaman, não podemos mudar –. E o distrito de Campos tão perto de nós, escreve Ururaí ou Ururahy como consta no título do Barão e do Visconde deste nome?

– Não se pode alterar a grafia dos nomes próprios – dizem também – Mas o tempo em que se escrevia Quissaman escrevia Macahe, Nichteroy, Victoria, Icarahy, Andarahy e não Macaé, Niterói, Vitória, Icarai, Andaraí como se escreve hoje.

Se formos procurar o primeiro documento que dá notícias de nossa terra o Roteiro dos Sete Capitães, de 1627, vamos encontrar Quissamã, com ss e ã.

E o ato público no Diário Oficial de 05.01.89 que formaliza a criação do novo município, estabelece a grafia Quissamã.

(...)

Nossa terra, nossa gente é muito tradicional. Mas para muitos essa tradição está ultrapassada. Por que conservá-la se outras tantas já caíram e esta não é seguida por grande número de quissamaenses?

E, para completar, se o nome de nossa terra se escreve com “n” final por que nós nos chamamos quissamaenses e não quissamanenses?

(Quissamã em Notícias. Quissamã, 20/06 a 04/07/1989, p. 2.)

A questão em debate, obviamente, não se restringe a uma simples variação de grafia. Ela é bem mais abrangente e diz respeito ao sentido da palavra que, independentemente de ser escrita com **ss** ou **ç**, com **ã** ou **an**, traz consigo todo o peso simbólico de um mito de origem que já se fazia presente numa publicação comemorativa, pensada para celebrar o que seria o início da história de uma emancipação política. O texto do artigo já aponta, por si mesmo, para essa problemática do sentido ou, mais especificamente, para a dicotomia que se manifesta, nos diferentes modos de se apropriar da palavra, entre o presente e o passado. A autora, a propósito, diz textualmente que “nossa gente é muito tradicional” ao se referir aos quissamaenses que insistem em fazer remissões ao tempo pretérito dos nobres locais, a regras de ortografia em desuso, a instituições como Cartório, Igreja e Engenho para construir argumentos favoráveis, por exemplo, à grafia Quissaman. Mas ficam no ar algumas perguntas: o próprio nome, em si mesmo, independentemente de suas variantes de grafia, não faz uma remissão desse tipo ao passado; dona Maria Thereza, ela própria, não faz questão de se referir ao relato seminal – o Roteiro dos Sete Capitães – para legitimar sua opção pela grafia Quissamã? Considerando tudo isso, não seria exagero dizer que o município de Quissamã nascia, no fim dos anos 80, carregando no seu nome de batismo uma tradição no sentido atribuído à palavra por HOBBSAWM; RANGER (1984), no caso uma narrativa construída no tempo presente e referenciada no passado. Um breve olhar sobre outras publicações locais ou regionais, uma consulta rápida em *sites* ou redes sócias, ou mesmo a escuta de conversas informais com líderes políticos e memorialistas quissamaenses são capazes de mostrar como, de tempos e tempos, a discussão em torno do nome Quissamã vem à tona, quase sempre tomando por referência o episódio descrito por um dos Sete Capitães. Essa constância, essa

repetição faz pensar que estamos mesmo diante de uma narrativa mítica, que se reitera ao longo do tempo e assim se consolida enquanto tal.

Mas não se deve perder de vista que, quando se faz a retomada de uma leitura atenta do relato de Miguel Ayres, Kissama ou Quissamã se refere ao gentílico ou à designação de Nação – como se costumava dizer na documentação oficial do Brasil Colônia – e não ao nome próprio de alguém. Na verdade, dentre os três envolvidos no episódio que praticamente inaugura aquela que se pode apresentar como versão oficial da história local de Quissamã, apenas Maldonado tem propriamente um nome e, considerando que nomear alguém é atribuir-lhe uma identidade, pode-se concluir que somente o branco colonizador possui identidade com base neste relato seminal. Levando-se em conta ainda que os índios e o negro citados por Ayres são meros objetos de seu avistamento e somente enquanto tais merecem lugar no seu relato, cabe dizer que o protagonismo dessa narrativa também se aplica ao branco colonizador. A propósito, os índios sem Nação que comparecem ao relato são residentes de Aldeia Nova, o que faz entender que já foram submetidos a um processo de aculturação pois que aldeamento naquele contexto pressupunha tanto a transferência das tribos para um lugar conveniente ao colonizador, que não necessariamente era do interesse das próprias tribos, quanto a imposição de valores civilizacionais europeus que vinham a reboque, acima de tudo, da catequese promovida por ordens religiosas católicas, dentre elas a jesuítica e a carmelita que se fizeram presentes na Região Norte Fluminense, ou através do trabalho de evangelização pontual ou a partir da tomada de posse de sesmarias cujo território originário acabou sendo ocupado por cidades como Macaé e Campos dos Goytacazes. No caso específico do negro também citado no relato, é significativo o fato dele se dizer forro ou liberto e, dessa maneira, provavelmente se antecipar à possibilidade de ser confundido por Maldonado e seus acompanhantes – agentes da colonização portuguesa, assim como ele – com um cativo foragido, num território em que a escravidão de africanos era regra geral. Talvez esse mecanismo de autodefesa, acionado pelo negro de Kissama, explique o fato dele praticamente desaparecer do relato e provavelmente dos olhos do colonizador Maldonado, mas certamente não explica como ele consegue se comunicar com Ayres, a ponto de dizer-lhe que era forro. Ora, que língua poderia ter sido usada para que o colonizador conseguisse interagir naquela ocasião específica com o colonizado?

Ainda que não se despreze o fato de que ambos fossem imigrantes – um deles espanhol de nascença, outro africano de origem – radicados no Brasil e que, provavelmente aqui, já pudessem compartilhar de um mesmo idioma comum, fica a pergunta: não seria a própria descrição de Maldonado, que atribui ao negro a característica de ser forro e de Nação, o resultado de uma narrativa que o colonizador já traz consigo previamente montada para facilitar o seu entendimento de mundo, a sua interpretação de fatos inusitados? E certamente a presença de um negro entre índios, num lugar em que a escravidão de africanos ainda não se difundira era um fato inusitado. Não totalmente improvável, é verdade, considerando a existência de latifúndios com mão de obra escrava na Baixada Fluminense e a presença esparsa de negros cativos entre criadores de gado em regiões mais próximas, mas inusitado o fato pois que as distâncias que separavam os territórios propriamente escravistas do local do avistamento de Kissama ultrapassavam centenas de quilômetros e ainda havia os riscos dos caminhos desconhecidos e dos enfrentamentos com os chamados índios bravios. O inusitado, portanto, ficava por conta da dificuldade de se encontrar um africano justamente naquele local, tão afastado da África e de outros lugares no Brasil ou mais especificamente no território fluminense onde a escravidão era comum naquela época.

Pois é justamente essa narrativa que flerta com o inusitado e de onde se pode inferir uma relação muito forte de proximidade entre uma das versões consagradas da história nacional – particularmente aquela que provém de um projeto oficial do Estado Imperial desenvolvido pelo IHGB e disseminado ao longo de décadas pelo país, através da educação formal e de uma historiografia marcada por uma visão edulcorada das relações interétnicas – e outra igualmente consagrada da história local de Quissamã que vai se materializar em Machadinha, especificamente através do Memorial. Mas tal materialização, assim comprometida com todas essas particularidades que remetem a duas histórias oficiais, uma nacional e outra local, não ocorreu na senzala de Machadinha no dia 9 de julho de 2016, por ocasião da reinauguração desse mesmo Memorial durante o II Encontro de Saberes Locais. Isso se deu muito antes, numa outra situação social que, mesmo não tendo sido observada diretamente pelo pesquisador, foi objeto de diversas descrições

publicadas em livros e na imprensa ¹³. Esses textos descritivos permitem recuperar certos detalhes do evento em si e deixam em aberto a possibilidade de relacioná-los com o que aqui, mais adiante, será analisado como um contraponto ao ato de inaugurar o Memorial em 2008, tendo como agente responsável o poder público municipal de Quissamã, naquele momento personificado em gestores da Fundação Municipal de Cultura, órgão vinculado à Prefeitura; neste caso, trata-se da reinauguração do mesmo Memorial que, exatamente oito anos depois, em 2016, aconteceu por ocasião do Encontro de Saberes.

SITUAÇÃO SOCIAL 2:

Cerimônias de Inauguração do Complexo Cultural da Fazenda Machadinha

Data: **04/07/2008 e 07/02/2009**

Local: **Memorial de Machadinha**

Ações desenvolvidas: **Cerimônia de entrega das senzalas restauradas, Inauguração da Casa de Artes (Restaurante e Loja de Artesanato), Inauguração do Memorial de Machadinha**

Atores envolvidos: **Gestores da Prefeitura Municipal de Quissamã, Representantes do Inepac e do IPHAN, Moradores de Machadinha e convidados**

(...) criou-se também o Memorial de Machadinha, que funcionará como um porto seguro que guardará essas origens.

O Memorial conta com imagens e textos sobre a origem deste povo forte e cheio de bravura que foram obrigados a refazer suas raízes aqui, no novo mundo, sendo arrancados de sua terra nas mais diversas regiões da África. Desde Kissama, em Angola até Quissamã, no Brasil, muitas histórias surgiram para resultar nesta

13A cerimônia de inauguração do Memorial de Machadinha é descrita em pelo menos dois livros: o primeiro deles é contemporâneo da própria cerimônia de inauguração, no caso ***Machadinha: origem, histórias e influência*** (SILVA, 2009); o segundo foi lançado dois anos depois, usando como fontes de informação o livro anterior, textos de imprensa e entrevistas com pessoas que participaram da cerimônia, neste caso Quissamã – a raiz de uma história (BALBI, 2011).

multiplicidade de cores e gingados que este município tanto se orgulha e faz questão de preservar.

(VASCONCELOS, 2009, p. 139)

Parte integrante do livro *Machadinha: Origem, História e Influências*, o texto acima é assinado pelo próprio organizador da obra, Leonardo Vasconcelos, que participou diretamente de todo um conjunto de ações que, somadas, constituíram-se num grande evento cujas realizações se concentraram nos anos de 2008 e 2009. Como se pode notar, o texto se inicia com um “também” que precede a menção ao Memorial propriamente dito. Antes de se referir ao mesmo, Leonardo situa o leitor num contexto bem mais amplo, que consiste não apenas no rol de ações especificamente ligadas ao chamado Complexo de Machadinha: neste caso, ações de reforma e restauro do conjunto arquitetônico da Fazenda Machadinha, composto por 47 senzalas dispostas em duas grandes alas em formato de “L”, as ruínas da casa grande, a antiga cavalaria que foi transformada em Casa das Artes e o outrora centro comunitário que se tornou Memorial. O contexto, no caso, também diz respeito a diversas outras ações pontuais de salvaguarda que, disseminadas entre os mais diferentes patrimônios materiais e imateriais de Quissamã, foram sendo desenvolvidas com uma certa frequência entre 2004 e 2012, período de tempo que corresponde aos dois mandatos consecutivos de Armando Carneiro à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã. Foi justamente nesse período que se consolidou em Quissamã uma política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural: ela dava continuidade e aprofundava ações implementadas em gestões anteriores, desde que o município se emancipara de Macaé em 1989, e estava associada a uma proposta de desenvolvimento da economia local de Quissamã direcionada para o turismo, em especial para o turismo histórico e cultural num município que ainda conservava evidências de patrimônio material e imaterial.

Dentre as ações colocadas em prática na gestão de Armando Carneiro, destaca-se a criação da Fundação Municipal de Cultura, em 26 de outubro de 2007, cujos objetivos eram os seguintes:

- Resgatar a memória do patrimônio histórico e cultural de Quissamã, através da promoção de inventários, pesquisas, registros, tombamentos, entre outros;

- Fomentar a difusão de talentos e proporcionar a comunidade condições de desenvolvimento cultural, incentivando e difundindo assim a cultura em seus diversos aspectos, inclusive de caráter popular;
- Elevar a autoestima da população através do uso e da produção de cultura;
- Tratar o espaço urbano como espaço cultural vivo e complexo, valorizando e preservando edificações e conjuntos notáveis, e o espaço rural como de valor paisagístico cultural, em especial a paisagem dos canaviais e das palmeiras imperiais existentes no município;

(SILVA & CAO, p. 2 e 3, 2011)

Foi através da Fundação de Cultura que as ações de salvaguarda patrimonial passaram a ocorrer com maior regularidade e ajudaram a pavimentar um caminho lógico que, por um lado, tirava proveito da existência de um patrimônio material minimamente conservado e de um imaterial ainda latente em Quissamã e, de outro, reafirmava uma narrativa que se confundia com uma das versões mais tradicionais da história do Brasil justamente aquela que reatualizava o projeto de von Martius, flertava com o clássico **Casa Grande & Senzala** de Gilberto Freyre e trazia consigo a marca da democracia racial. Na prática, essas ações procuravam dar conta de parte dos bens patrimoniais listados numa obra seminal: o livro **Quissamã** (MARCHIORI, 1987), resultado de um trabalho de pesquisa realizado em Quissamã nos anos 1980 pela Fundação Pró Memória, órgão federal vinculado à SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e que contou com a coordenação técnica de Arnaldo Mattoso, ex servidor de carreira da FUNARTE (Fundação Nacional de Artes) e depois prefeito de Quissamã entre 1993 e 1996. Ao longo de seu mandato, Arnaldo de Queirós Mattoso – ele próprio descendente de um personagem exponencial do Império do Brasil, no caso Eusébio de Queirós, responsável pelas negociações que possibilitaram a edição de leis abolicionistas no Brasil, com prejuízos minorados para os fazendeiros escravocratas – atuou como uma espécie de arauto de ações políticas que, segundo sua própria avaliação, poderiam potencializar o desenvolvimento local e regional através de uma tríade: diversificação da produção agrícola, estímulo à indústria do petróleo e ao turismo rural. A respeito dessa última potencialidade econômica, Mattoso declarava numa série de matérias jornalísticas publicadas na imprensa regional, cujo texto certamente era derivado de *press release* da assessoria do próprio Arnaldo, que

acabara de ser eleito Prefeito de Quissamã, com o apoio de seu antecessor à frente do cargo, Octávio Carneiro, uma espécie de patriarca naquela ocasião da família Carneiro da Silva, a mesma de cujo tronco saiu o Visconde de Araruama – reconhecido patriarca de uma elite local, cujas propriedades e influência política se disseminaram pelo Norte Fluminense – e todos os seus descendentes diretos e indiretos:

Temos um patrimônio histórico muito relevante, além das praias, mas os monumentos estão nas mãos de particulares e os governos federal e estadual nunca se interessam em preservá-los.

(**O Debate**, Macaé, 06/10/1992. Ano XVII, n. 1781, p. 3)

Acredito que o seu ar rural, o seu bucolismo, a sua tranquilidade e a sua maneira rural de se viver é que dão tanta graciosidade à nossa cidade (...) estes atributos poderão ser usados em um bom projeto turístico que poderá projetar o município no cenário nacional, principalmente pela beleza e pela importância de seu patrimônio histórico.

(**Folha de Quissamã**, 06/10/1992. Ano I, n. 22, p. 3)

O papel de arauto que foi encarnado por Arnaldo já prenunciava uma dicotomia e apresentava uma alternativa para sua provável solução: de um lado, como se pode notar a partir de suas declarações, ele defendia a necessidade de conservação das evidências de um passado que para muitos poderia ser entendido como um amontoado de velharias; de outro, ele apontava para o futuro ao dizer que ações de salvaguarda deste patrimônio teriam o condão de potencializar o desenvolvimento de uma atividade econômica, especificamente o turismo histórico e cultural. No mesmo texto publicado na edição de 6 de outubro do jornal **O Debate**, aparece a expressão “venha, veja e volte”, como uma espécie de convite expresso para quem quisesse conhecer Quissamã. Composta de três verbos na forma imperativa, a expressão – na verdade, uma frase curta e conclusiva – induzia os leitores de Macaé, município vizinho de Quissamã, a visitar o antigo distrito macaense, conhecer suas peculiaridades e retornar ao seu lugar de origem. É inevitável, quando se considera o sentido completo dos três verbos em sequência, observar que o convite é mesmo para uma visita rápida, o que certamente obriga o turista a conhecer superficialmente o que lhe é apresentado e, em certa medida,

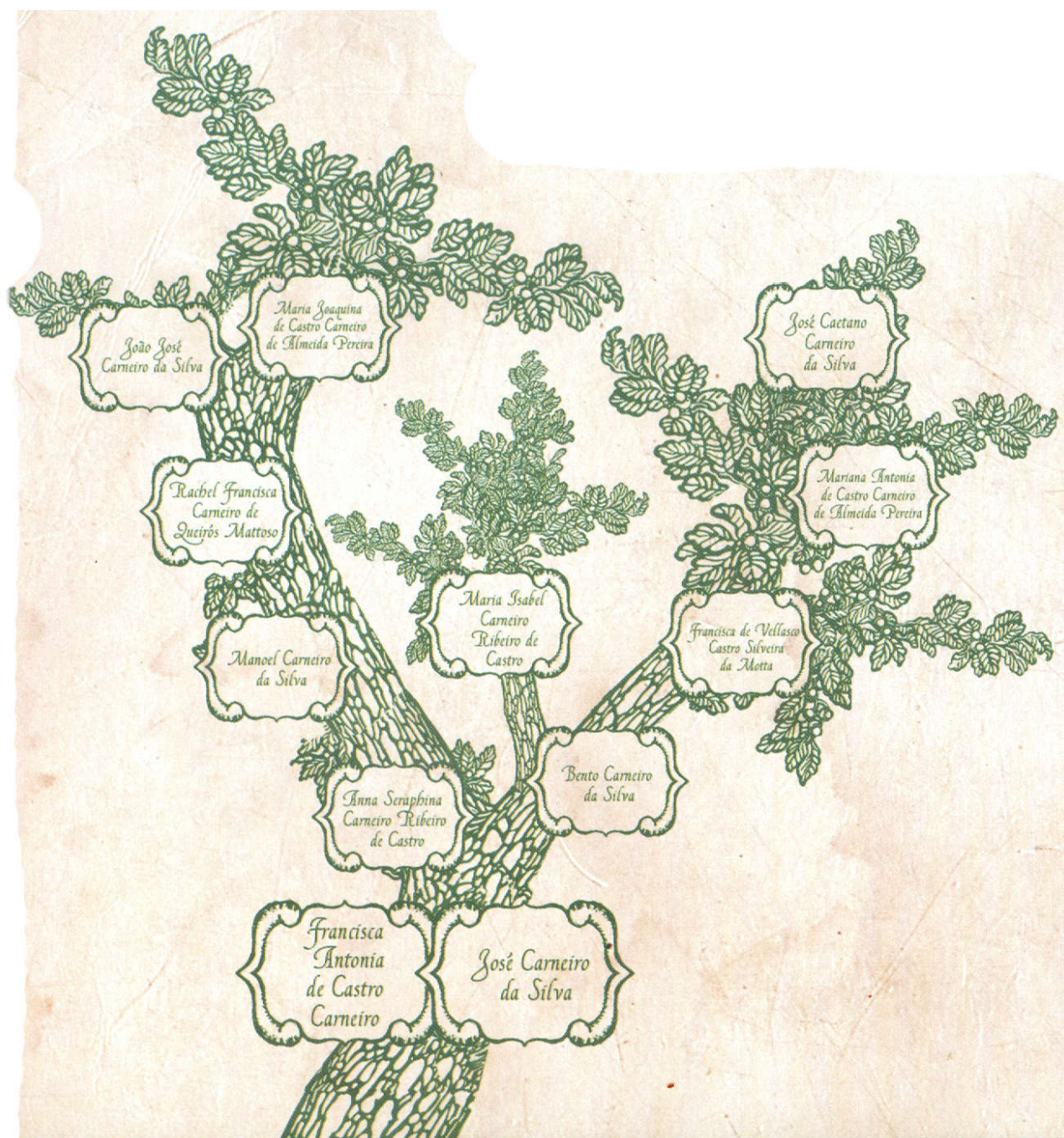
parece trazer à tona um problema estrutural que ainda hoje se apresenta como um obstáculo para o desenvolvimento do turismo em Quissamã: poucas vagas de hospedagem, restaurantes cujo horário de funcionamento é limitado, carência de profissionais capacitados em hospedagem ou turismo e opções restritas ou quase inexistentes de transporte público.

Um pouco mais adiante no tempo, durante os dois mandatos consecutivos de Octávio Carneiro (1997 a 2003) e de seu sobrinho, Armando (2004 a 2012), alguns desses problemas estruturais foram atacados pela Prefeitura Municipal de Quissamã, através do investimento de recursos oriundos de *royalties* do petróleo: estradas de acesso a Quissamã foram pavimentadas (especialmente a RJ-196, que liga o município à BR-101), foram realizados cursos de capacitação de guias de turismo, a Prefeitura adquiriu prédios considerados históricos (destaque para as atuais sedes do Museu Casa de Quissamã e do Centro Cultural Sobradinho e também o Complexo de Machadinha), foi implementado o curso de graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense e construída a sede do Instituto Federal Fluminense (onde funcionou o curso técnico de Guia de Turismo, com uma única turma formada em 2013, e onde existe ainda hoje um equipado Laboratório de Gastronomia). Juntamente com tudo isso, ainda durante a gestão de Arnaldo Mattoso, foi-se construindo, de dentro para fora do município, uma imagem positivada de Quissamã e essa mesma imagem passou a ser divulgada em outros municípios fluminenses através de diversos órgãos de imprensa, com expressões bastante significativas, tais como “pequeno notável” (**Gazeta Macabuense**. Conceição de Macabu, 05 a 10/07/1993. Ano XIII, n. 319, p.3) (**Monitor Campista**. Campos dos Goytacazes, 20 e 21/06/1997, p. 3), “Kwait do Norte Fluminense” (Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes, 20/06/1997) e “Principado de Mônaco do Norte Fluminense” (**A Cidade**. Campos dos Goytacazes, 27/05/1993, p. 5). A primeira dessas expressões trazia consigo a lembrança da saudosa Carmen Miranda, cantora e atriz de origem portuguesa que, nos anos 1940 e 1950, fez sucesso no Brasil e no exterior; assim como o município de Quissamã, que se emancipara de Macaé com uma população diminuta que não ultrapassava 15 mil habitantes e mesmo assim vinha se destacando no cenário econômico fluminense, Carmen era uma mulher de baixa estatura e um reconhecido talento que a fez ultrapassar as próprias fronteiras. Já a segunda e a terceira comparavam Quissamã

com dois outros pequenos que se faziam notar naquela conjuntura dos anos 1990: o Principado de Mônaco, requintado paraíso fiscal europeu e Kwait, país da Península Arábica que se destacava no mundo por conta das altas cifras geradas pela produção de petróleo.

Devidamente pulverizadas por diversos jornais fluminenses, essas expressões elogiosas vinham acompanhadas de uma estratégia política capitaneada pelo ex-Prefeito Arnaldo Mattoso, que consistia em colocar o município de Quissamã na posição de protagonista de um “projeto de desenvolvimento regional integrado”. O referido projeto, defendido por Arnaldo, em 03/06/1993, no jornal campista **Folha da Manhã** (Campos dos Goytacazes. Coluna “Painel Político”, p. 4) preconizava o investimento racional de recursos em infraestrutura vinculada às vocações regionais dos municípios do Norte e Noroeste Fluminense. Já em 27/05/1993, o jornal **A Cidade** (Campos dos Goytacazes. Coluna Maria Angela, p. 5) informava que havia ocorrido um chá da tarde em Quissamã para recepcionar os representantes do Conselho de Prefeitos dessas duas regiões e a proposta de Arnaldo esteve na pauta das discussões, com o objetivo de atacar as causas que levavam o Norte/Noroeste Fluminense a apresentar uma das rendas *per capita* mais baixas do Brasil. Naquela ocasião, os Prefeitos reunidos decidiram pedir uma audiência com o então Presidente da República, Itamar Franco, visando solucionar o problema de dívidas municipais com o INSS e o FGTS. Mesmo diante de municípios bem maiores e emancipados há mais de um século, Quissamã fazia valer a máxima de “pequeno notável”, assumindo papel de destaque no noticiário regional através de matérias intituladas “Quissamã se transforma em município modelo” e “Desenvolvimento harmônico e integrado em Quissamã” (**Folha da Manhã**. Campos dos Goytacazes, 12/06/1993).

Percebe-se aí uma pretensão de fazer Quissamã voltar no tempo ou, mais especificamente, reassumir um papel de centralidade que outrora esse mesmo lugar ostentou na antiga província fluminense. Não se pode perder de vista que, durante o Segundo Reinado (1840-1889), as grandes fazendas produtoras de cana de Quissamã, impulsionadas pela mão de obra escrava, proporcionaram riqueza, prestígio e poder para uma elite local personificada em nomes próprios e títulos de nobreza, a começar por José Carneiro da Silva, o Visconde de Araruama.



(ÁRVORE GENEALÓGICA EXTRAÍDA DO LIVRO *Memória Visual e Afetiva de Quissamã*, p. 20)

Publicada no livro ***Memória Visual e Afetiva de Quissamã*** (2006), obra organizada por Leonardo de Vasconcellos Silva e subsidiada pela Prefeitura Municipal de Quissamã, a árvore genealógica aqui apresentada é parte integrante de artigo assinado por Dalmiro Barros, museólogo e então Presidente do Colégio

Brasileiro de Genealogia, sob o título “Genealogia dos Viscondes de Araruama”. O livro em questão deve ser entendido como um repositório dos mais eloquentes de uma história de família, no caso a dos Carneiro da Silva, que tende a se confundir com uma das versões mais difundidas da história local de Quissamã. Essa concepção de história em certa medida se combina com a derivada de von Martius – aqui mesmo já analisada – e aponta para uma narrativa recheada de nomes próprios de grandes personagens que constituem uma elite e se notabilizam por conduzir as ações do processo histórico, em detrimento de outros agentes como trabalhadores que, no caso específico da história de Quissamã em seus tempos considerados áureos, eram em sua maioria escravos. No caso específico do livro de Leonardo, a história de família aparece de forma direta no longo capítulo (44 páginas) intitulado “O Visconde de Araruama e seu tronco familiar” e de modo indireto em mais três: “Hábitos e Costumes” (10 páginas), “Ilustres Visitantes” (18) e “Arquitetura” (14). Todos esses capítulos são densamente ilustrados com retratos, fotos de fachadas de casarões de fazenda, *fac similes* de jornais, documentos, títulos nobiliárquicos, imagens sacras e objetos de decoração. No total, são 76 páginas de uma narrativa de caráter personalista e recheada de referências visuais que remetem a histórias privadas de vida que, sendo assim apresentadas numa publicação com chancela do poder público, tendem a se cristalizar como histórias igualmente públicas e, mais ainda, como histórias oficiais de um município cuja trajetória própria parece apontar para um passado idealizado, justamente aquele em que se ancora a situação confortável de vida dos personagens que protagonizam os relatos contidos no livro. É inevitável, quando se faz uma leitura criteriosa da obra, perceber que a mesma traz consigo a marca das histórias nobiliárquicas de matriz europeia. O próprio autor deixa escapar esse tipo de associação com uma espécie de modelo civilizador proveniente do Velho Mundo ao escrever num dos textos de apresentação de ***Memória Visual e Afetiva de Quissamã***.

Como imaginar que em plena região rural da Província do Rio de Janeiro, mesmo com o acesso limitado pelas dificuldades tecnológicas decorrentes do século XIX, existiria uma vida independente em que homens, mulheres e crianças se comportariam como quem vivia na Europa! A educação requintada e o contato regular com os modos e costumes das grandes cidades

mundo afora, deram a Quissamã um refinamento mais condizente com o cotidiano da Corte Imperial.

(SILVA. 2006, p. 9)

Noutro texto de apresentação do mesmo livro, a então coordenadora especial de Cultura e Lazer da Prefeitura Municipal de Quissamã, Alexandra Moreira de Carvalho Gomes, também reconhece que a história contada no livro é mesmo a da pujança, do requinte e do refinamento que aponta para um passado idealizado e ancorado no Segundo Reinado (1840-1889), quando então a elite local de Quissamã desfrutava das riquezas geradas pela monocultura de cana de açúcar, gozava de prestígio político junto à Corte do Rio de Janeiro e frequentava amiúde os grandes centros europeus, de onde aliás costumava trazer referências arquitetônicas, modelos de decoração, hábitos de vestir, pensar e até inovações tecnológicas.

Entre as paredes desta fabulosa obra arquitetônica – refere-se ao Museu Casa de Quissamã, inaugurado na mesma época em que foi publicado o livro – encontram-se elementos de uma época em que o país crescia unilateralmente. Hoje, a simbologia é outra: construímos aqui um espaço aberto ao público, capaz e brilhar aos olhos dos espectadores uma luz símil a todos os protagonistas da história. Isso, para nós, é prover justiça.

(GOMES. Citado por SILVA. 2006, p. 8)

GOMES (2006), que esteve à frente de praticamente todos os trabalhos de salvaguarda desenvolvidos pela Fundação Cultural de Quissamã, intitula o seu texto como “O Lar da Nossa História”, numa clara alusão ao Museu Casa de Quissamã. O substantivo “lar” não deve ter sido uma mera escolha por motivações estéticas, e sim pelo sentido que possui e que remete a uma combinação com uma das expressões do título da própria obra em que o texto aparece, no caso “memória afetiva”: nesse caso, o museu é pensado para ser o lugar do afeto e, ao mesmo tempo, a residência de uma história que tem a pretensão de ser de todos os quissamaenses e convidados. Essa pretensão fica impressa com a escolha do pronome possessivo “nossa” que vem antes da palavra “história”: já nesse caso, quer se fazer entender que a narrativa que ali se acomoda como num lar não é apenas de quem a protagoniza – uma elite local que viveu no século XIX – mas de todos, dividida com todas as pessoas que viessem a frequentar o Museu. Cabe

acrescentar que a publicação de *Memória Visual e Afetiva de Quissamã* em 2006 veio em companhia da inauguração do Museu Casa de Quissamã, que ainda hoje ocupa a antiga sede da Fazenda Quissamã, casarão onde residiu o Visconde de Araruama, José Carneiro da Silva, considerado patriarca da família Carneiro da Silva, justamente aquela que protagonizou o apogeu da história local de Quissamã e cujos descendentes diretos – Octávio Carneiro, Armando Carneiro – e indiretos – Arnaldo Mattoso – dividiram entre si o cargo de Prefeito de Quissamã desde a emancipação do município em 1989 até o afastamento de Octávio do cargo por razões de saúde em 2015. Alguns meses depois, em julho de 2016, Octávio veio a falecer. Mais recentemente, Armando se candidatou a mais um mandato à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã e acabou sendo derrotado por Fátima Gouveia. Mas foi justamente durante as sucessivas gestões desses descendentes do Visconde que se consagrou uma concepção de história local que flerta, simultaneamente, com o mito das três raças em sintonia e com os requintes de uma nobreza periférica. No primeiro caso, a sintonia que se inaugurou com o encontro de Maldonado com Kissama e os índios acabou se desdobrando na ideia de que, em Quissamã, as relações entre senhores e cativos foram despidas da violência inerente à escravidão ¹⁴. Já no segundo, as narrativas personalistas de uma elite iluminada do século XIX acabaram inspirando ações em plena consonância com os requintes de um passado idealizado, tais como as oficinas de artes clássicas do Centro Cultural Sobradinho, os eventos refinados para um público seletivo e a

14A concepção de que a escravidão em Quissamã era despida de violência foi recorrente nas falas dos guias de turismo locais, em diversos trabalhos de campo que eu mesmo fiz, acompanhado ou não de alunos, aos pontos locais de visitação turística, em particular o Museu Casa de Quissamã. Em palestra realizada no Centro de Convenções da UENF, em 2015, o fotógrafo Wellington Cordeiro, que participou de trabalhos de pesquisa em Quissamã e também da expedição enviada ao povoado de Kissama em Angola, reafirmou essa concepção. Em conversas informais com alunos de Ensino Médio do *campus* Quissamã do IFFluminense, é comum ouvir relatos que também remetem a essa ideia de uma escravidão sem violência. No livro *Comunidades Tradicionais e Neocomunidades* (2011, p. 137), em capítulo dedicado à comunidade de Machadinho, LIFSCHITZ constatou uma concepção desse tipo a partir de entrevistas feitas com moradores locais, dentre eles Seu Carlinhos, que falava tanto de sua própria infância quanto de um tempo mais afastado em que seu avô, escravo e cozinheiro da fazenda, servia aos donos da casa grande; em suas memórias, Seu Carlinhos trazia à tona o que LIFSCHITZ sintetizou como uma “referência a uma quase irmandade entre escravos e senhores (que) parecia incluir todos os senhores que passaram pela casa grande.

construção de um Laboratório de Gastronomia dentro das dependências do *campus* Quissamã do Instituto Federal Fluminense.

Conforme já foi dito, as duas concepções de história, ambas com forte acento eurocêntrico, até se complementam na composição de uma narrativa que aparenta ser única e que se pretende universal para um território como o de Quissamã. Essa mesma narrativa, entretanto, traz consigo uma dualidade de origem que se manifesta e se materializa nas ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural que foram desenvolvidas em Quissamã desde a emancipação do município. O livro seminal que a inspira – **Quissamã**, organizado por MARCHIORI (1987) a partir de pesquisas realizadas nos anos 1980 pela equipe do SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória – e que é citado com frequência em praticamente todas as publicações que acompanharam as ações de salvaguarda, ele já apresentava um Sumário dividido em três seções: as duas primeiras eram abertamente duais – reuniam capítulos sob os títulos “da Elite” e “do Povo” - e a terceira trazia um capítulo único que discutia identidade cultural em Quissamã a partir dos conceitos de tradição e modernidade ¹⁵. Pois essa dualidade, que na verdade são duas – tanto a que contrapõe erudito e popular, quanto a que trafega pelas três dimensões do tempo linear: passado, presente e futuro – veio mesmo pontuando as ações, mas não de um modo maniqueísta. Na prática, o que foi feito por dirigentes políticos e técnicos foi tentar dar conta da diversidade manifesta de um município tão pequeno em tamanho e população, quanto gigante em pluralidade. Em texto já citado (*apud*. SILVA. 2006, p. 8), GOMES sinalizava como tal dicotomia poderia ser entendida e em certa medida conduzida no caso específico do Museu Casa de Quissamã ao afirmar como, apesar de sediar o peso simbólico de uma história requintada e de elite, aquele lugar de memória estaria pronto para ser um “espaço aberto ao público” e assim, numa outra conjuntura, ajudar a “fazer justiça”. GOMES também menciona os “elementos de uma época em que o país crescia unilateralmente”, fazendo pensar que todo o requinte acondicionado no Museu era resultante, no século XIX, da exploração do trabalho escravo; ainda que isso não fique claro em seu texto, em “O Lar da nossa História” a autora induz a pensar também que o público, atualmente, tendo acesso a esses elementos de um país desigual, possa

15CAVALCANTI, Lauro. Tradição e Modernidade: identidade cultural da reguesia de Quissamã. In: MARCHIORI, Maria Emília Prado (org.) (1987). *Quissamã*. Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação Nacional Pró Memória, 1987.

desenvolver um pensamento crítico acerca do que tem ali, na Casa de Quissamã, diante de seus olhos. Seria exatamente essa a justiça que se pretendia fazer? Ora, o texto não oferece uma resposta pronta e, em diversas visitas técnicas que eu mesmo tenho feito com alunos às dependências do Museu nos últimos cinco anos, também não tive a ocasião de perceber como se faz essa tal justiça a partir de um simples passeio pelas dependências daquela antiga sede de fazenda. As contradições permanecem na cabeça dos visitantes e o Museu Casa de Quissamã ainda hoje parece ser o repositório de uma história de requinte periférico, mesmo recebendo ocasionalmente exposições temporárias que não necessariamente se alinham com essa concepção de história.

Já noutro texto, que funciona como um dos prefácios do livro ***Machadinha: origem, história e influências*** (SILVA, 2009, p. 6), Alexandra Moreira Carvalho Gomes, naquela ocasião Presidente da Fundação Cultural de Quissamã, esforçou-se mais uma vez no sentido de apresentar outra das ações de salvaguarda que ela própria comandava à frente da Fundação. Desta vez, a publicação do referido livro veio atrelada ao evento de inauguração do Complexo da Fazenda Machadinha, já citado anteriormente. Intitulado “A força e a coragem de um povo”, o texto igualmente curto de GOMES traçava uma linha de continuidade entre aquela e todas as ações anteriores – o que certamente incluía a inauguração do Museu Casa de Quissamã – através de um apelo para a história, tanto a de curta, quanto a de longa duração. A mais próxima e ainda vivida naquela época das inaugurações de lugares de memória em Quissamã era a das próprias inaugurações que traziam para um tempo presente as angústias de um passado; já a mais distante e longa se referia justamente ao passado que aportava no presente e que, no caso de Machadinha, certamente não era o mesmo do Museu. Ainda assim, havia o esforço de uma mesma autora, ela mesma uma agente e protagonista das ações de salvaguarda, no sentido de esticar o fio condutor. Em “O lar da nossa história” (SILVA, 2006, p. 8), ficou dito que a história do Brasil remete as pessoas a “momentos de profunda reflexão sobre a construção de nossa sociedade”; ficou dito também que “o passado não pode ser esquecido” e deve “servir de instrumento conscientizador a favor de ideais de liberdade”. Por seu turno, em “A força e a coragem de um povo”, o próprio título já demonstra que o sentido do que GOMES escreve neste texto é relativamente próximo ao do anterior e parece complementá-lo, especialmente no

que se refere ao entendimento de que o que estava sendo feito naquele momento em Machadinho era parte de uma sucessão de eventos que, quando reunidos, pareciam ter um mesmo fio condutor, uma lógica interna própria que, apesar de trazer para o presente duas concepções de história recheadas de contradições, fazia as pessoas pensarem o seu próprio momento a partir de um ou mais recortes do passado. Essa lógica interna, verbalizada por GOMES, pode ser percebida na realização regular de ações de salvaguarda em diversos lugares de Quissamã, com destaque em 2006 para o Museu Casa de Quissamã e em 2008 para o Complexo da Fazenda Machadinho. Era sim uma tradição que se inventava – aqui se aplica o conceito de HOBBSAWM e RANGER (1984) – em Quissamã, sob os auspícios da Fundação de Cultura:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade, em relação ao passado.

(HOBBSAWM e RANGER. 1984. p. 9)

Quando iniciamos o processo de recuperação do patrimônio artístico e cultural de Quissamã, há quatro anos, sabíamos que tínhamos um grande desafio pela frente. Era preciso restaurar parte da história maltratada pelo tempo, conhecimentos esquecidos pelo descaso, obras perdidas pela falta de preservação e um sentimento de enfraquecimento de nossa cultura. Foi preciso, no início, mudar conceitos, transformar ideias e principalmente avançar nas ações. Aos poucos, o trabalho nos mostrou que os sonhos não estavam mais distantes. Estavam, sim, alimentando nosso presente.

(GOMES, In: SILVA. 2009, p. 8)

A lógica interna das ações de salvaguarda desenvolvidas adquire outros contornos nesse texto de GOMES e faz entender que essa mesma lógica provem de período anterior à gestão de Armando Carneiro na Prefeitura Municipal de Quissamã e, conseqüentemente, ao trabalho da própria Alexandra à frente da Fundação Municipal de Cultura. GOMES escreve sobre o “grande desafio” de restaurar e revela o sentimento de perda que seria manifesto em Quissamã em relação ao seu próprio patrimônio, fazendo uso de expressões como “história maltratada pelo

tempo”, “conhecimentos esquecidos”, “obras perdidas” e “enfraquecimento de nossa cultura”. O desafio, aliás, havia sido lançado muitos anos antes, a começar pelo trabalho de levantamento do patrimônio local de Quissamã promovido, na década de 1980, pela Fundação Nacional Pró Memória e que resultou na publicação do livro **Quissamã** (MARCHIORI, 1987). Antes mesmo disso, o ex-Prefeito Arnaldo Mattoso, na época servidor da FUNARTE, havia sido fonte de matérias publicadas em **O Globo** e no **Jornal do Brasil**, em 1982; nesses textos jornalísticos, publicados em jornais impressos de circulação nacional e que nos anos 1980 se destacavam como formadores de opinião qualificada, Mattoso listava uma série de patrimônios materiais supostamente esquecidos no interior do estado do Rio de Janeiro, lamentando que diversos deles se encontravam em estado de ruínas ou muito danificados e reforçando a necessidade de recuperá-los em razão de sua importância para as histórias de suas respectivas regiões e também para a história fluminense. Em 03/06/1993, a colunista Maria Angella (**A Cidade**. Campos dos Goytacazes, p. 5) mencionava que, numa visita ao Rio de Janeiro, o Prefeito de Quissamã, Arnaldo Mattoso distribuía o livro organizado por MARCHIORI (1987) para amigos e conhecidos, convidando as pessoas a visitar Quissamã. Esse fato ocorreu na mesma conjuntura em que a assessoria de imprensa da Prefeitura de Quissamã enviava *releases* para diversos órgãos de imprensa de cidades fluminenses difundindo a proposta de um desenvolvimento regional integrado, tendo o município de Quissamã como ponta de lança desse desenvolvimento pautado em vocações regionais. Cabe repetir que, nesse contexto da primeira metade dos anos 1990, Quissamã era apresentado como potência em projeção (Editorial do **Diário de Macaé**, 09/06/93, p. 4) e município que havia dado certo (Caderno Especial Norte/Noroeste. **Folha da Manhã**, 11 a 17/07/93, capa). Em **A Voz da Cidade** (12/06/93, p. 7), jornal publicado em Macaé, aparecia uma matéria intitulada “Cultura: marca histórica de Quissamã”, cujo texto reforçava a idéia de que uma das potencialidades do município de Quissamã era exatamente sua tradição cultural. Um pouco mais adiante no tempo, o então Prefeito de Quissamã, Octávio Carneiro adquiriu em 2002, as sedes das fazendas Quissamã e Machadinha, justamente as duas que, já sob a gestão de Armando Carneiro, foram restauradas e transformadas em lugares de memória (NORA, 1993), em repositórios de uma tradição inventada (HOBBSAWM e RANGER, 1984). Em “O lar da história”, GOMES (In SILVA. 2006, p.

8) saudava Octávio como um visionário ao adquirir aquelas velhas fazendas mais de uma década antes da Fundação Municipal de Cultura realizar o que ela própria qualificara, no mesmo texto, como “sonho” da gestão de Armando. Já em “A força e a coragem de um povo” (2009, p. 6), a mesma autora retrabalhava a metáfora, afirmando que “o trabalho (...) mostrou que os sonhos não estavam mais distante (...) sim, alimentando nosso presente”.

Esses e outros elementos, quando dispostos assim, numa sucessão diacrônica de acontecimentos, ajudam a compreender que as ações de salvaguarda desenvolvidas pela Fundação presidida por Alexandra Moreira Gomes estavam de pleno acordo com o que já fora dito e feito anteriormente, dentro de uma lógica interna própria que unia os gestores públicos de Quissamã. Uma política pública de cultura estava se configurando dessa maneira, caracterizada pela ressignificação, dentro de um tempo presente (“nosso presente”), das marcas de um passado devidamente escolhido, cristalizado e idealizado. E que passado era este? No caso do Museu Casa de Quissamã, era o apogeu dos Araruama e, no caso de Machadinha, o das ancestralidades imemoriais. Pelo menos é o que pontua GOMES (2009, p. 8) ao escrever que “(...) em cada detalhe dos trabalhos realizados, especialmente na comunidade de Machadinha, sentíamos a presença marcante deixada pelos nossos ancestrais”. E o tempo presente, em que as ações de salvaguarda ocorriam, qual seria?

Cabe entender em que conjuntura escreveu GOMES (2009) e na qual foram realizadas as ações de salvaguarda que ela própria comandara à frente da Fundação: num intervalo de tempo de não mais do que três anos que separam as duas publicações e, conseqüentemente, os atos de inauguração de dois lugares de memória: o Museu Casa de Quissamã e o Complexo de Machadinha. Entretanto, como foi visto, esse tempo relativamente curto só tem sentido quando retrocede pelo menos uns 20 anos, até a década de 1980, quando então foi realizado o trabalho de prospecção do patrimônio material e imaterial de Quissamã pela SPHAN/Fundação Nacional Pró Memória, quando também o município de Quissamã se emancipou de Macaé na esteira de uma Constituição Federal reconhecida e qualificada como cidadã. A prospecção feita por técnicos da SPHAN comprovou a existência naquele lugar de evidências concretas ou não de tempos passados, muitas delas devidamente preservadas ou passíveis de salvaguarda; a emancipação política

trouxe à tona um município diminuto em população, aferrado a uma economia canavieira já decadente e carente de propostas de desenvolvimento relacionadas às suas vocações; o texto constitucional de 1988 colocava um ponto final em mais de duas décadas de ditadura, garantia o acesso a direitos e liberdades civis, potencializava a participação das pessoas nos destinos do país. Em Quissamã, lugar em que os ventos são muito frequentes e fortes, os democráticos foram sentidos logo nas primeiras eleições municipais, que colocaram em lados opostos duas fortes lideranças: Octávio Carneiro, patriarca dos Carneiro da Silva e descendente do Visconde de Araruama, e Alcides Ramos, ex-Prefeito de Macaé e conhecido como Bicho Velho. Junte-se a isso o fato de Quissamã ter tido acesso a uma fatia considerável de *royalties* de petróleo, que chegaram a responder por cerca de 80% da arrecadação municipal e possibilitaram a consecução de investimentos em diversas áreas, inclusive a de política cultural. De um modo sintético, tem-se aí o repertório de elementos conjunturais que inspiraram GOMES e a colocaram numa situação de porta-voz de uma política pública de cultura que a Fundação Municipal formatou e colocou em prática, mas que outros gestores, que vieram antes dela, já anunciavam suas características.

Em relação à disputa política entre os dois líderes locais, essa se iniciou meio por acaso, por força de um entendimento da Justiça Eleitoral, segundo o qual a chapa originalmente composta por Alcides Ramos e Octávio Carneiro, respectivamente candidatos a Prefeito e Vice nas eleições municipais de 1989, não poderia concorrer ao pleito porque o Bicho Velho, ex Prefeito de Macaé, não se desincompatibilizara do cargo dentro do prazo definido pela Lei Eleitoral. Diante desse impedimento que desarticulou a candidatura de Alcides, Octávio assumiu a cabeça de chapa e acabou sendo eleito o primeiro Prefeito do município de Quissamã. Teve sua gestão bem avaliada, dentro e fora das fronteiras do município e assim conseguiu eleger o seu sucessor, Arnaldo Mattoso, desta vez numa disputa acirrada com o Bicho Velho. Daí em diante, com a gestão de Arnaldo também tendo boa avaliação, Octávio retornou à Prefeitura e, depois disso, fez mais um sucessor, no caso seu sobrinho Armando Carneiro, que desta feita derrotou nas urnas o próprio Arnaldo. Octávio, Arnaldo e Armando: três nomes próprios com diversos pontos em comum. Todos estiveram à frente do Poder Executivo em Quissamã e, cada qual a seu modo, foram diretamente responsáveis por colocar em prática uma

política pública de cultura direcionada para a salvaguarda de patrimônio histórico e cultural. Octávio foi pioneiro, recolocou no poder uma família tradicional, cuja ascendência remontava aos tempos do Visconde de Araruama, quando os Carneiro da Silva se destacavam entre os pares do Império do Brasil e Quissamã despontava território rico e inovador; Arnaldo tomou para si o papel de arauto do desenvolvimento local atrelado à preservação de patrimônio, abasteceu a imprensa regional de informações que pretendiam fazer de Quissamã uma espécie de modelo bem sucedido de desenvolvimento; Armando foi responsável pela criação da Fundação Municipal de Cultura e, através dela, conferiu um Norte para o trabalho de salvaguarda, estabelecendo um fio narrativo para o mesmo e atrelando-o ao turismo cultural. Talvez nada tenha sido combinado, mas houve sim uma linha de continuidade perpassando as ações de salvaguarda dos sucessivos governos desses três ex-Prefeitos de Quissamã. No que se refere aos patrimônios materiais, as escolhas daqueles que seriam preservados, transformados em lugares de memória e incluídos num roteiro oficial de turismo recaíram sobre edificações que, de alguma maneira, estiveram ligadas a um mesmo recorte de tempo, justamente o do apogeu de Quissamã e dos Araruama durante o Segundo Reinado (1840-1889). Cada uma dessas edificações – em sua maioria, sedes de fazendas ou confortáveis residências urbanas – parecia materializar nas suas fachadas, nas suas divisões de cômodos, nas suas mobílias e decorações internas toda uma história de requinte num lugar periférico. Mesmo as senzalas de Machadinho, que aparentemente poderiam destoar num circuito que remetia a uma história senhorial, foram esvaziadas de sua memória de sofrimento, como se nelas não tivessem vivido cativos e sim famílias de parceiros dos senhores ou representantes de uma ancestralidade imemorial; ainda hoje, as fachadas uniformes das senzalas, devidamente emolduradas por grandes árvores cujas raízes formam mosaicos no chão, parecem transmitir ao visitante uma sensação de ordem, monotonia e tranquilidade. Já em relação ao patrimônio imaterial, as opções de salvaguarda se concentraram em manifestações culturais – culinária de senzala, jongo, fado, cortejos de boi – que remontavam a uma herança cultural híbrida e não necessariamente estavam ligadas a essa história de cunho senhorial, mas que em certa medida passaram por um processo de resignificação que as deixava cada vez mais próximas de padrões comportamentais eurocêntricos e tornava-as

palatáveis para um público médio acostumado com espetáculos. O Museu Casa de Quissamã, por exemplo, foi inaugurado com uma representação teatral que recriava uma cerimônia de casamento ocorrida naquele local, que teve originalmente a presença do imperador D. Pedro II e de dezenas de dignitários da Corte do Rio de Janeiro; a representação contou com a participação de atores de renome, com destaque para Thiago Fragoso. A programação da cerimônia de inauguração do Complexo de Machadinha incluiu show com a cantora Sandra de Sá. Em conversa informal, tive oportunidade de ouvir de um gestor público que estava orgulhoso de haver sugerido ao grupo de fado – uma dança que, num dado momento, exige que os homens batam fortemente os pés contra o solo – que não mais se apresentasse ao rés do chão e sim sobre um tablado, preferencialmente de madeira, que colocasse os dançarinos em posição de destaque e potencializasse o som compassado dos tamancos batendo no solo. Num dado momento, chegou ao *campus* Quissamã do IFFluminense uma demanda de curso de capacitação de garçons direcionado para pessoas da comunidade de Machadinha que iriam atuar no restaurante da Casa de Artes, local onde eram servidos os pratos tradicionais da culinária de senzala.

Sem perder de vista a situação conjuntural que marcou a realização das ações de salvaguarda, cabe também ressaltar que os ventos democráticos soprados a partir da Constituição Federal de 1988 não se fizeram sentir apenas através de uma disputa política entre líderes locais de Quissama, que acabou recolocando no poder descendentes de uma das famílias mais tradicionais da Região Norte Fluminense. E foram justamente esses herdeiros, diretos ou indiretos, de terceira ou quarta geração, que estiveram à frente do Executivo Municipal por um período de aproximadamente 25 anos, quando então se concebeu e se realizou uma política pública de salvaguarda cujo fio narrativo cristalizava e difundia uma versão da história local de Quissamã que apontava para um passado idealizado no Segundo Reinado, justamente um período em que a trajetória de Quissamã se confundia com a de apogeu do Império e tinha como protagonistas os descendentes de primeira geração do Visconde de Araruama. Essa história de sucesso material e projeção política, materializada em edificações que ainda hoje são ícones de sofisticação e requinte, podia ser encarada como um contraponto num contexto de revalorização de direitos civis e de desenvolvimento de uma consciência cidadã. Mas não foi isso

que aconteceu. Já em 01/05/1993, foi publicada no jornal campista **Folha da Manhã** (p. 3) uma saudação ao trabalhador no Dia do Trabalho contrapondo duas palavras fortes: escravidão e liberdade. A publicação, chancelada pela Prefeitura Municipal de Quissamã, na época sob a gestão de Arnaldo Mattoso, trazia o poema “Operário em Construção”, de Vinícius de Moraes e uma propaganda institucional com o seguinte texto: “Queremos, hoje, ver nosso povo mais perto da verdadeira liberdade. Para isto, trabalhamos a cada dia mais intensamente”. Ora, isso tudo aconteceu naquela mesma conjuntura específica em que Quissamã buscava retomar para si um papel de centralidade na política fluminense, difundindo expressões como “Principado de Mônaco do Norte Fluminense” e apontando para a possibilidade de um “desenvolvimento harmônico e integrado” (**Folha da Manhã**, 13/06/1993). Ora, essa mensagem ecoava, acima de tudo, sobre um território cuja riqueza no passado – especialmente aquela que sustentou o requinte de uma elite local – foi construída a partir do trabalho escravo e onde o frontão de entrada do Engenho Central de Quissamã – empreendimento pioneiro na região, no Brasil e na América do Sul – ainda ostentava a expressão latina *Dulce Laboris Premiun*, cujo significado era a doce recompensa pelo trabalho. Um mês depois dessa saudação institucional ter vindo a público, em 12/06/1993, por ocasião das comemorações do quarto aniversário de emancipação política do município, foi a vez do então ex-Prefeito, Octávio Carneiro, assinar na imprensa regional (**A Voz da Cidade**, Macaé, Ano III, n. 112, p. 6) um texto em que parabenizava os cidadãos quissamaenses e narrava a trajetória da emancipação sob o título “Cronologia da Liberdade”. Mais adiante ainda no tempo, já sob a gestão de Armando Carneiro, houve o lançamento de um livro – **Tidinho, o menino contador de histórias: uma outra versão da história de Quissamã** de Rachel Fernandes e Wellington Carvalho – voltado para o público infante juvenil e com o seguinte texto de abertura, assinado pelo próprio Prefeito:

No passado nossa terra também teve muitas desigualdades, principalmente por causa da escravidão, mas felizmente tudo isso acabou. Hoje temos orgulho de viver numa cidade onde todos têm os mesmos direitos e oportunidades. As crianças, os jovens, adultos e até os idosos estão na escola e têm acesso à cultura, esporte, lazer e saúde de qualidade.

Promover o conhecimento é um dever de todo governante. Acreditamos que preservar e valorizar nosso passado é uma forma de construirmos um futuro melhor. Esse é o compromisso que tenho

com todos os quissamaenses. Um compromisso de prefeito e, principalmente, de pai.

(FERNANDES e CARVALHO. 2008, p. 5).

Pontuado pela clareza e pelo apelo emocional que são cabíveis para um público infante juvenil, esse texto traz consigo, entre os anos de fundação do Museu Casa de Quissamã (2006) e do Complexo de Machadinha (2008), diversos elementos que percorrem quase todo o processo de realização de ações de salvaguarda em Quissamã. Ele trafega com desenvoltura pelas três variáveis de tempo linear: reconhece e circunscreve as desigualdades ao passado, vinculando-as à experiência da escravidão; frisa que tudo isso acabou nos dias atuais, destacando que direitos e oportunidades são então extensivos a todos; projeta a construção de um futuro melhor. Ao mesmo tempo, atribui a todo e qualquer governante o compromisso de promover conhecimento. A proposta narrativa do livro, aliás, é uma síntese dessa comunhão de variáveis de tempo: os autores usam de liberdade poética para fundir passado e presente num mesmo local, no caso o território de Quissamã, com o cuidado de pontuar seus lugares de memória; essa narrativa é direcionada às jovens gerações de quissamaenses e o livro, sendo distribuído em escolas públicas e privadas de Quissamã, parece ter a pretensão de servir de material paradidático. Em conversas informais com adolescentes e adultos jovens de Quissamã, é difícil encontrar um deles que, de um modo ou de outro, não tenha tido contato com a história de Tidinho. Isso pode ser encarado como uma pequena amostra de que o compromisso autoassumido pelo autor do texto de abertura – na época, Prefeito de Quissamã – de promover conhecimento deve ter sido cumprido. E esse conhecimento, no caso específico do livro, está também de pleno acordo com aquele fio condutor já identificado anteriormente e que veio acompanhando as ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural. Neste livro, que influenciou jovens gerações de quissamaenses nos últimos 20 anos, é perceptível uma concepção tradicional de história que, em síntese, não difere em nada daquela que permeia todo o conjunto de ações de salvaguarda: do mito de origem derivado do relato de Maldonado e repetido tantas vezes em textos escritos e atos comemorativos até a realização propriamente dita das ações de salvaguarda, culminando com a inauguração do Museu Casa de Quissamã. A propósito, o personagem que confere título ao livro – Tidinho, cujas feições e modo de ser remetem a seu Tide,

descendente de escravos e um dos guardiões de memória de Machadinha – reside num baobá, bem ao lado do Museu; ele se notabiliza por contar histórias, tendo sempre ao seu lado a menina Chiquinha, sua amiga e interlocutora. A composição visual desses personagens é estereotipada e ressalta suas diferenças, ainda que ambos mantenham entre si uma forte relação de amizade: Tidinho é negro, descendente de escravos; Chiquinha é branca, de olhos claros. Já a composição narrativa, também reforça a dualidade: Tidinho cumpre o papel de protagonista ao relatar a história mas, contraditoriamente, a história que ele conta é exatamente aquela inspirada no projeto originário de von Martius, que fala da coexistência do branco com o negro, que amortiza conflitos, que edulcora relações de dominação, que recorta tempos idealizados e reconhece o protagonismo de uma elite ilustrada, senhora do conhecimento. E isso tudo é difundido entre novas gerações, num território conflagrado no passado por relações escravistas de produção e pela forte presença do latifúndio monocultor e, no presente, por disputas políticas e lutas constantes dos mais diferentes segmentos da sociedade – no caso específico de Quissamã, município diminuto em população, mas diversificado em sua composição social – por direitos então assegurados por leis específicas, todas elas positivadas na esteira de influência de uma Constituição adjetivada como Cidadã.

Muito antes de ***Tidinho, o menino contador de histórias*** vir à tona, com sua linguagem pedagogicamente bem colocada e sua capacidade de se comunicar com novas gerações, cabe lembrar que Arnaldo Mattoso (***Folha da Manhã***, Campos dos Goytacazes, 01/05/1993, p. 3) fez mais uma vez cumprir o seu papel de arauto do que ainda estava por vir com a consecução de diferentes ações de salvaguarda, dentre elas a publicação de diversos livros, a reforma de diferentes edificações e a cristalização de uma versão oficial da história local que reproduzia em Quissamã os percursos mais tradicionais da história do Brasil. Numa propaganda institucional da Prefeitura Municipal de Quissamã, o então Prefeito, Arnaldo, assinava embaixo de um texto que dizia: “Queremos, hoje, ver nosso povo mais perto da verdadeira liberdade” Ao final do mesmo texto, ainda aparecia em destaque a curta frase: “O desenvolvimento passa por aqui”. Essa postura de associar desenvolvimento com o exercício da liberdade, justamente num território em cujo passado a escravidão havia sido sustentáculo do crescimento econômico, também era reconhecida pelos responsáveis diretos por ações de salvaguarda como uma das características de

sua linha de raciocínio e atuação. Nesse caso, cabe também retomar o que Alexandra Moreira Gomes escreveu em “O Lar da nossa História”, texto de apresentação do livro **Memória Visual e Afetiva de Quissamã** (SILVA, 2006, p.8): referindo-se ao Museu Casa de Quissamã, antiga residência do Visconde de Araruama, afirmava que “ele tem que ser valorizado por seu aspecto histórico e servir de instrumento conscientizador a favor de ideais de liberdade”. Já no livro **Machadinha: origem, história e influências** (SILVA, 2009), a mesma Alexandra escreveu:

Esta obra é resultado de um amplo trabalho de pesquisa, inclusive em Angola. Na capital, Luanda, conhecemos o Museu da Escravatura, onde se encontra uma capela usada no passado para batizar os negros antes de serem embarcados como escravos. Estivemos ainda no Museu da Antropologia e no Arquivo Nacional.

Longe da capital, nos aventuramos pela insólita região de Muxima, onde encontra-se um santuário do século XVIII – o Forte de Muxima. A fortaleza “guardava” os escravos e impedia que fossem “roubados” pelos holandeses. Adiante, chegamos a Kissama, aldeia no meio de uma reserva florestal e animal. Estávamos no nosso destino final – o ponto de partida do solitário negro que nos batizou. Lá descobrimos outra função do Forte de Muxima: impedir que os negros de Kissama libertassem seus irmãos. Considerado indomável, o negro de Kissama não tolerava a subserviência e dificultava o tráfico escravo. Ali, a coragem e a força desse povo fizeram com que nos identificássemos.

(GOMES. In: SILVA, 2009, p. 6)

Percebe-se aí o esforço que Alexandra Moreira, então gestora e articuladora de ações de salvaguarda da Fundação Municipal de Cultura de Quissamã, procura fazer no sentido de personificar em ninguém mais do que Kissama – a figura emblemática do mito de origem de Quissamã – a concepção de luta pela liberdade que, em certa medida, traz para um tempo presente vivenciado no contexto em que se desdobravam os princípios de uma Constituição cidadã as marcas de resistência contra um passado escravocrata. Cabe acrescentar, até mesmo para facilitar a compreensão do texto, que Alexandra se refere a um trabalho de campo que conduziu ela própria e mais dois pesquisadores à província de Muxima, onde fica o povoado de nome Kissama, em Angola. O lugar foi escolhido justamente porque seu nome – no caso, Kissama – seria o mesmo empregado pelo negro avistado por

Miguel Ayres de Maldonado, em 1632, para se autoidentificar antes de desaparecer do relato seminal que, numa concepção tradicional de história, atribui nome e sentido ao território de Quissamã. Sob o título “Expedição à Angola”, o jornalista Aloysio Balbi, no livro **Quissamã: a raiz de uma história** descreveu assim o referido trabalho de campo:

No dia 13 de maio de 2008 a Prefeitura de Quissamã envia a Angola uma pequena equipe formada pelo pesquisador Leonardo Vasconcellos, o fotógrafo Wellington Cordeiro e a advogada Alexandra Moreira Carvalho. Um trio de elite cuja missão era localizar 400 anos depois, descendentes daquele angolano de Nação encontrado pelos Sete Capitães, que pronunciou a palavra “Quissamã”, abrindo a porta da história.

A data – que marca o fim da escravidão no Brasil – foi um capricho do calendário, mas na história as coincidências se confundem com as semelhanças. E a pequena equipe tinha a semelhança como única pista para cumprir a missão. A partir de relatos dos Sete Capitães sobre o aspecto físico daquele forro, que proclamou o nome do lugar e se embrenhou mata dentro, a equipe localizaria o que literalmente no sentido figurado seria o descendente desta figura anônima e tão importante de Quissamã.

(BALBI, 2011, p. 39)

BALBI (2011) escreve sobre “coincidências que se confundem com semelhanças”, atribuindo à história o condão de promover essa associação de sentidos, aproximando palavras que são quase sinônimas entre si, mas que não se referem necessariamente à mesma coisa. Resta saber se, para o autor de **Quissamã: a raiz de uma história**, a história que produz sentido é aquela que se vivencia ou aquela que se conta. Noutro capítulo do mesmo livro, intitulado “Machadinha e as janelas da liberdade”, BALBI (2011, p. 83) acrescenta mais indícios para que se chegue a um entendimento sobre sua concepção de história: “o Complexo Cultural de Machadinha, hoje completamente contextualizado no segmento histórico de Quissamã, como ponto de referência para quem quer seguir a trilha dos fatos (...)”. Na prática, a história a que BALBI (2011) faz alusão mistura experiências vividas quando se refere à “contextualização do Complexo Cultural de Machadinha” (ele próprio resultado de ações de salvaguarda promovidas em sequência pelo poder público municipal, que tanto construiu a noção de complexo

cultural, quanto o inseriu num circuito narrativo que aproxima Machadinha de uma espécie de história oficial local) com a narrativa propriamente dita de uma história quando faz menção ao “segmento histórico de Quissamã”.

Pois é justamente essa dualidade que impregna a palavra história – sempre a meio termo entre o vivido e o narrado – que também se faz sentir no texto escrito por Alexandra e que se refere a um trabalho de campo que, quando pensado como ação de salvaguarda, se mostra como parte integrante de uma política pública de cultura. Inserida num contexto em que se preconiza a vivência da liberdade, direito fundamental da pessoa humana reconhecido pelo texto constitucional de 1988, num território consagrado no passado à escravidão, essa política de salvaguarda traz consigo certas contradições que se fazem sentir, primeiramente, nas palavras de GOMES (gestora e articuladora dessa mesma política) e BALBI (jornalista que, em breve visita a Quissamã, procurou descrever o que viu e sentiu como alguém que simplesmente passa por aquele território) e, em segundo lugar, nos desdobramentos das ações propriamente ditas que foram permeadas por essas palavras.

No caso de GOMES (In: SILVA, 2009, p. 6) e também no de BALBI (2011, p. 39 e p. 83), reaparece a dualidade de base que permeia a política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural de Quissamã: o passado que se faz presente, sendo recortado, ressignificado e difundido no espaço do vivido, onde contradições afloram e onde pessoas e coletividades tem de fazer escolhas diante de ações repletas de significados que vão ocorrendo e se reletindo em suas vidas num processo contínuo. Isso tudo já se fazia notar desde quando essas ações ainda eram pensadas por Arnaldo Mattoso com a ajuda de pesquisadores do SPHAN/Fundação Pró-Memória, isso antes da emancipação política do município. Foi passando pela chegada ao poder dos Carneiro da Silva, com Octávio Carneiro – ele próprio responsável, à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã, pela aquisição das sedes das fazendas Quissamã e Machadinha – passando também pela divulgação, durante a gestão de Arnaldo, na imprensa regional de um projeto de desenvolvimento econômico associado à preservação de patrimônio e, por fim, culminou na realização propriamente dita das ações de salvaguarda em sequência, já sob a gestão de Armando Carneiro na Prefeitura e da própria Alexandra à frente da Fundação Municipal de Cultura. Passado e presente: são duas variáveis que aparentemente se excluem numa concepção de tempo linear e contínuo, mas que

acabam sendo unidas numa mesma narrativa que cria e reforça entre as duas uma relação inventada de proximidade, uma relação que é construída num tempo presente em que liberdade é palavra de ordem – e ordem constitucional – para a realização de uma política pública. Outra dualidade, essa sim mais específica do território de Quissamã, um daqueles que no Brasil teve sua trajetória vinculada ao trabalho escravo, que comparece aos textos já citados é a que obviamente tece um fio narrativo entre dois tempos vividos e qualificados em suas especificidades que se contraditam: o passado escravista e o presente libertador. A figura emblemática de Kissama, ela também contraditória por várias razões, é apresentada como elo simbólico de ligação entre ambos os tempos: mesmo vivendo num território escravista, ele se diz forro e de Nação; na sua curta fala, aponta para um lugar perdido no passado e, séculos depois, esse lugar é reencontrado e acerca dele se descobre uma narrativa que conduz para a luta contra a própria escravidão. O Kissama que é trazido de Angola, não por um traficante de escravos do século XVIII, mas por uma expedição de pesquisa em 2009, não é mais um personagem individualizado de um manuscrito guardado em museu; ele aflora como representante de uma coletividade – no caso, a dos moradores da aldeia de Kissama, na província de Muxima, em Angola – que traz na sua memória coletiva o exercício da liberdade, o contraponto da escravidão. No mesmo ano de 2009, a expedição conduz para o Complexo de Machadinha um acervo de objetos coletados durante a viagem – estátuas, máscaras e vestimentas – e um conjunto de fotos produzidas no trajeto, tendo como seus objetos preferenciais os moradores e as paisagens de Kissama e de Muxima. Esses objetos e essas fotos foram então intronizados no Memorial de Machadinha no segundo ato de inauguração do mesmo, no dia 02 de fevereiro de 2009. A respeito do Memorial, Raquel Fernandes, autora de *Tidinho: o menino contador de histórias* e que também assinou o capítulo “Processo de Restauo”, parte integrante do livro *Machadinha: origem, história e influências*, escreveu o seguinte:

Em todo este processo de restauração e de reconstrução de fragmentos desta história criou-se também o espaço Memorial de Machadinha, que funcionará como um porto seguro que guardará essas origens.

O Memorial conta com imagens e textos sobre a origem deste povo forte e cheio de bravura que foram obrigados a refazer suas

raízes aqui, no novo mundo, sendo arrancados de sua terra nas mais diversas regiões da África. Desde Kissama, em Angola até Quissamã, no Brasil, muitas histórias surgiram para resultar nesta multiplicidade de cores e gingados que este município tanto se orgulha e faz questão de preservar.

(FERNANDES. In: SILVA, 2009, p. 139)

Desde que foi inaugurado, em duas cerimônias complementares, entre o final de 2008 e o início de 2009, o Memorial de Machadinha passou a funcionar como uma espécie de antessala para visitantes do Complexo. Mediante um agendamento prévio, as pessoas acabavam sendo recepcionadas por um servidor da Prefeitura Municipal de Quissamã que cumpria o papel de guia do Memorial e de Machadinha. Antes ou depois de percorrer os outros atrativos do circuito completo de visitação do Complexo – que inclui ainda hoje as ruínas da casa grande, duas alas de senzalas, a capela de Nossa Senhora do Patrocínio e o restaurante da Casa de Artes – essas pessoas eram convidadas para assistir a um vídeo institucional que contava a história de Quissamã, de Machadinha e do próprio Memorial de um modo único, sob o mesmo ponto de vista em que essa história era narrada no livro ***Machadinha: origem, história e influências*** – cujos artigos, alguns deles com certa complexidade que exige uma leitura mais ampliada de temas como escravidão e tráfico interatlântico, parecem ser direcionados para um público mais maduro – e também em ***Tidinho, o menino contador de histórias*** – obra voltada para um público infante juvenil. O vídeo, concebido como um documentário, recheado de depoimentos e imagens de arquivo, traz na sua composição narrativa muito daquilo que já foi dito e analisado neste texto: o mito de origem de Kissama, de Ayres de Maldonado e dos índios aparentemente sem identidade; a construção da fazenda de Machadinha no período de apogeu da produção canavieira em Quissamã; a vinda de escravos da África para o Brasil; a expedição de pesquisadores em Angola; o encontro com os moradores de Kissama; a montagem e a inauguração do Memorial de Machadinha. Como se dizia, ele era assistido pelos visitantes e funcionava como uma síntese de toda uma história que se materializava ali, no Complexo de Machadinha e mais especificamente no espaço físico do Memorial, cuja exposição de objetos e fotos, devidamente acondicionados em armários lacrados e envidraçados, era também ela uma síntese de tudo aquilo. A fala do guia local, sempre pontuada por remissões ao conteúdo do vídeo ou dos livros, era o

complemento ideal para se acreditar que se estava diante de uma narrativa que os jornalistas costumam chamar de “redonda” por se fechar em si mesma, com início, meio e fim devidamente concatenados numa coerência interna. Tudo isso, certamente, faria pensar que o narrado funcionaria como protótipo de uma unidade discursiva, mas contraditoriamente não é isso que acontece à medida que todas as contradições são aparentes nessa narrativa, para não dizer que são propositadamente tornadas visíveis pelos agentes sociais que direta ou indiretamente concebem tal narrativa e fazem-na parecer uma versão oficial da história local de Quissamã.

Conforme já foi observado, a unidade até se manifesta nas ações de salvaguarda de patrimônio do município de Quissamã, especialmente no que diz respeito ao seu fio narrativo, que se repete com pequenas variações ao longo de mais de 25 anos, desde a publicação do livro seminal organizado por MARCHIORI (1987) até a realização de ações unificadas – atos de reforma, restauro e inauguração, publicações, roteiros turísticos, eventos, ações pedagógicas – por parte da Fundação Municipal de Cultura. Mas essa mesma unidade carrega na sua composição narrativa uma aparente contradição: ela tenta trafegar com desenvoltura entre pólos opostos, fundindo passado e presente, escravidão e liberdade num mesmo território. Além disso, elas potencializam – particularmente através dos eventos, das publicações e dos roteiros turísticos – a interação entre pessoas de diferentes lugares, com formações distintas e expectativas diferentes no que se refere aos atos que observam ou vivenciam. Nesse aspecto particular, as comunidades envolvidas podem ser entendidas como neocomunidades (LIFSCHITZ, 2011) à medida que se configuram como espaços de interação das diferenças e de ressignificação constante do que é vivenciado. Entretanto, no tocante às contradições que são próprias do fio narrativo dessas ações de salvaguarda, aqui entendidas como tradições inventadas (HOBBSBAWM e RANGER, 1984) elas fazem lembrar o que diz ASAD (1993, p. 15) acerca do modo como o poder dominante lida com as diferenças, asseverando que esse poder tem operado melhor através de práticas diferenciadoras e classificadoras, selecionando ou construindo diferenças que servem a seus propósitos.

No caso específico da política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural, desenvolvida em Quissamã nos últimos 25 anos ou mais, entende-se que

o poder dominante é aquele exercido por sucessivas gestões que estiveram à frente da Prefeitura Municipal daquele município. Entende-se também que boa parte desses gestores se notabilizam por serem descendentes diretos ou não de um mesmo tronco familiar: o dos Carneiro da Silva, cujas origens remontam ao apogeu do Império do Brasil, quando então os filhos do Visconde de Araruama, todos eles capitalizados pela monocultura da cana de açúcar, trafegavam com desenvoltura pela Corte do Rio de Janeiro, frequentavam capitais europeias e traziam para Quissamã as últimas novidades em artes e tecnologia do Velho Mundo. Igualmente se considera que a história que se conta, através das ações de salvaguarda, é justamente aquela que trata desse período de apogeu, que aliás é recortado de um passado muito mais complexo e ressignificado em lugares de memória (NORA, 1993), dentre os quais se destacam o Museu Casa de Quissamã e o Complexo de Machadinho. Ora, o Museu materializa justamente o apogeu, evidenciando – com sua configuração arquitetônica, com sua aleia de palmeiras imperiais, com sua mobília e suas histórias próprias – como o requinte do passado se manifestava na periferia; por seu turno, o Complexo funciona exatamente como contraponto ao Museu, com sua casa grande em ruínas, suas senzalas restauradas e ainda hoje habitadas por descendentes dos escravos da fazenda de Machadinho, com suas manifestações culturais de matriz afrobrasileira, com suas histórias igualmente próprias e ligadas a interações de senhores e escravos. E as dualidades são manifestas nessas histórias, como aliás elas também se fazem frequentes nas do Museu.

O próprio fio narrativo que une as ações de salvaguarda se caracteriza por ser um amarrado de dualidades. Cabe lembrar que o livro de MARCHIORI (1987), aqui entendido como fonte de inspiração e de legitimidade para o desenvolvimento posterior das ações, já trazia no seu Sumário a divisão temática entre o patrimônio das elites e do povo. As ações, por sua vez, percorreram essa dualidade originária, promovendo a salvaguarda de patrimônios materiais ligados a uma cultura erudita – em sua maioria, casarões de fazenda ou edificações urbanas habitados por uma elite local – e imateriais relacionados ao popular – o jongo, o fado, o boi surubim e todas as suas variantes de denominação. Machadinho despontou como uma exceção entre os patrimônios materiais preservados, com suas senzalas reformadas

abrigo uma comunidade de remanescentes de quilombo e seu espaço físico concentrando quase todas as manifestações de cultura de matriz afrobrasileira.

Pois é justamente em Machadinho, num lugar escolhido pelas circunstâncias para rememorar a escravidão e consagrado pelo poder público para celebrar o povo e a liberdade, que as dualidades se manifestam com a força das vivências cotidianas. Quanto às circunstâncias, elas fizeram de Machadinho uma comunidade quilombola diferente, por ser constituída de descendentes de escravos que ainda habitam senzalas, edificações historicamente atreladas à escravidão propriamente dita e não à resistência contra a mesma, algo que habitualmente se espera de um quilombo como espaço idealizado da liberdade. Essa dualidade de origem é apenas uma, entre tantas outras que povoam aquele lugar que, apesar de pequeno e circunscrito territorialmente, possui as marcas da diversidade, conforme já foi dito por ocasião das situações sociais que foram potencializadas pelo II Encontro de Saberes Locais. Quanto ao poder público, considerando o que escreveram ou fizeram alguns de seus protagonistas – especialmente Arnaldo Mattoso, Armando Carneiro, Alexandra Moreira – observa-se que houve uma postura dos gestores no sentido de reconhecer essa diversidade, que aliás não é exclusiva de Machadinho dentro do contexto de Quissamã, e tomá-la como ponto de partida para a elaboração das próprias ações de salvaguarda, que são pensadas no sentido de evidenciar, por exemplo, que houve escravidão naquele território, mas que essa mesma ficou circunscrita ao passado, e que do final dos anos 1980 em diante, no contexto de uma Constituição cidadã, o que realmente importa é vivenciar a liberdade de diferentes maneiras.

Ora, no que concerne à escravidão que a política pública de salvaguarda do município de Quissamã traz à tona, cabe ressaltar que sua circunscrição não se limita ao passado e mesmo lá, parece estar esvaziada de toda a violência que lhe foi inerente à medida que ser escravo representava a negação de um dos direitos fundamentais do cidadão – nesse caso, o de liberdade. Em Quissamã, não é difícil ouvir de guias de turismo, alunos em sala de aula ou pessoas comuns que a escravidão praticada naquele lugar foi branda, quando comparada à violência característica da mesma em Campos do Goytacazes. Em visitas ao Museu Casa de Quissamã, por exemplo, os guias locais, quando perguntados sobre o tema, apelam para uma concepção de história que tem sua base no Positivismo do século XIX e

assim costumam dizer que não há documentos que comprovem a existência de práticas violentas contra escravos naquele lugar; além de não levarem em conta a questão da negação da liberdade, parecem não se perguntar a razão da existência de uma torre de vigia acoplada à casa grande e quase nunca associam as evidências do requinte que marcam aquele lugar com o fato de que toda a riqueza ali presente foi produzida por escravos que certamente não tinham acesso ao que eles próprios produziam. Esse silenciamento em relação à brutalidade que é inerente à escravidão, que aliás não é algo exclusivo de Quissamã e pode ser encontrado em outros lugares de visitação turística espalhados por territórios outrora escravistas, ele vem acompanhado de uma outra estratégia que circunscreve a escravidão, no espaço físico do município, ou a um monumento dedicado a Kissama – ao lado de uma das pontes do Canal Campos Macaé, que aliás não costuma fazer parte dos circuitos de visitação turística – ou a Machadinha.

De volta à comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinha, cabe ressaltar que ela compartilha de memórias coletivas bem diferentes no que concerne ao seu passado escravista. LIFSCHITZ (2011) mapeou e identificou algumas delas, inclusive se surpreendeu com duas peculiaridades nesse seu trabalho de pesquisa construído a partir de entrevistas com moradores de Machadinha e de Quissamã: a primeira delas foi o fato de ter encontrado poucas referências acerca desse tema numa comunidade cuja história necessariamente remete à escravidão, o que pode ser atribuído, segundo o próprio LIFSCHITZ (2011, p. 137) à recusa da memória da dor; a segunda se refere a uma confluência de memórias entre descendentes de escravos e de senhores que aponta para “uma quase irmandade entre escravos e senhores”. Nesse último caso, a comparação é feita através dos depoimentos de Seu Carlinhos – morador de Machadinha cujo avô fora cozinheiro da casa grande – que diz que “(...) em Machadinha era diferente a outros lugares em que maltratavam os escravos” (p. 137) e de Dona Gisele – então presidente da fundação Casa Mato de Pipa, que ainda hoje funciona na primeira residência da família Carneiro da Silva – que afirma que em Machadinha, logo depois da Lei Áurea, os escravos recém libertados preferiram permanecer na fazenda ao invés de sair pelas estradas “em farrapos; sem comida e sem saber aonde ir”, isso em comparação com escravos de outros lugares que, segundo dona Gisele, tiveram esse tipo de comportamento (LIFSCHITZ, 2011, p. 138).

Essa confluência de memórias que positivam a escravidão extrapola as fronteiras materiais ou não da própria comunidade e chega a outros lugares de Quissamã provocando as mais diversas reações, especialmente de pessoas que vem de fora e estranham a sensação de harmonia que se configura entre opostos num território fortemente marcado pela escravidão. Eu mesmo, quando cheguei a Quissamã para trabalhar, em 2010, senti-me quase um estrangeiro diante dos olhares e das palavras de moradores locais, que pareciam me tratar como alguém que estava ali para atrapalhar uma suposta harmonia. Esse tipo de sensação que, a princípio, me pareceu algo pontual e até compreensível por se tratar de um encontro de diferenças, ela foi se reafirmando em conversas informais com outras pessoas que ou visitavam, ou vinham trabalhar e residir em Quissamã. “Eu moro aqui há três anos e ainda me sinto uma estranha. Tem gente que diz que sou estrangeira, que não entendo como as coisas aqui funcionam”, afirma uma comerciante local, que prefere não se identificar para não causar problemas em suas relações comerciais. Uma professora da rede pública estadual, que também pediu para não ter o nome divulgado, residente em Quissamã há dois anos, compartilha dessa mesma sensação e pontua: “eu sinto que tem coisas que não devem ser ditas, porque parecem colocar em risco os costumes”. Sensações parecidas são igualmente compartilhadas por colegas de trabalho do *campus* Quissamã do IFFluminense, que possuem em comum o fato de serem provenientes de grandes centros urbanos e de virem sazonalmente a Quissamã há pelo menos dois anos, onde exercem suas funções profissionais semanalmente. Esse é o caso de Renato Barcellos, professor há seis anos do *campus* e que ainda hoje, dependendo da ocasião, se impressiona com o fato de nunca ter sido convidado, por exemplo, para um evento privado ou de caráter familiar; “só participo de cerimônias públicas, principalmente aquelas que acontecem no próprio *campus*”, declara Renato, que costuma levar a família de sua cidade natal – Niterói – para passar curtas temporadas em Quissamã e está prestes a se mudar em definitivo para a Baixada Campista. Ronaldo Moutinho, também professor, está completando seu terceiro ano no *campus* e mantém uma rede considerável de sociabilidade com seus alunos pelo fato de dividir com muitos deles o gosto pela música; mesmo assim, Ronaldo, que está em vias de ser removido de volta à cidade do Rio de Janeiro, adota uma postura de cautela nas suas relações com os quissamaenses: “eu sempre me posiciono como ouvinte nas conversas,

prefiro não emitir opinião em assuntos polêmicos porque nunca sei como posso ser interpretado”. O bibliotecário André Silva, que trabalha no *campus* há quatro anos e mudou-se com esposa e filho para a cidade de Quissamã há um ano e meio, é outro que busca a porta de saída; diante de uma oportunidade de redistribuição para uma escola federal de Petrópolis, pretende reabrir o apartamento que deixou vazio no município de Belford Roxo: “apesar da tranquilidade que vivemos na cidade, minha esposa sente muita falta de conversar com pessoas que dividam com ela opiniões parecidas sobre questões de trabalho, de família, de religião...”. Nágila, a esposa em questão, é professora da rede estadual de ensino e diz que se sente isolada em Quissamã.

Cabe ressaltar que Ronaldo, André e Nágila são todos eles negros e engajados há muitos anos, talvez por vidas inteiras, na luta por políticas afirmativas para os afrodescendentes. André e Ronaldo foram os dois únicos coordenadores, até o presente, do NEABI (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas) do *campus* Quissamã; Nágila e André mantêm em funcionamento a revista digital ***Africanidades***. Juntos, os três se fazem presentes com frequência na comunidade de Machadinho e mantêm relações de certa proximidade com pessoas como Wagner, Dalma, Leandro e outros moradores da comunidade, com os quais tem desenvolvido ações de extensão como rodas de conversa com servidores da escola municipal de Machadinho e a realização de eventos comemorativos à consciência negra, dentro e fora do mês de novembro que já está consagrado ao tema. Mesmo com tudo isso, os três ainda se sentem deslocados em Quissamã, a ponto de estarem empenhados em retornar às suas cidades de origem.

Talvez essa sensação de deslocamento compartilhada por eles seja parecida com a de outras pessoas que, mesmo não podendo se autoidentificar como “estrangeiras” no lugar em que se encontram, até por serem nascidas e criadas em Quissamã e em Machadinho, também não se coadunam com a suposta harmonia que deriva de uma concepção de escravidão que se acha esvaziada de qualquer violência e que aponta para a existência de um “bom senhor” LIFSCHITZ (2011, p. 136) de escravos num passado remoto e idealizado. O mesmo LIFSCHITZ (2011) que identifica as evidências de uma memória positivada da escravidão em Machadinho, também sinaliza para a existência de uma outra memória coletiva acerca do mesmo tema e que contraria a anterior. Em primeiro lugar, essa outra

memória não se configura como narrativa propriamente dita; ela aparece diluída em falas como a da falecida Dona Cheiro (praticante do candomblé e uma das saudosas mestres do jongo de Machadinha, que teve papel fundamental na sua salvaguarda ao longo das últimas décadas) e de Leandro Firmino (atual mestre do grupo de jongo “Tambores de Machadinha”, que vem colaborando com Dalma dos Santos no trabalho de transmissão intergeracional do jongo mirim). Ambos apontam, em seus depoimentos, para a existência de sinais de tensão e conflito entre senhores e escravos.

Pois é justamente nessa comunidade de Machadinha, pontuada por contradições, que desemboca toda uma política pública de cultura marcada por ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural, ali materializada na inauguração do Complexo de Machadinha e particularmente no Memorial de Machadinha. Em recapitulação e síntese, o que se encontra materializado no Memorial é o seguinte: 1) uma narrativa que se propõe unificadora em sua origem, que se configura como elo de ligação entre diferentes povos que, em meados do século XIX, ocupavam o território brasileiro; essa narrativa está associada a um projeto de construção da nacionalidade brasileira, protagonizado pelo Estado Imperial em parceria com a Igreja Católica, num contexto histórico em que vigora o regime do Padroado no Brasil; 2) integrada a um circuito de turismo histórico, que tem o Museu Casa de Quissamã como elemento de destaque, a ponto de ter sua fachada como logomarca da Prefeitura Municipal de Quissamã na gestão do ex-Prefeito Armando Carneiro, essa mesma narrativa parece escalonar a sociedade e dispor lugares de memória específicos para se celebrar, em separado, as histórias dos senhores e dos escravos; isso faz lembrar ASAD (1993) quando diz que o poder constrói ou seleciona diferenças, ele explora oportunidades contidas nas situações ambíguas; a diferença nesse caso é óbvia e a ambiguidade pode residir na tentativa de se reafirmar a ideia de que, em Quissamã, as relações entre senhores e escravos foram isentas de conflito e de violência; 3) mesmo consagrada a Kissama, direcionada para a província africana de onde supostamente viera o negro avistado por um dos Sete Capitães, a exposição de peças do Memorial traz com ela o peso de um relato cujo protagonista não é propriamente o negro forro, mas sim Miguel Ayres de Maldonado que assina o texto e descreve, ele próprio, o Kissama do mito de origem de Quissamã; 4) alguns dos agentes responsáveis pela instalação do

Memorial são descendentes diretos de uma elite local que desfrutou de tempos de pujança justamente no Estado Imperial, o mesmo que efetivou a construção de um projeto de nacionalidade para o Brasil; não seria exagero dizer que a política de salvaguarda promovida pela Prefeitura Municipal de Quissamã, tendo à sua frente alguns desses descendentes, seja também ela a consecução de um projeto, não obviamente de nacionalidade, mas pelo menos de construção de uma identidade coletiva local com forte apego por um passado idealizado que, aliás, coincide com o apogeu do Estado Imperial; dentro de uma perspectiva mais uma vez integrada – que se refere ao circuito de equipamentos culturais, tendo o Museu Casa de Quissamã como ponto de partida – a história que indiretamente aporta no Memorial se comunica com aquela que remete ao processo de dominação europeia e, conseqüentemente, à escravidão num território, no caso uma comunidade quilombola, que simboliza resistência contra essa mesma escravidão.

Ainda no terreno das contradições – daquelas que o poder constituído até pode explorar conforme diz ASAD (1993), mas que na prática não controla as conseqüências – tanto a política de salvaguarda do município de Quissamã, quanto a própria comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinho, onde essa mesma política se materializa com o Memorial, ambas trazem consigo certas ambigüidades. No que diz respeito à política pública, ela inevitavelmente dialoga com o livro seminal organizado por MARCHIORI (1987), que divide em seu Sumário o patrimônio local quissamaense de um modo dicotômico: Das Elites e o Do Povo; essa dicotomia acompanha a realização das ações de salvaguarda, materializa-se por exemplo na diferença que salta aos olhos entre o Museu Casa de Quissamã e o Complexo de Machadinho; mas é justamente em Machadinho, que essa dicotomia, aparentemente rígida, manifesta uma certa fluidez quando o poder público opta, mesmo que seja por razões técnicas ou orçamentárias, por restaurar as senzalas e não a casa grande da antiga Fazenda de Machadinho, que hoje se encontra em ruínas enquanto o povo que vive nas senzalas simplesmente vive. Ainda no que diz respeito à política de salvaguarda, a sua narrativa não necessariamente apaga da memória coletiva o tema da escravidão, que a grosso modo poderia não interessar aos próprios descendentes dos senhores locais; o assunto escravidão não é omitido, mas parece esvaziado de suas características mais violentas, ou então fica circunscrito a um equipamento cultural específico, no caso o complexo de

Machadinha; ali, costumam dizer os críticos – como dona Helliana Barcellos, em conversas informais – que se fez a opção de reformar e não restaurar as senzalas, o que pode parecer uma tentativa de se ressignificar um lugar umbilicalmente ligado à escravidão; não são apenas as senzalas que passam a ter uma infraestrutura que as tornam habitáveis por descendentes de ex escravos da Fazenda, a ressignificação passa por outros espaços consagrados da comunidade, como o da antiga cavaleriça que se torna Casa de Artes e o próprio Memorial, que outrora fora um salão de bailes e que, depois de sua inauguração em 2008, passa a abrigar elementos visuais que idealizam a própria escravidão, reificando o mito de origem de Kissama a partir de uma proposta de revisitar e promover um elo de ligação entre a comunidade de Machadinha e a província angolana de onde supostamente fora arrancado o negro forro avistado por Ayres de Maldonado, em 1632.

No tocante à comunidade de Machadinha, ela própria se encontra recheada de ambiguidades, independentemente daquelas ali inseridas pela política de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural. Conforme já foi dito, ali as senzalas foram restauradas e se acham preservadas até hoje; na prática, elas estão simbolicamente vivas porque são habitadas por famílias de descendentes dos ex escravos da Fazenda Machadinha, que a propósito são diretamente responsáveis pela manutenção daquele patrimônio; o próprio espaço físico do Memorial, com todas as contradições que ele encerra, é parte integrante de uma das alas de senzala; por outro lado, a antiga sede da Fazenda não recebeu do poder público o mesmo cuidado e se encontra literalmente em ruínas; nos períodos de chuva e vento forte, é comum desabar pelo menos uma das paredes da casa grande, que aliás já não dispõe de muitas e que corre o sério risco de desaparecer; curiosamente, entre os moradores das senzalas, especialmente os mais envolvidos com a preservação da memória da comunidade, é cada vez mais voz corrente a necessidade deles fazerem algo para impedir a ruína total da casa grande, o que na prática é inócuo porque eles mesmos não possuem condição financeira para fazer o que tem de ser feito. A segunda ambiguidade que se faz presente em Machadinha também já foi citada anteriormente e se refere a diferentes mitos de origem – conforme observou LIFSCHITZ (2011) – que transitam pela memória coletiva da comunidade, especialmente no que diz respeito à memória da escravidão e do sofrimento, contrapondo descendentes de escravos domésticos que compartilham

de uma visão amena da relação senhor-escravo aos descendentes de escravos do eito que deixam vir à tona, ainda que de modo acanhado, uma visão diferente, que aponta para castigos físicos e outras formas de violência que seriam comuns nessa mesma relação; a esse respeito, bem recentemente, Seu Tide, ele próprio um dos descendentes dos escravos domésticos, vem narrando uma história de sofrimento referenciada nas lembranças de sua já falecida bisavó. A terceira contradição até já foi abordada anteriormente e refere-se a uma certa birra ou implicância que existe entre os moradores da área urbana de Quissamã e os de Machadinha, sendo que os primeiros costumam dizer que os segundos são reclusos, anti sociais e avessos ao trabalho; contraditoriamente, para muitos que vem de fora de Quissamã, é a comunidade de Machadinha que coloca Quissamã no mapa; na verdade, a fama de Machadinha – como emblema da resistência quilombola e da cultura negra – ultrapassa as fronteiras de Quissamã; agentes externos que vistam ou se hospedam em Machadinha e mesmo moradores de Quissamã que não se deixam enredar conceitos prévios, eles acabam comprovando que reclusão ou aversão ao trabalho são características que não se aplicam, genericamente, aos moradores de Machadinha. Uma quarta e última ambiguidade, que também já foi abordada anteriormente, é o fato do jongo – uma dança normalmente associada a religiões de matriz africana, bem como a ações de resistência contra a escravidão – estar sendo salvaguardado e transmitido intergeracionalmente sem sua ligação originária com essas religiões; o processo de ressignificação dessa manifestação cultural, conduzido nos últimos anos por Dalma dos Santos através das oficinas de jongo mirim, tem esvaziado o jongo de suas matrizes religiosas, na mesma medida em que enfatiza a questão da resistência quilombola; desde 2012, Dalma se converteu ao Evangelho e, mesmo enfrentando no início um drama pessoal ao tentar conciliar sua fé com uma manifestação cultural tão fortemente ligada aos chamados “cultos pagãos”, tem levado adiante o trabalho de salvaguarda mas com um jongo provavelmente afastado de seus vínculos religiosos.

Tudo isso, todas essas ambiguidades de Machadinha podem ser encontradas em estado bruto ou refinado no Memorial, que tem servido como uma espécie de caixa de ressonância ou caixa amplificadora daquilo que acontece na comunidade ou, pelo menos, daquilo que envolve alguns de seus expoentes: dos velhos guardiães de tradição – como Seu Tide, Mãe Preta e Seu Gilson – a uma nova geração de

moradores locais que tem assumido papel de liderança do processo de consolidação da identidade quilombola, casos de Wagner, Dalma e Leandro. Desde que Dalma assumiu a Direção do Memorial, o lugar tem sido escolhido por essas pessoas para recepcionar e conversar com agentes externos, de turistas propriamente ditos a gestores, extensionistas e pesquisadores interessados em temas ligados às manifestações culturais de Machadinho. Só muito recentemente – na verdade, depois de junho ou julho de 2017 – o Memorial tem dividido com a agora reaberta Casa de Artes esse papel de sala de estar dos visitantes e, conseqüentemente, de espaço preferencial para acontecerem reuniões, rodas de conversa, entrevistas e eventos comemorativos. Ocasionalmente, o terreiro em frente ao Memorial também recebe algumas dessas ações interativas dos de dentro com os de fora, mas invariavelmente como uma espécie de extensão ou do próprio Memorial, ou da Casa de Artes; a Capela de Nossa Senhora do Patrocínio só cumpre esse papel com muito menos frequência e, na prática, quase sempre está fechada; o Armazém menos ainda, excetuando a presença de gente que vem da área urbana de Quissamã ou de povoados próximos a Machadinho para se descontraírem com bebida e música; a casa grande em ruínas tem seu perímetro isolado por uma cerca de arame farpado, com o objetivo de impedir visitantes curiosos que costumam colocar sua integridade física em risco na tentativa de se fazerem fotografar entre paredes que ameaçam desabar a cada instante, e que desabam mesmo; as senzalas, essas são moradias mesmo, espaços privados das famílias locais que ocasionalmente também recebem turistas ou pesquisadores dentro de um programa recentemente implementado de hospedagem quilombola. Considerando tudo isso é que o Memorial pode ser entendido como uma espécie de caixa de ressonância do ponto de vista de um agente externo, local onde as questões internas de Machadinho reverberam, vem à tona e assim saem do circuito das relações interpessoais dos moradores locais e chegam aos visitantes. E alguns dos próprios moradores como Wagner e Leandro dizem: isso acontece desde que Dalma passou à dianteira do Memorial, como servidora da Prefeitura Municipal de Machadinho e moradora ela também da comunidade de Machadinho. Antes disso, enquanto o Memorial foi administrado por outros servidores municipais, que não eram da própria comunidade, chamava atenção o fato de que raramente os locais estavam dentro daquele espaço quando o mesmo era visitado por um agente externo; isso só

costumava acontecer em ocasiões comemorativas e, mesmo nelas, os moradores lá dentro pareciam não se sentir à vontade num lugar que, paradoxalmente, foi pensado e implementado para representá-los. “O Memorial como era não me representava não!”: essa é uma frase dita quase em uníssono por expoentes da nova geração de Machadinha, gente como Wagner, Leandro, Janaína e a própria Dalma; os da velha geração não chegam a ser tão enfáticos, mas relatam que não costumavam frequentar o lugar, como é o caso de Dona Preta; Seu Tide é mais contemporizador e parece não distinguir o tempo em que aquele espaço equivalente ao somatório de duas unidades residenciais das senzalas – inaugurado como Memorial em 2008 – e o tempo em que ainda funcionava como salão de festas.

O Memorial foi sim salão de festas para os moradores de Machadinha, isso antes de 2008, quando a Prefeitura Municipal de Quissamã o inaugurou, pouco depois de tê-lo restaurado e redefinido sua função junto à própria comunidade de Machadinha: em síntese, o espaço físico que o abriga deixou de ser salão de festas e se tornou um lugar de memória, com muitas das características intrínsecas ao conceito de NORA (1993). Alexandra Moreira, hoje vereadora e responsável direta pela criação do Memorial, ainda durante a gestão de Armando Carneiro à frente da PMQ, ressalta a importância que o ato em si teve na época e, considerando o andamento das coisas e a visibilidade que foi adquirida pelo lugar em razão de sua vinculação a uma política pública de incentivo ao turismo histórico e cultural, é inevitável concordar com sua opinião; entretanto, por outro lado, para alguns expoentes da comunidade de Machadinha, especialmente os de nova geração que se encontram envolvidos com o processo de consolidação da identidade quilombola, o modo como foi concebido e implementado o Memorial careceu de uma participação efetiva dos moradores de Machadinha, que segundo eles não tiveram oportunidade de opinar sobre o andamento do próprio processo. Arnaldo Mattoso e Hellyana Barcellos, em conversas informais, costumam apontar para o fato de que não teve ninguém de Machadinha participando da comissão que visitou a província de Kissama, em Angola, que funcionou como uma espécie de trabalho de campo que precedeu e inspirou a proposta de ressignificar o mito de origem do negro Kissama no Memorial. O resultado de tudo isso, também segundo esses expoentes de Machadinha – especialmente Wagner e Dalma – foi a recusa tácita dos moradores da comunidade em frequentar o espaço físico do Memorial, um

comportamento que só foi alterado muito recentemente, num momento que coincide com a chegada de Dalma, como membro da comunidade, no próprio Memorial. Diante de tudo isso, hoje, aquele espaço se apresenta para o pesquisador, a partir de um trabalho contínuo de observação centrada na comunidade, num ponto de referência para se compreender as ambiguidades de Machadinha e da relação às vezes conflitiva de seus moradores entre si, com os próprios gestores públicos e com outros agentes externos. No que se refere a relações assim, até mesmo as memórias afetivas evocadas pelo Memorial – ou mais especificamente daquele lugar como espaço do vivido – tendem a não ser apenas demonstrações pueris de nostalgia. Seu Tide e Dona Preta, por exemplo, se recordam bem dos bailes que aconteciam no local, das recepções de casamento e dos aniversários que pareciam ser momentos espontâneos de celebração coletiva; Dalma costuma relatar até mesmo para os turistas a ocasião em que, durante um baile no Memorial, conheceu seu atual companheiro de vida; Wagner afirma que ainda era criança quando ali funcionava o salão de festas, mas se recorda do grande número de pessoas que costumavam acorrer ao local durante as festividades; alguns músicos da centenária Banda União Quissamaense – entrevistados para o documentário ***BMUQ: as Notas de uma União*** (2015) – fazem menção às vezes em que se apresentaram no antigo salão e também à fama dos bailes que lá aconteciam e que atraíam pessoas de outros povoados.

Além de concordarem com Arnaldo e dona Leninha no que se refere à não participação de moradores da comunidade de Machadinha no processo de montagem do Memorial, nos idos de 2007 e 2008, pessoas como Wagner e Dalma – Leandro faz isso indiretamente – lamentam o que eles entendem como a perda da antiga casa de festividades. O sentimento de perda e nostalgia que permeia a fala de Wagner Firmino (“a comunidade deixou de ter um espaço para suas comemorações”; “o Memorial não nos representava porque estava mais ligado a Angola do que a nós mesmos”) é bem outro quando comparado, por exemplo, ao que foi disseminado nas publicações que acompanharam as ações de salvaguarda de patrimônio que a Fundação Municipal de Cultura realizou em Machadinha. Não é comum se ouvir, em depoimentos e em conversas informais com Wagner e outros moradores de Machadinha, nada parecido com a saudade de um idílico tempo de requinte senhorial e também nada que se compare a uma suposta ancestralidade

que ancore no mito de origem de Quissamã, o do hipotético encontro entre Ayres de Maldonado, índios sem nome e Kissama. As experiências e expectativas de vida dessas pessoas são bem diferentes se colocadas lado a lado com as dos gestores e técnicos que definiram o fio condutor dessas ações de salvaguarda e a colocaram em prática. Em depoimento prestado recentemente – em 11/11/2016, por ocasião de evento comemorativo de Consciência Negra, no *campus* Bom Jesus do Itabapoana do Instituto Federal Fluminense – o jovem presidente da ARQUIMA, mesmo sem ter sido perguntado sobre o tema, falou espontaneamente que tinha saudades dos tempos em que o Engenho Central ainda existia e muitas pessoas da comunidade trabalhavam em suas terras. Wagner lembrou de que ainda era criança, num passado recente, e via seus familiares e vizinhos felizes nos feriados e fins de semana, andando a cavalo, jogando bola, dançando e conversando muito sobre a vida. Nada disse a respeito dos dias e da rotina de trabalho, mesmo porque também não foi interrogado a respeito disso. De qualquer modo, essa sua imagem de felicidade, ele próprio deixa entrever, não é mais a mesma em Machadinho nos dias atuais, quando então Wagner e outros jovens como ele estão envolvidos em trabalhos que parecem trazer um clima de tensão para o cotidiano deles próprios e talvez para muitos outros moradores de Machadinho. Trata-se de uma luta cotidiana para se consolidar uma identidade quilombola que, apesar de oficialmente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares desde 2005, ainda carece de ações individuais e coletivas que tendem a ser conflitivas, como o processo de regularização da propriedade das terras que, por direito, cabem à comunidade. Curiosamente, aliás, essa luta passa pela desapropriação de terras que ainda pertencem à Companhia Engenho Central de Quissamã e que tem sido objeto de disputas arbitradas pelo INCRA; pois é justamente essa Companhia, cuja presença ainda é muito forte em todo o território quissamaense – apesar de seu parque industrial local se encontrar desativado desde 2003 e estar atualmente em ruínas – que inspira a visão nostálgica de tempos felizes em Machadinho.

O sentimento nostálgico de Dalma dos Santos, também moradora de Machadinho e atual diretora do Memorial, é comparável ao de Wagner quando traz à tona suas lembranças felizes ou não com familiares e conhecidos. Talvez por obrigação de ofício, Dalma, que faz sucessivas apresentações orais de uma espécie de memória coletiva da comunidade, isso dentro e fora do espaço físico do

Memorial, costuma reportar em suas falas a suposta vinculação que existiria entre seus conterrâneos de Machadinha e pessoas da província angolana de Kissama. Entretanto, essa sua fala usual vem entremeada de outras referências que são inteiramente suas ou compartilhadas com outras pessoas da comunidade, que ainda hoje lamentam que o Memorial, durante muito tempo, tenha sido utilizado tão somente como sala de visitas para turistas e assim tenha deixado de ser o bom e velho salão comunitário, onde se realizavam bailes, festas de batismo, aniversário e casamento.

Já Leandro Firmino, irmão mais velho de Wagner e mestre do jongo de Machadinha, compartilha com o mano e com Dalma de uma nostalgia que remete a experiências concretas e vivenciadas com seus companheiros de Machadinha. Dado a arroubos que trazem do fundo do peito a mesma voz forte de cantor de pontos de jongo, Leandro literalmente vociferou, em diversas ocasiões observadas por mim e quem mais estivesse por perto, que sonhava se ver no Memorial como quem olha diante de um espelho. Pois é justamente aí, no que se refere ao cumprimento dessa metáfora do espelho, que pressupõe a identificação visual entre quem olha e o que é visto, que reside uma contradição expressa tanto nos arroubos de Leandro, quanto nas falas mais contidas de Wagner e Dalma: percebe-se que os três, todos com experiências de vida ligadas visceralmente a Machadinha, não se sentiam contemplados com o que lhes era apresentado no Memorial. E, contraditoriamente, o Memorial se propunha a ser uma espécie de repositório de memórias individuais e coletivas de Machadinha.

Um pergunta que deve ser feita, quando se aproxima assim de um questionamento acerca do papel social que o Memorial de Machadinha pode ou não estar cumprindo junto aos moradores da própria comunidade, certamente é a seguinte: as falas esparsas de apenas três desses moradores seriam suficientes para colocar em xeque a função social do Memorial? Ora, na qualidade de pesquisador e mais ainda de extensionista e professor, nos últimos cinco anos, eu já estive sozinho e acompanhado de alunos e colegas de trabalho por diversas vezes no Memorial e, em todas as ocasiões, sempre me chamava atenção o fato de que não havia pessoas da comunidade do lado de dentro do espaço físico do Memorial, mas sim do lado de fora. Quando essas pessoas se achegavam, era porque haviam sido convidadas, geralmente pelo guia turístico que apresentava o espaço aos

visitantes e que não era ele um membro da comunidade; outrossim, quando estavam lá dentro, as pessoas se sentiam visivelmente incomodadas por ali estarem. A princípio, cheguei a pensar que a principal razão da sensação de constrangimento era a presença de pessoas estranhas, inclusive eu, naquele lugar; com o tempo, fui acreditando que, além disso, havia um incômodo das pessoas em relação ao próprio lugar. Já bem recentemente, numa dessas visitas, acompanhado de dois colegas de trabalho – o professor Ronaldo Moutinho e o bibliotecário André Silva, ambos envolvidos com ações extensionistas do NEABI (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas) do campus Quissamã do IFFluminense – que iam com frequência a Machadinho e mantinham uma relação maior de proximidade com alguns de seus moradores, Dalma apontou para as fotos expostas no Memorial, quase todas elas de angolanos da província de Kissama ou negros e mulatos famosos, e sentenciou: “nessas fotos, não estão pessoas da própria comunidade”. E quem era Dalma naquela ocasião: a voz do próprio Memorial, uma pessoa cuja trajetória de vida se confunde com a das ações de salvaguarda, especialmente no que se refere à contação de histórias relacionadas a Machadinho e à transmissão intergeracional do jongo e mais recentemente do fado.

Em relação a Wagner, a observação permite ver um rapaz que parece ter amadurecido muito cedo. Com voz pausada e sempre num mesmo tom, sem ser necessariamente monocórdio, ele aparenta ter uma liderança natural junto aos seus, ou pelo menos junto àqueles que lhe são mais próximos. Ele tem o hábito de falar em nome da comunidade para os interlocutores mais diversos, de gestores públicos a pesquisadores, de turistas a empresários. E sempre tem o cuidado de que cada um entenda que sua voz é, na verdade, coletiva: quase nunca responde de pronto a uma pergunta mais contundente que lhe é feita, quase nunca decide sem consultar seus pares. Leandro, o mestre do jongo, é bem diferente do irmão: espontâneo e emotivo como ele só, fala o que pensa quando quer, não mede palavras e toma atitudes às vezes inesperadas. Foi com lágrimas nos olhos que ele celebrou o que entende ser a retomada do controle, por parte da comunidade, sobre um espaço – no caso, o Memorial – que nunca deixara de lhe pertencer, mas que, durante muito tempo, fora colocado de lado pelos moradores, que dificilmente o frequentavam, mesmo estando o Memorial em pleno funcionamento. Em funcionamento, nesse caso, para os de fora e não os de dentro da própria comunidade.

Não se trata de mera digressão ou de uma digressão sem sentido descrever o modo como Wagner, Dalma e Leandro se comportam, se posicionam diante da vida e dos outros. Os três e vários outros, de dentro e de fora de Machadinha, estiveram presentes na ocasião de refundar o Memorial, no sábado de 7 de julho de 2016. Na verdade, oito anos antes, em 2008, o ato de fundar pela primeira vez o Memorial em Machadinha, ainda que apontasse para um retorno à Mãe África, não deixava de trazer consigo todo o peso simbólico dessa história tradicional. Mesmo não existindo uma relação direta, de sangue ou compadrio, entre Ayres de Maldonado e o Visconde de Araruama, os dois se parecem em diversos aspectos. Acima de tudo, eles personificam dois dos estereótipos mais recorrentes de uma história nacional de base eurocêntrica que ou aponta para o mito da democracia racial – Maldonado aparece como agente catalisador do encontro entre ele próprio, os índios sem Nação e o negro Kissama – ou reatualiza uma longa tradição de narrativas personalizadas – o Visconde é o patriarca de muitos descendentes que, assim como ele, desfrutaram de títulos e hábitos nobiliárquicos num território periférico. Melhor ainda: as narrativas que envolvem ambos fazem deles protagonistas de duas tradições históricas que acabam se combinando para formar uma síntese da história local de Quissamã, ou de uma das versões desta história que veio se consagrando, nos últimos 25 anos, como narrativa oficial. Uma narrativa pensada e elaborada para os de dentro – independentemente de sua condição social – e principalmente para os de fora – visitantes ocasionais, trabalhadores sazonais, turistas em potencial. O Museu Casa de Quissamã, quando se consideram suas características arquitetônicas e sua trajetória particular, tanto como sede de latifúndio monocultor, quanto como espaço para cerimônias – inclusive uma de casamento, da qual participou o imperador D. Pedro II e boa parte da Corte carioca – é o lugar de memória ideal para materializar uma destas histórias; por seu turno, Machadinha não. Não porque a casa grande já se encontrasse em ruínas quando quiseram reformá-la ou porque ela mesma não tivesse tido os seus tempos de glória e opulência num passado remoto; na verdade, Machadinha desfrutara de uma outra trajetória, que trouxe para o tempo presente uma comunidade de descendentes de escravos da própria fazenda habitando as antigas senzalas. É nesse território dado a dualidades assim, que precisam ser percebidos em suas minúcias, que desemboca uma política de salvaguarda patrimonial que, como já foi dito, traz

consigo uma forte propensão para ser única, mas que na prática potencializa a manifestação das diferenças, sejam elas individuais ou coletivas. O Memorial de Machadinha, quando pensado em relação ao Museu Casa de Quissamã, pode ser entendido como a materialização dessas diferenças.

3. Ações de Salvaguarda e Situações Sociais na Vila Operária do Engenho Central

Antes de se levar em consideração as situações sociais que decorrem de ações de salvaguarda desenvolvidas na Vila Operária do Engenho Central, é necessário entender o que o Engenho Central representa para Quissamã e que o qualifica como patrimônio histórico e cultural. Esse entendimento pode ser potencializado tanto por uma pequena abordagem sobre a história da Companhia Engenho Central de Quissamã que se encontra disseminada por diversas publicações, quanto pela constatação de que a memória afetiva do Engenho junto aos quissamaenses ainda se caracteriza como algo muito vivo e recheado de contradições, mesmo que o parque industrial da velha Usina – nome pelo qual o Engenho é conhecido por muitos moradores locais – se encontre atualmente num processo gradativo de arruinamento. Pois é justamente a partir de tal constatação, evidenciada pelo documentário **O Gancho** (IFFluminense/IPHAN/PMQ, 2013), que se pergunta como um lugar com as características do Engenho Central não vem sendo objeto de ações de salvaguarda que dialoguem com uma memória afetiva tão forte e com uma história de pioneirismo que ultrapassa as fronteiras de Quissamã.

Cabe aqui trazer uma questão suscitada a partir da observação de situações sociais em Machadinho e que pode e deve resultar numa análise comparativa, considerando o que ocorre na Vila Operária do Engenho Central. Nesse caso, a questão é suscitada por um arroubo verbal do mestre do jongo de Machadinho, Leandro Firmino. Conforme já foi dito, em pelo menos dois eventos frequentados por este observador, Leandro foi taxativo ao dizer que “a comunidade (referindo-se à sua própria, no caso Machadinho) já estava cansada de receber agentes externos que se limitavam a extrair das pessoas o seu conhecimento e não oferecer nada em troca”. Esse arroubo verbal, quase vociferado por um homem que se notabiliza pelo uso frequente da voz cantando os pontos de jongo, já foi abordado anteriormente e se concluiu que, além de um desabafo, era a manifestação da consciência de alguém que, totalmente imerso nos problemas de sua comunidade, constrói um

entendimento crítico acerca do intercâmbio contínuo que vem ocorrendo com agentes externos.

Ainda que existam semelhanças com o de Machadinha, o caso do Engenho Central é diferente em diversos aspectos. O processo histórico de Machadinha é um, o do Engenho é outro; os agentes envolvidos nesses processos e também nas questões mais atuais que dizem respeito às comunidades são distintos entre si; os modos de ver externamente as duas comunidades também diferem. Ao contrário de Machadinha, como se sabe, as duas vilas operárias – lugares onde residem famílias inteiras cujas memórias são diretamente ligadas ao Engenho em sua fase de apogeu e de decadência – não vem recebendo agentes externos com frequência e disposição para desenvolver ações de salvaguarda naquele lugar. Considerando tudo isso e especialmente esse quase esquecimento do Engenho no que diz respeito às ações de salvaguarda, é inevitável dizer que um arroubo como o de Leandro, questionando resultados práticos do que vem sendo feito, não cabe na fala de nenhum dos moradores das vilas operárias, simplesmente porque não há de se questionar aquilo que não se faz. No caso específico do Engenho, onde praticamente não chegam agentes externos com suas ações de salvaguarda, inexistente um ponto de partida para se constituir um entendimento crítico acerca dessas ações e de seus resultados concretos.

A Companhia Engenho Central de Quissamã nasceu numa espécie de tempo áureo da história local da Baixada Campista e particularmente do atual município de Quissamã. Ela foi inaugurada em 12 de setembro de 1877, quando estava ainda em vigor o Império do Brasil (1840-1889). Dizem que a primeira moagem de suas máquinas foi acompanhada pelo imperador D. Pedro II e por sua esposa, a imperatriz Teresa Cristina. Afirmam também que a decisão de criá-lo, reunindo sete grandes produtores de cana em regime de cooperativa, todos eles membros de uma aristocracia rural vinculada ao clã do Visconde de Araruama, foi uma atitude pioneira no Brasil e em toda a América do Sul. Como se não bastasse, contam que a decisão foi provavelmente tomada à sombra de uma guararema, árvore característica da vegetação de restinga que predominava entre a Baixada Campista e a Região dos Lagos. Ora, esses são todos indícios de que a história do Engenho Central começou com algumas das peculiaridades de um forte mito de origem e assim prenunciou o

que estava por vir: mais de cem anos de vida de um empreendimento industrial que marcou época em Quissamã e em toda a Baixada Campista.

As histórias até aqui narradas se encontram dispersas entre pequenos textos impressos ou digitais, assim como são contadas por memorialistas locais de Quissamã. Não importa saber agora acerca de sua veracidade, basta que tais histórias estejam reunidas aqui, no início deste texto, para informar sobre a importância da Companhia Engenho Central de Quissamã. Uma primeira dimensão da grandiosidade de seu patrimônio material pode ser mensurada a partir do seguinte relato:

A maquinária do Engenho Central, toda fabricada pela empresa francesa *Fives Lille*, tinha capacidade de moer até 500 toneladas de cana diariamente, indo a produção anual a 60 mil sacas de 60kg e 2 mil pipas de aguardente. A usina e suas dependências eram iluminadas à eletricidade e as máquinas movidas a vapor por diversos motores. Para transporte da cana, toda adquirida nas vizinhanças da usina, havia uma linha férrea própria, estendendo-se por 40km, com 80 vagões de 6 toneladas e 4 locomotivas.

(...) O Engenho Central de Quissamã era constituído por um conjunto de edifícios formando uma grande praça, com o fundo ocupado por uma oficina. A fachada de frente continha um corpo de nove portas. A cobertura era toda ferro e o teto, de telha de Bourges. Atrás estavam os dois bueiros – o da oficina e o do gasômetro.

O edifício da fábrica tinha 95m de frente, ocupando uma superfície de 400m², não constando os anexos, tais como as oficinas de reparação, armazém de açúcar, depósito, gasômetro, escritório, casa de pesar, casa do engenheiro e demais dependências. Na década de 30, foi construído ali um cinema, dentro do espírito desde o início presente nos engenhos, de se constituir numa unidade autosuficiente, inclusive no aspecto social. Até há bem pouco tempo atrás, o hospital existente na área do engenho, funcionava como Hospital Central de Quissamã.

(<http://www.7engenhos.com.br/Imagens/08%20-%20%20Central%20de%20Quissama.pdf>) Engenho

Uma informação significativa que pode ser extraída do relato diz respeito à origem, tanto do maquinário original do engenho, quanto de alguns de seus materiais de construção. Acreditando-se no que é dito, surpreende o fato de que ambos sejam oriundos da França e não da Inglaterra ou mesmo da Alemanha, o que contraria uma visão já consagrada acerca da história do capitalismo industrial na

segunda metade do século XIX. De acordo com essa mesma história, que vigora ainda hoje nos livros didáticos e que aponta para a posição hegemônica exercida então pelas indústrias alemã e inglesa no Ocidente, não era de se esperar que artigos industrializados empregados na construção do engenho fossem provenientes da França, de um país que já se convencionou dizer que o desenvolvimento capitalista naquele momento deixava muito a desejar quando comparado aos outros dois citados. Por outro lado, essa informação contida no relato não parece estranha no contexto da história local de Quissamã. Afinal, foi exatamente na segunda metade dos oitocentos que se consagrou, em Quissamã, aquilo que já foi aqui tratado como tempo áureo daquele lugar.

Em relação a esse tempo áureo, o que se pode acrescentar é que o mesmo se refere a uma situação conjuntural particularmente favorável para os grandes fazendeiros produtores de cana de açúcar na Baixada Campista. O desenvolvimento da economia brasileira, capitaneado pelas exportações de matérias-primas e produtos agrícolas – especialmente o café – veio acompanhado da capitalização do mercado interno, da disponibilização de recursos para investimento em negócios capitalistas e da disseminação de novos hábitos de consumo. Foi nesse contexto que o açúcar e outros derivados de cana produzidos nas grandes fazendas escravistas da Baixada Campista entrou com força nos lares brasileiros, rendendo grandes lucros para os seus produtores. Ao mesmo tempo, era preciso se prevenir contra a concorrência de outros açúcares que ameaçavam entrar nesse mesmo mercado ou então disputar outros mercados que se abriam em países sulamericanos, como era o caso do açúcar de cana das Antilhas e o de beterraba, que era produzido na Europa Central. Como consequência, houve a necessidade de se ampliar e reorganizar a produção local de açúcar na Baixada Campista. A montagem da Companhia Engenho Central foi a estratégia encontrada por fazendeiros de Quissamã para dar conta desse desafio. Juntaram-se nessa empreitada os proprietários das fazendas Mandiquera, Machadinha, Melo, Quissamã, Santa Francisca, São Miguel e Monte Cedro. Em conjunto, todos eram membros de uma aristocracia, de um clã cuja ascendência familiar passava pelo Visconde de Araruama, João Carneiro da Silva, e por um dos míticos Sete Capitães, no caso Miguel Ayres Maldonado. Possuíam influência junto ao Governo Imperial, a ponto de receberem constantemente visitas ilustres em seus domínios – dentre elas,

a do próprio imperador e da imperatriz, bem como as de Euzébio de Queirós e do Duque de Caxias – ou mesmo de firmar alianças matrimoniais com familiares desses próceres do Império, como os casamentos de João Carneiro da Silva com Ana de Loreto, uma das filhas de Caxias, e o de Rachel Francisca com o filho de Euzébio de Queirós. Pois esse prestígio deve ter sido fundamental não apenas para a obtenção do crédito necessário para a construção do Engenho Central, como também para superar todos os entraves burocráticos que certamente entrariam em jogo quando se tratasse de adquirir maquinário no exterior, contratar pessoal especializado e abrir novos mercados que se fariam indispensáveis para o aumento contínuo da produção.

Retomando a questão das máquinas e dos materiais de construção empregados no Engenho Central de Quissamã, não seria de todo estranho que eles viessem da França, assim como também vieram materiais utilizados na construção da maioria das sedes de fazenda da elite quissamaense ou das primeiras edificações do espaço urbano que se formava no entorno da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro – atualmente, espaço geográfico da sede do município de Quissamã. Essa oligarquia local parecia justificar o adágio de que “todas as modas vinham de Paris”, construindo e ornamentando seus casarões com tijolos e telhas francesas, importando da França artesãos e técnicos com os mais variados talentos e formações, o que certamente não excluía os que viessem de outro país europeu, como o arquiteto alemão Antonio Becher, responsável pelos projetos de construção da sede da fazenda Machadinha e do solar da Mandiquêra.

Aliás, a construção do parque industrial da Companhia Engenho Central de Quissamã não pode ser entendida como um fato isolado naquele contexto, naquelas paragens. O mesmo espírito empreendedor que inspirou o erguimento do engenho, a mesma rede de relações com o poder imperial que ajudou a transpor obstáculos e potencializar financiamentos, tudo isso também serviu para a realização de outros projetos igualmente marcados pela ousadia empresarial. Foi o caso da construção do Canal Campos-Macaé e da estrada de ferro cujo trajeto também se estendia entre essas duas cidades, centros de referência da região. O primeiro empreendimento foi rasgado no solo da Baixada entre 1844 e 1872; quando ficou pronto, totalizava 109 quilômetros de extensão e era responsável pelo transporte de toneladas de mercadorias, fazendo a ligação entre fazendas, vilas e cidades do

interior fluminense com o Oceano Atlântico e, por conseguinte, com as principais vias de transporte marítimo, através do porto de Macaé. O segundo grande negócio, quando inaugurado em 1875, colocou o primeiro em xeque ao condenar o canal Campos-Macaé à obsolescência pouco depois dele ter entrado em operação. Naquela época, no segundo quartel do século XIX, o transporte ferroviário se mostrava como algo mais racional, veloz, rentável e eficiente do que o fluvial para produtores, comerciantes e investidores em geral. Juntando-se esses dois empreendimentos com o do Engenho Central de Quissamã e ainda outros de menor envergadura, todos desenvolvidos na Baixada Campista, conclui-se que Campos dos Goytacazes e municípios vizinhos serviram de palco preferencial para diversos investimentos de perfil capitalista, ainda que, paradoxalmente, o trabalho escravo continuasse a ser predominante em toda a região.

A propósito da prática da escravidão, não se pode esquecer que a mesma se constituía num dos pilares de sustentação da economia do Brasil, desde o período colonial até o fim do Segundo Reinado, quando então foi gradativamente sendo abortada por uma série de leis abolicionistas, que culminaram na Lei Áurea de 13 de maio de 1888. Na Baixada Campista, em particular, o plantel de escravos era ainda bastante numeroso na segunda metade dos anos oitocentos; a região de Campos, Quissamã e Macaé, tradicional produtora de cana-de-açúcar, só ficava atrás em número de cativos quando comparada ao Vale do Paraíba fluminense, onde despontava a produção cafeeira. Considerando tudo isso, é inevitável dizer o óbvio: que toda a riqueza material e o conseqüente prestígio político que a oligarquia local desfrutava junto ao Governo Imperial eram resultantes do trabalho escravo. O mesmo se pode afirmar acerca do sucesso de seus empreendimentos pioneiros e ousados, por mais paradoxal que seja reunir numa mesma conjuntura o desenvolvimento capitalista, o clientelismo e o trabalho compulsório.

Os títulos de nobreza de Quissamã dados pela Coroa, foram de grande importância para a economia fluminense, afinal eles significam influência no topo da pirâmide social, ou melhor, faziam parte dela. Tanto que o Engenho Central, já na província de Quissamã, o primeiro da América Latina, foi erguido graças ao dinheiro da família do Visconde de Araruama – a influência ficou para um segundo momento. João José Carneiro da Silva, o Barão de Monte de Cedro, foi um dos fundadores do engenho e teve a engenhosa ideia de difundir por todo o país os benefícios que gerariam esse sistema.

Era o começo da mecanização e literalmente a salvação da lavoura de cana-de-açúcar, cujo produto nobre, o açúcar, estava economicamente amargo na metade do século XIX.

A ideia era produzir muito e dessa forma vender barato, uma clássica regra de mercado. Ele estava tão certo que em 6 de novembro de 1875 Decreto Legislativo foi assinado dando origem a política de engenhos centrais e em 12 de setembro de 1877 começava a funcionar o Engenho Central de Quissamã, na verdade a Companhia de Engenho Central de Quissamã.

A nobreza ou a oligarquia permitiu que o Engenho Central de Quissamã fosse além do primeiro, um exemplo para o país, cujo tempo iria aperfeiçoar.

(BALBI, 2011, p. 77)

Excetuando o que havia de paradoxal naquela empreitada e em diversas outras que a precederam ou a seguiram – combinando o que parecia ser água e óleo: trabalho escravo e capitalismo, nobreza e empreendedorismo – o fato é que ela não se limitou a dinamizar apenas a economia local de Quissamã ou mesmo da Baixada Campista. O modelo de engenhos centrais se difundiu por outros lugares da antiga província fluminense e do Brasil; não se sabe se exatamente antes ou depois da experiência em Quissamã, ele também foi aplicado na produção açucareira das Antilhas. A associação em regime de cooperativa foi a alternativa encontrada para assegurar uma sobrevida à economia canavieira – uma economia cuja origem estava assentada em ações coloniais e mercantis dos séculos XVII e XVIII – em diversos lugares, isso pouco antes do advento do século XX, quando então o capitalismo se configurou como modelo hegemônico em quase todo o mundo, de Ocidente a Oriente.

O projeto “engenhos centrais” deve ser compreendido como parte do processo de modernização por que passou a economia e a sociedade brasileira na segunda metade do século XIX. Destinado fundamentalmente a fornecer meios aos senhores de engenho para mecanizar suas unidades produtivas e produzir um açúcar de melhor qualidade, em maior quantidade e em menor tempo.

(<http://www.7engenhos.com.br/Imagens/08%20-%20Engenho%20Central%20de%20Quissama.pdf>)

Essa sobrevida para a economia canavieira foi algo notável em Quissamã. Ela se estendeu por muitos e longos anos. A Companhia Engenho Central daquela

localidade não se deixou abalar com a crise do escravismo, que culminou com a abolição da escravatura no Brasil e com a falência de modelos produtivos baseados no trabalho cativo, como foi o caso da economia cafeeira do Vale do Paraíba fluminense. Em certa medida, não seria exagero dizer que a implementação do projeto de engenho central em Quissamã tenha servido não apenas para aumentar e baratear a produção açucareira, mas também para preparar o terreno para a adoção de outros tipos de relação trabalhista, dentre eles a parceria, a meação e o assalariamento. O projeto, sendo implantado, acabou blindando a aristocracia rural quissamaense, de tal modo que ela passou sem maiores sustos pela crise do escravismo e soube resistir também diante da queda da Monarquia, em 15 de novembro de 1889. Mesmo sem contar mais com o apoio do Governo Imperial, que lhes garantira títulos nobiliárquicos e prestígio político, os descendentes do Visconde de Araruama continuaram empreendendo com a Companhia Engenho Central. Durante a crise econômica dos anos 30, que se seguiu ao *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e provocou uma reação em cadeia que praticamente faliu a economia capitalista mundial, o Engenho Central inovou ao cunhar sua própria moeda. Restrita a uma circulação local e utilizada tanto como meio de pagamento aos trabalhadores do engenho, quanto como instrumento de troca por mercadorias do armazém da usina, essa moeda conhecida como operário serviu para minimizar os efeitos da crise: ela protegeu a companhia das flutuações cambiais, assegurou o pagamento regular dos trabalhadores, garantiu o funcionamento da empresa, gerou liquidez e lucro, colocou operários e fazendeiros locais numa situação de dependência ou de endividamento com a companhia.

A moeda era feita em alumínio e foi apelidada pelo povo de Ficha. Foi criada pela Companhia Engenho Central de Quissamã, uma ideia do gerente da Usina, dr. José Cristiano Ney, durante o triste período da recessão, na década de 1930, para tentar amenizar seus problemas; e, ao que tudo indica, conseguiu. Entretanto, para os fazendeiros foi terrível, pois só conseguiram resgatar suas dívidas entregando suas terras como pagamento. Foi uma época de estagnação na economia quissamaense.

Por outro lado, os operários não receberam a novidade com muito entusiasmo. Afinal, eram pagos com uma moeda que somente poderia ser utilizada nos Armazéns Ribeiro & Filho, pertencentes à própria Companhia Engenho Central de Quissamã, ou em algum comerciante do lugar. Quem necessitasse viajar ou fazer compras em outro centro deveria antes ir até Conde de Araruama, onde ficava a matriz do Armazém Ribeiro & Filho, e trocar suas fichas

pelo chamado dinheiro forte. Havia em Macaé, não temos registro do nome deste estabelecimento, uma casa comercial que também aceitava Fichas.

Os operários sentiam-se um pouco escravizados pela situação.

(OLIVEIRA, 2011, p. 131)

Um outro exemplo concreto – e, nesse caso, bem concreto pois ainda se encontra de pé, vívido e borbulhante – da sobrevida da Companhia Engenho Central de Quissamã foi a construção, entre o final do século XIX e a década da crise de 1930, de duas vilas operárias para abrigar trabalhadores da usina, desde engenheiros e administradores aos chamados peões de fábrica. A primeira e mais antiga de ambas é a Vila do Engenho, erguida defronte ao parque industrial e destinada originalmente para servir de moradia àqueles trabalhadores que cumpriam tarefas essenciais para pleno funcionamento da usina. Ali ficavam as casas dos chefes de seção, bem como as de profissionais especializados como mecânico, caldeireiro, ferreiro, pedreiro e carpinteiro; ali também existiam conjuntos de quartos para o abrigo temporário de operários que trabalhavam em turnos longos, quando estivessem em intervalos de descanso. Nessa mesma Vila do Engenho, havia edifícios de uso comum, tais como um hospital, uma farmácia, uma escola, uma venda, um posto telefônico e um cinema. Já na outra vila, conhecida como Vila do Carmo por ter sido construída ao redor da Capela de Nossa Senhora do Carmo, ficavam as residências de mais trabalhadores cujas funções não eram consideradas tão essenciais quanto às dos primeiros. Lá ficavam também outros lugares de uso comum: mais uma venda, um açougue, um bar, uma barbearia e um campo de futebol.

Não é difícil inferir que, naquele espaço físico composto por quase uma centena de construções que iam de simples quartos de zinco a uma grande sala de cinema, a vida social era intensa. Ainda que os horários de funcionamento da fábrica – devidamente anunciados por apitos sonoros – servissem de base para tudo que se fazia nas vilas, os relatos de quem lá viveu por volta dos anos 1930 a 1950 falam de bailes, saraus, banda de música, time de futebol.

Falando de música, fala-se de bailes e eles aconteciam nas casas de família (...) Naquela época, segundo Carlinhos (um

entrevistado pela memorialista Helianna Barcellos de Oliveira), “os bailes começavam às 9 da noite e iam até de manhã!”

Na minha juventude também era assim, além dos bailes da Sociedade do Engenho, os homens usavam terno e gravata e o grupo de amigos operários saía junto (...). Por não existir condução, iam a pé com calças arregaçadas para não sujar de graxa na linha do trem, os ternos eram de linho, não podiam ficar sujos (...).

As casas eram de chão socado, uma poeira danada, e os ternos eram obrigatórios. Quando chegava ao local dos bailes, o grupo de amigos da Vila Operária fazia sucesso. Isso acontecia mais ou menos lá pela meia-noite, pois, até encontrar o melhor baile, eles caminhavam muito e aí um grupo chegava perto do dono da casa e regateava o preço de 5 mil réis (moeda da época), já que a hora estava avançada e o grupo era de mais ou menos seis, e conseguiam. Quando entravam, todos bem arrumados, bonitinhos, eram considerados a elite chegando.

(OLIVEIRA, 2011, p. 121)

Essa elite de operários bem arrumados a que Dona Helianna se refere era nada menos do que um grupo de músicos, muitos deles empregados da Companhia Engenho Central, que aprenderam a tocar instrumentos musicais na Vila Operária e que costumavam se apresentar nos bailes de Quissamã e de municípios próximos. Da música ao futebol, o Engenho Central também custeava uma equipe amadora que fazia sucesso em campeonatos locais. Algo parecido ocorria com o cinema: o Engenho realizava exibições de filmes para os moradores das vilas. Juntando tudo isso, entende-se como a usina quissamaense reproduzia na Baixada Campista a mesma lógica empresarial de algumas fábricas européias e norteamericanas. Era o taylorismo adaptado às condições sociais de Quissamã: dentro da fábrica, os horários eram rigidamente controlados com o objetivo de otimizar a produtividade; fora do espaço propriamente fabril, no terreno da vila operária, o lazer era provido e, em certa medida, também controlado pela empresa.

A lógica de controle exercida pela empresa começava pelo simples fato de existirem as vilas operárias e de ambas se situarem em áreas próximas ao parque fabril. As vilas não se limitavam a abrigar os operários e suas famílias, elas também os circunscreviam a um lugar específico, bem ao lado da fábrica. Dessa maneira, todos ficavam dentro de uma espécie de perímetro de segurança, onde podiam ser alcançados pelos olhares indiscretos dos administradores da empresa, dos vizinhos e dos próprios familiares. Naquele espaço circunscrito, exercia-se uma espécie de

vigilância moral sobre os trabalhadores, impedindo que eles se excedessem em seus momentos de lazer e deixando-os sempre à disposição para a lida. Esses momentos lúdicos eram sim providos ou subsidiados pela empresa, mas esse provimento também não deixava de ser uma tentativa de controle, à medida que definia os lugares e as horas em que os trabalhadores podiam se divertir ou à medida que provocava nesses mesmos trabalhadores uma sensação de gratidão pela empresa que lhe possibilitava os momentos de lazer.

A propósito dessa lógica de controle sobre os trabalhadores, ela não se limitava apenas a reproduzir, na Baixada Campista, um modelo taylorista proveniente da Europa ou dos Estados Unidos da América. Muito pelo contrário: o hábito de controlar mão de obra, ora concedendo, ora arrojando, não era propriamente estranho para elite local de Quissamã, cujos ascendentes diretos haviam sido fazendeiros escravistas até a promulgação da Lei Áurea, no final do século XIX. Nas fazendas locais, era comum erguer as senzalas bem ao lado das casas grandes e dispô-las em grandes alas longitudinais no terreiro principal da fazenda. Um observador mais atento pode concluir que essa disposição geográfica, que formava uma espécie de paredão quase intransponível para se chegar à sede da fazenda, era uma estratégia para se proteger os senhores; esse mesmo observador pode também inferir que o fato das senzalas ficarem bem ao lado das casas grandes e geralmente num patamar inferior, isso favorecia a vigilância dos senhores. Ora, dentre as vilas operárias do Engenho Central, aquela que era chamada de Vila do Engenho lembrava muito a configuração espacial das velhas senzalas: bem ao lado do parque industrial, que bem pode ser entendido como uma moderna casa grande, se destacavam duas alas inteiras de quartos individuais para os operários, sem contar as casas de família e os edifícios de uso coletivo (hospital, armazém e outros). Em conjunto, a vila parecia cumprir também a função de proteger a casa grande extemporânea, no caso o parque industrial que abrigava a administração da indústria. Ao mesmo tempo, como já foi dito, ela ficava tão próxima que favorecia a prática da vigilância dos administradores.

Um outro aspecto que chama atenção é o fato de que, em Quissamã, existe o entendimento de que a relação entre senhores e escravos era mais branda do que o usual, quando comparada a outros lugares, como Campos dos Goytacazes. Independentemente de se discutir se essa noção de abrandamento é válida ou não,

à medida que a escravidão por si mesma é violenta pois nega o direito à liberdade, costuma-se dizer que o trato dos senhores quissamaenses com sua escravaria era feito à base de trocas de favores. Os senhores quase não os castigavam fisicamente e permitiam que constituíssem famílias, que formassem pequenas criações e roçados e que vivessem em senzalas sem grades ou grilhões; em troca, a escravaria cumpria o papel de trabalhar e produzir, sem promover revoltas. Tudo isso também é discutível, mas a simples concepção de troca de favores nas fazendas escravistas por si já é uma evidência passível de comparação com o que se fazia no ambiente das vilas operárias. Assim como os senhores de escravos permitia o roçado, a formação de famílias e também manifestações culturais de matrizes africanas como o jongo e o fado fluminense (atualmente, dois patrimônios imateriais de Quissamã), os administradores do Engenho Central fomentavam a música, o cinema e o futebol. Do mesmo modo como os escravos das fazendas eram ordeiros e trabalhadores, os operários de fábrica também o eram. É claro que as coisas não eram tão simples assim; a propósito, se fossem, nem haveria necessidade de vigilância constante. Em Quissamã, a presença do olho que tudo vê é inegável: ele se encontra materializado no torreão do Museu Casa de Quissamã, a mais conhecida de todas as casas grandes locais e cuja fachada serviu como logomarca da Prefeitura Municipal por vários anos. O torreão ainda se encontra lá, no alto do casarão preservado, imperando sobre o terreiro da fazenda onde, no século XIX, circulavam os escravos e onde deviam ser constantemente vigiados. O Engenho Central, na sua configuração arquitetônica original, também possuía o seu torreão, hoje transformado em ruínas.

SITUAÇÃO SOCIAL1:

V Semana Fluminense do Patrimônio

IV Encontro do Patrimônio Fluminense

Encerramento da Caravana *O Gancho*

Data: **13/11/2015**

Local: **Vila Operária do Engenho Central de Quissamã**

Hora: **19:00h**

Ação desenvolvida: **Exibição do documentário *O Gancho* sobre a fachada do Cinema da Vila Operária**

Atores envolvidos: **Moradores de Machadinho e convidados**

Descrição da Ação: O evento consistiu na reunião de diversas ações que se sucederam: um passeio ciclístico entre o centro de Quissamã e a Vila Operária,

No caso desta situação social específica, minha condição de observador era diferenciada porque, além de observar propriamente o que acontecia ao meu redor, eu também estava encarregado de conduzir os procedimentos da ação de salvaguarda: cuidar para que os horários previstos fossem cumpridos, mobilizar as pessoas encarregadas de cada um dos detalhes técnicos, promover o encadeamento das partes da ação, testar a qualidade da projeção e do som, conciliar os arroubos de ego dos participantes, inclusive os meus, e resolver problemas de última hora. Sendo assim, foi necessário recorrer às observações de outras pessoas que estiveram presentes naquela noite.

Cabe dizer que minha participação no evento do dia 13 de novembro foi de coordenar a realização do mesmo, que consistiu numa sequência de pequenas ações vinculadas à Semana Fluminense de Patrimônio que ocorreu em Quissamã durante três dias e com a seguinte programação:

18h a 19h – Passeio ciclístico pelos equipamentos culturais do município de Quissamã: saída do *campus* Quissamã do IFFluminense e chegada na Vila Operária do Engenho Central.

19h – Exibição comentada do documentário *O Gancho*, com projeção sobre as paredes do velho cinema da Vila Operária.

19:30h – Pré lançamento do documentário BMUQ: as Notas de uma União

Pré lançamento de documentário sobre a Caravana *O Gancho*

Exibição do documentário *Serra do Caxambu*

20h a 21h – Apresentação da Banda Musical União Quissamaense

Duas das pessoas a quem recorri para saber detalhes que me escaparam ao olhar me disseram que aconteceu um fato significativo e este me escapou dos olhos e mesmo dos ouvidos por conta das peculiaridades mencionadas anteriormente, mas que certamente não pode passar despercebido de um texto que trata de memória e, por extensão, de esquecimento. Ou mais ainda de um texto que

tangencia questões de identidade e assim tem de mergulhar em contradições que vão da imersão nas coisas que tocam a alma e o coração ao total alheamento acerca dessas mesmas coisas. Cabe ressaltar que essas oscilações, que essas discordâncias resultam de escolhas, que podem ser racionais ou não.

O fato descrito pelas duas pessoas a quem recorri, que a propósito não tiveram contato direto entre si ao observá-lo e assim o viram de diferentes ângulos, foi mais ou menos o seguinte: uma mulher que assistia ao evento comentou com uma amiga, de um modo crítico e até jocoso, que não sabia o que fazia ali, parada no meio de uma rua da Vila Operária, sentindo o “cheiro enjoativo de pipoca na manteiga”, sendo “devorada por pernilongos e revirando o pescoço de um lado para o outro” para poder acompanhar os atrativos da noite, que variavam de uma exibição do documentário *O Gancho* a uma apresentação da Banda Musical União Quissamaense.

Numa tentativa de fazer a crítica e até o escárnio dessa mulher – cuja identidade não me foi revelada, bem como não foi a de sua amiga e ouvinte – cabe dizer que a sequência dos atrativos realmente exigia que as pessoas da plateia movessem seus pescoços de um lado para outro, já que estávamos todos numa rua estreita e sem saída, onde tivemos de acomodar um telão, aparelhos de projeção de imagem e caixas de som, bem como algo em torno de vinte componentes de uma banda musical e mais de 150 pessoas que se dispuseram a estar naquele lugar. Cabe também acrescentar que as cadeiras disponíveis – cerca de 60, não mais do que isso – foram reservadas para idosos e crianças e que o desconforto daqueles que ficaram de pé durou não mais do que duas horas, tempo aproximado que transcorreu entre a chegada dos ciclistas e a apresentação do repertório da banda. Em relação aos pernilongos, não há mesmo o que dizer, senão observar que eles são muito assíduos nas noites quissamaenses, talvez por conta das águas quase sempre mortíferas do Canal Campos Macaé ou da existência de vegetação, seja ela natural ou plantada, nas redondezas da Vila Operária, cuja localização é um pouco afastada da área propriamente urbana de Quissamã. Quanto ao cheiro de pipoca, a presença de um pipoqueiro com seu carrinho naquele lugar era intencional, pensada para ser assim, até mesmo para dar um toque de bucolismo ao evento como um todo e combinar com os filmes que seriam exibidos naquela ocasião.

A postura dessa mulher – conforme descrita pelos dois depoentes – me chamou atenção porque ela se sentia incomodada com tudo que acontecia. Talvez se estivesse sentada numa poltrona, num ambiente refrigerado e perfumado, ela também encontrasse algum motivo para reclamar. A mulher sem nome parecia predisposta a não gostar, a não entender o que fazia ali por mais que se tentasse explicar tudo o que acontecia. Isso chamava um tanto mais de atenção porque sua atitude contrastava com a de muitas outras pessoas ali presentes. Na condição de observador, eu bem me recordo de como alguns achavam graça de mudar de posição a cada pequeno acontecimento, virando pescoço e às vezes todo o corpo. Também me lembro de como se formou uma fila enorme diante do carrinho de pipocas, com dezenas de adultos e crianças esperando sua vez de comprar pacotinhos daquele milho estourado na manteiga. A propósito, o cheiro de pipoca amanteigada parecia ser agradável para muitas pessoas com quem conversei, a ponto de atraí-las para a fila, onde quase todos me pareciam sorridentes e não propriamente entediados ou infelizes. Em relação especificamente às crianças, era notória a presença delas naquele lugar, mesmo ele sendo distante e estando de noite.

De volta à postura da mulher que se sentia incomodada por estar naquele lugar, o que chama atenção, simultaneamente, são duas atitudes que podem ser entendidas como complementares naquela situação: a primeira é o fato dela demonstrar não saber, de fato, o que fazia ali; a segunda diz respeito à sua má vontade em tentar conhecer o lugar e todos os significados que podem ser atribuídos a ele e ao evento que lá estava ocorrendo. De acordo com HALBWACHS (1990), a memória é construída e compartilhada coletivamente. Fica difícil conceber que alguém que se mostra avesso ao compartilhamento possa participar do processo de construção da memória coletiva.

(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós.

(HALBWACHS, p. 26)

A postura da mulher, cuja identidade não me foi revelada, coloca em xeque a sua própria identificação com o lugar em que se encontrava a contragosto e cujos significados ela ignorava e não parecia querer conhecer. Trata-se de uma pessoa duplamente sem identidade: primeiro, porque não tem nome, segundo porque não se identifica mesmo, porque se recusa a manter uma relação de pertencimento, mesmo que seja momentânea, com o lugar em que estava.

E que lugar era este? A Vila Operária do Engenho Central de Quissamã, que num passado nem tão distante fora o centro nervoso de interações sociais as mais diversas: afetivas, familiares, de trabalho, lazer e produção cultural. Cabe dizer que, na verdade, eram e ainda são duas vilas operárias: a do Engenho, que fica bem ao lado da antiga Usina e onde residiam as famílias dos trabalhadores cujas funções eram imprescindíveis para o funcionamento do parque de produção; e a do Carmo, que se desenvolveu no entorno da capela consagrada a Nossa Senhora do Carmo e cuja distância da Usina é maior do que a anterior, local onde também residiram outras famílias de operários mas cujas funções não eram propriamente essenciais para a rotina da produção.

Dona Helianna Barcellos talvez seja o contraponto ideal para quem – assim como a mulher cujo nome não se revela – não se sente acolhida num lugar como a Vila, seja ela a do Engenho ou do Carmo. Essa senhora de oitenta anos também esteve presente no evento de 13 de novembro e se emocionou com quase tudo, como aliás ainda hoje se emociona ao falar sobre aquela noite e, mais ainda, sobre o Engenho Central. Em depoimento recente, quando soube que o assunto em questão seria a velha Usina, ela foi imperativa: “não me faça chorar de novo!”. E mesmo tendo o cuidado de não enveredar por temas potencialmente emotivos, dona Helianna mal conteve as lágrimas ao relatar sua ligação com o Engenho. Antes de mais nada, ela se declarou uma pessoa “apaixonada sem paixões” e racionalizou essa expressão aparentemente dúbia porque uma de suas partes significativas tende a anular a outra: “Eu enxergo os erros, os defeitos, mas sou apaixonada pela minha cidade.”

Quem conhece dona Helianna é testemunha do que ela diz: depois de passar boa parte de sua vida em Niterói, ela resolveu vender a casa onde residia e decidiu voltar para Quissamã, onde nascera e passara sua infância. Já em Quissamã, construiu uma nova residência conjugada ao Espaço Cultural José Carlos de

Barcellos, utilizando material de demolição de sua antiga casa em Niterói. A partir daí, passou a se dedicar com afinco e rigor a ações voltadas para o desenvolvimento de sua cidade natal: entre outras coisas, conseguiu trazer para Quissamã a sede de uma Comarca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e simultaneamente iniciou uma série de ações de salvaguarda, dentre as quais se destacam a gravação de depoimentos com centenas de pessoas que vivenciaram a história de Quissamã em lugares como Machadinha, Freguesia e Vila Operária do Engenho e do Carmo. Destacou-se por diversas razões: promoveu a guarda de documentos antigos, retratou paisagens de Quissamã em pinturas sobre porcelana, fez bonecos de retalho representando gente do povo, desenvolveu um mapa de memória das residências das vilas operárias do Engenho e do Carmo. Quando perguntada sobre a motivação para fazer tudo isso, ela narra sua própria história de vida e reserva à Vila Operária um capítulo especial, ressaltando como uma infância experimentada no Carmo foi decisiva para transformá-la, aí sim, numa “apaixonada sem paixões”.

Eu nasci na Vila Operária do Carmo, no entorno do atual campo de futebol (...) numa época de uma Quissamã bucólica, de uma Quissamã sem medo. Nós dormíamos de janela aberta. Entre as casas... a cerca era uma cerca que você passava com facilidade. Havia assim uma plantação de vagem e de maracujá. Era cerca viva mas que o vizinho podia pegar do outro e não havia briga. Que todos nós éramos uma família, eu diria assim (...).

Nós brincávamos na rua, sem sermos crianças de rua (...) e era fácil isso (...) a roda, a amarelinha, o anel (...).

Havia uma unidade, uma amizade e acho que isso marcou muito a minha infância, esse tipo de vida, uma vida simples. (...) Era aquele ambiente família e com isso, assim de repente, a paixão. Eu sou uma apaixonada sem paixões. (...) Segundo o meu marido (já falecido), por minha causa, ele tomou uma overdose dessa história, dessa história simples, dessa história do interior.

(Depoimento de Dona Helianna Barcellos)

O exercício de rememoração de Dona Helianna, trazendo reminiscências de uma infância vivida na Vila Operária do Carmo, amolda-se perfeitamente àquilo que HALBWACHS entende como o processo de construção de uma memória coletiva. Em seu depoimento, existe sim o esforço individual para lembrar, mas a lembrança só se torna possível porque ela se insere num grupo de referência que, nesse caso, são tanto seus familiares e vizinhos com os quais ela conviveu naquele ambiente bucólico descrito por ela mesma, como também são seus ouvintes, leitores e espectadores que a escutam e que assentem ou não com a cabeça diante daquilo que essa senhora conta, às vezes com detalhes como nomes e datas. No caso, eu próprio, na condição de entrevistador, fui ouvinte por diversas vezes; leitores são aqueles que abrem as páginas do livro (OLIVEIRA, 2011) que dona Helianna escreveu se autointitulando “mascate de sonhos”; espectadores são os que assistiram e assistem a documentários etnográficos que tiveram essa memorialista quissamaense como depoente: *Areia de Quissamã* (NUPEM/UFRJ, 2011) e especialmente *O Gancho* (IPHAN, IFFluminense, Fundação de Cultura PMQ, 2013). A propósito deste último documentário, que trata da memória afetiva do Engenho Central de Quissamã, dona Leninha compartilha de suas memórias acerca da Vila e do Engenho com quatro outros depoentes: a nonagenária Dona Margarida da Silva, que também se emociona com facilidade e mal contém as lágrimas quando fala de seu passado como supervisora de estoque do Engenho; o Senhor Ézio dos Santos, hoje sitiante e antigo transportador de cana de açúcar para a Usina, que num dado momento se deixa cantarolar um canto de bóia fria; o senhor Roberto Luiz, ex supervisor de fabricação de açúcar e álcool, cuja voz metálica impressiona quem o ouve, assim como impressiona a sua fala – bem depois de rememorar tanto de sua vida no Engenho – de que não sentia saudades da velha Usina porque, na época em que nela trabalhou, ele “sofreu demais”; o Senhor Carmélio de Almeida, o ex operário de fabrico de açúcar que se recorda, com brilho nos olhos, de detalhes técnicos da produção e cuja vida ainda não lhe reservou o devido descanso, já que trabalha até hoje como frentista de posto de gasolina.

Ainda que diferentes entre si em muitas opiniões acerca do passado vivido no Engenho, todos esses entrevistados de *O Gancho* reconhecem que o Engenho Central mexeu com suas vidas, assim como revirou as de quase todos que viveram em Quissamã até o fechamento da velha Usina, em 2002. Eles falam como se o

Engenho fosse algo onipresente naquela localidade e, nesse ponto, também concordam praticamente todos os entrevistados de ***O Passado que se faz Presente*** ou, pelo menos, aqueles que foram despertados para o assunto. Essa concordância independe do fato de que alguns foram trabalhadores do Engenho, outros residiram ou ainda residem na Vila Operária, outros mais foram fornecedores de cana de açúcar e ainda outros atuaram como gestores públicos do município de Quissamã por ocasião da crise final da velha Usina.

No que diz respeito a essa onipresença, antes mesmo de recorrer ao que dizem os entrevistados, cabe descrever a sensação que o ato de simplesmente ver – obviamente com o olhar maturado em teoria e método, conforme exige CARDOSO DE OLIVEIRA (2000) – o que ainda resta do Engenho Central de Quissamã pode despertar num observador externo, com destaque para o que de mais visível da velha Usina pode sobressair na paisagem. E com destaque igualmente para um outro elemento, que não deve ser necessariamente entendido como recurso poético ou concessão criativa, porque parece acompanhar o observador por onde quer que ele vá em Quissamã ou em praticamente toda a Baixada Campista.

Um bom observador é capaz de dizer que, na Baixada Campista, onde se encontra o município de Quissamã, existem dois patrimônios onipresentes. O primeiro deles é intangível na sua essência e incontrollável por natureza; ele aparece quando bem quer e vai-se embora sem se despedir ou mandar recado; atrás de si, costuma deixar um rastro de lembranças que variam do incômodo dos cabelos desalinhados, dos vestidos levantados, das faces ruborizadas a um grave sentimento de perda que mistura o silêncio e o vazio. Trata-se do vento forte que, vez ou outra, sopra por ali, naquele baixio, sem encontrar obstáculos que contenham sua impertinência, sua quase fúria. O segundo patrimônio que sobressai nas terras de Quissamã – especialmente quando a poeira levantada pelo primeiro se aquieta e permite que se veja o horizonte nu – são as ruínas da Companhia Engenho Central de Quissamã. Do ponto de vista material, são ruínas mesmo cujo péssimo estado de conservação não impede que se constate a sua grandiosidade ou, melhor ainda, sua grandiloqüência que parece gritar no horizonte, onde despontam duas grandes chaminés de tijolos vermelhos. Já do ponto de vista imaterial, a velha Usina – como é carinhosamente tratado o Engenho Central – fala ainda mais alto aos corações de diversas gerações de quissamaenses. A sua voz ainda é tão forte que, naquele

lugar, ainda existem os que acreditam que aquelas ruínas ainda irão voltar a moer cana e produzir açúcar.

Deve ser acrescentado a esse relato – cujo sentido do texto, quando escrito, fechava-se em si mesmo – um terceiro elemento que chama atenção do olhar de um observador maduro e que, assim como as chaminés do Engenho, se destacam pela grandiosidade e, no seu caso específico, igualmente pela reiteração de sua presença em diversos lugares do território quissamaense. E não em quaisquer lugares, mas especialmente naqueles onde ainda aparece ou em algum dia existiu uma construção vinculada à elite local – a mesma que protagoniza a história aqui entendida como oficial de Quissamã. A tríade de elementos onipresentes, portanto, pode ser complementada com uma alusão às palmeiras imperiais ou outros tipos menos conhecidos de palmeiras, que aliás não são nativas e muito menos exclusivas de Quissamã; na verdade, esses espécimes vegetais – muitos deles plantados por escravos sob ordens de senhores que compartilhavam entre si a ideia de que eram símbolos de riqueza e prestígio social – chegaram ao Brasil vindos de outras partes do continente americano e aqui foram aclimatados no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, uma instituição fortemente vinculada à Família Imperial e aos seus súditos preferenciais espalhados pelo território brasileiro, inclusive em Quissamã, onde residiam ou frequentavam prepostos do Império em seu período de apogeu.

Roystonea oleracea (Jacq.) O.F.Cook (Arecaceae)
Distribuição Geográfica: América Central, Colômbia, Venezuela e Guianas É uma palmeira solitária, medindo até 50m de altura sendo mais larga na base com frondes pinadas, grandes, regularmente espalmadas em curva graciosa, cacho revestido com pelos lanosos nos seus ramos. Seu fruto pequeno; rápido crescimento. Acreditava-se que as primeiras plantas tinham sido trazidas do Jardim Gabrielle, na Guiana Francesa de onde vieram muitos espécimes, principalmente durante o período em que Caiena esteve sob domínio português em represália à ocupação de Portugal pelos franceses. Todavia, os primeiros espécimes vieram, na verdade, do Jardim La

Pamplémousse, nas Ilhas Maurício, trazidas por Luiz de Abreu Vieira e Silva. As mudas foram oferecidas ao príncipe regente d. João que plantou o primeiro exemplar no Jardim Botânico em 1809. Conhecida como palmeira imperial, sua propagação pelo país deve-se aos escravos que, descumprindo ordens do diretor Serpa Brandão, roubavam suas sementes à noite para vendê-las por 100 réis cada. As duas mais antigas aleias - aleia Cândido Baptista e aleia Barbosa Rodrigues - são formadas por exemplares desta palmeira, símbolos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
(Disponível em: <http://www.jbrj.gov.br/jardim/plantas?page=6>)

Como se pode notar a partir da apresentação que se encontra na *home page* do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, as palmeiras imperiais trazem consigo uma longa história de proximidade com a Corte e também toda uma simbologia de poder e pujança econômica que se combinam com sedes monumentais de antigas fazendas, com as senzalas preservadas de Machadinha, com solares urbanos, com o complexo industrial e especialmente com o duo de chaminés do Engenho Central – tão imponentes quanto as próprias palmeiras e tão aparentes no ermo da baixada – para compor uma paisagem toda própria em Quissamã. Uma paisagem, no caso, devidamente trabalhada por mãos humanas, isso dentro de conjunturas históricas que remetem aos séculos XVIII, XIX e XX, toda ela atravessada pelas peculiaridades de uma atividade econômica preponderante: a cultura canavieira, que envolve tanto o plantio de cana em larga escala – com a presença do latifúndio e de mão de obra escrava ou já livre, porém quase sempre submetida a algum tipo de controle que transcende o ambiente próprio de trabalho – quanto o processamento dessa mesma cana em subprodutos, especialmente o açúcar que afortunava uma elite local ilustrada e dinâmica em seus empreendimentos.

É óbvio que o vento se diferencia dos outros dois elementos citados, que são resultados concretos do trabalho humano e que deixam, na paisagem local de Quissamã, as marcas de um passado ao qual pessoas de um tempo presente – especialmente os agentes responsáveis pelo desenvolvimento das chamadas ações de salvaguarda – atribuem significado e, em certa medida, o recortam, recombina

e idealizam na forma, mais uma vez, de uma tradição inventada (HOBSBAWM e RANGER, 1984). As marcas ou materializações desse passado idealizado podem ser interpretadas, assim como já foi dito, como lugares de memória (NORA, 1993); ou então, quando inseridas num ambiente mais ampliado que inclui elementos da natureza devidamente modificados ou não pela presença humana, essas mesmas marcas lembram o conceito de rugosidade de SANTOS (2012) no sentido de que trazem para a atualidade uma espécie de junção de passado e presente. Nesse caso, o vento deve ser tomado como um elemento obviamente natural que o homem tem certa dificuldade de controlar mecanicamente, mas não de atribuir sentido; o vento aliás é transtemporal, sua manifestação física não se prende a uma só variável de tempo, assim como a rugosidade de SANTOS (2012). No que se refere ao exercício da observação propriamente dito, o vento das paragens quissamaenses – vento típico de uma região de baixada, não muito distante do mar – ele se anuncia como elemento surpresa que provoca desconforto, que desalinha não apenas os cabelos e levanta vestidos, mas que provoca neste pesquisador a necessidade de sair de uma suposta zona de conforto – ainda muito presa na dicotomia de patrimônio material e imaterial – e enveredar pela ideia de paisagem cultural que parece bem se aplicar ao que se percebe e entende acerca de Quissamã. A fuga dessa suposta zona de conforto se dá à medida que elementos naturais – dentre eles o próprio vento – passam a fazer parte, nem que seja pontualmente, de uma reflexão que até então privilegiava questões culturais; ou, melhor ainda, que esses elementos naturais passam a ser entendidos como algo também passível de se atribuir sentido e de ser pensado como peça integrante de uma paisagem humanizada. Algo muito próximo do que BRITTO e FERREIRA (2011) vai buscar em COSGROVE e que acaba inspirando algumas reflexões acerca do patrimônio histórico e cultural de Quissamã concebidas na seara da Geografia Humana: ROCHA, PEREIRA e LEMOS, 2014; CASTRO, 2006; CORDEIRO, 2008.

A paisagem está intimamente ligada à cultura, e à ideia de que as formas visíveis são representações de discursos e pensamentos. A paisagem aparece como um lugar simbólico. A paisagem se faz através da criação de uma unidade visual onde seu caráter é determinado pela organização de um sistema de significação.

(COSGROVE, 1998. Citado por BRITTO e FERREIRA, 2011, p. 8)

Essa concepção de paisagem simbólica de COSGROVE também anima o trabalho de CAROLINO e CORREIA (2011), concebido com o objetivo de discutir como paisagem e identidade social podem ser relacionadas numa região rural de Portugal, no caso o concelho do castelo de Vide. Pois é justamente nesse ponto, no qual se reconhece a paisagem como “operador simbólico na produção de identidades locais” (p. 89), que pode-se pensar a questão da onipresença do duo de chaminés do Engenho, que praticamente prepara o olhar e o faz mergulhar nas marcas ou rugosidades de uma Quissamã onde passado e presente se intercambiam num horizonte de terras baixas em que praticamente inexistem anteparos naturais que atrapalham o olhar, tanto do observador externo, quanto dos moradores daquele lugar. Ambos podem então compartilhar de uma espécie de situação ideal para fazer fruir os sentidos – em especial o olhar, que certamente não exclui os demais – e assim compartilhar do tanto de carga simbólica que cada uma dessas marcas traz consigo ou mesmo do conjunto de todas elas que, mesmo construídas em recortes diferentes de tempo, tendem a se apresentar como uma unidade significativa que, assim como foi dito, giram em torno do eixo da economia açucareira local. O Engenho pode ser entendido como o prenúncio disso tudo, até mesmo por conta de sua posição geográfica, antes do portal de entrada da cidade; Machadinha, por seu turno, pode ser interpretada como a síntese mais completa das contradições inerentes ao que parece ser único, mas que na verdade lida com uma plêiade de diversidades. Quanto às ações de salvaguarda, em especial as desenvolvidas nas neocomunidades de Machadinha e da Vila Operária do Engenho, elas potencializam a manifestação das diversidades através de diferentes reações dos agentes envolvidos nelas próprias.

Mas, independentemente das ações de salvaguarda, as diversidades já podem ser percebidas em nuances manifestas diante do duo de chaminés, ali portentoso, bem na entrada de Quissamã. Diante dele, é óbvio que existem aqueles – e não são poucos – que passam por ali e nem se dão conta de que, bem ao seu lado, existem duas fortes marcas de um tempo vivido, revestidas de significados. Esse pode ser o caso do homem de negócios que, apressadamente, não quer perder dinheiro nem tempo olhando para o lado quando chega ou sai de Quissamã;

podem ser os ciclistas – cada vez mais comuns nas estradas da região – que preferem não desviar sua atenção dos carros que passam correndo ao seu lado, até mesmo por uma razão de segurança; podem ser as crianças que ou dormem ou se entretêm com brincadeiras nos bancos traseiros dos carros dos pais; podem ser os próprios pais que discutem entre si a relação conjugal; pode ser talvez o único mendigo que normalmente se avista em Quissamã, ele próprio um andarilho ensimesmado e de cabeça baixa, talvez preocupado com o lugar onde tem de chegar para tomar sua única refeição do dia; pode ser um trabalhador na lida ou um trabalhador desempregado, ambos também preocupados ou com dura carga de trabalho a cumprir ou com as tentativas frustradas de arrumar um emprego; podem ser os enamorados de todos os gêneros que só tem olhos uns para os outros. Podem ser, enfim, muitas pessoas que, por uma razão ou outra, ou até por já terem naturalizado aquela paisagem, não se dão conta de que as chaminés despontam logo ali, ao lado. Mas certamente não é o caso de alguns entrevistados cuja vida, de um modo ou outro, esteve ligada ao Engenho Central de Quissamã e a pesquisa exploratória – realizada tanto na fase que antecedeu a gravação de depoimentos do documentário *O Gancho*, quanto no processo de preparação para a escolha dos entrevistados de *O Passado que se faz Presente* – já demonstrava que eles, mesmo sendo pontualmente indicados, tinham muito a dizer. Não seria exagero afirmar que suas falas verbalizam o que muitos outros não necessariamente dizem, mas gostariam sim de dizer pois em geral não desaprovam os arroubos nostálgicos de dona Leninha ou senhor Ézio quando assistem, por exemplo, a ***O Gancho***, um produto visual que se propõe exatamente a tratar da chamada memória afetiva que se manifesta em Quissamã tendo como ponto de referência o Engenho Central. Para esses entrevistados, especialmente quando estimulados a rememorar, as torres da Usina tem sempre algo a dizer ou a lembrar. Nesse sentido, elas se sobressaem como aqueles objetos que, revestidos de significados, provocam lembranças individualizadas ou compartilhadas coletivamente.

Dona Helianna Barcellos, quando indagada se tem uma sensação parecida com a que foi descrita anteriormente – no caso, a dos três elementos que parecem onipresentes para um observador externo – ela assente com a cabeça e acrescenta outros dois elementos que ainda povoam suas memórias vinculadas ao Engenho: o apito do trem que carregava fardos de cana e sacas de açúcar e a visão de duas

velhas locomotivas que ainda repousam bem ao lado das ruínas do parque industrial da Usina. Senhor Ézio se recorda de outro apito, o da fábrica que marcava as horas: “A Usina funcionava, ela apitava nas horas certas. A gente estava aqui e uuuuu... a gente sabia que hora era. As donas de casa não precisavam nem de possuir relógio.” Senhor Carmélio também se refere ao mesmo apito, ressaltando que ele “... era a alegria da gente!”; a propósito, Carmélio, com seu jeito simples de falar – algo que faz lembrar o estereótipo do trabalhador ordeiro e feliz que certamente era o modelo de comportamento a ser seguido pelos operários do Engenho – faz um testemunho de como sua vida e a de muitos outros estiveram ligadas à rotina da velha Usina: “Eu acho que a maioria do povo de Quissamã, eu acho que todo mundo trabalhou nessa Usina. Porque só tinha ela. (...) Eu praticamente fui criado lá dentro. Eu fui pra lá novinho.” Já Dona Margarida, que exercia cargo de confiança na Usina e muitas vezes tinha de abdicar de momentos de folga e de contato com a família para cumprir tarefas de trabalho, ainda encontrava tempo para admirar a beleza daquela paisagem que lhe era cotidiana e, atualmente, aposentada e com mais de 90 anos de idade, parece querer se reencontrar com o que lhe parece ser um passado idílico, vivenciado nesse mesmo cotidiano de trabalho do Engenho Central de Quissamã.

Como era bonita a Usina! Rústica, mas muito bonita! Tudo bem repartido, muito bem cuidado. Nós tínhamos até um jardim lá dentro. Tinha um guarda pra proteger as roseiras. Era um tempo maravilhoso! A gente entrava não pra mexer em nada, era pra admirar as rosas. Veio (sic) rosas até da França. Mas se perdeu tudo isso...

(Depoimento de Margarida Moreira da Silva)

Mesmo sem prescindir de alguns arroubos nostálgicos – como o momento em que alegremente entoava uma canção de trabalho que animava cortadores de cana de açúcar, como ele próprio – que o aproximam das falas de dona Margarida e Carmélio, senhor Ézio tende a ser um pouco mais cerebral e crítico em suas remissões ao tempo em que o Engenho Central ainda funcionava. Ou mais especificamente à conjuntura em que ocorreu a paralisação de suas atividades produtivas, o que deixou boa parte dos quissamaenses – como uma observação mais atenta faz acreditar – com uma sensação de orfandade e revolta. Em entrevista gravada para o documentário **O Gancho**, ele diz o seguinte:

Quando eu olho para aquelas torres (as duas chaminés do Engenho Central), eu fico analisando: como é que botaram o ouro na mão do bandido e acabou com a Usina... Essa Usina não era pra fechar não.

(Depoimento de Ézio Ernesto dos Santos)

Essa última frase do depoimento de Seu Ézio Ernesto dos Santos pode ser tomada livremente como um elemento de transição narrativa de **O Passado que se faz Presente**. Ela parece anunciar que o compartilhamento das lembranças, no caso do Engenho Central, não se restringe a manifestações propriamente nostálgicas que bem podem servir para se compor verdadeiras odes à velha Usina. Esse compartilhamento também existe no caso das leituras críticas que são feitas acerca do papel desempenhado pelos últimos proprietários do Engenho por ocasião da crise final do parque industrial e de seu fechamento em definitivo, bem como no que se refere à destinação que tem sido dada ao patrimônio material do Engenho Central de Quissamã. Não são poucas as pessoas que, com falas as mais diversas, parecem referendar a do velho trabalhador Ézio dos Santos: "... botaram o ouro na mão do bandido... (e a) Usina não era pra fechar não". E são pessoas que se posicionam em diferentes segmentos de classe em Quissamã e que, no que se refere ao tempo em que o Engenho ainda estava funcionando, tiveram modos diferenciados de se relacionar com o mesmo.

O primeiro depoimento selecionado a partir do que disseram os entrevistados é o de Haroldo Carneiro da Silva, ex Secretário de Desenvolvimento Econômico de Quissamã de 2001 a 2012 e atualmente empresário do setor agroindustrial com atuação no beneficiamento de cachaça e cerveja artesanal. Haroldo vivenciou muito de perto a crise final do Engenho Central exercendo um cargo público que praticamente o obrigava a tomar algum tipo de atitude diante da possibilidade do fechamento de uma indústria que havia capitaneado a economia local quissamaense durante mais de um século. A sua fala demonstra isso: diferentemente de outros depoentes que rememoram o Engenho com forte carga emocional, Haroldo é racional e muito bem organizado no que diz. Ele consegue fazer uma síntese da crise através de um raciocínio todo encadeado e contextualizado, apontando tanto para os seus desdobramentos em diferentes segmentos da economia local de

Quissamã, quanto para ações que ele próprio, enquanto gestor público, tentou implementar com o objetivo de enfrentar essa mesma crise e, se possível, recuperar a economia sucroalcooleira em Quissamã. Mesmo assim, racionalizado em essência, o depoimento de Haroldo Carneiro não deixa de ser uma lembrança em que ele próprio se posiciona – motivado por um pragmatismo circunstancial – diante dos acontecimentos que assinalam o capítulo final da história do Engenho e que, segundo sua opinião, se sucederam como uma sequência de dissabores que podem ser identificados no uso de palavras e sentenças de forte apelo emocional para os quissamaenses. É assim que “trauma”, “baixo astral”, “grande decepção” e “nosso azar” se destacam na fala de Haroldo, bem como se repetem nos depoimentos de outros que, de diferentes maneiras, vivenciaram o ocaso da velha Usina.

Quando entrou o ano de 2005, quando o Prefeito Armando (Carneiro da Silva) assumiu o Governo (Municipal), a gente estava num momento em que a cidade vivenciava um **trauma** muito grande que foi o fechamento do Engenho Central em 2003, o primeiro ano em que não teve safra depois de 125 anos (...). Isso foi um grande **baixo astral** para a sociedade quissamaense! Cerca de mil funcionários com salário atrasado, o Engenho Central em estado pré falimentar, fornecedores de cana em dificuldade, prestadores de serviço também. Grande parte da economia de Quissamã era toda ligada ao Engenho Central (...). Foi que a gente, o município então buscou (...) trazer um novo grupo empresarial para viabilizar o Engenho Central, investiu-se num programa da cana acreditando que um desses empresários que foi identificado fosse revitalizar o Engenho Central, reformar, fazer uma nova fábrica e tudo mais, que é o grupo J Pessoa. Então aí houve um plano, um incremento de recursos para renovação do canal na forma de arrendamento para pequenos produtores (...) um programa para beneficiar cerca de cento e poucos pequenos produtores (...). O Engenho Central arrendava as terras, pequenos produtores eram financiados através da cooperativa que tinha convênio com o município para o plantio da cana. (Com) isso conseguimos recuperar a lavoura canavieira mas tivemos uma **grande decepção** com o empresário que havia se comprometido com reformar o Engenho Central não o fez. E isso foi um outro **trauma** logo em seguida, em 2006. Aí, quando viu-se que esse empresário não iria mais revitalizar o Engenho Central, nós buscamos (...) contatos com diversos grupos (...) estrangeiros (e) nacionais no sentido de atrair alguém para fazer uma nova usina aqui. Estamos falando dos anos de 2005, 2006, 2007, quando no Brasil estava um boom do desenvolvimento do setor sucroalcooleiro. Foi quando o Presidente Lula botou o carro bicomustível na pauta e

o consumo de álcool aumentou exacerbadamente. Então estava assim... uma verdadeira corrida para implantação de novas destilarias. (...) Investimos nesse projeto mas, por nosso **azar**, logo em 2008, 2009, teve aquela crise financeira nos Estados Unidos e... na Europa também. O Banco Lehman Brothers faliu e tal. (...) Por ironia do destino estava marcada uma cerimônia no Palácio (...) Guanabara para um grupo empresarial – o Grupo Itamarati, que é lá do Mato Grosso – ia anunciar que ia construir uma usina aqui em Quissamã financiada por um desses bancos (...) que ‘quebrou’. O evento ia ser numa quinta feira e, na segunda feira, estourou essa bolha. Foi cancelado o evento e não teve aí essa oportunidade. Depois, teve (sic) outros grupos, o Grupo Canabrava também veio e tal... de forma que depois o setor sucroalcooleiro entrou numa grande depressão como está até hoje.

(Depoimento de Haroldo Carneiro da Silva)

Ainda dentro do rol das falas racionalizadas que tratam da crise final do Engenho, pode-se recorrer ao depoimento do irmão de Haroldo: Armando Carneiro da Silva, ex Prefeito de Quissamã entre 2005 e 2012, que teve justamente Haroldo como seu Secretário de Desenvolvimento Econômico. É inevitável dizer que ambos tiveram experiências muito parecidas no que se refere a essa crise. No caso específico de Armando, além de estar à frente do Poder Executivo no município de Quissamã, ele próprio era fazendeiro e fornecedor de cana de açúcar para o Engenho Central. De um lado, ele compartilhava com o irmão da obrigação de tomar alguma atitude no sentido de reverter o impacto do fechamento da Usina para a municipalidade; de outro, ele sentia na pele o revés da paralisação das atividades de moagem de cana à medida que a produção de sua fazenda ficava sem ter um destino certo. Diante disso, sua lembrança da crise também deixa entrever um sentimento de profunda decepção e, numa comparação com a fala de Haroldo, ele acrescenta algo novo ao propor um diagnóstico que alonga o processo da crise para bem antes do fechamento propriamente dito do Engenho Central, além de dizer que a Prefeitura Municipal de Quissamã, capitalizada pelos *royalties* do petróleo, tomou para si o processo de desenvolvimento econômico de Quissamã em substituição ao próprio Engenho que já se encontrava em franca decadência. Outro aspecto que Haroldo acrescenta com seu depoimento é, na verdade, mais um ponto de concordância entre ele e outros depoentes: a crítica contundente em relação à postura adotada pelos proprietários do Engenho Central por ocasião de seu fechamento e mesmo depois, quando se cogitou, depois de diversas tentativas de se

retomar as atividades da velha Usina, em realizar algum tipo de ação de salvaguarda para preservar pelo menos sua memória afetiva.

*Entendo sim (que o fechamento do Engenho foi um trauma) pois a atividade econômica da cidade era basicamente cana de açúcar. (...) A Usina chegou a ser a principal usina do estado do Rio de Janeiro durante um período; depois a Usina foi caindo... a importância no estado foi muito preponderante na(s) década(s) de 50, 60, 70... Antes de São Paulo começar a ter esse protagonismo com a cana de açúcar, que começou basicamente nas décadas de 70 e 80, era Quissamã e o Nordeste (Alagoas, Pernambuco). (...) Depois do Pro Álcool, dessas coisas todas, é que São Paulo entrou (...) com força e dominou com custo mais baixo, com uma (...) produtividade muito maior nas terras roxas lá de Ribeirão Preto. (...) Até 84, 85, havia um certo subsídio do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) para a região nordestina e (...) nós conseguimos 'pegar' uma parte, não tanto quanto o Nordeste. Mas aí permanecia porque era mais ou menos subsidiado o setor... agora, com a queda disso, foi entrando em colapso realmente. (...) Então a cana de açúcar para Quissamã foi fundamental! (...) Eu fiz parte da associação de produtores de cana de Quissamã e Carapebus (que) tinha mais ou menos uns 450 produtores (...), desde 20 toneladas até 20 mil toneladas... além disso, envolvia mão de obra também, dos cortadores de cana. A atividade econômica era realmente importante! Quando veio a emancipação do município e com ele (sic) os royalties do petróleo, aí foi migrando... a importância da Usina foi sendo diminuída em relação à Prefeitura. O município passou então a ter... vamos dizer assim... uma atividade preponderante que seria o município com seus royalties (...) que começou a rivalizar economicamente com (...) a Usina. Mas, mesmo assim, quando houve a **ruptura**, foram de uma hora para outra 800 (...) pessoas na rua, sem emprego. Isso aí, em qualquer lugar, **abala**, né! (...) Oitocentas pessoas que trabalhavam na Usina, tanto na parte industrial e na parte agrícola. Então, essas pessoas perderam emprego da noite pro dia por causa de uma coisa á toa. A Usina parou por causa da explosão de uma caldeira, de uma caldeira que custa hoje de 2,5 milhões a 4 ou 5 milhões, o que não é tanta coisa assim. Aí eles resolveram parar, mas por quê? Porque a aptidão dos proprietários já não era... sempre foi de 'tirar' da Usina. Nunca fizeram uma manutenção de qualidade. (...) Os proprietários da Usina sempre foram muito de 'tirar', de sugar de Quissamã. Eles não tinham apego nenhum, eles não vem a Quissamã... ao contrário do pai deles ... Edilberto, que foi político, foi deputado (...) que vinha aqui na Festa da Penha. Eu me lembro de eu, pequeno, e ele lá na Festa da Penha, com uma bota grandona (...). Mas os filhos nem aqui (...) vinham, tem apartamento em Paris, viviam lá pela Europa. Eu lembro que meu pai falava que eles perderam uma usina na Bolsa de Valores de 73, 74 (quando) teve um boom da Bolsa de*

Valores e depois uma queda. (...) Eles vinham aqui uma vez por mês e olhe lá! 'Botavam' os 'testas de ferro' que eles controlavam de lá, só na base da caneta. Então não olhavam olho no olho, não viam empregado, não administravam de perto. Eles queriam saber o que Quissamã tinha para dar a eles e não se envolviam socialmente com ninguém, ninguém mesmo. Os fornecedores de cana eram antagônicos a eles, era uma briga (...) era um embate muito grande: a gente (...) a cinco quilômetros da Usina, 'botava' cana pra Conceição de Macabu, 'botava' cana pra Carapebus em situação mais vantajosa do que em Quissamã. Então a gente liderava uma rebelião de fornecedores para poder sobreviver.

(Depoimento de Armando Cunha Carneiro da Silva)

O depoimento de Armando, em sua parte final, deixa claro que havia um conflito estabelecido entre ele, na condição de produtor de cana de açúcar cujos interesses não eram satisfeitos por seus potenciais compradores, e os empresários que administravam o Engenho Central em suas últimas décadas de funcionamento. Percebe-se que, em dado momento, a fala de Armando se confunde com a de seu falecido pai, de quem ele herdou propriedade fundiária e o hábito, já secular em Quissamã, de se produzir cana e vender para a velha Usina. Cabe dizer que a Companhia Engenho Central de Quissamã, que nascera pioneira em regime de cooperativa ainda na segunda metade do século XIX, havia deixado de ser propriamente uma cooperativa muito antes de entrar em decadência e boa parte de seu apogeu – reconhecido por Armando como algo circunscrito no tempo, entre as décadas de 1950 e 1970 – foi vivenciado já por uma empresa privada, nesse momento administrada por uma apenas das famílias que descendiam dos cooperados pioneiros: no caso, a de Edilberto Ribeiro de Castro, cujo nome também foi citado na lembrança de Armando. Armando e Haroldo, descendentes diretos de Bento Carneiro da Silva, o segundo Visconde de Araruama – reconhecido como líder entre irmãos e primos que, em 1877, fundaram a cooperativa do Engenho Central de Quissamã – já não tiveram oportunidade de participar diretamente da gestão da velha Usina. Não fica claro, a partir de seus depoimentos ou de conversas informais, se há uma certa frustração da parte de ambos por terem acompanhado de perto a decadência da Usina e, mesmo estando à frente do Poder Público municipal, não poderem intervir diretamente para mudar o curso que parecia inevitável de uma empresa que, num passado nem tão distante, estivera sob controle de seus ascendentes. Mas é inevitável pensar que, em suas críticas ao modo de proceder

dos filhos do senhor Edilberto, existe um quê de ressentimento muito bem encoberto por lembranças que sobressaem pelo exercício de uma racionalidade incomum justamente em lembranças desse tipo.

Como já foi dito, outras pessoas cujas trajetórias de vida diferem muito das de Armando e Haroldo – e que certamente não tem porque nutrir uma sensação assim que aparenta ressentimento – compartilham com eles de uma visão crítica em relação ao modo como os proprietários do Engenho Central gerenciaram sua crise final. A esse respeito, nunca é demais lembrar o que disse Seu Ézio a respeito do Engenho que, segundo ele, nunca devia ter sido desativado; a propósito, o modo curioso como o velho cortador de cana trata a Usina, chamando-a de “vovozinha”, pode ser entendido como uma confirmação de que foi realmente a falta de manutenção adequada que levou o maquinário do Engenho a uma situação de desgaste que resultou na explosão de uma caldeira que já estava em operação há décadas. Na verdade, esse tratamento direcionado à Usina pode tanto se referir à longevidade de sua própria história iniciada na segunda metade do século XIX, quanto à suposição de que o maquinário da mesma era ultrapassado, obsoleto mesmo para um tempo em que era muito intensa a velocidade do avanço tecnológico e já se apontava para recursos outros como automação e computadorização. Em Quissamã, não é difícil ouvir de pessoas que vivenciaram ou não a queda final do Engenho que a caldeira que explodiu no início dos anos 2000 – episódio narrado por Armando e que precipitou a paralisação total do fabrico de derivados de cana – era ainda a mesma da época da inauguração da velha Usina. Exageros à parte, não cabe aqui discutir se isso condiz ou não com o que de fato aconteceu, mas refletir acerca da disseminação dessa história entre muitos quissamaenses. Nesse caso, o que aparece subliminarmente é a falta de cuidado com manutenção e até reposição de peças fundamentais para o funcionamento do Engenho; isso é colocado obviamente na conta dos proprietários ausenteístas da empresa e de seus prepostos em Quissamã, que aliás nem deveriam ter autonomia financeira para adotar os procedimentos adequados em caso de obsolescência de equipamento. Não pode ser esquecido também, considerando o que Armando disse em seu depoimento, que a crise da indústria de beneficiamento de derivados de cana já vinha se arrastando há mais de duas décadas antes da paralisação das atividades fabris, desde que foram cortados os subsídios do IAA que ainda

equilibravam as contas de uma atividade econômica deficitária à medida que não conseguia concorrer com o primado dos engenhos paulistas. Não se trata obviamente de se condenar ou absolver os prováveis protagonistas do episódio final da longa trajetória de vida do Engenho Central de Quissamã, mas de ponderar o que é dito e disseminado acerca desse mesmo epílogo. Dito e difundido mesmo por aqueles que nem conheceram o Engenho em pleno funcionamento e muito menos no seu apogeu, mas acima de tudo pelos que conheceram sim e que demonstram preocupação com o processo muito rápido de dilapidação de seu patrimônio material, o que inclusive pode colocar em risco a preservação até mesmo a memória afetiva da velha Usina que, a cada dia que passa, parece perder um ponto material de referência.

Esse certamente é o caso de dona Helianna Barcellos, que, no que diz respeito ao que aconteceu com o Engenho Central no ocaso da vida e com o que vem ocorrendo com os despojos de sua morte, é algo mais do que uma senhora imersa num rio caudaloso de nostalgia. Algo mais ou algo menos, isso tanto faz, mas francamente é algo diferente que atribui sentido à designação que dona Leninha atribui a si mesma: “uma apaixonada sem paixões”. No que se refere especificamente a esse assunto, a senhora apaixonada se manifesta com um tom de voz e com palavras que beiram um derrame de emoções; já no tocante à sua ausência de paixões, ela se anuncia de forma sutil e simultaneamente dura com os herdeiros do Engenho Central que, ao contrário dos pais que amaram a velha Usina, se revelaram insensíveis com relação ao seu destino.

(O Engenho Central) foi sucateado de uma maneira muito violenta! Porque foi tudo muito rápido e eu tive (...) o desprazer de acompanhar isso. Eu, nesse assunto, coloco o amor e o desamor... falta de amor porque eu não acredito que os pais dos herdeiros, os que eu conheci, tivessem feito isso. O Engenho pra mim continua sendo muito importante. Ele está lá, sucateado, muita coisa derrubada, mas ainda guarda muito...muito... do que eu conheci. Claro! Sem as palmeiras, sem as guararemas, sem os trilhos...

(Depoimento de Helianna Barcellos de Oliveira)

As palmeiras a que dona Helianna se refere são as imperiais que já não mais pontuam os arredores do Engenho, ou porque caíram ou porque foram arrancadas e cujo simbolismo remete a poder e riqueza; por seu lado, as guararemas são

espécimes de restinga, tipo de cobertura vegetal característica da baixada litorânea, região geográfica em se situa o município de Quissamã e o Parque Nacional de Jurubatiba. Essas mesmas guararemas também existiam em profusão nos arredores da Usina e igualmente não existem mais; talvez a única ainda de pé seja aquela que, segundo reza o mito de origem do próprio Engenho Central, abrigou sob sua sombra os fundadores da cooperativa quando foram definir o local exato onde seria erguido o complexo industrial inaugurado em 1877. Já em relação aos trilhos, dona Leninha faz uma emocionada digressão para pontuar que não se restringiam a possibilitar a passagem dos trens que transportavam cana e derivados, mas que remetiam a brincadeiras de infância. A entrevistada ainda se lembra de que os maquinistas chegavam a diminuir a velocidade das locomotivas para não colocar em risco as crianças – dentre elas, a própria Leninha – que corriam para as margens da estrada de ferro com o intuito de acompanhar o ritmo do trem; ela igualmente se recorda dos ferroviários que selecionavam cortes de cana caiana – a mais adocicada – para distribuir entre meninos e meninas que iriam chupá-las ou levá-las para suas casas, onde invariavelmente havia moendas manuais para extrair caldo de cana. Como se pode notar pelo detalhamento das informações e pela remissão afetiva a episódios da infância, a rememoração baseada nos trilhos é algo marcante para essa senhora. É durante o desenrolar dessa narrativa fortemente emocional que foi proferida a pergunta: por que tudo isso – ou mais especificamente o suporte material dessa rememoração e de tantas outras, como a dos jardins de dona Margarida – foi destruído tão rapidamente?

Eu gostaria de entender (porque tudo ocorreu tão rapidamente). Eu não consigo entender e isso me emociona até, mexe com meu... meu sentimento totalmente porque... não sei... eram pessoas assim com tantas terras (...) envolveu tanta gente porque... quando mexeu com um operário da Usina... não era um operário, era a família dele...

(Depoimento de Helianna Barcellos de Oliveira)

Nesse ponto em que fala do impacto do sucateamento do patrimônio material do Engenho sobre as famílias dos operários, dona Helianna faz uma nova digressão lembrando que havia uma fileira de casas populares ligadas ao Engenho, tanto no Vento, como em Machadinho, dois lugares relativamente distantes entre si mas

onde residiam trabalhadores do Engenho, voltados para o plantio e o corte de cana. Ela se recorda de que dançara em bailes em algumas dessas casas do Vento – a atribuição deste nome ao lugar só reforça a sensação da onipresença deste elemento natural por aquelas paragens – onde o pé direito era baixo e a cabeça dos dançantes tocava no teto e nas lâmpadas; também se lembra dos doces que eram distribuídos pelos moradores dessas casas; igualmente rememora que lá residiam rezadeiras ou benzedadeiras muito procuradas pelos quissamaenses. “(A gente) ia pra Machadinha, (...) ia até o Vento... uma carreira de casas pequeninas. Pra nós aquilo era, sabe, a beleza e desapareceu tudo. Não precisava derrubar aquilo não...”.

Alexandra Moreira é outra que compartilha dessa opinião, ainda que discorde de dona Helianna em diversos outros assuntos. Mesmo não tendo vivenciado o tempo de apogeu do Engenho Central e mantendo pouco contato com o parque industrial ainda em funcionamento, Alexandra – na condição de gestora de cultura num contexto em que se maturava, sob sua chancela, a política pública de salvaguarda em Quissamã – toma para si a dianteira de um verdadeiro embate com os proprietários do Engenho ou, mais diretamente, com seus prepostos na ausência dos primeiros, isso já na fase de deterioração de seu patrimônio material após o encerramento das atividades produtivas. Esse embate, no caso, deu-se em razão da tentativa de se fazer um mapeamento desse mesmo patrimônio, que englobava desde o maquinário já desativado à documentação ainda existente nas dependências da velha Usina: maquinário e documentação que materializavam a história centenária de uma empresa que deixou fortes marcas no tempo e no espaço, ainda que o tempo seja relativamente irrisório quando comparado a trajetórias de vida bem mais longevas e que o espaço esteja circunscrito a Quissamã e à Baixada Campista. Isso, obviamente, sem considerar o pioneirismo reconhecido do Engenho na América do Sul: o primeiro em regime de cooperativa, ainda que se possa questionar – como o fazem Dona Leninha e Arnaldo Mattoso – se em sua origem, no ano de 1877, apenas onze proprietários rurais, praticamente todos membros de uma grande família, participassem efetivamente da gestão da cooperativa. Alexandra, portanto, quando perguntada sobre a razão pela qual ela, enquanto gestora da Prefeitura Municipal de Quissamã, não conseguiu desenvolver ações de salvaguarda relacionadas ao Engenho Central, respondeu da seguinte maneira:

O Engenho tem (,,,) donos que não tem nenhum amor telúrico. O amor deles é o material. Pra eles é interessante vender a Usina aos pedacinhos: vende um pedaço de grade, vende um pedaço da chaminé, vende metade da locomotiva. Entendeu? E eles impediam, de várias formas, interferindo com os tentáculos que eles ainda tem. Já foram muito ricos e hoje não são mais, mas ainda tem ingerência... e eles impediam qualquer ação nossa nesse sentido (de promover salvaguarda), inclusive dos institutos de preservação, como o IPHAN e o INEPAC, por exemplo, que nunca conseguiram concluir o inventário dali pra tombar, pra fazer o tombamento...

(Depoimento de Alexandra Moreira)

Nesse ponto da entrevista, Armando Carneiro, que estava na mesma sala, aguardando sua vez de ser entrevistado, interferiu para lembrar da dificuldade em ter acesso a livros de registro de fornecimento de cana de açúcar do início do século XX. Alexandra assentiu com a observação do marido e ex Prefeito de Quissamã, e continuou falando.

Além de não fazerem, impediam, sonegavam informações. Porque a gente queria cópia do acervo, queria entrar lá (nas dependências do Engenho) com nossos profissionais pra produzir os nossos livros, tirar fotos ou (...) olhar os documentos. Não, eles preferem jogar no lixo, jogar fora do que te dar como informação. Porque pra eles isso não é nada, não representa nada.

(Depoimento de Alexandra Moreira)

Mais uma vez, Armando interveio no depoimento de Alexandra para acrescentar um aspecto interessante. De acordo com ele, ainda diante da mesma questão acerca do não desenvolvimento de ações de salvaguarda relacionadas ao Engenho Central, essas não ocorreram durante sua gestão na Prefeitura – que, aliás, coincide com a de Alexandra à frente de ações especificamente culturais – porque ainda havia a expectativa de que o Engenho voltasse a funcionar.

Em 2005, ainda tínhamos esperança de que (...) fosse funcionar; a população... os produtores de Quissamã ainda estavam plantando cana, ainda queriam uma Usina (que) era a atividade principal da maioria da população. Eu posso dizer (...) que o sonho da Usina morreu mesmo em 2008, 2009, por aí. Porque até então, de vez em quando, vinha uma notícia de que o grupo tal foi lá olhar, está negociando, está conversando, vai pegar as dívidas da Usina. Então, de uma certa forma, a gente não dava aquilo como um patrimônio (...). Ainda havia a esperança de ter uma Usina de volta (...). Até que a gente viu que não tinha mais jeito quando eles

começaram a depredar e começaram a vender uma coisinha aqui e outra ali.

(Depoimento de Armando Carneiro)

Logo depois dessa intervenção de Armando em sua fala, Alexandra Moreira trouxe à tona um assunto que provoca polêmica entre pessoas envolvidas na realização de ações de salvaguarda em Quissamã: o pioneirismo e, por extensão, o protagonismo dessas ações. A afirmação de que “a política de revitalização e de recuperação do patrimônio histórico começou em 2005”, mesmo quando proferida em meio a uma fala que enfatiza as dificuldades encontradas por essa gestora pública nas suas tentativas de salvaguardar o patrimônio do Engenho Central, tende a contradizer o que outros depoentes também afirmam acerca da política pública de salvaguarda no município de Quissamã. Ora, quando se pensa em política pública como um conjunto de ações que se repetem constantemente no tempo, que se apresentam como resultado de uma unidade narrativa, que são institucionalizadas através de instrumentos legais, não é difícil concordar com Alexandra. Foi justamente durante a gestão de Armando Carneiro à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã – que, aliás, contou com a participação de Alexandra e também de Haroldo – que cada uma dessas três variáveis encontrou seu lugar e sua hora de realização: 1) no que se refere à repetição e à constância, ambas se deram principalmente no caso da tríade de equipamentos culturais (Museu Casa de Quissamã, Complexo de Machadinha e Centro Cultural Sobradinho) que sediou diversas ações de salvaguarda, entre reformas, restaurações e eventos dos mais variados tipos; 2) no tocante à institucionalização, ela transcorreu não apenas com instrumentos legais que regulamentavam a salvaguarda patrimonial (Plano Diretor do Desenvolvimento Sustentável do Município de Quissamã, Lei n. 002/2006, que inclui um capítulo inteiro dedicado ao tema; Lei de Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Quissamã, Lei n. 0933/2007) mas também através da criação do COMPAT ou Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio e principalmente da Fundação Municipal de Cultura; 3) em relação à unicidade narrativa, ela própria é reconhecida por depoentes como Alexandra quando se refere, entre outras coisas, ao padrão estético que deveria existir entre os painéis etnográficos dos equipamentos culturais e as publicações (catálogos, revistas, livros, *folders*, livros) derivadas das próprias ações de

salvaguarda. Deve ser ressaltado que nada disso é ponto pacífico e que cada uma dessas variáveis *per si* tem sido objeto de reparos ou críticas por outras pessoas envolvidas em ações de salvaguarda, especialmente aquelas que ou não fizeram parte do Poder Público municipal ou até o fizeram, mas em outras gestões que não a de Armando, Alexandra e Haroldo. Os reparos e críticas, portanto, podem ser entendidos como manifestações políticas, até mesmo no sentido *lato* de política que remete à atuação em questões que dizem respeito à *pólis*, à cidade que se autogoverna, ao município de Quissamã – um município que, como se sabe, se emancipa em 1989, um ano depois da promulgação da chamada Constituição cidadã e que carrega consigo tanto a marca do exercício pleno da cidadania quanto a remissão constante a um passado onde se encontram outras marcas profundas como a escravidão e o controle tutelar. É assim que: 1) questiona-se o fato de que a repetição constante de ações de salvaguarda tenha ficado circunscrita a apenas três equipamentos culturais e que outros espaços de comprovado interesse histórico – especialmente o Engenho Central de Quissamã – tenham sido relegados ao esquecimento; 2) dona Helianna Barcellos costuma cobrar uma maior efetividade do COMPAT, afirmando que, durante muito tempo, o conselho existiu apenas no texto da Lei de Preservação, sem contar com representantes de fato da sociedade civil e portanto sem agir em conformidade com o que a própria lei estabelecia; à frente do ECJCB, ela já abriu processo com abaixo assinado e continua aguardando resposta para um pleito de tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro e de todo o perímetro ao seu redor, onde se encontram solares e outras construções que marcaram a história de Quissamã; 3) o presidente da ARQUIMA, Wagner Firmino, ainda se sente incomodado com o que ele próprio qualificou como incapacidade dos gestores de cultura – especialmente alguns que atuaram na Prefeitura Municipal de Quissamã – em entender que a comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinha deve assumir o protagonismo sobre aquilo que lhe pertence ou lhe representa; ele afirma que tem ocorrido uma “boa queda de braço” com esses gestores e um exemplo disso é toda a discussão que tem gerado, dentro e fora de Machadinha, a modificação de dois dos quatro painéis que se encontram no interior do Memorial.

Acima de tudo, entretanto, o pioneirismo alegado por Alexandra no que se refere a uma política de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural para

Quissamã também é objeto de questionamento. Ainda que se reconheça todo o processo de institucionalização dessa política que aconteceu durante a gestão de Armando Carneiro (2005-2012), não se pode desconsiderar que, muito antes disso, na década de 1980 – antes da emancipação política de Quissamã – foi realizado a pedido da Prefeitura Municipal de Macaé um sólido trabalho de mapeamento do patrimônio histórico e cultural de Quissamã: o já citado inventário da SPHAN/Fundação Pró Memória que reuniu profissionais de outras instituições – Instituto Nacional do Folclore, FUNARTE, INEPAC – com financiamento da PETROBRAS e participação de quissamaenses, dentre Arnaldo de Queirós Mattoso, que na época trabalhava na FUNARTE. Também não pode ser deixado de lado o fato de que foram realizadas ações pontuais de salvaguarda em gestões anteriores à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã, com destaque para a aquisição das sedes das fazendas Quissamã e Machadinha pelo ex Prefeito Octávio Carneiro, em 2002. O próprio Arnaldo Mattoso, também como Prefeito de Quissamã, protagonizou um episódio todo carregado de simbolismo e que ele reconhece como uma prévia da relação entre Quissamã e Angola: uma relação que, a propósito, foi aprofundada já na gestão de Armando Carneiro, quando então realizou-se uma expedição à província angolana de Kissama – local de onde supostamente viera o escravo forro de mesmo nome que foi avistado por Miguel Ayres de Maldonado, no episódio já consagrado como mito de origem de Quissamã – e foram inaugurados painéis no Memorial de Machadinha, ressignificando o mito de Kissama e propondo uma ligação ancestral entre os descendentes de escravos daquela comunidade e os moradores da província angolana. Ainda a respeito do episódio das galinhas d'angola, Arnaldo declarou, em 2011, em entrevista ao jornal NF10, publicada em seu *blog*:

Estabelecemos pela primeira vez a relação Angola-Quissamã. Chegamos inclusive a mandar galinhas d'angola para Angola, já que lá estavam extintas. Estive com o presidente de Angola e pude expressar a ele — que ganhou o Título de Cidadão Quissamaense naquela época — a nossa parceria, que felizmente hoje está aí, firme e bem desenvolvida.

(Depoimento de Arnaldo Mattoso)
(<http://arnaldomattoso.blogspot.com.br/2011/07/secretario-de-educacao-da-entrevista.html>)

O mesmo Arnaldo Mattoso, que atualmente ocupa o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Quissamã, é outro que compartilha com Armando e Alexandra – hoje, seus adversários políticos – e também com dona Leninha de uma postura crítica em relação ao processo de crise que culminou com o fechamento do Engenho Central. Ele qualifica como um “desastre” o encerramento das atividades do parque industrial e, assim como Haroldo e Armando, enfatiza o impacto que isso provocou na economia local de Quissamã ao fazer com que centenas de pessoas perdessem seus empregos e também ao afetar negativamente a arrecadação do município.

Esse fechamento da Usina foi um desastre pro município! Primeiro porque era o maior empregador... Para você ter uma ideia (...) de 78 a 80, eu trabalhei na Secretaria de Indústria, Comércio de Turismo do (Governo do) Estado e, naquela época, a gente levantando dados (...) viu que praticamente 80 por cento da arrecadação do município de Macaé vinha das usinas de Quissamã e Carapebus (na época, ainda eram distritos de Macaé). Então, as usinas praticamente sustentavam o município de Macaé (isso antes da PETROBRAS e das offshores do setor petrolífero)... você imagina: o que dirá Quissamã!

(...)

Eu, até hoje, não entendo o que fez fechar a Usina porque, com o patrimônio que eles tinham, com o fornecimento próprio, só pode ter sido mau gerenciamento.

(Depoimento de Arnaldo Mattoso)

Essa dificuldade de aceitar como uma gigante podia tombar se mistura com um pouco de nostalgia no depoimento de Arnaldo, especialmente quando ele se refere ao papel de centralidade que a Usina e as vilas operárias desempenhavam em Quissamã, a ponto de rivalizar, como ponto de referência, com o centro propriamente dito da área urbana de Quissamã: o núcleo de ocupação populacional que se formou no entorno da igreja matriz de Nossa Senhora do Desterro e da praça Brigadeiro José Caetano Barcellos, local onde atualmente fica a sede da Prefeitura Municipal, as agências bancárias, os principais estabelecimentos comerciais e as residências urbanas das famílias tradicionais quissamaenses. Arnaldo chega a falar da existência de dois lugares distintos entre si, que, mesmo localizados num só distrito – quando ainda vinculado a Macaé – ou num único município de nome

Quissamã: o Centro e a Freguesia. Nesse caso, a assim chamada Freguesia não era propriamente a periferia que orbitava em torno do centro; muito pelo contrário, o nome Freguesia era usado pelas pessoas para se referir ao centro da cidade. Com o intuito de facilitar o que Mattoso afirma, cabe dizer que a Vila Operária, durante décadas, foi lugar por onde trafegavam centenas ou até milhares de pessoas, dos trabalhadores da Usina e seus familiares a visitantes os mais diversos, como fornecedores e clientes da fábrica, autoridades, políticos em campanha, amigos e parentes dos moradores da Vila; cabe ainda acrescentar que, nessa mesma Vila – que, na verdade, eram as do Engenho e do Carmo – houve, em tempos distintos, hospital, consultório dentário, terminal ferroviário, agência bancária, mercado, sala de cinema, campo de futebol e espaço para realização de bailes e festas. Não seria exagero concluir que ela possuía não apenas vida própria, mas conferia aos seus moradores uma autonomia tal que eles praticamente não precisavam se deslocar para outros lugares, nem mesmo para a área urbana de Quissamã. O curioso é que isso chegava a provocar uma sensação de estranhamento entre os que viviam na Freguesia – que não era periferia – e os residiam no que parecia ser o Centro – que também não era o núcleo urbano de Quissamã – mas na verdade era o Engenho.

(...) Antigamente, (em) Quissamã, era de se dizer assim: vou à Freguesia e a Freguesia era o Centro. Você não dizia vou ao Centro, vou à Freguesia... e vou ao Engenho. Eram dois bairros distintos... tanto que tinha uma pessoa que dizia assim: você não lembra de Fulano?”. E (o outro) dizia assim: não me lembro muito bem, eu fui criado no Engenho. Ou seja, eram quase que duas localidades... vamos dizer assim, distintas.

(Depoimento de Arnaldo Mattoso)

Arnaldo Mattoso, que jamais residiu propriamente na Vila Operária, fala sobre essa centralidade tácita assumida pelo Engenho do ponto de vista de quem é de fora. Mas quem era de dentro, pode-se dizer assim, também tinha uma consciência parecida, não necessariamente da posição central ocupada pela Vila em Quissamã, mas pelo menos de sua pujança num passado nem tão distante no tempo. Isso pode ser constatado a partir do depoimento do senhor Ivanir dos Santos Coutinho, ex trabalhador da Usina e ainda hoje morador da Vila Operária do Engenho que, desde o fechamento do parque industrial, em 2002, ou mesmo antes disso, com a longa

crise que prenunciou o encerramento das atividades do Engenho, passou a ser um arremedo do que fora antes: o cinema foi abandonado, a agência bancária cerrou as portas, o Armazém Ribeiro & Filhos se tornou garagem de ônibus, o terminal ferroviário não existe mais e a fábrica se arruína gradativamente a cada dia. Quanto às centenas ou milhares de pessoas que por lá circulavam, resta apenas uma dezena ou pouco mais que quase não frequenta as ruas da Vila: são pessoas, dentre elas o próprio Ivanir, que restringem-se a ficar no espaço interno de suas casas ou ainda outras que se abrigam durante os dias úteis na saleta que ainda responde pela administração da massa praticamente falida do Engenho Central. Em seu depoimento, Coutinho, que mora há 23 anos na Vila Operária, fala da falta que o burburinho daquele lugar – que, aliás, ele já conheceu decadente – lhe faz. Ele diz que: *“A movimentação aqui na Vila é uma coisa que faz falta. Quando a Usina estava funcionando, a gente já tinha os horários do movimento, (era) aquela alegria do trânsito de bicicletas.”*

De volta ao depoimento de Arnaldo Mattoso, cabe ressaltar que ele também não se conforma com o que vem ocorrendo com o patrimônio material do Engenho Central depois da paralisação das atividades de beneficiamento de derivados de cana de açúcar. Pioneiro em promover ações de salvaguarda, ao assumir a coordenação técnica do projeto de mapeamento do patrimônio histórico e cultural de Quissamã nos anos 1980, Arnaldo parece ter adquirido com a experiência um jeito todo especial para identificar e descrever detalhes significativos das perdas de algo que, por conta de sua longa história de vida, tem inspirado lembranças as mais diversas, das propriamente nostálgicas às essencialmente ácidas e críticas. A fala de Arnaldo aliás verbaliza e faz uma síntese dos variados indícios de desapontamento que alguns quissamaenses, através de conversas informais, tem demonstrado com o que vem acontecendo, nos últimos anos, com as coisas do Engenho. Essas coisas – o termo se aplica a objetos diversos, que vão de documentos centenários a peças de máquinas, de tijolos maciços a telhas de barro cozido – curiosamente não são mais percebidas por esses desconsolados como bens privados da empresa, mas como autênticos patrimônios coletivos que encerram lembranças de quem vivenciou ou já ouviu falar do Engenho. Em síntese, o que se diz sobre elas – as coisas da velha Usina – é que vem sendo comercializadas ou simplesmente largadas ao tempo.

Em termos de patrimônio, o pior ali foi a dilapidação, a depredação que (foi) promovida por pessoas da própria Usina vendendo material, dilapidando. Tem um sino gigante, que era o sino do ponto... hoje está pendurado numa propriedade rural de Quissamã. Venderam o que puderam vender.

(Depoimento de Arnaldo Mattoso)

Ainda no que diz respeito aos objetos do Engenho Central, o que parece estar acontecendo com eles é paradoxal: como esses objetos encerram significados que os transcendem, isso para muitos quissamaenses, eles parecem já estar consagrados como uma espécie de patrimônio coletivo, mesmo não sendo o Engenho um bem tombado ou salvaguardado por praticamente nenhum outro instrumento estatal. Na prática, as duas tentativas de tombamento do Engenho Central não deram certo: a primeira, que motivou um processo junto ao IPHAN, acabou sendo frustrada sob o argumento de que a Usina de Quissamã não é a única com as mesmas características arquitetônicas na Baixada Campista, à medida que em outros municípios da região – Carapebus, Conceição de Macabu e Campos dos Goytacazes – ainda existem outras de pé e em melhor estado de conservação; a segunda está em curso e foi impulsionada por ocasião da V Semana Fluminense do Patrimônio, quando então se decidiu reabrir o processo de tombamento da Usina junto ao IPHAN e também encaminhá-lo para o COMPAT, vinculado à Prefeitura Municipal de Quissamã, devidamente acompanhado de um abaixo assinado com mais de 400 signatários. Já foi dito e repetido que a velha Usina, por mais que seja reconhecida por seu pioneirismo, quase não tem sido contemplada com ações de salvaguarda. O que se pode deduzir nesse caso é que o Engenho e tudo mais que se ligue a ele independe da chancela dos agentes públicos e privados para ser reconhecido por uma coletividade como patrimônio; mas isso não afasta o risco de que venha acontecer aqui o que MENESES (2009, p. 25) identifica como um problema, no caso a possibilidade de “desarticulação entre práticas e representações” que “esvazia o patrimônio de seu conteúdo existencial”. O fato do Engenho Central encontrar-se desativado desde 2002 e de haver um processo gradativo de arruinamento das edificações e dos objetos que compõem o complexo industrial tem afastado dos olhos e dos demais sentidos dos quissamaenses,

inclusive dos que trabalharam no Engenho e dos que ainda residem na Vila Operária, as evidências materiais da existência concreta da velha Usina; levando-se em consideração que, conforme assevera HALBWACHS (1990), os lugares e as coisas ajudam na prática da rememoração, o desaparecimento dessas evidências tende a colocar sob ameaça a memória coletiva pois inviabiliza a experimentação, a prática cotidiana de sentir os lugares e as coisas, bem como de vivenciar e atribuir-lhes significados; o que já parece estar ocorrendo, no caso específico da velha Usina, é a perda da possibilidade da experimentação e conseqüentemente a atribuição de significados sem referência na vida cotidiana e no universo do trabalho. Isso tudo tende a ser a assinatura de uma espécie de sentença de morte para a memória coletiva porque, sem referências concretas, os significados podem se perder no vazio do esquecimento. As pessoas que, no caso específico do Engenho, insistem em denunciar a dilapidação de seu patrimônio material de uma forma tão abrupta – em cerca de quinze anos, portanto num tempo muito curto, as perdas foram visíveis, a ponto de praticamente só restar a fachada de uma fábrica que ainda ontem era um gigante em funcionamento – e atribuem aos proprietários da Usina a responsabilidade por tudo isso parecem pressentir a desarticulação entre prática e representação e, conseqüentemente, reagem contra tudo isso. Sob esse prisma, o pressentimento e principalmente o ato de reagir contra a iminência da perda podem ser entendidos como manifestação de resistência.

Falta de amor telúrico, desapego pelo lugar, desinteresse pela história, insensibilidade para perceber como alguém pode ser feliz olhando o trânsito das bicicletas: como se pode perceber, os depoentes parecem unânimes – cada um a seu modo, de acordo com sua experiência e sensibilidade – em atribuir aos proprietários do Engenho Central de Quissamã, mais especificamente aos da nova geração da família Ribeiro de Castro, cuja gestão coincidiu com a crise da agroindústria do açúcar em Quissamã, a responsabilidade pelo fechamento da Usina e também pelo descaso com o patrimônio material de um complexo industrial cuja importância é inegável para a história local e regional da Baixada Campista. Essa unanimidade em torno da crítica é apenas o primeiro elemento entre tantos outros que atestam como a memória do Engenho, mesmo diante da degradação de seu patrimônio material, se mostra vívida entre quissamaenses de diferentes extratos da sociedade: de trabalhadores a proprietários, de cidadãos a políticos, de gestores de

salvaguarda da iniciativa privada e da pública. Diante dessa sutil demonstração de que a memória coletiva – coletiva porque compartilhada por indivíduos numa comunidade, ainda que eles não tenham contato ou não concordem entre si em outros assuntos – pode ser um foco de resistência, num molde parecido com o que preconiza POLLAK (1989).

Mas o exercício cotidiano da rememoração em torno dos mais variados aspectos que, de um modo ou outro, por bem ou por mal, reportam ao Engenho Central até minimizam, mas não afastam de todo a possibilidade do esquecimento que invariavelmente ronda não apenas o Engenho – ele próprio que perde a cada dia o repositório material de sua trajetória de vida e que carece de ações de salvaguarda – mas toda e qualquer marca do passado. O esquecimento também é entendido e debatido como possibilidade, como irmão siamês e reverso da rememoração – que envolve escolhas e, conseqüentemente, coloca no limbo o que não é selecionado – por teóricos da memória como POLLAK (1989) e também por MENESES (1989, p. 16) que afirma ser “...a memória (...) dependente de mecanismos de seleção e descarte” e que assim a entende como “um sistema de esquecimento programado”. Um indício dessa possibilidade de esquecimento no tocante à velha Usina, ainda que fugidio, foi a postura daquela mulher sem nome que, durante a cerimônia de exibição de **O Gancho** na Vila Operária, pareceu incomodada com o fato de estar ali, num lugar que para ela não fazia o menor sentido. Ora, a rememoração tem de ser exercício constante e não circunstancial; uma ação de salvaguarda em si pode ter o condão de potencializar, mas não de garantir a constância da rememoração; além disso, lembrar envolve escolhas que não são apenas aquelas de quem promove a ação de salvaguarda, mas também de quem dela participa e, como foi visto no caso de Machadinha – em que ações desse tipo se repetem com regularidade e protagonizadas por diferentes indivíduos e instituições – a participação pode se dar pela via da aceitação e igualmente da recusa, bem como pela via da indiferença. Ainda que o protagonista da ação de salvaguarda – seja ele agente público ou privado – queira construir e difundir uma narrativa com fortes tendências para a unicidade, ela certamente terá de conviver e às vezes de incorporar as diferenças na sua própria propositura de unidade. Em Quissamã, isso tem ocorrido de maneira contumaz com a política pública de salvaguarda que, simultaneamente, reifica uma história local de perfil

elitista – que se confunde com uma propositura de história do Brasil que remonta ao Império, quando se deu o processo de construção de nossa nacionalidade à *forceps* – sem deixar de contemplar alguns personagens e manifestações populares. Assim como preconiza ASAD (1993), essa predisposição para a unicidade da política de salvaguarda em Quissamã, no que se refere à sua relação com as diversidades, passa tanto pela diferenciação quanto pela classificação. – ao partir de uma dicotomia de base entre elite e povo, expressa na obra seminal que inspirou a maioria das ações de salvaguarda – aponta para as alternativas da diferenciação e da classificação no que se refere ao trato da unidade, que pode ser entendida como manifestação de poder, com as diferenças.

O Engenho Central, em razão de fatores circunstanciais, ficou à margem dessa política tendente à unicidade e, mais ainda do que ele, suas duas vilas operárias. Isso ocorreu em certa medida porque a história própria do Engenho já se encontra consagrada por conta do reconhecimento de seu pioneirismo até mesmo fora de Quissamã, o que a faz prescindir de ações de salvaguarda que a resgatem regularmente; também porque essa mesma história já foi tema de exaustivos trabalhos de pesquisa como o de MEIRA (2016), que coloca o Engenho Central de Quissamã lado a lado com outros do mesmo tipo compondo a trajetória da agroindústria sucroalcooleira da Região Centro Sul, entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. No caso específico da gestão do Prefeito Armando Carneiro, quando então a unicidade foi manifesta em diversos aspectos, os argumentos do ex Prefeito – que remetem à esperança de que a velha Usina ainda voltasse a funcionar – e de Alexandra – que enfatizam os obstáculos enfrentados por conta da “falta de amor telúrico” dos proprietários do Engenho – para não terem contemplado a velha Usina com ações de salvaguarda são compreensíveis, mas eles não afastam o fato de que as ações efetivamente não ocorreram, como aliás também não aconteceram em outras gestões do Poder Público municipal. Na verdade, algumas das poucas ações desse tipo que foram efetivamente desenvolvidas no Engenho, ou mais diretamente nas vilas operárias, tiveram como agente e protagonista dona Helianna Barcellos que praticamente iniciou sua trajetória de memorialista – muito antes do ECJCB – com uma exposição de pinturas em porcelana retratando paisagens quissamaenses, isso como evento de abertura no ano do centenário do Engenho Central, em 1977; pouco tempo depois, ela

empregou a mesma técnica de pintura para compor mapas de memória das vilas operárias do Carmo e do Engenho, tendo o cuidado de identificar os moradores das casas e suas ocupações profissionais, em momentos distintos da história do Engenho; como suporte para a composição desses mapas, dona Leninha realizou uma série de entrevistas com antigos moradores das vilas e trabalhadores da Usina.

Como se pode notar, tanto pelo viés da concordância em torno da responsabilização dos proprietários do Engenho Central pelo seu fechamento e pelo arruinamento de seu patrimônio material, quanto pelo caminho da discordância em torno do protagonismo na realização de ações de salvaguarda que envolvam a velha Usina ou na política de salvaguarda como um todo, o Engenho ainda é um elemento motivador de lembranças apaixonadas. Pode-se dizer então que o Engenho resiste na memória coletiva dos quissamaenses, mesmo diante de adversidades que colocam constantemente em risco a materialidade de sua trajetória de vida. Por mais paradoxal que seja, o exercício praticamente cotidiano de lembrança da crise também pode ser entendido como mais uma manifestação de resistência da memória do Engenho Central de Quissamã. Ele é compartilhado tanto por pessoas que ainda vivem na Vila Operária, quanto por aquelas que não vivem e que divergem entre si a respeito de inúmeros outros assuntos. É claro que o modo de exercitá-lo difere entre essas pessoas, até mesmo porque o impacto dessa crise foi tanto maior para os que perderam seus empregos e que tiveram suas famílias desabrigadas ou forçadas a emigrar de Quissamã.

Já foi apresentado anteriormente, através de trechos dos depoimentos de ambos, o modo como Haroldo e Armando Carneiro vivenciaram e interpretaram essa crise que se abateu sobre o Engenho Central ao longo de mais de uma década e que minou suas forças até o fechamento em definitivo, em 2002. Na condição de proprietários rurais tradicionalmente ligados ao cultivo de cana de açúcar, os dois irmãos tiveram de assumir posicionamentos diante da iminência de fechamento da agroindústria que se destacava como principal compradora de seus insumos: Haroldo apostou na diversificação da produção agrícola e acabou se destacando como pioneiro em Quissamã no cultivo de abacaxi e coco anão; por sua vez, Armando assume que liderou uma resistência contra os proprietários do Engenho de Quissamã, apostando na venda da cana que produzia em suas terras para engenhos das cidades vizinhas de Carapebus e Conceição de Macabu. Na

qualidade de homens ilustrados, ambos formados em Agronomia, procuraram conceber para eles mesmos e para os outros um entendimento da crise que transcende os limites internos do Engenho Central e de Quissamã; em suas explanações, traçaram comparações entre a decadência do complexo sucroalcooleiro do estado do Rio de Janeiro e o desenvolvimento do similar no estado de São Paulo; também fizeram remissão crítica a uma política de subsídios que, durante algumas décadas, sustentou a indústria fluminense já em franco processo de decadência. Por fim, enquanto gestores públicos, buscaram justificar as ações que tomaram à frente da Prefeitura Municipal de Quissamã no sentido de minimizar os efeitos da crise do Engenho Central, que ainda era um dos motores da economia do município, e de encontrar alternativas para a paralisação de suas atividades; ambos tiveram de lidar, de um modo pragmático, com a esperança que muitos quissamaenses ainda nutriam acerca da possibilidade de retomada da atividade sucroalcooleira na Baixada Campista; os dois foram brindados com um golpe de sorte, que foi o crescimento da indústria de petróleo na Bacia de Campos e o conseqüente incremento das parcelas de *royalties* que cabiam ao município de Quissamã.

No que se refere especificamente aos antigos trabalhadores da Usina, a sua maneira de entender a crise certamente decorre de outras experiências de vida, já que eles, ao contrário de quem detinha propriedade fundiária ou cargo público, não a vivenciaram numa espécie de zona de conforto que lhes permitisse encontrar alternativas com certa facilidade ou desprendimento. A crise do Engenho, para eles, não se apresentou como um fator externo, distante, quase protocolar; suas vidas foram duramente afetadas pelos acontecimentos que culminaram com a paralisação da velha Usina. Em geral, eram pessoas que haviam dedicado uma vida quase inteira ao Engenho, que dependiam exclusivamente do salário que recebiam para sobreviver e que tinham desenvolvido uma relação afetiva com a Usina; sem contar o fato de que muitos desses trabalhadores moravam numa das vilas operárias, o que os colocava sob o risco de perderem suas residências em caso de demissão ou fechamento da empresa, mas também proporcionava a todos eles uma experiência diferenciada que consistia na imersão cotidiana em um universo onde quase não se distinguem relações de trabalho, de vizinhança e de família. Isso pode ser constatado a partir do depoimento do senhor Ivanir Coutinho, que trabalhou no Setor

de Pessoal do Engenho Central de 1994 a 2003 e ainda hoje reside na Vila Operária do Engenho.

Eu sempre trabalhei em usina. Quando comparado a outros segmentos, usina é muito diferente: (em) usina, o sujeito pra falar, fazer certa restrição sobre o tratamento de uma das pessoas ali, tem que ter cuidado porque o 'cabra' ou é cunhado ou é tio. Quando o 'cabra' não é nada um do outro (...) é no mínimo cumpadre (risos). (...) Usina tem esse particular que é danado!

(Depoimento de Ivanir dos Santos Coutinho)

O fato de ter trabalhado num setor que lida diretamente com pessoas, às vezes em situações delicadas como admissão ao emprego e demissão, bem como o de residir numa vila operária, certamente habilita o senhor Ivanir para dizer o que disse, nem que seja num tom descontraído como o que ele próprio adotou no momento da entrevista. Nostalgia como ponto de resistência. O “particular” da usina a que ele se refere também é percebido enquanto tal pelo senhor Carlinhos, que trabalhou fazendo manutenção de maquinário do Engenho Central de 1989 a 2003, com breve intervalo entre 1997 e 1999, e pelo decano senhor Gonzales, que serviu ao Engenho como apontador dos trabalhadores das fazendas de 1970 a 2002. Todos residiram na Vila Operária do Engenho enquanto a fábrica ainda estava em funcionamento, acompanharam de perto os últimos momentos da Usina e lá ainda residem com seus familiares. De volta, entretanto, ao depoimento de Ivanir, cabe destacar o que ele falou sobre aquilo que lhe marcou a vida: no caso, a crise vivenciada por todos os trabalhadores e moradores da vila, isso mesmo antes da paralisação definitiva das atividades de produção, quando então as pessoas pareciam pressentir o que viria a acontecer e se desdobravam em esforços para protelar o fim inevitável. Num dado momento de sua fala, depois de repetir por algumas vezes a palavra crise, Ivanir procurou descontrair-se lembrando atividades de lazer que ele e outros moradores da vila costumavam curtir juntos, num pequeno espaço de convivência que ficava localizado na vila operária; mesmo assim, num momento em que falava de descontração, o entrevistado faz questão de dizer que, naquele lugar, quando se reuniam, eles choravam juntos.

O que marcou a minha vida mesmo era o empenho das pessoas em prol da indústria. (...) Os 'cabra' pegava mesmo com vontade e disposição, porque a fábrica já não era muito boa, ela estava assim numa convivência com crise. Mas, durante a crise mesmo, o empenho do pessoal era muito grande. Mas o marcante mesmo é a aproximação que os 'cabra' de usina tem. É danado! Os 'cabra' busca mesmo ser parceiro mesmo em tudo. É muito bom!

(...)

Numa tentativa de manter o pessoal junto né, de chorar junto (Ivanir diz isto e olha com cumplicidade para Seu Carlinhos, que assente com a cabeça e com um sorriso amargo, em tom de aprovação), idealizou-se aí um clubezinho, a gente fez aí... colocamos umas diversõezinhas. Era pouquinho, mas dava pra gente brincar legal. Estava todo mundo no mesmo barco. Então a gente ia pra lá, brincar uma partidinha de sinuca, boneco... Aí nós tivemos uma festa de inauguração, não é Carlinho? Nós fizemos uma festinha um pouquinho mais (risos)... mais espaçosa no dia da inauguração. Mas não teve chance assim de movimentar por muito tempo, até porque a finalidade era essa mesma: a gente estar mais junto um do outro, conviver mesmo, porque... (tom de voz mais sóbrio) a crise já estava se agravando mesmo e tal. Então a gente procurou ficar mais agrupado ainda, onde a gente idealizou aí essa iniciativa, o clubezinho. Mas a gente chegou a movimentar mais um pouquinho, chegou a fazer um eventozinhos modestos e tal... mas deu pra gente superar um pouquinho (a crise).

(Depoimento de Ivanir Coutinho)

No decorrer da entrevista, depois de proferir involuntariamente a palavra crise por diversas vezes, inclusive quando o assunto aparentemente não combinava com ela, foi inevitável perguntar ao senhor Ivanir o que foi a crise, na prática, para ele. Confrontado com este questionamento, o velho trabalhador do Engenho ainda tentou manter o tom descontraído que até então marcara sua fala – mesmo quando se referia à crise – mas uma leve gravidade quase embargou sua voz.

Na prática (tosse), a coisa é meio... meio complexa! Porque (pausa maior) a gente assim não participava da administração, mas era de um escalão mais próximo. A gente percebeu que foram insistentes em... tentar resolver a coisa, procuraram todos os recursos, os empregados todos colaboraram do jeito que podiam e tal. Mas a coisa ficou incontornável, né! Fez-se (sic.) diversas tentativas... até mesmo juntar as filiais aqui ao supermercado (Armazém Ribeiro & Filhos). Era uma tentativa de sobrevivência mesmo. Então, eu entendo que, principalmente nessa fase aí, pra não repetir a palavra (crise) (muitos risos)... ficou bem evidenciado o

nível... da aproximação que existia entre os funcionários da Usina. Era... porque normalmente seria normal uma reação... mais impensada mas não: era tudo pensado direitinho... vamos tentar resolver, cada um buscava uma solução. Foi bom, a experiência foi boa!

(Depoimento de Ivanir Coutinho)

Com aproximadamente 40 anos de vida dedicados ao Engenho Central, o senhor Gonzales de Paula é outro que também lamenta o seu fechamento. Mas, ao contrário de Ivanir e Carlinhos, cujo tempo de trabalho na Usina coincide com o de sua longa decadência, Gonzales experimentou o que se pode chamar de fase de transição entre o período áureo da velha Usina, quando então ela e outras gigantes da Baixada Campista despontavam no cenário nacional como grandes produtoras de açúcar e empregadoras de muita mão de obra, e a decadência propriamente dita. Uma outra peculiaridade da experiência de vida de Gonzales é que ele, cumprindo a função de apontador dos trabalhadores das fazendas, circulava frequentemente pelas propriedades fundiárias e conhecia de perto a exata dimensão do gigantismo do patrimônio do Engenho Central, que não se restringia propriamente à fábrica e às vilas operárias, mas incorporava uma área de terras cultivadas que se estendia por fazendas tradicionais, como a de Quissamã – que pertencera ao primeiro Visconde de Araruama – a de Machadinho – antiga propriedade do Visconde de Ururá – e de Monte do Cedro – esta ligada à curta história de vida do próprio idealizador do Engenho Central de Quissamã, ainda em regime de cooperativa, o Barão de Monte de Cedro; tudo isso sem contar o patrimônio humano da velha Usina, um grande número de trabalhadores dispersos nos canaviais, nos armazéns e nas antigas sedes de fazenda que ainda estavam de pé. Sendo assim, considerando a memória vívida que ele ainda traz consigo dos “bons tempos” da velha Usina, Gonzales sabe bem o significado de sua crise e de seu fechamento não apenas para ele e seus familiares, mas igualmente para a história de Quissamã e da indústria sucroalcooleira na segunda metade do século XX – uma história que ele próprio, pontualmente, ajudou a construir.

É lamentável! Porque essa Usina, na realidade, ela empregava muita gente. Só aqui... só aqui, na Usina e na fábrica, tinha quase mil. E...fora os da lavoura, das fazendas, lá também

tinha. Machadinha, por exemplo, quando eu fui pra lá em 1970, tinha 60 empregados... fichados, legalizados. E na outra, que era Itapiranga, tinha 30 e poucos. (...) E ela (a Usina), com seu fechamento... não deixou de sacrificar a Prefeitura. Se ela estivesse funcionando, ajudava muito à Prefeitura porque a Prefeitura não pode dar emprego pra esse montão de gente. É isso aí! (riso contido).

(Depoimento de Gonzales Gomes de Paula)

O relato de Gonzales a respeito dos trabalhadores que exerciam suas funções nas fazendas controladas pelo Engenho Central remete necessariamente a uma das faces menos conhecidas da trajetória de vida de Seu Tide, um dos guardiães de tradição da comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinha. Geralmente requisitado como contador de histórias que ele ouvira de seus antepassados e que remetem ao tempo da escravidão na Fazenda Machadinha, o nonagenário Erotilde Azevedo tem sua própria trajetória de vida nessa mesma propriedade rural, quando ela já estava sob o controle da Companhia Engenho Central; na verdade, Tide começou a trabalhar em 1937 no casarão de Machadinha, quando a fazenda ainda pertencia a Luis de Queirós Mattoso depois, foi empregado do Engenho e exerceu suas funções em Machadinha, cuidando da antiga casa grande e promovendo o trânsito de informações entre funcionários da Usina e o encarregado da mesma junto aos trabalhadores de Machadinha. Ele hoje se recorda de, ainda muito pequeno, ter brincado com as crianças da casa grande; já maior, também se lembra de ter encerado o piso do casarão hoje em ruínas, de ter feito “mandados” os mais diversos para o senhor Queirós Mattoso e, especialmente, de levar comida e água para os trabalhadores do campo.

Nesse meio tempo que (...) passou a fazenda pra Usina, aí eu fiquei assim mesmo no casarão, tomando conta do casarão. (Eu) fazia... atendia telefonema, abria, quando o pessoal da Usina precisava mandar algum recado, uma coisa lá pro (inaudível) da cidade, aqui mesmo pro encarregado que ficou. Aí, eles ligavam da Usina e eu transmitia esse recado pra eles. (...) Nessa época, eu estava com 21, 22 (anos de idade) mais ou menos.

(Depoimento de Erotilde Azevedo)

Ainda tomando por base o depoimento de Gonzales, pode-se também perceber que há uma ligação entre sua fala e as de Armando e Haroldo Carneiro, respectivamente ex Prefeito e ex Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Quissamã por ocasião do contexto em que são paralisadas definitivamente as atividades do Engenho Central. Isso no que diz respeito ao impacto que o fechamento da velha Usina teve para a Prefeitura Municipal de Quissamã. Gonzales aponta para o “sacrifício” que coube à Prefeitura, que acabou tendo de assumir responsabilidades que anteriormente eram desempenhadas pelo Engenho, especialmente no tocante à geração de empregos que viessem substituir os postos de trabalho perdidos; Haroldo chega a falar de 800 a mil desempregados, isso num município cuja população na época girava em torno de 20 mil habitantes e ele ainda se refere às sucessivas tentativas de se reabrir a Usina e que acabaram todas elas sendo frustradas; Armando trata igualmente da expectativa que havia entre os quissamaenses a respeito da volta da Usina e diz taxativamente como a Prefeitura, capitalizada com *royalties* de petróleo, acabou assumindo o papel econômico e social que outrora coubera ao Engenho Central. Não cabe aqui buscar dados numéricos que atestem, por exemplo, como a Prefeitura de Quissamã pode ter ou não cumprido essas responsabilidades; isso já foi objeto de reflexão de PINTO (2006). Cabe sim observar, com base nesses depoimentos e em outros – como os de Arnaldo Mattoso, Flávio Cavour e Helianna Barcellos – como a Prefeitura toma para si não apenas responsabilidades socioeconômicas, mas igualmente passa a atuar simbolicamente na sociedade como, num passado nem tão distante, atuaram a casa grande e o próprio Engenho.

Por conta de quase tudo que foi observado e ouvido acerca do Engenho Central de Quissamã e, principalmente, em razão da insinuante presença que duas das poucas evidências materiais que ainda restam da Usina – o duo de altas chaminés que contrastam com a paisagem naturalmente baixa de Quissamã – entende-se aqui que o Engenho é uma marca: tanto no sentido de que ele marcou profundamente a memória coletiva dos quissamaenses, independentemente de sua extração social, quanto no sentido de que ele próprio pontua a paisagem e anuncia que a mesma tem um ou mais significados. Desse modo, o Engenho pode ser interpretado como elemento de uma paisagem cultural que ele mesmo prenuncia em razão de seu posicionamento geográfico, logo à entrada de Quissamã, bem ao lado

da rodovia de acesso ao núcleo urbano do município. Assim, como elemento que faz parte de um todo significativo, de uma porção de território carregada de sentido, o Engenho se parece com Machadinho, mas a situação geográfica de Machadinho é praticamente oposta quando comparada à do Engenho. Machadinho se encontra num ponto distante do núcleo urbano do município de Quissamã; o acesso a essa comunidade rural se dá por uma estrada secundária e tudo isso a deixa bem longe tanto do olhar do observador externo, como também dos olhos dos quissamaenses que residem no perímetro urbano. Contraditoriamente, no entanto, as imagens de Machadinho, divulgadas através de meios impressos ou eletrônicos, ultrapassam as fronteiras de Quissamã e tendem a chamar a atenção do observador por serem únicas numa composição em que a casa grande se encontra em ruínas e as senzalas preservadas. Enquanto isso, as imagens do Engenho ficam circunscritas ao município e se parecem muito com as de outros engenhos de açúcar que podem ser avistadas por aí afora, até mesmo em outros municípios da Baixada Campista, como Carapebus, Conceição de Macabu e Campos dos Goytacazes. Diante dessa aparente familiaridade, do fato de ser uma imagem comum na região, escapa aos olhos uma semelhança bizarra entre o Engenho e Machadinho: o parque industrial do Engenho está em franco processo de arruinamento e suas duas vilas operárias – do Engenho e do Carmo – ainda sobrevivem. A do Engenho, talvez por conta da proximidade com a antiga fábrica, parece ir pelo mesmo caminho do arruinamento: tem poucos moradores, muitos deles já idosos; uma de suas ruas de acesso está inexplicavelmente obstruída há alguns anos; o hospital encontra-se abandonado, assim como o antigo cinema; o centro comunitário não cumpre mais a mesma função, é hoje uma residência como outra qualquer; o velho armazém Ribeiro & Filhos virou garagem de ônibus. Já a Vila do Carmo constitui hoje um bairro afastado de Quissamã: as velhas casas geminadas foram quase todas reformadas; lá existe uma grande área de recreação com quadra poliesportiva e *play ground* para crianças; lá fica o estádio municipal de Quissamã, onde acontecem movimentados jogos de futebol, inclusive do Campeonato Estadual do Rio de Janeiro; lá funciona um posto de atendimento médico, como em outros bairros de Quissamã; a velha capelinha do Carmo ainda recebe fiéis e turistas.

A paisagem cultural que o Engenho prenuncia para quem passa pela rodovia é exatamente a mesma que Machadinho ajuda a difundir para muito além das

fronteiras de Quissamã. Mesmo não dispondo da predisposição cosmopolita do Rio de Janeiro, mesmo não apresentando os arroubos de modernidade de Brasília, mesmo carecendo da chancela oficial que o IPHAN concede a Ouro Preto, Quissamã modestamente se aproxima do conceito de paisagem cultural que o próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro, em sua *home page* oficial, define como “uma porção do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Trata-se, no caso específico de Quissamã, de um recorte significativo de território cuja história remete a pelo menos dois séculos e meio de economia açucareira; na amplidão da baixada, sem anteparos naturais que impeçam a visão, destacam-se como marcas dessa história dezenas de edificações ainda relativamente bem preservadas, desde casas grandes e senzalas de latifúndios monocultores de cana de açúcar até solares urbanos, isso sem contar o complexo em ruínas do Engenho Central de Quissamã, o pouco que ainda resta de plantações de cana e o hábito ainda cultivado de se produzir e consumir tanto cachaça como açúcar, especificamente o mascavo. Neste último caso, encontram-se em atividade duas indústrias de pequeno porte: Quissamã Indústria de Alimentos, que se dedica ao processamento de açúcar não refinado, e o Engenho São Miguel, especializado em produção de cachaças que carregam a tradição local no nome Sete Engenhos – uma alusão aos sete engenhos de cana que se fundiram, em 1877, no regime de cooperativa que deu origem ao Engenho Central e também à antiga Ilha dos Sete Engenhos, atualmente Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro, onde antepassados dos Carneiro da Silva iniciaram a produção de derivados de cana ainda no século XVII.

O Engenho e Machadinha, tratados como complexos arquitetônicos, podem também ser entendidos como paisagens culturais *per se* ou por elas mesmas. Já se disse e qualificou-se anteriormente como bizarra uma semelhança que existe entre os dois complexos: os centros de poder derreados e os núcleos populares de pé. A casa grande de Machadinha hoje é um conjunto de paredes nuas, carcomidas pela chuva e pelo vento, sem umbrais, portais, janelas e telhado; do núcleo fabril do Engenho, praticamente só restam a fachada, as duas chaminés e a casinha onde ainda funciona o escritório de onde se administram ruínas e terras improdutivas. Cercas de arame farpado e restos de uma mureta arruinada separam esses que

outrora foram centros de decisões econômicas e políticas – capazes de mexer com o destino de centenas ou até milhares de pessoas – daquilo que pode-se chamar de núcleos populares ou lugares onde residiram no passado trabalhadores da fazenda e da Usina, e onde atualmente moram alguns dos mesmos e seus descendentes. As senzalas de Machadinha, que foram mantidas de pé por descendentes de escravos da casa e do eito que optaram por lá residir mesmo depois do fim da escravidão, acabaram sendo restauradas e reinauguradas pela Prefeitura Municipal de Quissamã como parte integrante de um complexo de turismo cultural no início dos anos 2000. As casas das duas vilas operárias, do Engenho e do Carmo, continuam sendo habitadas por trabalhadores hoje aposentados ou não, bem como por alguns de seus familiares; em geral, suas fachadas ainda parecem geminadas, aliás como sempre o foram desde que construídas a mando da companhia Engenho Central; a velha escola já não existe mais – nem mesmo a mais recente, que levava o nome do Engenho Central, e foi fechada em 2015 por ordem da Secretaria de Estado de Educação – mas o hospital, o armazém e o centro de lazer ainda estão de pé, mesmo não cumprindo mais suas funções originários.

Essa é apenas uma síntese do cenário dúplice de Machadinha e do Engenho, que resulta da observação de suas configurações materiais, que a propósito são mutáveis à medida que, principalmente no caso do Engenho, o processo de arruinamento é constante, quase diário a ponto de motivar boatos como o que diz que “agora, estão vendendo os tijolos das torres, que daqui a pouco vem ao chão”. Quanto aos significados dessas duas paisagens culturais em si mesmas ou em conjunto – congeladas pela narrativa de um observador – aqui se arrisca a dizer que há uma linha tênue unindo os dois complexos, mesmo estando afastados entre si no espaço e também no tempo histórico. Essa linha obviamente vai muito além da semelhança já aludida e que pode ser fruto de uma simples coincidência, mas mesmo ela pode ser interpretada não como uma espécie de ironia do destino que pereniza os espaços físicos – as senzalas e as vilas – em que viveram e ainda vivem os comandados e, simultaneamente, pulveriza os lugares de onde partiam as ordens de comando, no caso a casa grande e o centro operacional da Usina. O entendimento, na verdade, segue por outro caminho lógico: o de que os centros de controle econômico e político se ressignificam, se reatualizam no espaço e no tempo. A frase emblemática enunciada por Flávio Cavour e Arnaldo Mattoso – que

parecem lidar com familiaridade com a história própria de Quissamã, até mesmo porque ambos a vivenciaram em parte e a outra parte que não viveram eles se fazem de porta vozes para seus antepassados – ela precisa ser retomada neste momento: ela diz, mais ou menos, que Quissamã teve, num passado mais distante, senhores de casa grande e de engenho e, num passado mais recente, também teve senhores de Prefeitura. Não cabe conjecturar nomes, até mesmo porque os entrevistados não fizeram alusão a este ou aquele; mas é preciso entender que, se existiram e ainda existem senhores em tempos históricos distintos, mesmo tendo garbo, porte e voz de comando, são senhores distintos no seu modo de agir e de se legitimar perante aqueles que comandaram ou ainda comandam. Os da casa grande tinham escravos – pessoas despersonalizadas em essência, a quem eram negados direitos mínimos, a começar pela liberdade – a seu dispor e, no caso específico de Quissamã, convencionou-se dizer que os tratavam com cordialidade; os de Engenho eram vistos, pelos trabalhadores – quase sempre submetidos a uma rotina de trabalho que se impunha sobre suas vidas privadas – como provedores de emprego e qualidade de vida através de vilas operárias que ofereciam de atendimento médico a espaços de lazer; já os senhores de Prefeitura podem ser entendidos como gestores que, talvez por conta de uma longa tradição de tutela que se estende no tempo em Quissamã – onde as marcas da escravidão ainda persistem, independentemente da abolição ocorrida há mais de um século – tendem a estabelecer diretrizes de funcionamento para a sociedade local que motivam críticas por serem impositivas ou até mesmo excludentes; ou que pelo menos não despertam o interesse das pessoas que, a princípio, deveriam participar das ações públicas.

No caso específico das ações de salvaguarda, foram observadas duas que, entre outras coisas, demonstraram como existe um certo distanciamento entre o Poder Público e a população em geral, ou mais especificamente entre alguns gestores públicos e segmentos dessa mesma população para quem as ações deveriam ser pensadas e realizadas. Assim como a projeção de um documentário etnográfico – no caso, O Gancho – realizada sobre as paredes do antigo cinema da Vila Operária do Engenho e que abriu o texto deste capítulo dedicado ao Engenho, essas outras duas ações também estão ligadas à trajetória deste mesmo documentário, que foi pensado e realizado justamente para dar conta de uma

espécie de fratura exposta que rasga a carne de alguns, e não poucos quissamaenses. Pode parecer repetitivo, mas é preciso que se diga: materialmente, o Engenho Central morre a cada dia e, mesmo assim, suas memórias sobrevivem ainda que imaterialmente e com força, em Quissamã. A proposta de se produzir o documentário surgiu a partir da constatação desse paradoxo, uma constatação aliás compartilhada por representantes de três instituições públicas – o IPHAN, a antiga Fundação Municipal de Cultura da PMQ e o Centro de Memória do campus Quissamã do IFFluminense – que acordaram, em 2003, que deveriam produzir conjuntamente um audiovisual sobre a memória afetiva do Engenho Central junto aos quissamamenses e, a partir dele, referendar com argumento novo a reabertura do processo de tombamento do Engenho Central de Quissamã.

SITUAÇÃO SOCIAL 2:

22 Exposição Agropecuária, Industrial e Turística de Quissamã

Data: 13/07/2013

Local: Parque de Exposições Renato Queirós Carneiro da Silva, *stand* do IFFluminense

Hora: 21:00h

Ação desenvolvida: Exibição de *trailer* do documentário **O Gancho**

Atores envolvidos: Servidores da PMQ, professor Renato Sobral Barcellos, alunos do IFFluminense, visitantes do *stand*.

Essa situação social que, cronologicamente, antecipa as ações de salvaguarda já citadas, aparenta ser um fato inusitado, mas na verdade não é quando se faz um esforço racional no sentido de interpretar os acontecimentos dentro de uma sequência lógica. O fato em si, ocorrido em 13 de julho de 2013, foi a reação intempestiva de uma servidora da Coordenadoria de Cultura da Prefeitura Municipal de Quissamã diante da exibição de um *trailer* do documentário **O Gancho** (2013), que anunciava o seu lançamento futuro dentro da programação da Conferência Municipal de Cultura que estava prevista para acontecer no próximo mês, em agosto. O *trailer* estava sendo exibido num monitor de vídeo instalado no

interior do *stand* reservado para o *campus* Quissamã do IFFluminense e a atitude da servidora municipal, conforme relatada pelo professor Renato Barcellos, se deu da seguinte maneira: ela assistiu ao *trailer* que já vinha sendo mostrado ao público em geral e ficou visivelmente transtornada com o que viu; sem dizer exatamente por que razão, exigiu dos alunos presentes ao *stand* que o *trailer* fosse imediatamente retirado do monitor e não mais exibido para as pessoas. Diante do ocorrido, os estudantes se dirigiram ao professor Renato, que naquele momento era o único servidor do IFFluminense presente ao *stand*, e pediram que ele tomasse uma decisão diante da exigência da servidora do município. Ato contínuo, Renato fez contato telefônico comigo que estava em Itaperuna e que, na condição de coordenador do Centro de Memória do IFFluminense *campus* Quissamã, era coresponsável pelo documentário e autor, junto com a aluna Gisele Fragoso, do *trailer* que havia provocado aquele problema conjuntural. A propósito, o adjetivo conjuntural se aplica bem ao ocorrido e, numa leitura posterior, ajudou a mim e ao professor Renato compreender o que ocorrera; isso porque, mesmo depois do acontecimento, num contato direto através de outra ligação telefônica, a única explicação que a servidora municipal nos ofereceu para justificar aquilo que interpretamos como uma manifestação de “censura prévia” se resumiu numa frase enigmática: “vocês estão ofendendo a família do Prefeito!”. A conjuntura que, nesse caso, nos permitiu entender o ocorrido se refere às manifestações populares que vinham ocorrendo em diversas cidades brasileiras naquele mesmo mês de julho de 2013, inclusive em Quissamã, onde dezenas de jovens foram às ruas protestar contra o transporte público deficitário do município e onde acontecera um confronto entre professores da rede pública e guardas municipais. O nosso entendimento ia no sentido de que uma imagem do *trailer*, que permanecia congelada no monitor e prenunciava o que viria a seguir – no caso, uma imagem da fachada em ruínas do Engenho Central de Quissamã e sobre ela o imperativo “Acorda, Quissamã!” - havia impactado a servidora a ponto dela pensar que estávamos insuflando as pessoas contra a Prefeitura e, por conseguinte, contra o Prefeito e talvez até contra seus familiares. O Prefeito de Quissamã, naquela ocasião, era Octávio Carneiro da Silva, já exercendo o seu quarto mandato à frente da Prefeitura, num momento particularmente delicado em razão da diminuição do montante de *royalties* de

petróleo que era repassado para o município e de outros problemas de cunho político.

Independentemente desse exercício de racionalidade que apela para fatores conjunturais, a atitude em si da servidora municipal – cuja divulgação do nome não foi autorizada – pode ser pensada como algo que prenunciava problemas posteriores que foram pontuando, inevitavelmente, a trajetória do documentário **O Gancho**. E nunca se pode perder de vista que esse documentário era ele próprio uma ação a mais de salvaguarda que de *per si* foi capaz de atestar toda a complexidade que envolve a história de vida e de morte – para muitos, potencialmente desastrosa ou até mesmo trágica – do Engenho Central de Quissamã. Não pode cair no esquecimento também o fato de que o Engenho, ainda antes de entrar em decadência e paralisar suas atividades, deixando atrás de si todo um cabedal de lembranças as mais diversas – inclusive algumas nostálgicas, que beiram a linguagem poética como no caso do jardim de rosas de dona Margarida e do apito da locomotiva de dona Leninha e do senhor Ézio – ele foi em vida um centro de controle econômico e social. O próprio nome escolhido para batizar o documentário **O Gancho** já indica isso; para poder entender essa escolha e seu significado, pode-se recorrer a um trecho do depoimento de dona Helianna Barcellos que consta da narrativa do audiovisual e no qual ela descreve como funcionava o “gancho” da Usina. Em sua fala, antes mesmo de caracterizar o instrumento punitivo conhecido como “gancho”, Dona Leninha faz uma síntese do ritmo alucinante de trabalho que era exigido pela rotina de produção da fábrica, especialmente quando ocorria a moagem da cana de açúcar.

A Usina não podia parar, principalmente na moagem. Então, a batida do sino era pra chamar. Fulano já sabia: podia estar no cinema, podia estar namorando, podia estar dormindo, mas eles saiam (sic.) pra atender o chamado... Por isso moravam em quartos dos operários próximos da Usina. (...)

Se chegasse dez minutos atrasado, (o trabalhador do Engenho) não entrava mais... não entrava e perdia aquele dia e o remunerado do domingo. E ficava às vezes três dias em casa por ter chegado dez minutos atrasado.

(Depoimento de Helianna Barcellos)

Mesmo não tendo trabalhado propriamente no Engenho Central, dona Helianna – até porque entrevistou muitos trabalhadores da Usina – tem a exata noção de que as regras de controle sobre eles eram rígidas, para não dizer implacáveis a ponto de afetarem suas vidas cotidianas. O senhor Ézio, esse sim que labutou no corte de cana sob as regras estritas do Engenho Central, faz o testemunho de uma rotina de trabalho que beirava o limite da resistência humana e, mesmo assim, contraditoriamente, diz que se sentia feliz. Na verdade, sob um olhar mais atento, percebe-se que quase todos os depoentes de O Gancho misturam em suas falas sensações de nostalgia e de crítica ao que vivenciaram nos tempos da Usina. Dona Margarida, que exerceu a função de registrar entrada e saída de caminhões de carga, é outra que reafirma o modo como a rotina de trabalho afetava sua vida pessoal e familiar, especialmente quando chegavam ao pátio da Usina os comboios de viajantes que vinham dos mais diversos recantos do país e que precisavam ser despachados sem demora.

Não tinha hora pra dormir, não tinha hora pra descansar. Quando eu chegava aqui (em casa), às vezes tinha uma caravana (...) de quinze a dezoito caminhões que vieram (de) longe, de diversos caminhos. Então, eles vinham me buscar ... quantas (vezes, às) seis e meia, sete horas da manhã eles vinham me apanhar e aí eu (...) arrumava a caravana deles e eles iam embora.

(Depoimento de Margarida Moreira da Silva)

Era um trabalho pesado, mas todo mundo trabalhava alegre! A gente suava do pé à cabeça, mas trabalhava todo mundo rindo, brincando e dava conta da tarefa. Teve um ano, em 72, que eu saí daqui de casa à meia noite a pé pra cortar cana lá na Fazenda de Trindade, na fazenda de seu Dario, lá no Treze. Saí daqui de pé, meia noite... os filhos pequeno (sic), a esposa ficava com as crianças. Eu deitava seis horas da noite; quando era meia noite, eu levantava, esperava o relógio da igreja bater, aí pegava a 'malmita' (sic) de almoço e o facão. Saía daqui de pé lá pra Trindade.

(Depoimento de Ézio dos Santos)

Além desses relatos que remetem a uma rotina de trabalho que privilegia o ritmo acelerado da produção fabril em detrimento do gozo de direitos básicos do ser humano, como o do descanso noturno – dona Margarida era acordada a qualquer momento, bastando para isso que chegasse um comboio de caminhões – e de

refeições em horários regulares – a ‘malmita’ do senhor Ézio era preparada de noite para que ele se alimentasse apenas no dia seguinte – existem outros que podem ser tomados como indicativos de que o armazém da Usina também funcionava como uma espécie de instrumento de controle e exploração de seus funcionários. A esse respeito, talvez um dos relatos mais contundentes seja o de seu Carlinhos que, do seu jeito monossilábico, soube fazer com maestria uma síntese sobre como as coisas transcorriam no Armazém Ribeiro & Filhos, que ficava na Vila Operária e abastecia de víveres as casas dos moradores.

O armazém, a gente tinha uma ficha lá, né... aí a gente ia lá comprar, tipo... um fiado. Só tinha ficha lá, ia anotando e pronto. Aí tinha os dias certos de abrir a quinzena, todo mundo ia lá, enchia o saco (de mantimentos) e ia embora.

(Depoimento de Carlos Roberto Soares Adão)

Outro relato de igual contundência e que complementa o de Carlinhos, compondo um mosaico de estratégias de extração de parte dos vencimentos do trabalhador através da venda de mercadorias sem uso de moeda corrente, foi feito por Seu Tide, que conheceu de perto como funcionava uma das filiais do Armazém Ribeiro & Filhos em Machadinha. Ele, inclusive, trabalhou no armazém de Machadinha, desde a época em que a fazenda ainda estava sob o controle de Luís de Queirós Mattoso e, em seu relato, mistura situações vivenciadas em pelo menos duas épocas diferentes: a de Mattoso e a do Engenho.

No dia do pagamento, aí chegava ali na varanda (ele aponta para as ruínas da casa grande de Machadinha)... onde ia pagar os trabalhador (sic.) e aí dizia assim: você gastou tanto de quitanda... quitanda era o leite, era o pão e às vezes o café, né... quitanda... Ah, eu não gastei isso tudo, seu Luis. Não, se está anotado aqui é porque você gastou. Aí ele pegava e dizia que não gastou, gastou... mas aí ele descontava e pagava... a faca e o queijo estava na mão dele, ele descontava ali dos trabalhador (sic.).

(...)

Tudo que era feito aqui é pela Usina. Vinha a mercadoria, vinha da Usina aqui pro armazém, daqui pra vender. Naqueles tempos (...) aqui eles usavam um cartãozinho aqui assim pra pagar o pessoal. Não tinha dinheiro, não era dinheiro vivo conforme hoje em dia tem dinheiro. Era um cartãozinho, era negócio de réis, dois mil réis, três mil réis (...) Era tudo réis, tudo naquele cartãozinho.

Então, a pessoa daqui que quisesse ir no Rio (de Janeiro), pra ir no Rio, tinha que ir lá em Quissamã pra trocar aquele cartão em dinheiro. Lá, eles davam o dinheiro vivo e a pessoa dava o cartão.

(...)

Não sobrava quase nada (do pagamento pelo trabalho). O dinheiro que o pessoal recebia na roça era muito mal só pra comida. Naquele tempo, plantava feijão, plantava milho, tinha roça de mandioca, farinha, criava um porco, né... e todo mundo ajudava muito na despesa da casa do trabalhador.

(Depoimento de Erotilde Azevedo)

Essa pequena digressão para expor os mecanismos de controle laboral de que o Engenho Central dispunha e que usava com regularidade para disciplinar seus trabalhadores – a ponto de fazê-los naturalizar o que poderia ser encarado como sofrimento, mas que, no entender de Ézio, o cortador de cana, era uma razão para ser feliz – isso foi para deixar marcado que o Engenho Central de Quissamã, desde que ressaltadas as circunstâncias históricas, reproduzia a mesma lógica de controle social que a casa grande – por exemplo, a de Machadinha – exercera sobre seus escravos numa outra conjuntura.

O resgate de uma memória assim, tão forte por si mesma junto aos quissamaenses e simultaneamente tão controversa a ponto de desnudar práticas de controle social que parecem transcender barreiras temporais, pode se apresentar como um problema para quem está à frente do Poder Público municipal em Quissamã. O Engenho, a casa grande e a Prefeitura: num lugar onde a escravidão marcou presença, bem como a tutela da Usina sobre seus trabalhadores e onde se encontra difundida a ideia dos três senhores que transcendem barreiras do tempo – conforme asseveram Flávio Cavour e Arnaldo Mattosos – o risco de que as lembranças escapem do controle dos agentes que procuram salvaguardá-las e que comprometam uma proposta de unicidade narrativa que vem se consolidando com a política pública de salvaguarda é muito grande. Uma manifestação pontual desse embate é o que vem acontecendo no Memorial de Machadinha, onde os painéis que se propõem a celebrar a memória coletiva da comunidade estão sendo retrabalhados e ressignificados principalmente pelos representantes de uma nova geração de pessoas que se autoidentificam como quilombolas, não sem os reparos críticos – muitos deles amparados em argumentos técnicos – que tem sido feitos tanto por quem, num passado próximo – casos de Armando Carneiro e Alexandra

Moreira – esteve à frente do Poder Público e tomou para si a tarefa de salvaguardar a memória coletiva de Machadinho, quanto por quem, num passado um pouco mais distante – caso de Arnaldo Mattoso – foi pioneiro ao atuar como coordenador técnico do projeto seminal da Fundação Pró Memória mas que, hoje em dia, tem assento no Secretariado da Prefeitura Municipal de Quissamã. No que se refere ao Engenho Central, talvez a raridade com que o mesmo – e principalmente suas vilas operárias – tem sido contemplado com ações de salvaguarda se justifique em parte pelo receio de que a coisa escape do controle, de que a unicidade narrativa dessa política de salvaguarda, mesmo não negando as diferenças, seja colocada à prova por lembranças que não possam ser classificadas ou enquadradas por essa mesma narrativa que, como já foi dito, se sustenta numa dicotomia de base que o próprio Arnaldo Mattoso assim definiu, fazendo um balanço do que presenciara ainda nos anos 1980, na época em que estivera à frente do projeto seminal já citado:

Isso (a dicotomia entre elite e povo, conforme aparecia no Sumário do livro publicado com os resultados do projeto de mapeamento do IPHAN/Fundação Pró Memória) era uma situação clara no município. A questão arquitetônica (o mapeamento se concentrou em sedes de fazenda e solares urbanos, em sua maioria erguidos na passagem do século XIX para o século XX) era uma coisa: eram bens que o público não tinha o menor acesso. As pessoas não frequentavam essas casas e havia uma separação clara, tanto que era dito... sempre foi dito, em Quissamã, que era carneiro (referência ao sobrenome predominante entre os membros da elite quissamaense) prum lado e cabrito pro outro. Havia uma separação clara dessa elite que detinha os bancos da frente da igreja (referência à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro) em que só eles podiam sentar, até um determinado período, e o resto da população. Tanto que, no Dicionário Histórico e Geográfico de 1845 (...) aparece Quissamã fazendo um relato de que tinha uma população de 3500 pessoas, sendo 2800 escravos. Eu tenho esse livro em casa. (...) Havia uma clara separação e o livro (...) identificou essa divisão e retratou.

(Depoimento de Arnaldo de Queirós Mattoso)

É preciso mediatizar, obviamente, esse depoimento de Arnaldo. Um primeiro ponto controverso é que ele próprio – que se autoidentifica como descendente de verdadeiros próceres do Império do Brasil, como Eusébio de Queirós e Rodrigo Silva – não parece se enxergar como membro dessa mesma elite quissamaense; um

segundo é levantado por Alexandra Moreira – que esteve à frente da política de salvaguarda do patrimônio histórico e cultural de Quissamã justamente no momento em que ela se institucionalizou e passou a seguir uma espécie de norte narrativo unificador, mas sem suprimir diferenças – que até reconhece a importância do trabalho coordenado por Arnaldo mas afirma que o levantamento foi realizado nos anos 1980, quando, segundo ela, ainda não havia da parte dos pesquisadores uma postura crítica acerca dessa dicotomia que, na prática, reproduzia também a dualidade entre patrimônio material – que, em Quissamã, ainda se encontrava minimamente preservado mas restrito a edificações como casas de fazenda e solares urbanos – e imaterial – que carecia e ainda carece de ações de salvaguarda no sentido de reavivar manifestações culturais quase que invariavelmente de caráter popular.

Em relação ao resultado concreto do desenvolvimento do projeto do IPHAN/Fundação Pró Memória, Alexandra diz que: “(era) o único livro que nós tínhamos com registro do que se tinha de patrimônio histórico (...) mais com características preponderantes de arquitetura do que com registro histórico que analisa outras vertentes, como costume, hábito, religião”. Já no que diz respeito à dicotomia “Da Elite e do Povo” que aparece na estrutura interna do livro Quissamã (MARCHIORI, 1987), ela afirma que: “essa divisão aumenta e fomenta um contexto histórico que muitos gostam de explorar para segregar”.

De volta ao Engenho Central, cabe também ressaltar que o receio de que as lembranças que ele provoca possam trazer à tona o inclassificável também se justifica porque, quando comparada à de Machadinha e de outras fazendas de Quissamã onde houve escravidão, a sua história é bem recente e muitos dos que a vivenciaram ainda estão vivos e lúcidos. E nem todos eles se limitam a lembrar do Engenho com um sentimento propriamente nostálgico, que lamenta o seu fechamento e aponta para aspectos quase pueris de sua existência; na verdade, mesmo os nostálgicos parecem ser tão “apaixonados sem paixão” quanto dona Helianna Barcellos. Carmelo afirma que viveu uma vida no Engenho e hoje, já idoso, ainda precisa trabalhar como frentista para sobreviver; Ézio e Margarida reportam a um passado feliz na velha Usina, mas descrevem como eram submetidos a uma rotina de trabalho que lhes tolhia certas liberalidades como dormir e se alimentar; Carlos e Tide usam de extrema simplicidade para relatar como a compra obrigatória

de viveres nos armazéns da Usina remontava aos tempos da escravidão; Roberto é lacônico ao dizer que não sente saudades de uma rotina de trabalho que o fez sofrer; dona Leninha ainda hoje é porta-voz de histórias do Engenho que remetem a práticas constantes de tutela e controle social, como a do gancho que punia os trabalhadores impontuais e a da moeda chamada operário que “arruinou muita gente”, a ponto de uma delas ter sido furada a bala por um desses arruinados.

Já a história de Machadinha e a da própria escravidão em Quissamã, essa – que se encontra afastada num tempo mais distante e sem sobreviventes que possam rememorá-la de um modo mais vívido e às vezes contundente – aparentemente pode ser merecedora de uma profusão de ações de salvaguarda. A possibilidade dela trazer à tona questões ainda insolúveis, inclassificáveis dentro de uma perspectiva de história oficial ou tradicional deve ser muito remota. Será? Ora, não é isso que se vê no caso das disputas que tem ocorrido em torno dos painéis do Memorial, da reabertura da Casa de Artes sob controle da comunidade, da titulação da propriedade fundiária reivindicada pela comunidade de remanescentes de quilombo. Mas pelo menos ali ainda vigora aquela ideia de que a escravidão em Quissamã foi marcada por relações cordiais entre senhores e cativos. Ora, também não é bem isso que se pode deduzir a partir de um relato que, somente agora, muito recentemente, o guardião da tradição local, Seu Tide, resolveu contar. Ah sim! Foi inevitável perguntar porque ele – uma pessoa que já foi requisitada para inúmeras entrevistas e que se tornou personagem de livro ficcional – só verbalizou isso agora e a resposta foi simples, como aliás é o jeito próprio de Seu Tide falar: “porque antes ninguém perguntava”.

Bom, eu conheci minha bisavó, que já tava muito velhinha e ela gostava muito desse negócio de jongo... ela tava ainda uma senhora já velha, mas gostava de um tambor, usava tambor (...). O nome da minha bisavó lembro: (...) Barbina (sic.) ... Então ela me falava que eles (os escravos da fazenda Machadinha) iam trabalhar, ela e as outras colegas dela de trabalho e então ela ia pra roça, ela e aquela turma de escravo, né... cada um com sua enxadinha no ombro. Ela contando e já bem ‘veinha’, sentada no fogãozinho dela, assim no chão... uma chapa de ferro em cima do fogão e os tijolos e botando a panela de feijão ali em cima daquele fogão e começava a contar. A panelinha lá tá fervendo e ela contando que elas iam pra roça trabalhar e chegava lá... trabalhava... aí, quando era certa hora, quando ela fazia uma coisa que o capataz que mandava eles

não gostava, aí mandava o capataz... o barão que mandava, né... mandava açoitar a minha bisavó, uma tal de dona Antoninha Quimbuca, dona Benedita, Madalena, dona Joaquina... esse pessoal todo era escravo. Aí eles facilitavam lá alguma coisa lá que ela contava... então ele chegava, mandava... o barão mandava o capataz chamar ela lá no casarão. Chagava lá, falava com ela e perguntava a ela: o que que ocês fizeram lá? Ah, nhonhô, não fiz nada. Aí o capataz: fizeram! Fizeram sim, fizeram malcriação lá. Então, vocês vem pra cá, que era minha bisavó. Aí ela vinha e o barão: olha, capataz, chega aqui... aí, encosta ela aí no tronco, botava o braço dela lá, pendurado... Dizendo ela que dava cada chibatada e como, de fato, nos tempos que aquilo (as feridas provocadas pelo chicote) já tinha secado. Ela usava uma blusinha de alça, né, as costas tudo de fora... aí ela mostrava. Óia, meu fio (sic) (...), vê minhas costas como é que tá. (Era) cada um verrugão, cada um sinal... dizendo ela que era de sair sangue quando eles davam aquela chibatada.

(...)

Ela contava isso, nós sentados na beira do fogo. De tardezinha... mais do que isso... quase no escurecerzinho. Ela com aquela panelazinho no fogo e eu sentado do lado, e eu criança. Aí ela começava a contar (...) Conforme nós contava da chibatada. Eu cheguei ver (sic), ela mostrava pra todo mundo... Começava a contar, tanto faz ela quanto alguma colega dela.

(Depoimento de Erotilde Azevedo)

O fato de Seu Tide dizer que, anteriormente, quase não falava sobre histórias assim, contadas a ele por sua bisavó, porque ninguém lhe perguntava – mesmo sendo ele uma pessoa tão requisitada para rememorar histórias que serviram de base para ações de salvaguarda – pode ser interpretado como indício de que houve, em Quissamã, durante certo tempo, um silenciamento em torno da memória do sofrimento que, afinal, é algo inerente à escravidão. Já foi dito, com base em MENESES (1992) e POLLACK (1989), que a memória coletiva se constrói com base em escolhas que, ao serem feitas, resultam necessariamente em apagamentos ou até mesmo omissões; o mesmo MENESES e também HALBWACHS (1990) ajudam a entender que a rememoração é algo que depende de um exercício constante de lembrar e compartilhar lembranças, ou tendo um ponto de referência que ajuda a memória a fluir, ou partindo de algum estímulo que faça a pessoa lembrar. Seu Tide, durante muito tempo, careceu de um estímulo assim, à medida que ninguém lhe perguntava sobre as histórias tristes de sua bisavó e assim, sem uma contrapartida, foi-se cristalizando em Machadinha e em Quissamã uma concepção de escravidão

quase edulcorada, como se não houvesse violência ou exploração numa relação de trabalho compulsório. No caso do Engenho Central, a pouca incidência de ações de salvaguarda em lugares como as duas vilas operárias – onde se pressupõe residirem pessoas que trazem consigo memórias as mais diversas sobre a velha Usina – pode significar a condenação ao silêncio dessas mesmas pessoas, cujas lembranças são essenciais para se contar histórias num lugar, como Quissamã, onde vem se consolidando uma política de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural. Mas não se tem como prever o que pode vir à tona com essas lembranças, assim como surpreende hoje ouvir de Seu Tide um relato tão incômodo, tão contundente e tão na contramão do que já vinha sendo uma narrativa consagrada em Quissamã.

O documentário **O Gancho**, mesmo reunindo um grupo seletivo de depoentes para lembrar a velha Usina, ele próprio já se mostrou uma pequena amostra de que o tema é imprevisível, incontrolável, difícil de ser submetido a um padrão narrativo semelhante ao que sobressai da política de salvaguarda de patrimônio de Quissamã. A própria trajetória do documentário, depois de finalizado, também pode ser entendida como uma demonstração de que se está pisando no terreno do imponderável, das incertezas que não se combinam com tentativas de padronização. Já foi dito que o *trailer* do documentário – pensado como uma narrativa quase pueril, que se iniciava com um galo cantando e terminava com um sino badalando – provocou uma primeira situação conflitiva, que logo foi acompanhada de outras não necessariamente dadas ao conflito, mas pelo menos representativas do inusitado que acompanha as situações sociais potencializadas por ações de salvaguarda.

SITUAÇÃO SOCIAL 3:

II Conferência Cultural de Quissamã

Data: 08/08/2013

Local: Sala de Cinema do Centro Cultural Sobradinho

Hora: 20:00h

Ação desenvolvida: Cerimônia de abertura da Conferência

Atores envolvidos: Conferencista (representante do Ministério da Cultura), agentes públicos e produtores culturais

Acção: Depois de cumprimentar os presentes, o palestrante, numa tentativa de interagir com um público não muito numeroso – havia originalmente pouco mais de vinte pessoas numa sala com capacidade para até 300 pessoas sentadas – pede para levantarem as mãos em sequência: moradores de comunidades locais, produtores culturais e agentes públicos. No caso dos primeiros, ninguém se manifesta; uma ou duas pessoas erguem as mãos atendendo ao segundo chamado; a imensa maioria dos presentes só coloca os braços para cima com o terceiro, o que faz acreditar que ali a maioria era composta por agentes públicos, invariavelmente ligados à Prefeitura Municipal de Quissamã, desde servidores administrativos da Coordenadoria de Cultura ou da Secretaria Municipal de Educação até professores da rede pública local.

O exercício da observação constante faz acreditar que um episódio como esse, em que a presença de pessoas da sociedade civil seja quase imperceptível quando comparada com a dos representantes do Poder Público, não é nada incomum em Quissamã. Em primeiro lugar, os espaços públicos do município – sejam eles realmente grandes ou não – quase sempre transmitem a sensação de serem superdimensionados; isso acontece com o Parque de Exposições, com o estádio Carneirão, com o terreiro de Machadinha ou com a sala de cinema do Sobradinho, onde aliás aconteceu o evento citado. Em segundo lugar, parece que os quissamaenses hoje não cultivam o hábito de frequentar realmente os eventos públicos, particularmente os que enfatizam questões culturais; o que se apresenta como um paradoxo, pois algo que chama atenção em Quissamã é justamente a existência de uma política de incentivo a ações culturais que encontra no Centro Cultural Sobradinho, no ECJCB, na Casa Mato de Pipa, no Museu Casa de Quissamã, no complexo de Machadinha um conjunto de equipamentos culturais com programação constante de eventos e também de cursos de diferentes linguagens artísticas. Em terceiro lugar, aí sim, cabe observar que essas duas constatações anteriores precisam ser mediatizadas porque elas não necessariamente se aplicam às novas gerações de quissamaenses, que costumam sim participar de eventos e

debater questões culturais, mas desde que sejam convidadas. E esse talvez seja o ponto: a estratégia de divulgação de eventos em Quissamã, mesmo com o apoio de redes sociais, parece não surtir efeito. Mas certamente essa não deve ser a explicação para o que ocorreu na cerimônia de abertura da II Conferência Cultural de Quissamã; seria mais coerente dizer que o ocorrido foi uma síntese do modo como tradicionalmente se conduz a política cultural do município e, por conseguinte, suas ações de salvaguarda: o Poder Público tende a se colocar no papel de força motriz dessas ações, quase sempre não levando em consideração o que pensa a comunidade. Pelo menos isso é o que se percebe a partir de críticas que são habitualmente proferidas contra determinadas ações de salvaguarda promovidas pela Prefeitura Municipal de Quissamã, em diferentes gestões: dona Helianna Barcellos reclama da falta de atenção que a administração pública de Quissamã tem dispensado ao seu trabalho à frente do ECJCB e costuma fazer críticas pontuais e fundamentadas a trechos de publicações custeadas pelo Poder Público e a ações de restauro que ela prefere chamar de reforma por conta de alterações que tem sido feitas em edificações de valor histórico como o coreto da praça Brigadeiro José Caetano Barcellos; Wagner e Leandro Firmino, bem como Dalma dos Santos, questionam o descompasso que havia entre os painéis originais do Memorial de Machadinha, que segundo eles celebravam excessivamente a província angolana de Kissama e quase não contemplavam as pessoas da própria comunidade de Machadinha; o mesmo Wagner, à frente da ARQUIMA, tem sido o porta-voz de um grupo de mulheres de Machadinha que pretendem administrar elas mesmas o restaurante da Casa de Artes, contrariando o modo anterior de se gerir o restaurante e o próprio Memorial com gente de fora da comunidade; Arnaldo Mattoso, que atualmente é membro do Poder Público municipal, costuma rebater algumas questões pontuais da política de salvaguarda, como o fato de não se chamar de tambor o jongo de Machadinha; Alexandra, hoje vereadora, tem cobrado dos atuais gestores de cultura de Quissamã uma atuação mais efetiva nas ações de salvaguarda, inclusive apontando para o fato de que alguns equipamentos culturais do município se encontram ocasionalmente fechados ou em mau estado de conservação; Ivanir, Gonzales e Carlinhos estranham o fato de jamais terem sido entrevistados sobre suas vivências na Vila Operária e no Engenho Central, assim

como sentem falta de um maior cuidado do Poder Público com a vila onde ainda moram e que tem uma importância histórica inegável para Quissamã.

O segundo evento ligado à II Conferência Cultural de Quissamã foi a cerimônia de lançamento do documentário **O Gancho**, que logo de pronto apresentou o mesmo problema constatado no primeiro: a falta de público, acima de tudo de pessoas ligadas à comunidade. Mais uma vez, a maioria dos presentes eram gestores ou servidores da própria Prefeitura e eles eram tão poucos que apenas as duas primeiras fileiras da sala de cinema do Centro Cultural Sobradinho pareciam estar ocupadas, minutos antes do horário marcado para iniciar a exibição do audiovisual. Foi diante da iminência de um fracasso retumbante que se tomou uma atitude: convidar às pressas turmas inteiras de alunos do *campus* Quissamã do IFFluminense para prestigiar o evento que, a princípio, estava reservado pelos organizadores – gestores de cultura da Prefeitura Municipal de Quissamã – para convidados vip que não compareceram, dentre eles o então Prefeito Octávio Carneiro, vereadores e membros de seu secretariado. Mais uma vez, o que faltava era povo, até porque não fora convidado e, na ausência do mesmo, foram alunos uniformizados do IFFluminense que acabaram lotando a maioria das fileiras de poltronas do cinema. Como vinham diretamente do campus, que fica um pouco distante do Centro Cultural Sobradinho, eles chegaram já durante a exibição do documentário, quando as luzes já se encontravam apagadas. Assim como um milagre, a sessão se iniciou com a sala quase vazia e se encerrou com a mesma cheia; havia pessoas sentadas no chão, entre as fileiras de poltronas.

II Conferência Cultural de Quissamã

Data: 08/08/2013

Local: Sala de Cinema do Centro Cultural Sobradinho

Hora: 21:00h

Ação desenvolvida: Cerimônia de Lançamento do documentário “O Gancho”

Atores envolvidos: Agentes públicos, produtores culturais, servidores e alunos do IFFluminense

Ação: Diante de uma baixa frequência de público, professores do *campus* Quissamã do IFFluminense são chamados para levar seus alunos ao evento e assim aumentar o número de pessoas presentes; exibição do documentário; mestre de cerimônia praticamente despede as pessoas ao dizer boa noite e anunciar a programação do dia seguinte; pessoas com os olhos marejados, querendo falar; olhos das pessoas voltados para os alunos do IFFluminense, que uniformizados provavelmente eram identificadas como responsáveis pelo filme.

Foi exatamente quando a exibição do documentário se encerrou que o inusitado aconteceu. O filme havia sido mostrado em público, na sua integralidade, pela primeira vez, isso praticamente um mês depois do episódio desagradável do *trailer* no Parque de Exposições. E ali ficou comprovado que sua narrativa não se esgotava em si mesma; **O Gancho** exigia que as pessoas falassem sobre o que haviam visto e sentido. Mas nada disso foi previsto no protocolo da cerimônia de lançamento: mal o filme acabou e a mestre de cerimônia – aliás, uma ex aluna do IFFluminense – subiu ao palco da sala de cinema; do alto do parlatório, ela agradeceu pela presença de todos e foi logo anunciando a programação do dia seguinte, quando então a Conferência de Cultura estava prevista para continuar. O gesto, aliás involuntário, da mestre de cerimônia soou como uma despedida para todos os presentes, ainda mais que logo depois ele foi acompanhado do apagamento das luzes da sala. O curioso é que, mesmo assim, receando estarem cometendo uma descortesia com o cerimonial, diversas pessoas insistiram em querer falar; muitas se dirigiram aos alunos uniformizados do IFFluminense, pensando que eram os responsáveis diretos pela obra exibida, levando em consideração que eles lotavam a sala e que a logo do IFFluminense aparecia nos créditos finais de **O Gancho**. Depois de apagarem as luzes, foi do lado de fora que ocorreram as conversas que deveriam ter acontecido dentro do cinema. Era **O Gancho** fazendo as pessoas falarem e algumas delas, já idosas ou mesmo não, começavam a rememorar suas próprias experiências vividas com a velha Usina; ali, naquele ato espontâneo das pessoas quererem verbalizar o que sentiam, ficou claro que a memória coletiva da Usina era uma fortaleza, independentemente da fragilidade das paredes do parque industrial, que já vinham sendo derrubadas dia após dia, e também do maquinário ainda existente no local, cujas peças vem sendo

sucateadas cotidianamente. Ficou comprovado, já no seu ato inaugural, que o documentário provoca lembranças; particularmente em Quissamã, ele evoca a memória afetiva das pessoas que ainda habitam um lugar em que o Engenho Central, mesmo estando em ruínas, faz-se imaterialmente onipresente à medida que muitas histórias particulares ou de família dos quissamaenses foram vivenciadas, ou diretamente nas dependências do Engenho ou em eventos potencializados por ele. Por conta dessas particularidades, **O Gancho** estimula as pessoas a quererem falar de suas lembranças e, paradoxalmente, as vozes presentes na sua cerimônia de lançamento foram caladas por um gesto aparentemente descompromissado da mestre de cerimônia da Conferência: ela praticamente se despedira dos espectadores logo depois da exibição do documentário, anunciando a programação do dia seguinte.

Esse mal estar originário e outras peculiaridades pareceram acompanhar as demais sessões de exibição de **O Gancho**, dentro do município de Quissamã. Em quase todas, houve baixa frequência de público e não se tem notícia de que debates acalorados tenham ocorrido, nem antes, nem depois das exibições propriamente ditas. Mas duas exceções precisam ser registradas. A primeira foi uma espécie de relançamento do documentário, dentro da acanhada sala do Centro de Memória do *campus* Quissamã do IFFluminense, quando então se pretendeu corrigir um equívoco imperdoável que ocorrera na cerimônia original de lançamento: no caso, a ausência da imensa maioria dos depoentes do próprio documentário. Na primeira ocasião, apenas dona Helianna Barcellos havia comparecido, os demais não tiveram oportunidade de ir ao Sobradinho; nessa segunda oportunidade, apenas Carmelo não pode comparecer pois estava de plantão, trabalhando como frentista num posto de gasolina. O relançamento, além de contar com a óbvia reexibição do documentário, teve uma pequena homenagem aos entrevistados e criou-se a oportunidade deles reencontrarem com a maioria dos alunos que participaram diretamente da realização de **O Gancho**; ao final da sessão, não houve gafe de mestre de cerimônia que impedisse as pessoas de falarem e chorarem. A propósito, chorou-se muito naquela ocasião e as lágrimas derramadas serviram para reforçar ainda mais a ideia de que as lembranças acerca do Engenho Central mexiam com emoções fortemente enraizadas entre os quissamaenses; o arruinamento em si do parque industrial, apesar de ter sido o elemento motivador para que tudo aquilo

acontecesse, passou a ser um mero detalhe diante da profusão de lembranças que vinha à tona nas conversas informais que se seguiam à exibição do audiovisual. A partir daí, se teve a exata noção de que **O Gancho** ou mais especificamente as histórias narradas pelos depoentes em não mais do que 27 minutos – tempo de duração do documentário – eram apenas a ponta de um iceberg; havia muito mais a ser contado. Outra conclusão a que se chegou foi a de que a narrativa do documentário, bem como os comentários que ela provocava, compunham um mosaico de memórias em que os sentimentos nostálgicos predominavam sim, mas não em detrimento de observações profundamente críticas acerca do papel social que a Companhia Engenho Central de Quissamã desempenhara ainda em vida.

A segunda exceção ocorreu um tanto por acaso. Durante uma Mostra de Filmes Etnográficos que aconteceu durante uma semana inteira, na mesma sala de cinema em que fora lançado **O Gancho**, o documentário foi exibido para turmas de alunos de escolas de Ensino Básico de Quissamã. A dinâmica da Mostra era mais ou menos a seguinte: as escolas agendavam sua ida ao Centro Cultural Sobradinho e solicitavam os audiovisuais que gostariam que seus alunos assistissem. **O Gancho** foi escolhido poucas vezes e um bolsista do Centro de Memória do IFFluminense, Patrick Guimarães, ficou encarregado de acompanhar as exibições e propor um debate sobre o documentário com os alunos. O relato de Patrick acerca da experiência foi desalentador; segundo sua interpretação, os alunos não estavam preparados para assistir aos filmes e muito menos para conversar sobre os mesmos; na verdade, o bolsista foi enfático em dizer que a garotada não prestava atenção em nada e fazia bagunça o tempo todo. Entretanto, segundo Patrick, houve uma exceção nesse padrão de comportamento quando **O Gancho** foi exibido para alunos de uma escola pública: eles, que já haviam assistido outros filmes anteriormente e tinham mostrado total desinteresse, ficaram quietos e atentos diante do documentário. Os referidos alunos estudavam na Escola Estadual Engenho Central de Quissamã. O bolsista disse que, ao final da sessão, conversou com alguns desses alunos e eles, quando perguntados acerca da razão que os fizera se interessar por **O Gancho**, disseram que sempre tiveram curiosidade por saber algo sobre o nome da própria escola em que estudavam. Em conversa informal com a ex coordenadora de Cultura da Prefeitura Municipal de Quissamã, Marta Medeiros, ela

confirmou o relato de Patrick e disse que ficou impressionada com a atitude dos alunos.

O episódio em si não passou despercebido. Era inevitável concluir que uma questão ligada a identidade coletiva provocou a reação dos alunos de uma escola cujo nome era Engenho Central de Quissamã diante de um documentário que se propõe a tratar da memória coletiva do mesmo Engenho que atribui nome à escola. Estava-se ali diante de mais uma demonstração da fortaleza dessa memória, que a propósito ainda era praticamente desconhecida em seus detalhamentos por jovens de uma faixa etária entre dez e 14 anos de idade; jovens que, nesse caso, frequentavam uma escola localizada na RJ 196, a menos de dois quilômetros das ruínas do Engenho Central; certamente eram garotos e meninas que, nas suas idas e vindas a caminho da escola, avistavam bem ao lado a imagem imponente das chaminés da velha Usina; era uma garotada que provavelmente residia num bairro rural de Quissamã cujo nome também era Engenho Central. Não cabe aqui ir mais a fundo, dentro do escopo de ***O Passado que se faz Presente***, nesse caso dos alunos do Colégio Engenho Central mas ele certamente é mais um indício de que a memória da velha Usina ainda resiste, inclusive desperta interesse nas novas gerações de quissamaenses. A própria trajetória de ***O Gancho***, muito além das fronteiras de Quissamã, também comprova isso; o documentário foi exibido em diversas outras cidades do estado do Rio de Janeiro – Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua, Petrópolis e Niterói – dentro de um projeto intitulado ***Caravana O Gancho***, que consistia em exibir o audiovisual e propor debates acerca da salvaguarda de patrimônio. O público das sessões foi variado: de alunos de Ensino Médio de escolas públicas a universitários; de profissionais ligados à salvaguarda patrimonial a políticos e servidores públicos. Os debates quase sempre suscitaram manifestações de memória afetiva e trouxeram à tona problemas ligados à necessidade de se salvaguardar patrimônios materiais ou não de diversas localidades. E o Engenho Centra, ele próprio um patrimônio material em franco processo de arruinamento, era o instrumento mobilizador dos debates. Pois a ação de salvaguarda que inaugura o texto deste capítulo e que desperta para uma série de situações sociais que dizem respeito às lembranças da velha Usina foi, em novembro de 2015, o ponto final da Caravana. Tudo mais é história contada, ou quem sabe ainda a contar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2017 em Machadinha começou, em 1 de janeiro, reafirmando o que, nas últimas três décadas, foi-se configurando como um novo costume daquele lugar que a propósito é um repositório de costumes às vezes imemoriais ¹⁶. O terreiro que fica entre as ruínas da casa grande e as senzalas reformadas – e que por si funciona como uma espécie de elo de ligação para o inusitado ¹⁷ – abrigou não propriamente uma ação de salvaguarda, mas a cerimônia de posse da Prefeita Maria de Fátima Pacheco. Por ocasião da cerimônia, houve um conflito manifesto em troca de palavras entre o presidente da ARQUIMA, Wagner Firmino, e a vereadora Alexandra Moreira: assim como ocorre no processo de ressignificação do Memorial de Machadinha, Wagner e Alexandra posicionaram-se em rumos contrários, pois o primeiro reclamou de não ter sido convidado para falar em nome da ARQUIMA na cerimônia de posse e publicou na *home page* da associação quilombola ¹⁸ uma nota de repúdio contra o que considerou ser uma descortesia dos visitantes com os anfitriões (“É de praxe que ao entrar na casa dos outros, pedimos

16Dentre os costumes já consagrados em Machadinha, destacam-se manifestações culturais conhecidas muito além das fronteiras da comunidade, o boi surubim, o fado e principalmente o jongo, também chamado de tambor. Dentre os que carecem de reconhecimento – por serem muito sutis e perceptíveis apenas para os observadores mais frequentes na comunidade – encontra-se a predisposição dos moradores da comunidade para uma boa conversa, desde que sejam tomados de confiança por algum interlocutor externo, e ainda sua boa vontade para trabalhar, desde que não se sintam submetidos a um controle tutelar que talvez lhes façam lembrar dos tempos da escravidão e do coronelismo. O fato é que todos esses costumes são imemoriais porque dificilmente podem ser datados em sua origem e rastreados em todos os momentos de sua consolidação junto à comunidade.

17 O inusitado em questão se refere justamente ao paradoxo de uma casa grande que se encontra em franco processo de abandono e deterioração – a ponto de duas de suas paredes terem desabado recentemente, por ocasião de uma maior incidência de chuvas e de vento nos meses de abril e maio – enquanto as senzalas são conservadas e habitadas – desde 2016, não apenas pelas famílias quilombolas, mas sazonalmente também por pesquisadores e turistas que participam do projeto Pernoite Quilombola, que hospeda visitantes em algumas das casas da comunidade. A propósito, um paradoxo do mesmo naipe vem se configurando na vila operária do Engenho Central, onde o parque industrial da velha usina – que cumpria funções análogas à da casa grande, mesmo não existindo mais escravidão – vem se deteriorando em ritmo acelerado e a vila ainda viceja, abrigando alguns dos ex trabalhadores do engenho e seus familiares.

18 https://www.facebook.com/pg/quilombomachadinha/posts/?ref=page_internal.

licença. A Câmara "esqueceu" desse detalhe. E se não bastasse, não deu voz à comunidade...") e a segunda minimizou o ocorrido e afirmou que o protocolo da cerimônia não previa a fala do representante da comunidade. Nos meses que se seguiram, outras ações públicas ou não foram se sucedendo dentro e fora de Machadinho: ainda em janeiro, 15 mulheres do quilombo participaram do curso de extensão de "Processamento de Alimentos em Comunidades Quilombolas" no *campus* Bom Jesus do IFFluminense, um primeiro passo para a comunidade assumir o restaurante da Casa de Artes de Machadinho; em fevereiro, o grupo Tambores de Machadinho fez uma apresentação local como parte integrante da programação da VI Semana Fluminense do Patrimônio, evento que nesse ano ocorreu na cidade do Rio de Janeiro; também em fevereiro, iniciou-se uma nova turma da oficina de jongo mirim e o presidente da ARQUIMA, acompanhado de representantes de diversas instituições ¹⁹, foi recepcionado pela Prefeita de Quissamã numa reunião cuja pauta reunia assuntos como o alinhamento da situação do território do quilombo, a Casa de Artes, o Armazém, o posto de saúde e a educação quilombola; em março, Dalma dos Santos representou Machadinho num evento de homenagem às mulheres negras promovido pelo NEAB da UFRJ ²⁰ em Macaé e ocorreram reuniões dentro e fora da comunidade para debater a tomada de posse da Casa de Artes e a implementação da educação quilombola na Escola Municipal Felizarda Maria Conceição de Azevedo; em abril, em meio aos protestos que mobilizaram associações quilombolas contra declaração ofensiva proferida pelo deputado federal Jair Bolsonaro ²¹, ocorreu no Centro de Artes da UFF, em Niterói, a cerimônia de lançamento do livro que reuniu as experiências realizadas com o projeto Territórios Criativos ²², que pode ser entendido como um divisor de águas no

19 Nesta ocasião, estiveram presentes representantes das seguintes instituições: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Federação Estadual de Pesca, INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), ACQUILERJ (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro), UENF e IFFluminense.

20 Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade Federal do Rio de Janeiro, *campus* Macaé.

21 <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/04/05/palestra-de-bolsonaro-no-clube-hebraica-causa-indignacao-de-membros-judeus-no-rio/>
<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/04/jair-bolsonaro-faz-comentario-imperdoavel-sobre-negros-quilombolas.html>

22 GUELMAN, Leonardo C.; AMARAL DOS SANTOS, Juliana; GRADELLA, Pedro de Andrea (org.). *Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos: desenvolvimento de potenciais comunitários a partir das práticas culturais nos*

processo de construção de uma autonomia sustentável para a comunidade quilombola; em abril, aconteceu uma reunião decisiva para a implementação da educação quilombola na Escola Municipal Felizarda Maria Conceição de Azevedo, que teve a participação de pessoas da comunidade, servidores da escola e da Secretaria Municipal de Educação, bem como professoras de três universidades públicas, no caso UENF, UFF e UFRJ; em maio, Machadinha sediou competições esportivas, o grupo Tambores de Machadinha se apresentou na Festa do Jongo realizada no quilombo de São José da Serra, no município de Valença, no Sul Fluminense; em julho, ocorreu a V Feijoada da Liberdade em Machadinha.

Como se pode notar a partir desse resumo das atividades que se sucederam vinculadas à comunidade, sendo elas de salvaguarda ou não, o ano de 2017 vem consolidando em Machadinha o que foi constatado em ***O Passado que se faz Presente***: a comunidade se destaca pela alta frequência com que ocorrem ações desse tipo naquele local ou então a regularidade com que alguns de seus moradores, particularmente aqueles ligados à ARQUIMA, vem participando de eventos externos, muitos deles promovidos pelas mesmas instituições que atuam na comunidade. Entretanto, nos mesmos meses em que Machadinha ou recepcionou eventos, ou fez-se cada vez mais presente além de suas próprias fronteiras, a vila operária do Engenho Central de Quissamã continuou amargando um aparente imobilismo, um mutismo que certamente não combina com seu passado histórico. A comunidade não dispõe de *home page* ou de perfil nas redes sociais que possibilitem mapear o que acontece ou não com ela; seus moradores quase nunca são vistos fora da vila propriamente dita, passeando pelas ruas de Quissamã; os entrevistados de ***O Passado que se faz Presente*** continuam vivendo no recôndito de suas casas e, talvez por conta de sua idade avançada ou de uma timidez circunstancial, encontram-se inacessíveis para novos depoimentos; dentre eles, os residentes na vila parecem estar aguardando um novo sinal de seu Carlinhos para se reunir de novo e abrir a voz sem limites ou reparos, colocando para fora suas memórias; o próprio Carlinhos, contido como ele só, se diz sempre pronto a intermediar novas conversas quando abordado, mas tem encontrado dificuldades para reunir seus vizinhos de vila. Mas tudo indica que, independentemente dessas

peçoas estarem à disposição de um entrevistador como eu e da vila operária ser escolhida como palco de ações de salvaguarda ou quaisquer outras que mobilizem agentes externos, os moradores da vila operária do Engenho Central insistem em viver, continuam se encontrando nos fins de semana e, quando aparece a oportunidade, estão prontos para compartilhar memórias dos tempos em que trabalhavam na velha Usina. É inevitável reconhecer como ações assim, vivenciadas no cotidiano e descompromissadas com qualquer objetivo de salvaguardar a memória coletiva do Engenho, tem cumprido exatamente essa função ao criar oportunidades para que os moradores da vila e seus parentes rememorem e transmitam para novas gerações – certamente seus filhos e netos se fazem presentes e ouvem suas histórias – o que vivenciaram num tempo que já passou e num espaço físico cujas evidências materiais vem se perdendo a cada dia que passa. É inevitável, portanto, entender algo simples como um almoço de domingo como manifestação de resistência contra o que parece inexorável: a passagem do tempo e a degradação constante dos bens materiais, mesmo dos valorados e que assim podem ser percebidos como patrimônios por uma coletividade. A propósito da Usina, o seu parque industrial continua em franco processo de deterioração: as últimas notícias ouvidas em conversas informais, ainda não confirmadas, dão conta de que estão sendo retirados tijolos das chaminés que ainda dominam a paisagem que, geograficamente, precede a da área urbana de Quissamã e que se anuncia ao olhar dos viajantes como um prenúncio do que está por vir na forma de um cenário cujas fachadas remetem a um passado idealizado e encrustado num hiato de tempo, entre os séculos XVIII – período de construção da Casa Mato de Pipa – e XX, quando então os solares mais recentes da cidade foram erguidos e a própria igreja matriz de Nossa Senhora do Desterro foi ampliada e adquiriu os contornos arquitetônicos que hoje marcam tanto seu espaço interno quanto o externo.

Ainda que 2017 esteja situado além do recorte de tempo no qual se concentram as ideias que movimentam a reflexão de ***O Passado que se faz Presente***, a simples constatação de que certas situações sociais – que ele próprio observara ao longo de anos e que propusera dialogar com diferentes dimensões de tempo através da coleta de depoimentos e do recurso pontual a outras fontes de informação – não se restringem as delimitações de um tema de pesquisa parece um alento para o pesquisador que passa enfim a acreditar na validade de sua análise. E

especialmente de um pesquisador que, por obrigação profissional ou mesmo em razão – por mais dicotômico que isso seja – de sua ligação afetiva com o *locus* de sua pesquisa, ainda permanece em Quissamã e que ainda se dedica a trabalhar com ações de salvaguarda nas neocomunidades de Machadinho e da vila operária do Engenho Central. Mas no que diz respeito especificamente a ***O Passado que se faz Presente***, é necessário ressaltar o que foi concluído acerca das ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural tomadas como potencializadoras de situações sociais nas neocomunidades de Machadinho e da vila operária do Engenho Central

1. Em Quissamã, existe uma política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural sendo colocada em prática nos últimos 25 anos, a começar do processo de emancipação política do município definido por plebiscito em 12 de junho de 1988 ou mesmo antes disso, quando então se efetivou o mapeamento do patrimônio histórico e cultural do lugar através de um projeto interinstitucional capitaneado pela SPHAN/Fundação Pró Memória. A existência dessa política pública pode ser constatada a partir dos seguintes elementos: a) as ações de salvaguarda vem ocorrendo com frequência nesse período de tempo, independentemente de quem esteja à frente da gestão do Poder Público municipal; b) existem instrumentos legais que institucionalizam essa política pública, especialmente o Plano Diretor do município (Lei Complementar n. 002/2006) e a Lei de Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Quissamã (Lei n. 0933/2007); c) ao longo desses 25 anos, foram criados e atuaram, em diferentes momentos, órgãos públicos cuja função principal era gerir o patrimônio histórico e cultural daquela localidade, como a Fundação Municipal de Cultura, a Coordenadoria de Cultura e o COMPAT (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural de Quissamã); paralelamente, também vem atuando com destaque em ações de salvaguarda no município instituições privadas como o Espaço Cultural José Carlos de Barcellos e a Associação Casa Mato de Pipa; d) durante um período de aproximadamente cinco anos, entre 2012 e 2015, o IPHAN teve um servidor exercendo suas funções e residindo no município de Quissamã e, a partir dali, promovendo ações de monitoramento de patrimônio em diversos outros municípios das Regiões Norte e

Noroeste Fluminense; e) os resultados concretos da constância das ações de salvaguarda em Quissamã são perceptíveis: o bom estado de conservação de diversas edificações antigas, a transmissão intergeracional de manifestações culturais como jongo e fado; um número razoável de publicações vinculadas à história e à cultura locais, diversos trabalhos de pesquisa que resultaram em dissertações e teses defendidas em bancos universitários; f) essa mesma constância com que tem sido realizadas as ações de salvaguarda tem gerado tanto expectativas, quanto reações as mais diversas de diferentes agentes sociais envolvidos na política de salvaguarda.

2. O já citado projeto interinstitucional chancelado pela SPHAN/Fundação Pro Memória, que precedeu a emancipação política do município de Quissamã, deve ser considerado como obra seminal dessa política de salvaguarda por diferentes razões: a) ele foi pioneiro no mapeamento do patrimônio histórico e cultural do município, destacando tanto o patrimônio material – particularmente, edificações como sedes de fazenda e solares urbanos cuja origem remete ao chamado período de apogeu da história local de Quissamã e do Império do Brasil – quanto o imaterial – no caso, manifestações culturais como jongo, fado, boi surubim e outras; b) alguns dos bens mapeados pelo projeto acabaram se tornando pontos focais – sede da Fazenda Quissamã, sede e senzalas de Machadinha, jongo, fado, etc. – das ações de salvaguarda desenvolvidas posteriormente, por agentes públicos e privados, e outros desses bens – casos notórios do Engenho Central de Quissamã e da Fazenda Mandiquera – assumiram posição de destaque exatamente por não terem sido salvaguardados, mesmo sendo reconhecidos por sua importância histórica; c) através de depoimentos ou de conversas informais, agentes públicos e privados foram praticamente unânimes em reconhecer a importância do trabalho originalmente realizado nos anos 1980 por uma equipe multidisciplinar para delimitar parâmetros de ações posteriores de salvaguarda; d) o Sumário da publicação que sintetizou os resultados do projeto – MARCHIORI, 1987 – evidencia uma dualidade – a contraposição entre o assim intitulado patrimônio “da elite” e o “do povo – que diz respeito não apenas ao processo histórico de constituição da sociedade quissamaense, mas também ao *modus operandi* da política de salvaguarda, que visivelmente operou com essa dualidade em sua forma manifesta e procurou ressignificá-la dentro de uma conjuntura em que se afirmavam valores de uma

experiência de cidadania pós CRFB/88 que tende a colocar em xeque justamente dualidades desse tipo, que remetem a um passado em que a verticalidade das relações sociais era imposta, disseminada, institucionalizada e às vezes compreendida como algo natural pelas pessoas.

3. Tomando por base o que foi dito anteriormente, não se pode perder de vista que as ações de salvaguarda de patrimônio em Quissamã foram desenvolvidas dentro de uma conjuntura específica: a) num território em que as dualidades são manifestas e cuja história remonta necessariamente a uma forte presença da escravidão e de outras formas de controle tutelar sobre as camadas populares, o que aliás é perceptível nas lembranças de pessoas que ou viveram elas mesmas o tempo em que o Engenho Central de Quissamã ainda funcionava e parecia regular a vida cotidiana de todos e não apenas de seus trabalhadores, ou de pessoas que ainda costumam recordar de um tempo de escravidão que obviamente não viveram mas que ouviram falar de seus antepassados; b) num período de tempo em que o processo de interação das pessoas, especialmente as de uma nova geração, tende a se efetivar partindo do pressuposto da existência e do reconhecimento institucional da chamada igualdade jurídica – a CRFB/88 seria uma espécie de síntese e elemento potencializador desse pressuposto – bem como essa mesma interação ocorre numa sociedade em que o acesso à informação vem sendo democratizado, ou pela universalização do ensino público, ou pelo desenvolvimento das chamadas redes sociais.

4. As ações de salvaguarda, muitas vezes desenvolvidas em comunidades tradicionais como a de Machadinha ou raramente colocadas em prática na vila operária do Engenho Central, costumam dispor frente a frente diferentes agentes sociais: tanto os que assumem o protagonismo dos eventos e que, comumente, são agentes externos, quanto os moradores das comunidades que são às vezes posicionados numa situação de meros espectadores – por mais contraditória que ela seja – diante desses mesmos eventos que afinal dizem respeito às suas próprias vidas e lembranças. Nesse processo interativo dos de dentro com dos de fora, pode-se constatar a existência de uma ou mais circunstâncias conflitivas que normalmente giram em torno de questões identitárias. E esses conflitos pontuais, que afinal são inerentes ao processo interativo e acabam por enriquecer o debate em torno de questões que dizem respeito a identidades coletivas, necessitam para

sua compreensão de remissões constantes a situações sociais que vão muito além das ações de salvaguarda propriamente ditas, mas que tendem a ser potencializadas por elas. É justamente o método da análise situacional de GLUCKMAN e VAN VELSEN que possibilita o entendimento de certas polarizações contidas nas falas, por um lado, de dona Leninha, de Wagner e Leandro Firmino e, por outro lado, de Alexandra Moreira, de Arnaldo Mattoso, de Armando e Haroldo Carneiro da Silva, isso apenas para citar os casos mais autoevidentes de disputas em torno de temas pontuais como a gestão do Memorial e da Casa de Artes de Machadinho, como as medidas protetivas que possam minorar os efeitos da deterioração do parque industrial do Engenho Central.

5. As situações conflitivas que são inerentes aos debates em torno de questões identitárias podem ser sintetizadas com uma expressão tomada de empréstimo de Wagner Firmino: elas seriam “uma boa queda de braço”. Mesmo na tenra idade de 24 anos, o jovem presidente da ARQUIMA parece carregar nos ombros uma experiência de décadas no embate com os outros, desde gestores públicos a pesquisadores pouco solidários com a comunidade de Machadinho que, segundo Leandro Firmino, costumam tirar proveito do conhecimento tradicional de seus moradores para compor suas dissertações e teses sem a devida contrapartida que venha a beneficiar a própria comunidade. A “boa queda de braço” a que Wagner se refere tem a ver com o aprendizado que pode ser extraído da interação com esses agentes externos; apesar de conflitiva, essa interação gera não apenas a possibilidade de amadurecimento de uma jovem liderança cuja voz costuma variar entre o enfrentamento dos contrários e a compreensão das diferenças, mas também deixa em aberto a perspectiva de que boa parte da comunidade, já calejada por um longo histórico de lutas e acomodações circunstanciais, se mobilize em torno de questões de interesse coletivo. Sob esse ponto de vista, o conflito não é necessariamente desagregador da coesão social, mas aglutinador, potencializador de ressignificações que reinventam tradições e assim as mantém sempre vivas. Mais uma vez, o caso do Memorial de Machadinho ou mais especificamente do painel que foi objeto de disputa entre gestores públicos e pessoas da comunidade vem à tona, demonstrando como o conflito o revitaliza constantemente, deixa-o em evidência e assim minimiza a possibilidade dele cair no esquecimento. Assim como o mito precisa da repetição para se consagrar, a memória coletiva – ela própria

materializada no espaço físico do Memorial – precisa ser experimentada cotidianamente para não sucumbir. A queda de braço pode ser qualificada como boa porque estimula a experiência cotidiana, porque mantém os sentidos em alerta, porque deixa de sobreaviso a inventividade humana, porque faz lembrar. E também no Engenho Central, no recôndito das casas dos moradores da vila operária do Engenho, quase sempre aos sábados ou domingos, a simples confraternização das famílias cria oportunidade para se rememorar; ainda que não exista na vila nada parecido com o Memorial de Machadinho, é ao redor das churrasqueiras das casas de seus moradores que a memória coletiva da velha Usina se reinventa também; tal qual o Memorial que se consolida como lugar de enfrentamento de diferentes narrativas, os quintais das residências da vila tem sido usados como espaços de resistência às vezes silenciosa contra o que parece inevitável, no caso o apagamento da memória do próprio Engenho, cujas evidências materiais diretas – representadas num parque industrial em ruínas – são destroçadas diariamente diante dos olhos de muitos daqueles que ali viveram parte significativa de suas vidas.

6. Em Quissamã, existe uma forte tendência para a difusão do que se pode chamar de história oficial daquela localidade: uma narrativa que transige com um passado idealizado e que, se não consegue ser única, pelo menos hegemônica acaba se tornando entre tantas outras que subsistem junto a guardiões das tradições locais. Essa história reproduz localmente idiosincrasias de uma proposta de história nacional cuja origem remonta justamente ao Império do Brasil, em meados do século XIX, quando então Quissamã atingiu seu apogeu vinculado à cultura da cana de açúcar e à escravidão e o próprio Império também encontrou o seu período áureo, amparado entre outras coisas por um projeto de construção de unidade política, o que incluía o estímulo a um sentimento de nacionalidade num território onde a diversidade era manifesta em diversos aspectos. Ora, é inevitável dizer que existem semelhanças entre a proposta de história oficial do Império nesse contexto e a de Quissamã nos últimos 25 anos: a) ambas pressupõem uma unidade narrativa com início, meio e projeção de futuro, na qual se destacam protagonistas com um perfil eurocêntrico, com marcas muito evidentes de um modelo civilizacional europeu; b) as duas se iniciam ainda no período colonial, quando então desbravadores oriundos de um outro lugar – no caso específico de Quissamã, um

dos míticos Sete Capitães que colonizaram a Baixada Campista, Miguel Ayres de Maldonado – tomaram para si o território e submeteram as populações nativas; c) os nativos, a propósito, não são contemplados com um capítulo próprio nesta história e tendem a ser apresentados como sujeitos sem nome, sem rosto, sem identidade e sem destino porque quase nada se diz sobre eles; d) essas duas histórias se aproximam também por terem mitos de origem e a de Quissamã, especificamente, remonta ao encontro de Maldonado com o negro forro que se autoidentifica por um gentílico, ao dizer sou Kissama – uma informação que, posteriormente, já durante o desenvolvimento da política de salvaguarda do município, foi retomada e colocada em evidência, propondo uma associação entre os descendentes de escravos de Quissamã e os antigos moradores da província de Kissama, localizada em Angola, na África; e) já com a colonização propriamente estabelecida, as edificações que ainda hoje se destacam, mesmo em ruínas, como seus marcos definidores no território são casas grandes ou o próprio Engenho Central, lugares comumente associados a uma lógica de dominação e controle, seja sobre os produtos da terra, seja sobre os seus produtores; f) em Quissamã, particularmente, existe uma edificação que pode ser entendida como a exceção que confirma a regra anteriormente descrita; trata-se do complexo de senzalas de Machadinha, que materialmente ainda se encontra de pé, superando a própria história de vida da casa grande daquela fazenda, mas cujas memórias compartilhadas pelos seus moradores – descendentes de quem viveu a escravidão e posteriormente a tutela do Engenho Central de Quissamã – se encontram direta ou indiretamente vinculadas ao casarão bem ali ao lado, hoje em ruínas; g) a propósito, o processo de arruinamento da casa grande de Machadinha tem se repetido, mais recentemente, com o parque industrial do Engenho Central e, simultaneamente, as casas da vila operária do Engenho, ainda habitadas por famílias de antigos trabalhadores da velha Usina, continuam de pé e abrigando pessoas que – mesmo não sendo contempladas com a mesma frequência de ações de salvaguarda que se observa em Machadinha – rememoram nos fins de semana suas vivências no tempo em que o Engenho ainda funcionava e influenciava no cotidiano de quase todos os quissamaenses; h) a história particular de Quissamã, talvez porque seja mais delimitada no espaço e no tempo, parece evidenciar, diante de um olhar menos contemplativo – como o dos pesquisadores que participaram do projeto da SPHAN/Fundação Pro Memória – certas dualidades

da história nacional, tais como casa grande e senzala, senhor e escravo, Engenho e vila, usineiro e bóia fria, elite e povo; h) as duas histórias, aí sim sob um olhar meramente contemplativo, tendem a ressaltar diferenças e simultaneamente minorar os conflitos que, a propósito, seriam decorrências esperadas das próprias diferenças;

7. Essa mesma história oficial, direta ou indiretamente, tem servido como parâmetro para planejar e executar ações de salvaguarda no município de Quissamã, seja pelo viés da reafirmação ou da crítica; da parte dos agentes públicos, as ações que eles protagonizam tendem a reforçar gradativamente as valorações às vezes subliminares que vem a reboque dessa narrativa tradicional; por outro lado, as ações desenvolvidas por agentes privados geralmente se destacam por contradizer alguns aspectos da narrativa oficial; ainda que as coisas não sejam necessariamente assim tão dicotômicas – o Poder Público às vezes se autoquestiona, principalmente quando são trocados os gestores e os mais recentes discordam dos anteriores, e os agentes privados nem sempre são questionadores ou porque não conseguem ou não querem se desvencilhar da narrativa mais usual – o resultado nem sempre esperado é o conflito ou pelo menos a divergência de opiniões em alguns casos notórios: a) à frente do ECJCB e da *home page* Quissamã Memória Viva, dona Helianna Barcellos costuma fazer críticas pontuais e fundamentadas a ações tanto públicas quanto privadas que reafirmam a história oficial de Quissamã; entretanto, ela própria demonstra certa propensão para incorporar essa mesma estrutura narrativa desde que devidamente depurada do que ela considera equivocado; dona Helianna é uma mulher empenhada na tentativa de reconhecer a importância ou até mesmo o protagonismo dos Barcellos Coutinho, inclusive os descendentes não reconhecidos de seu tronco familiar, numa história que também não deixa de flertar com as idiosincrasias da narrativa tradicional que remonta ao tempo dos desbravadores; a própria ênfase que dona Leninha atribui à chamada “memória social” – pontuada quase sempre por uma citação de Ecleia Bosi – não se acha totalmente desconectada do modo como o Poder Público age com as camadas populares de Quissamã, pelo menos no que diz respeito às falas dos gestores que tendem a não desprezar propriamente a chamada cultura popular, mas tratá-la como parte integrante e subordinada de uma narrativa que se propõe a ser única e talvez definitiva; b) Wagner Firmino, presidente da ARQUIMA, na condição de porta-voz da

comunidade de remanescentes de quilombo de Machadinho, tem personificado uma divergência com o Poder Público municipal no que diz respeito ao modo como habitualmente se contava a história da comunidade para o público externo – notadamente turistas ou até escolares em trabalhos de campo – e especialmente sobre a representação desta história no painel iconográfico do Memorial, justamente um lugar cuja proposta é celebrar a memória coletiva dos moradores de Machadinho; apesar de personificadas por Wagner, essa divergência é claramente compartilhada por outros desses moradores, notadamente os de nova geração, mas sem excluir a atual diretora do Memorial, Dalma dos Santos, e o mestre do tambor do jongo de Machadinho, Leandro Firmino; todos eles se mostram incomodados com a ingerência que gestores públicos tiveram no Memorial até recentemente, a ponto de implementarem naquele lugar uma concepção de história que parece não ter sido debatida com os próprios moradores e que ressignifica em Machadinho o mito de origem de Quissamã, no caso o do encontro de Ayres de Maldonado com Kissama e todas as suas similitudes com um modelo tradicional de história nacional; o que se pode notar a partir dessa divergência é a vontade dos quilombolas de assumirem o protagonismo de sua própria história e apresentá-la como narrativa própria e não necessariamente vinculada a uma suposta história oficial de Quissamã; o Memorial, para eles, tem sido percebido como lugar ideal para a difusão dessa memória coletiva que, em muitos aspectos, diverge dessa história oficial; a luta por esse protagonismo transcende o espaço físico do Memorial e se apresenta como uma tentativa de assumir o controle, sem a tutela do Poder Público, sobre tudo que diz respeito à comunidade, o que inclui a Casa de Artes, o Armazém, o grupo de jongo e a propriedade coletiva de todo o complexo fundiário que historicamente deveria pertencer aos quilombolas; c) ao contrário dos quilombolas de Machadinho, para os quais a divergência com o Poder Público municipal é notória e reiterada – algo que pode ser entendido como proporcional à frequência com que ações de salvaguarda tem sido desenvolvidas na comunidade – os moradores da vila operária não demonstram ter necessariamente uma disputa com gestores públicos; na verdade, alguns desses gestores – como Alexandra Moreira e o ex Prefeito Armando Carneiro – bem como pioneiros de ações privadas de salvaguarda em Quissamã, como dona Helianna Barcellos, concordam com esses moradores quando se trata de apontar para a situação de esquecimento a que vem

sendo relegados o Engenho e a vila; cada um a seu modo, todos também compartilham de uma opinião parecida no tocante ao descaso dos antigos proprietários do Engenho Central em relação ao patrimônio material da velha Usina; os antigos trabalhadores e dona Leninha, amparada em depoimentos coletados junto a outros trabalhadores já falecidos, igualmente concordam em pontuar como o Engenho – através de recursos como a administração da vila operária, a cunhagem e a circulação da moeda “O Operário” e da caderneta de compra de víveres no antigo Armazém Ribeiro & Filhos, se notabilizou por tutelar as famílias desses mesmos trabalhadores; os depoentes são ainda unânimes em lembrar tanto o impacto da crise quanto a expectativa de que o Engenho voltasse a funcionar algum dia; um espírito saudosista costuma tomar conta desses depoentes, independentemente de sua inserção social, e parece às vezes comprometer uma acentuação mais crítica que possa existir em suas lembranças, inclusive no que diz respeito a cobrar do Poder Público ou mesmo de agentes privados o mesmo empenho com o qual realizam ações de salvaguarda em outras comunidades tradicionais, notadamente em Machadinho; no caso específico dos habitantes da vila do Engenho, fica a dúvida se o privamento dessa postura mais crítica – algo muito comum entre os da nova geração de moradores de Machadinho, eles próprios tributários de interações constantes com agentes externos – também não seria decorrência da pouca ocorrência de ações de salvaguarda em sua comunidade; d) os pesquisadores e extensionistas que se dedicam a trabalhar com comunidades de Quissamã, dentre os quais eu próprio, oscilam entre a aceitação pura e simples – quando convocados para “qualificar” com o discurso científico a disseminação de uma história oficial de Quissamã – a uma postura claramente revisionista em relação à política de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural do município de Quissamã.

8. ***O Passado que se faz Presente***: o título literário escolhido para sintetizar a propositura da Tese, que reúne duas dimensões aparentemente diversas de tempo – presente e passado – numa única sentença, parecia a princípio se aplicar apenas às ações de salvaguarda propriamente ditas por entendê-las como manifestações de uma tradição inventada nos moldes de HOBBSAWM e RANGER (1984), à medida que elas remetem a uma concepção idealizada de passado para reafirmar interesses de agentes sociais do presente. Entretanto, no andamento da pesquisa,

especialmente no que diz respeito à aplicação da metodologia de análise situacional de acordo com GLUCKMAN (2010) e VAN VELSEN (2010) numa perspectiva contextualizada e diacrônica como pontua BENZA (1998), a linguagem figurada do título se mostrou também aplicável às situações sociais derivadas das ações de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural desenvolvidas nas neocomunidades de Machadinho e do Engenho Central. As interações das pessoas envolvidas nessas situações sociais – dentre elas o pesquisador, ele próprio um agente externo de salvaguarda, vinculado a uma instituição pública de ensino instalada em Quissamã – demonstram não apenas como o território em que elas acontecem é multifacetado em sua composição social e, por isso mesmo, marcado pela diversidade de modos como essas pessoas reagem diante das ações de salvaguarda propriamente ditas. Não se pode perder de vista que essas ações são valorativas ou atribuem sentido a bens materiais ou imateriais reconhecendo seu interesse cultural ou histórico para determinado lugar, para determinada coletividade, com o objetivo de garantir a sua preservação ou a disseminação de uma memória coletiva atrelada a esses bens; elas possuem o condão de patrimonializar e, nesse caso, se aplica a situação paradoxal que motivou MENESES (2009) a perguntar a quem cabe o papel de definir o que é ou não um patrimônio histórico e cultural. O caso do Memorial e, por extensão, de tudo mais que esteja localizado no território de Machadinho aparece como uma síntese da disputa de significados que colocam, de um lado, o poder público estabelecendo leis e critérios de patrimonialização; de outro lado, estariam alguns dos moradores da comunidade, notadamente os de nova geração, que seriam pessoas diretamente envolvidas com os bens patrimonializados. Essa disputa, muitas vezes intermediada por outros agentes externos, especialmente aqueles ligados a instituições de ensino e pesquisa ou a órgãos oficiais como IPHAN e INEPAC, traz à tona a questão da legitimidade para saber qual dos dois pólos – o Poder Público municipal ou a comunidade que, aliás, não são unânimes nem monolíticos nas suas respectivas composições – poderia ou não conceber valorações. E não se trata apenas de valorar, mas de lidar com identidade coletiva, com algo que necessariamente remete a experiências pregressas de vida; nesse caso específico, o debate em torno da memória coletiva de Machadinho também é elucidativo; no entanto, é nas lembranças de moradores da vila operária do Engenho Central ou mesmo nas recordações de outros quissamaenses que –

independentemente de sua extração social, vivenciaram a onipresença da velha Usina em Quissamã – se percebe a fortaleza das memórias e das identidades coletivas que se mantêm vivas e constantemente ressignificadas, mesmo diante do arruinamento gradativo do parque industrial do Engenho Central de Quissamã. Por tudo isso é que entende que a confluência aparentemente contraditória do passado com o presente não se restringe ao plano das narrativas tradicionais, especialmente aquelas potencializadas por ações de salvaguarda; ela também se manifesta nas vivências, no exercício da vida cotidiana, num simples churrasco de confraternização entre os moradores da vida operária, quando então eles rememoram e resistem fazendo exatamente aquilo que, segundo seu Ivanir Coutinho, era característico do ambiente das usinas de cana: amparando-se mutuamente até os dias atuais, quando então já parecem não existir mais entre os antigos trabalhadores da Usina a doce ilusão de que ela voltará um dia a funcionar. O passado e o presente, portanto, estão aqui e ali, coabitando diversos lugares e influenciando diferentes modos de agir e reagir de indivíduos e coletividades. Quissamã é um lugar onde, provenientes do passado, barreiras invisíveis podem se tornar evidentes a qualquer momento para um olhar sensível e devidamente amparado num suporte teórico e metodológico: elas carregam o peso das histórias de vida que atravessam gerações dentro de uma mesma família. São, por exemplo, descendentes diretos ou indiretos de ex escravos ou de antigos senhores que nunca perdem de vista que, num passado nem tão remoto assim, a escravidão marcou presença naquele território. E deixou marcas profundas não apenas nas costas da bisavó de Seu Tide e, por conseguinte, na memória ainda prodigiosa do velho contador de histórias. Apesar de todas as tentativas de se abrandar os efeitos deletérios do trabalho escravo para a história de Quissamã – a ponto de se enfatizar uma suposta cordialidade que deveria existir entre senhores e escravos locais – esses mesmos efeitos demonstram ser resilientes e a escravidão, bem como algumas de suas derivações no correr do tempo, ainda se acham disseminadas em alguns atos e falas, muitos deles e delas subliminares: em conversas informais, percebe-se que não são poucos os quissamaenses que ainda duvidam da vontade e da capacidade dos moradores de Machadinho em gerir eles próprios o Memorial e todos os outros equipamentos culturais que integram o complexo da antiga fazenda; nessas mesmas conversas, também se pode notar que ainda subsiste uma visão preconceituosa de que

descendentes de trabalhadores braçais não são talhados para outros ofícios que não sejam necessariamente braçais, ou então que as pessoas da comunidade não queiram mesmo trabalhar por estarem mal acostumadas com benefícios sociais como Bolsa Família e demais ajudas de custo fornecidas até pouco tempo atrás pela PMQ; relatos de antigos trabalhadores demonstram que a Companhia Engenho Central de Quissamã exerceu, enquanto ainda funcionava, sobre eles mesmos e seus familiares uma relação de tutela e exploração não muito diferente daquela que fora exercida, tempos atrás, pelas casas grandes dos latifúndios escravistas; até bem pouco tempo atrás, eram boias frias que faziam jus à denominação e cortavam cana de açúcar nas plantações quissamaenses, muito provavelmente entoando cantos de trabalho que ainda hoje Seu Ézio Ernesto ainda canta nas suas lembranças; os pontos de jongo de Machadinha e os relatos da oficina de contação de histórias ministrada por Dalma dos Santos ainda carregam consigo letras que subrepticamente reclamam dos desmandos de um senhor, dos abusos de um feitor; pelo menos dois depoentes – Arnaldo Mattoso e Flávio Cavour, ambos descendentes de latifundiários locais – fizeram por onde lembrar que, em Quissamã, circulava uma espécie de adágio pontuando que ali houvera, em tempos distintos, senhores em três esferas como num ato contínuo: de casa grande, de Engenho e de Prefeitura. E onde houvera senhores de todos os tipos, também não existiram subordinados ao senhorio, de acordo com uma perspectiva relacional?

Quanto às barreiras invisíveis que foram enunciadas anteriormente, elas também parecem ser alimentadas por questões que remetem ao passado, ainda que se ofereçam como obstáculos para relações interpessoais no presente: como não percebê-las quando se colocam frente a frente um gestor público – no caso, atual Secretário de Desenvolvimento Econômico da PMQ – como Arnaldo Mattoso e o presidente da ARQUIMA, Wagner Firmino, por ocasião de uma reunião realizada na casa da Prefeita Fátima Gouveia, em 11 de fevereiro de 2017, com o objetivo de discutir a tomada de posse da comunidade quilombola sobre o chamado complexo de Machadinha, um território que ainda hoje pertence à PMQ? Naquela ocasião, Arnaldo foi incisivo com Wagner ao perguntar, diante do representante do INCRA e da própria Prefeita, que território exatamente era pleiteado pela comunidade quilombola e como ficaria a situação dos antigos descendentes de escravos da Fazenda de Machadinha que não mais residiam junto à comunidade. Por sua vez,

Wagner, que foi acompanhado de diversos parceiros da comunidade – representantes de comunidades populares, pesquisadores e extensionistas – não se fez de rogado e buscou sair sem maiores arranhões diante de duas questões tão espinhosas e poderiam colocar em xeque o próprio objetivo do debate que, naquela reunião, dizia respeito apenas ao complexo de Machadinho e não a todo o território pleiteado pelo quilombo, que vai muito além do complexo e inclui outros povoados como Mutum, Bacurau, Sítio Boa Vista e Santa Luzia. Como também ignorar outras barreiras invisíveis que, por vezes, se manifestam dentro da própria comunidade, quando então muitos moradores de Machadinho ficam praticamente alheios aos eventos de caráter mais acadêmico – palestras, mesas redondas e até rodas de conversa – nos quais se apresentam agentes externos, sejam eles gestores apresentando suas propostas de ações governamentais ou pesquisadores expondo os resultados de seus trabalhos junto à comunidade. Em ambos os casos, é perceptível o distanciamento que existe entre o que dizem os gestores e pesquisadores em relação ao que muitas pessoas da comunidade estão acostumadas ou querem ouvir; e não se trata de incapacidade dos ouvintes ou má vontade dos falantes em quererem se comunicar, mas simplesmente de falta de conexão entre uns e outros, que às vezes parecem encastelados em seus próprios nichos sociais. Uma outra barreira invisível que igualmente vem à tona nas situações sociais decorrentes das ações de salvaguarda que envolvem Machadinho é o distanciamento que notadamente existe entre os moradores da comunidade e os de Quissamã; por mais contraditório que possa ser, até parece que a comunidade de Machadinho não está inserida dentro do território do município de Quissamã e que ela própria, para quem vem de fora do município, não se anuncia como uma espécie de atrativo local a ponto de muitos conhecerem virtualmente antes Machadinho e posteriormente Quissamã. Em conversas informais, é muito comum ouvir de quissamaenses comentários do tipo: “o povo de Machadinho é estranho, ele não se mistura, não gosta de trabalhar, vive de benefícios públicos”. Esse distanciamento ficou evidente por ocasião III Encontro de Saberes Locais da Fazenda Machadinho, quando então, mesmo no momento da feijoada que foi servida gratuitamente, quase não havia quissamaenses que não fossem de Machadinho na Casa de Artes; a imensa maioria dos visitantes era mesmo de outros municípios, que já mantinha contato frequente com pessoas da comunidade. Esse tipo de distanciamento,

mesmo que guardadas as devidas proporções e talvez por razões diversas que poderiam explicá-lo no caso de Machadinha, também se manifesta com a vila operária do Engenho Central: os moradores de Quissamã parecem conhecer mais sobre a trajetória do Engenho em ruínas do que propriamente da vila ainda habitada por alguns de seus antigos trabalhadores; para muitos, nem parece existir uma relação direta entre a vila e a velha Usina, como se aquilo ali fosse um conjunto de casas e outras construções que, por acaso, estariam bem ao lado das ruínas e logo abaixo do duo de chaminés do Engenho. Quando ocorreu, por exemplo, o evento de encerramento da Caravana **O Gancho** numa das ruas da vila do Engenho, foi preciso organizar um passeio ciclístico até o lugar para não correr o risco de poucas pessoas comparecerem à cerimônia, que foi parte integrante da V Semana Fluminense de Patrimônio; isso simplesmente porque não existe mais o hábito dos moradores de Quissamã frequentarem a vila operária, algo que acontecia com tamanha naturalidade em outras épocas, quando então o lugar parecia centralizar a vida social quissamaense com sua sala de cinema, seu hospital, sua agência bancária, seu armazém e seu movimento frenético de bicicletas; tudo isso sem contar o barulho do apito da fábrica que marcava o tempo para os de dentro e os de fora da vila.

É por conta disso tudo que aqui se fundamenta que o passado se faz mesmo presente em Quissamã, na política pública de salvaguarda de patrimônio histórico e cultural daquele lugar, como se era de esperar, e também nas ações protetivas que tem sido desenvolvidas em comunidades tradicionais, bem como nas situações sociais decorrentes ou não dessas mesmas ações. Em Machadinha, seria coerente pensar que seriam sim decorrentes, já que as ações de salvaguarda por lá se repetem com frequência; já na vila operária, onde essas ações são raras, a presentificação do passado também acontece, seja porque seus moradores insistem em rememorar os tempos áureos e também de crise do Engenho, seja porque os habitantes das circunvizinhanças ainda em dizer como suas vidas cotidianas eram amoldadas pelo apito da velha Usina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CIDADE. Campos dos Goytacazes, RJ: Coluna Maria Ângela, p. 5, maio 1993.

_____. Campos dos Goytacazes, RJ: p. 5, 27 maio 1993.

_____. Campos dos Goytacazes, RJ: Coluna Maria Angella, p. 5. 3 junho 1993.

A VOZ DA CIDADE. Macaé, RJ: Cultura: marca histórica de Quissamã, p. 7, 12 junho 1993.

ALVES, H. C. **“Eu não sou milho que me soca no pilão”**: jongo e memória pós-colonial na comunidade quilombola Machadinha – Quissamã. 2016, 316 f. Tese de Doutorado (Psicossociologia). Programa de Pós Graduação em Psicossociologia das Comunidades e Ecologia Social – EICOS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Areia de Quissamã. Produção e Direção: Rafael Costa. Macaé-RJ: UFRJ / Núcleo de Arte, Mídia e Educação / NUPEM. Setembro de 2011. DVD (14 min.), NTSC, color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OmAenYvTaNc>>. Acesso em 10 maio 2015.

ASAD, T. **Genealogies of Religion – Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam**. Baltimor: Johns Hopkins University Press, 1993.

BALBI, A. **Quissamã – a Raiz de uma História**. Rio de Janeiro, Sol Gráfica, 2011.

BAUER, M.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENSA, A. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 39-76.

BMUQ: As Notas de uma União. Direção: Germano Barcelos. Quissamã-RJ: IFFluminense; IPHAN; PMQ, 2015. DVD (24 min.), NTSC, color.

BONI, V.; & QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, n. 1 (3), jan./jun., p. 68-80. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em 18 maio 2015.

BRITTO, M. C; FERREIRA, C. C. M. Paisagens e as diferentes abordagens geográficas. **Revista de Geografia - PPGEIO - v. 2, nº 1**. Juiz de Fora: UFJF, 2011.

Disponível em: <file:///C:/Users/Rog%C3%A9rio%20Ribeiro%20Fern/Downloads/13-25-1-SM.pdf>. Acesso em 10 maio 2016.

CALVENTE, E. A. **Arquitetura e Tradição Familiar: um estudo das transformações de plantas de fazendas construídas no século XIX em Quissamã, estado do Rio de Janeiro**. 2001, 232 f. Dissertação de Mestrado (Arquitetura). Programa de Pós Graduação em Arquitetura – PROARQ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 17-36.

CAROLINO, J.; PINTO-CORREIA, T. Paisagem material, paisagem simbólica e identidade no concelho de Castelo de Vide. **Análise Social**, vol. XLVI (198), p. 89-113. 2011. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1309942688K8wKW5pi6Sg20RS9.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2016.

CARVALHO, B. H. C. P. de. **Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa: uma abordagem das relações de identificação étnica e religiosa**. 2015, 108f. Dissertação de Mestrado (Sociologia Política). Programa de Pós Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2015.

CASTRO, D. G. Patrimônio e Geografia: tecendo relações a partir do município de Quissamã/RJ. **Anais do II Encontro de Grupos de Pesquisa**, Uberlândia: UFU/LAGEA, p. 1-18. 2006. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t40.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2016.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, Jan./Abr, vol. 5 n.11, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext>

CORDEIRO, L. R. A (re)valorização do patrimônio (i)material de Quissamã e o desenvolvimento do turismo. **ENGRUP**, São Paulo, p. 226-281. 2008. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/cordeiro_l_r.pdf> Acesso em: 20 abr. 2016.

CUNHA, M. T. A. Quissamã ou Quissaman?. **Quissamã em Notícias**. Quissamã, 20 de junho a 04 de julho. 1989, p. 2.

DIÁRIO DE MACAÉ. Macaé, RJ: Editorial, p. 4, 09 de jun. 1993.

ENGENHO Central de Quissamã. Disponível em:
<<http://www.7engenhos.com.br/imagens/08%20-%20Engenho%20Central%20de%20Quissama.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2015.

ENTREVISTA com Arnaldo Mattoso. Disponível em:
<<http://arnaldomattoso.blogspot.com.br/2011/07/secretario-de-educacao-da-entrevista.html>> Acesso em: 10 maio 2016.

Expedições (Quissamã). Direção Geral: Paula Saldanha; Roberto Werneck. Rio de Janeiro-RJ: TV Brasil / RW Cine, 2011. DVD (25 min.), color. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=-mpp8_PGMRU> Acesso em: 05 maio 2016.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **A colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial.** São Paulo: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, R.; CORDEIRO, W. **Tidinho: o menino contador de histórias, uma outra versão da história de Quissamã.** Quissamã: Amitié Propaganda e Marketing, 2008.

FOLHA DA MANHÃ. Campos dos Goytacazes, RJ: Coluna “Painel Político”, p. 4, jun. 1993.

_____. Campos dos Goytacazes, RJ: Caderno Especial Norte/Noroeste, capa, 11 a 17 jul. 1993.

_____. Campos dos Goytacazes, RJ: p. 5, 01 maio 1993.

_____. Campos dos Goytacazes, RJ: Desenvolvimento harmônico e integrado em Quissamã. 12 junho 1993.

_____. Campos dos Goytacazes, RJ: Quissamã se transforma em município modelo. 12 junho 1993.

_____. Campos dos Goytacazes, RJ: 20 junho 1997.

FOLHA DE QUISSAMÃ. Quissamã, RJ: Ano I, n. 22, p. 3, 6 outubro 1992.

FREHSE, F. Potencialidades de uma etnografia das ruas do passado. **Cadernos de Campo**, São Paulo: USP, n. 14-15, p. 299-317. 2006. Disponível em:
<<http://www.periodicos.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50119/54238>>
Acesso em 20 abr. 2016.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal.** São Paulo: Global, 2006.

GAZETA MACABUENSE. Conceição de Macabu, RJ: Ano XIII, n. 319, p.3. 5 a 10 julho 1993.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GIDDENS, A. A Vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (orgs). **Modernização reflexiva: política tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 237-364.

GUELMAN, L. C.; AMARAL DOS SANTOS, J.; GRADELLA, P. A. (org.). **Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos**: desenvolvimento de potenciais comunitários a partir das práticas culturais nos territórios Cariri (CE), Madureira, Quilombo Machadinha e Paraty (RJ). Niterói; CEART / Mundo das Ideias, 2017.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HOBSBAWM, E. e RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JÚNIOR, A. F. B. & JÚNIOR, N. F. A utilização da técnica de entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n.7, p. 237-250. 2011. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200>> Acesso em 18 maio 2015.

KAUFMANN, J. C. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

LALANDA, P. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise Social**, vol. XXXIII, (148), 1998, (4), 871-883. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154176E1jDU8rb4Nc15Sl4.pdf>> Acesso em 10 jul. 2016.

LIFSCHITZ, J. A. **Comunidades Tradicionais e Neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LUVIZOTTO, C. K. Preservação e transmissão das tradições. In: **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia** [online]. São Paulo: Editora

UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. Disponível em:
<<http://books.scielo.org/id/cq8kr/pdf/luvizotto-9788579830884-08.pdf> > Acesso em:
12 dez. 2016.

MACHADO, F. S. **Memória e Tradições Culturais numa Comunidade de Descendentes de Escravos**. 2006, 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais). Programa de Pós Graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

MARCHIORI, M. E. P. (et. al.) **Quissamã**. Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação Nacional Pró Memória, 1987.

Maria - Mãe do Filho de Deus. Direção: Moacyr Góes. Rio de Janeiro-RJ: Globo Filmes, 2003. DVD (107 min.), color.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo; USP, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio-ago. 2004. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>> Acesso em: 18 maio 2015.

MEIRA, R. B. **A Quimera da Modernização: do Terceiro Distrito de Engenhos Centrais ao Complexo Sucroalcooleiro Paulista, Mineiro e Fluminense – 1875-1926**. 2012, 459 f. Tese de Doutorado (História Econômica). Programa de Pós Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MELO, R. M. **Tambor de Machadinha: devir e descontinuidade de uma tradição musical em Quissamã**. 2006, 186 f. Dissertação de Mestrado (Música). Programa de Pós Graduação em Música do Centro de Letras e Artes da UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO, Rio de Janeiro, 2006.

Memória de Quissaman. Direção: Dinah Guimaraens. Macaé-RJ: SPHAN; Pró-Memória; Artificial Cinema, 1985. DVD (34 min.), color. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=7KVT1fwg5fU>> Acesso em: 05 maio 2016.

MENESES, U. T. B. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 34. p. 9-24. 1992. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497/73267>> Acesso em 30 abr. 2016.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural**. Ouro Preto. Anais 2, v. 02, t. 1: IPHAN, 2009. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%20%20-%20MENESES.pdf>> Acesso em 30 abr. 2016.

MONITOR CAMPISTA. Campos dos Goytacazes, RJ: p. 3. 20 e 21 junho 1997.

MOUTINHO, R. S. Escuta: legado afrodescendente e seus desafios. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/0010210042016.pdf>> Acesso em 30 abr. 2016.

NABUCO, J. **Minha Formação**. São Paulo: Martin Clareth, 2005.

NEVES, R. P. A.; GANTOS, M. C. A comunidade quilombola de Machadinha em Quissamã/RJ a luz do impacto da indústria do petróleo. **CONINTER 3**. Salvador-BA; UCSal, 8 a 10 de out. 2014, p. 552-571. Disponível em: <<http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2012/32.%20NEVES%20GANTOS.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2016.

NISBET, R. A. A sociologia como uma forma de arte. Plural, São Paulo; **Sociologia**, USP, n. 7: p. 111-130. 2000. Disponível em: <www.revistas.usp.br/plural/article/download/75487/79038> Acesso em 04 abr. 2016.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, 1993.

O DEBATE. Macaé, RJ: Ano XVII, n. 1781, p. 3. 6 outubro 1992.

O'DWYER, E. C. **O fazer antropológico e o reconhecimento dos direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, E-papers, 2012.

O Gancho. Produção: alunos de Oficina de Audiovisual. Quissamã-RJ: IFFluminense; IPHAN; PMQ, 2013. DVD (26 min.), NTSC, color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Tsa_c_mRlk> Acesso em: 05 maio 2016.

OLIVEIRA, H. B. **Mascate de Sonhos: Memórias de uma Quissamaense**. Quissamã: ECJCB, 2011.

PALMEIRA-Imperial. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.jbrj.gov.br/jardim/plantas?page=6>> Acesso em 18 maio 2016.

PINTO, A. B. M. **Desemprego e Políticas Sociais em Quissamã: o Desafio do Desenvolvimento com Cidadania**. 2006, 98 f. Dissertação de Mestrado (Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Programa de Pós Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes. Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2006.

POUBEL, A. G. S. **Luta, o Reconhecimento e a Titulação da Terra em Comunidades Remanescente de Quilombos: o caso da Fazenda Machadinha**. 2015, 319f. Dissertação de Mestrado (Sociologia Política). Programa de Pós Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 5-15.

Quissamã-RJ. Lei n. 0933/2007. Dispõe sobre Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Quissamã.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Quissamã-RJ. Lei Complementar n. 002 de 2006.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência**, Araxá, v. 4, n.4, p. 129-148. 2008. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/328>> Acesso em : 18 maio 2015.

Retalhos. Produção Executiva: Antonio Molina; Nadia Moreno; Javier Alejandro Lifschitz. Direção: Antonio Molina. Campos dos Goytacazes-RJ: Video Digital.com. DVD (54 min.), NTSC, color.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2014.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTOS. D. R. **Flores da Senzala**. Rio de Janeiro: Mundo das Ideias, 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, A. C. C. Política, cultura e posse da terra na Fazenda Machadinho. **Aceno**, v. 3, n. 6, p. 36-51. Ago. a Dez. 2016. Cosmologias, territorialidades e políticas de quilombolas e de povos tradicionais (Dossiê) Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/328>> Acesso em 10 maio 2017.

SILVA, J. B. **O papel dos mediadores na (re) construção da identidade étnica de duas comunidades quilombolas do Norte Fluminense: Barrinha e Machadinho**. 2009, 121 f. Dissertação de Mestrado (Sociologia Política). Programa de Pós Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2009.

SILVA, L. V. **Machadinho: origem, história e influência**. Quissamã: EDG Editora Gráfica, 2009.

_____. **Memória visual e afetiva de Quissamã**. Quissamã: Usina de Notícias Assessoria de Imprensa, 2006.

SILVA, M. B.; CAO, C. M. P. Quissamã: projetos e ações de preservação. In: SEMINÁRIO ESTADUAL PARA A PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS. 6 Superintendência IPHAN, 2011. Rio de Janeiro: IPHAN, 2011.

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis:Vozes, 2000.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 437-468.